

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

VALCI REGINA MOUSQUER ZUCULOTO

**A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROGRAMAÇÃO DE RÁDIOS  
PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Porto Alegre  
2010

VALCI REGINA MOUSQUER ZUCULOTO

**A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROGRAMAÇÃO DE RÁDIOS  
PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Doris Fagundes Haussen

**Porto Alegre  
2010**

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Z94c Zuculoto, Valci Regina Mousquer

A Construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras / Valci Regina Mousquer Zuculoto. – Porto Alegre, 2010.

241 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Doris Fagundes Haussen.

1. Rádio – Brasil – História. 2. Rádio – Programação.  
3. Radiodifusão. 4. Comunicação Social. I. Haussen, Doris Fagundes. II. Título.

CDD 791.44.0981

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

VALCI REGINA MOUSQUER ZUCULOTO

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROGRAMAÇÃO DE RÁDIOS  
PÚBLICAS BRASILEIRAS

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2010.

BANCA EXAMINADORA

---

Dra. Dóris Fagundes Haussen – PUCRS

---

Dra. Sônia Virgínia Moreira - UERJ

---

Dr. Eduardo Barreto Vianna Meditsch - UFSC

---

Dra. Maria Helena Weber - UFRGS

---

Dra. Máгда Rodrigues da Cunha - PUCRS

Porto Alegre  
2010

Dedico esta Tese a todos que, cotidianamente,  
travam a boa luta pela democracia na comunicação.  
Porque, como sempre repetia Daniel Herz,  
“sem democratizar a comunicação não teremos democracia neste país”.

## AGRADECIMENTOS

À minha sempre orientadora Dóris Fagundes Haussen, pela competência, conhecimento, incentivo, dedicação, paciência e por acreditar e também se entusiasmar com meus trabalhos sobre o rádio.

À minha mãe Alcy, pelo estímulo, conselhos e cuidados tão especiais que só poderiam vir de uma mãe. Ao meu irmão João Rubens, pela disposição constante em ajudar e os tantos auxílios criativos nos power-points e demais quesitos técnicos. À minha irmã Lígia, pela dedicada companhia, agora também na vida acadêmica, e igualmente sempre pronta a auxiliar. Ao meu pai Dorival, que mesmo sem perceber, várias vezes incentivou. Aos meus sobrinhos Vinícius e Guilherme, que mesmo reclamando “deste trabalho que nunca termina” e da minha ausência nas brincadeiras e passeios, festejaram orgulhosos cada etapa vencida da “tese da tia”.

À minha “família” em Porto Alegre durante o doutorado, dona Lélia, Hamilton, Elisi, Nadir e especialmente Liliane Hilgert. Lili, obrigada por se tornar minha mais nova “amiga de infância”, por ter me acolhido e feito sentir em casa. Aos demais, por terem me adotado com tanto carinho.

Aos muitos e grandes amigos que auxiliaram e torceram Brasil afora. Especialmente Tânia Andrade e Elvis Poletto, pelas grandes ajudas, revisões, sugestões e os cuidados tão carinhosos; Miriam Mattos e Deba Filho, pela formatação e revisão das normas técnicas; Mauro Ferreira “Thezainer”, pelos “banners” solidários; Edneide Almeida, a Neidinha, pelo apoio nas traduções do inglês; José Lima, pela ajuda em Brasília; Valério Campos, pelo apoio no espanhol e demais imensos auxílios, inclusive as hospedagens para pesquisa em São Paulo; Adriana Santiago, pelas acolhidas no Ceará; Lydiane Ponciano, pela hospedagem em Minas.

Aos sempre amigos e companheiros de trabalho no e pelo rádio José Roberto Garcez, principalmente pela oportunidade de dirigir a FM Cultura de Porto Alegre, e Eduardo Meditsch, em especial pelo incentivo a ingressar no mundo acadêmico e na pesquisa.

Aos meus companheiros e amigos da FENAJ, especialmente Sérgio Murillo de Andrade, Maria José Braga, Luiz Spada, Beth Costa e Celso Schröder, pelo estímulo e as muitas caminhadas em defesa do jornalismo e da democracia nas comunicações.

Aos colegas dos grupos de Rádio da Intercom e Mídia Sonora da Rede Alcar, que muito contribuíram com seus debates e informações. Especialmente Alvaro Bufarah, Ana Baun, Luiz Ferraretto, Luciano Klockner, João Batista de Abreu, Lilian Zaremba, Nair Prata e Nélia del Bianco.

Aos colegas do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo –FNPJ, particularmente Edson Spenthof, Juliano Carvalho, Sandra de Deus, Carmen Pereira e Gerson Martins,

pelas boas batalhas em defesa da qualidade do ensino de jornalismo. Edson e Sandra também pelo rádio. A Márcio Ferreira pela ajuda na busca de material.

Aos colegas, professores e funcionários do PPGCOM da PUCRS, em especial a Lúcia Beatriz Stasiak, por mais estes três anos de agradável convivência e muita aquisição de conhecimento. Particularmente ao amigo e colega Cassiano Scherner, pela companhia solidária no cotidiano de voltar a ser estudante.

Aos colegas professores, funcionários e alunos do Jornalismo da UFSC, pela garra em manter a qualificação do Curso, minha liberação e por sempre apostarem na formação dos seus docentes.

Aos entrevistados nesta pesquisa - citados nominalmente ao final juntamente com seus breves currículos de atuação em emissoras estatais/públicas, todos com muita disposição em auxiliar e demonstrando que tudo querem fazer pelo rádio educativo, estatal e público do Brasil.

Agradecimentos também aos gestores, jornalistas, radialistas, enfim, todos funcionários das emissoras pesquisadas que me atenderam e auxiliaram com entusiasmo.

Aos membros da Banca Examinadora, em primeiro lugar pela suas produções científicas que estão entre meus principais referenciais teóricos desta pesquisa. Igualmente pela aceitação dos convites para integrarem a Banca e, assim, contribuírem mais ainda com seus insubstituíveis conhecimentos na avaliação desta pesquisa.

Por fim, a todos que, com dados, informações, pequenos e grandes auxílios, ajudaram-me a viabilizar esta Tese.

“Perambula-se, por assim dizer, no reino da ciência,  
e colocamo-nos atrás daquilo que casualmente  
pode-se apresentar à nossa frente”.

*Claude Bernard.*



## RESUMO

As rádios educativas, estatais, culturais e universitárias já construíram mais de 70 anos de história na radiodifusão brasileira. Na atualidade, são centenas transmitindo de norte a sul do país. Um grupo delas - que nos anos 90 incluía em torno de 100 emissoras e, entre estas, as mais antigas e referenciais nacionalmente – até aquela década operou e foi referido como integrante do sistema educativo de rádio. Principalmente a partir de então, a maioria destas emissoras passou a se autoproclamar pública. E em especial pela programação, vem buscando delinear e se encaixar num perfil de rádio público. A proposta desta Tese é produzir um resgate da construção histórica da programação deste grupo de estações radiofônicas, desde o advento do segmento não comercial, na década de 30 do século passado, até os dias atuais. Trata-se de reconstituir modelos referenciais, principais linhas e destaques das programações destas emissoras ao longo destas suas mais de sete décadas de história. E desta forma, também evidenciar, no que se refere especificamente à programação, como o Brasil está construindo seu modelo de rádio público.

**Palavras-chave:** Comunicação, História do Rádio no Brasil, Programação Radiofônica, Rádio Público, Rádio Educativo, Rádio Estatal

## **ABSTRACT**

Educative, governmental, cultural and academic radios have, already, built more than 70 years of Brazilian history in broadcasting. Nowadays hundreds are broadcasting from north to south. A group of them - that in the 90's included about 100 broadcasting stations, and among these, the oldest and most referencial nationally - operated by the decade and was referred to as a member of the educative radio system. Especially since then, most of these stations began to proclaim themselves public. And specially for the programming, comes seeking out and fit a profile of public radio. The purpose of this thesis is to produce a historical construction rescue of this group of radiophonic stations, since the advent of non-commercial segment, in the 30's of last century to the present day. It is to reconstitute referencial models, main lines highlights and schedules of these broadcasting stations along its more than seven decades of history. And this will also show, specifically related to programming, how Brazil is building its own model of public radio.

**Keywords:** Communication, Brazilian Radio History, Radiophonical Programming, Public Radio, Educative Radio, Governmental Radio

## RESUMEN

Las radios educativas, estatales, culturales e universitarias han construido más de 70 años de historia en la radiodifusión brasileña. Hoy, son centenas que transmiten de norte a sur del país. Un grupo de ellas – que en los años 90 tenía algo como 100 emisoras e, entre estas, las más antiguas e referenciales nacionales – hasta aquella década atuou y fue referido como integrante del sistema educativo de radio. Principalmente desde entonces, la mayoría de estas emisoras empezó a se autoproclamar pública. Y en especial por la programación, busca delinear y encajarse en un perfil de radio público. La propuesta desta Tesis es reproducir un rescate de la construcción histórica de la programación deste grupo de estaciones radiofónicas, desde el surgimiento del segmento no comercial, en los años 30 del siglo 20, hasta los días actuales. La idea es reconstruir modelos referenciales, principales líneas y destaques de las programaciones de las emisoras por suyas más de siete décadas de historia. Y deste modo, también dejar claro, en lo que dice respecto a la programación, como Brasil está construyendo su modelo de radio público.

**Palabras-clave:** Comunicación, História de Radio en Brasil, Programación Radiofónica, Radio Público, Radio Educativo, Radio Estatal

## LISTA DE SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ABRAÇO - Associação Brasileira de Rádios Comunitárias

ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

AM - Amplitude Modulada

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

ANDI - Agência de Notícias para a Infância

ARPUB - Associação das Rádios Públicas do Brasil

BA - Bahia

CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação

CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

ES – Espírito Santo

FAMECOS - Faculdade de Comunicação Social

FEPLAM – Fundação Educacional Padre Landell de Moura

FM - Frequência Modulada

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FPA - Fundação Padre Anchieta

FRP - Fundação Roquette-Pinto

INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

IRDEB - Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia

MA – Maranhão

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MES - Ministério da Educação e Saúde

MG - Minas Gerais

MiniCom – Ministério das Comunicações

Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MP – Medida Provisória

MPB - Música Popular Brasileira

NP - Núcleo de Pesquisa

OC - Ondas Curtas

OM - Ondas Médias

ONU - Organização das Nações Unidas

OSPA \_ Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

OT - Ondas Tropicais

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

RJ - Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Sefort - Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão

SOARMEC - Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC

RSP - Radiodifusão de Serviço Público

SAR - Serviço de Assistência Rural

SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa

SIRENA - Sistema Rádio Educativo Nacional

SP - São Paulo

TV - Televisão

TVE - Televisão Educativa

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UnB – Universidade de Brasília

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	17
1.1. O objeto de estudo, contextualização, recortes e corpus.....	17
1.2. Justificativa, contribuições, percursos e fontes da pesquisa. ....	30
1.3. Metodologia, categorias de análise e referenciais teóricos.....	38
2. RÁDIOS PÚBLICAS BRASILEIRAS: JÁ HÁ MUITAS HISTÓRIAS A CONTAR.....	59
2.1. As fases históricas: nossa proposta de periodização .....	59
2.2. A programação de rádio pública: à procura de modelos para o Brasil.....	65
3. PRIMEIRA FASE DA RADIOFONIA PÚBLICA: RAÍZES NO SISTEMA EDUCATIVO..	80
3.1. Programação educativa-cultural desde as primeiras transmissões radiofônicas .	80
3.2. A contradição nas programações iniciantes do rádio educativo .....	89
3.3. O radiojornalismo pioneiro que não fez escola na radiofonia nacional .....	90
3.4. Nos primeiros tempos, música erudita é símbolo de transmissão cultural.....	94
3.5. “A Hora do Fazendeiro”: o mais antigo programa de rádio em veiculação na América Latina.....	98
4. SEGUNDA FASE: A ÊNFASE NO ENSINO PELAS ONDAS RADIOFÔNICAS .....	101
4.1. A fase de ouro do rádio comercial e as influências nas emissoras públicas.....	101
4.2. Programações se transformam em salas de aula .....	109
4.3. O advento do segmento universitário .....	114
5. TERCEIRA FASE: A ÉPOCA DE OURO DO RÁDIO EDUCATIVO.....	117
5.1. Consolidação da instrução pelo rádio: influências da ditadura e Projeto Minerva .....	117
5.2. Anos 80: a Fase de Ouro do segmento com os SINREDs.....	125
6. QUARTA FASE: A EXPLOSÃO DAS FMS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS .....	144
6.1. O desenvolvimento da FM incrementa o segmento educativo.....	144
6.2. A experiência da Rede Universitária de Rádios.....	147
6.3. Anos 90: as rádios educativas querem ser públicas .....	159
7. QUINTA FASE: EM BUSCA DO SISTEMA DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA .....	178
7.1 Construindo o rádio público pela programação.....	178
7.2. Algo de novo no ar na atualidade?.....	183
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	195

REFERÊNCIAS.....	209
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	223
SITES CONSULTADOS .....	226
ENTREVISTADOS.....	227
APÊNDICE.....	230
Linha do tempo do rádio público no Brasil.....	230



## 1. INTRODUÇÃO

*Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes está em má situação. Mas estão em pior situação ainda os ouvintes que não encontram quem tenha algo para lhes dizer. Bertold Brecht (2005, p.36)*

### 1.1. O objeto de estudo, contextualização, recortes e corpus.

A presente pesquisa propõe uma recuperação histórica da construção das programações de emissoras de rádio brasileiras não-comerciais estatais, educativas, culturais e universitárias. Emissoras que até o final dos anos 90 eram designadas como integrantes do sistema educativo de rádio e hoje, na sua maioria, colocam-se como estações públicas. É um estudo histórico-descritivo que evidencia modelos referenciais, principais concepções e linhas, além de programas destaques, que vêm orientando as grades de programação destas rádios ao longo dos mais de 70 anos de história que já construíram na radiodifusão brasileira. Portanto, encontra-se delimitado no período que se estende do advento do sistema educativo, em meados da década de 30 do século passado, até a primeira década dos anos 2000. Mais especificamente, tratamos de evidenciar de que maneira, sob quais influências, diretrizes e concepções foram estabelecendo e consolidando as programações, fase a fase da história deste grupo de emissoras.

Esta Tese está organizada e desenvolvida cronologicamente. Parte de uma periodização histórica específica deste grupo de rádios, por nós montada ainda durante o período de coleta de dados e informações, levantamento de registros, realização de entrevistas e revisão bibliográfica. Ponto de partida que se observou essencialmente necessário construir naquela fase da pesquisa para detectarmos, a priori, suas estações referenciais, marcos e principais transformações. E assim, para que estes servissem como uma espécie de fio condutor ao desenho de estruturação e produção da Tese.

Embora boa parte destas emissoras tenha vinculação com o Estado, nos planos federal, estadual ou municipal, preliminarmente as observamos como inseridas no que entendemos como o grande “campo público” da radiodifusão. Aquele que abriga todas

as emissoras de rádio não-comerciais. Por esta compreensão, portanto, o campo público da radiofonia brasileira inclui além destas que são nosso objeto de estudo, também as emissoras comunitárias<sup>1</sup>.

Entretanto, à medida que desenvolvemos a pesquisa a partir da periodização que se evidenciou necessária a priori e amadurecemos o entendimento sobre a questão - com base em diálogos e indicações nos diversos debates de que participamos acerca do tema, principalmente com a Banca de Qualificação da Tese -, passamos a pesquisá-las com a percepção de que podem e devem buscar ser rádios públicas. E não só porque, em especial a partir dos anos 90, as próprias emissoras vêm se apresentando como tal e tentando uma efetiva inserção, pelo menos no tocante à programação, no perfil de rádio público.

Percebemos a possibilidade de classificação destas emissoras também como públicas igual e principalmente pelo fato de compreendermos que, mesmo as vinculadas a governos, têm missão pública. Mais ainda porque, no decorrer da pesquisa, observamos com mais clareza e compreensão o quanto, no Brasil, a construção histórica do rádio público está estreitamente ligada às dos rádios educativo e estatal. Portanto, também se confundem as trajetórias das suas programações, justamente o objeto maior da nossa investigação.

Estas discussões e elaborações aprofundamos ao longo de toda a Tese. Porém, mais especificamente nos subcapítulos 1.3., sobre metodologia, categorias de análise e referenciais teóricos, e 2.2., que aborda o debate e a busca da conceituação de programação de rádio pública no Brasil. Assim, evidenciamos que as rádios aqui pesquisadas podem e devem, sobremaneira pela programação, ser produzidas, ouvidas e analisadas como possíveis construtoras da radiodifusão pública no Brasil.

Se fôssemos classificar estas emissoras que estudamos – as estatais, educativas, culturais e universitárias que integravam o sistema educativo até o final dos anos 90 - exclusivamente com base na Constituição Federal em vigor, não poderíamos

---

<sup>1</sup>A Associação Brasileira das Rádios Comunitárias, a ABRAÇO, considera que as únicas emissoras realmente públicas existentes no Brasil são as comunitárias. Aqui é de se destacar também que tanto no segmento da radiodifusão comunitária como entre os pesquisadores desta temática, especialmente nos últimos anos têm-se buscado ressaltar que nem todas as emissoras deste grupo radiofônico são e atuam efetivamente como comunitárias. Muitas podem ter se estabelecido e se apresentar como tal e até deter concessões nesta categoria sem realmente funcionarem e transmitirem programação em adequação com conceitos, normas e legislação definidoras das rádios comunitárias.

reuni-las num mesmo sistema. Isto porque a Constituição de 1988 estabeleceu três sistemas para a radiodifusão - o privado, o estatal e o público – e sua complementariedade.

Mas até hoje não houve a regulamentação. E a legislação que disciplina a radiodifusão, da década de 60 do século 20, encontra-se totalmente desatualizada, há muito não dando conta de disciplinar e estruturar o setor.<sup>2</sup> Tanto que na reivindicação de um novo e urgente marco regulatório para a área das comunicações brasileiras – um dos grandes temas no processo de preparação e construção, em todo o país, da histórica 1ª Conferência Nacional de Comunicação - Confecom, realizada em dezembro de 2009 -, o debate sobre a desatualização da legislação para a radiodifusão foi um dos mais destacados.

O próprio governo federal vem admitindo cada vez mais esta grave lacuna regulatória. Inclusive o presidente Luis Inácio Lula da Silva, no seu discurso na abertura da Confecom, citou esta legislação defasada como um dos grandes problemas das comunicações brasileiras.

A criação da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, pela Lei 11.652, oriunda da MP 398, é defendida pelo governo federal como uma das suas contribuições para a construção da radiodifusão pública e, desta forma, atualização de parte desta defasagem regulatória a que a área está submetida. Mas, por exemplo, diretores da Empresa, ao mesmo tempo, têm concordado que as comunicações brasileiras precisam de novas legislações e da regulamentação constitucional quanto aos sistemas para a radiodifusão.

---

<sup>2</sup> A necessidade de instituição de uma nova Lei Geral de Comunicação ou um novo marco regulatório para a área vem sendo defendida e debatida há mais uma década no país. Mas o que ainda ocorre hoje é uma situação assim analisada pelo Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, José Eduardo Elias Romão, no artigo “Por um sistema de regulação adequado à Constituição”: [...] o Estado se mantém (refiro-me especialmente à Administração Pública Federal) inexplicavelmente desarticulado, como se a força do Código Brasileiro de Telecomunicações o mantivesse preso ao contexto político-econômico de 1962[...]” (ROMÃO, 2008, p.20). Outra análise bem ilustrativa desta desatualização regulatória e de legislação encontramos na publicação “Classificação Indicativa – Construindo a cidadania na tela da tevê”, da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) e Ministério da Justiça. Conforme a publicação, “[...] a lei que regula o setor de radiodifusão – o Código Brasileiro de Telecomunicações – é de 1962 e não acompanhou as transformações da mídia. O debate sobre uma nova Lei Geral de Comunicações [...] “não prosperou nos oito anos de mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ainda não foi iniciado de fato no atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)” (ANDI; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2006, p. 49-50).

Como acontece com quase todo o capítulo da Constituição Brasileira que trata da Comunicação Social, também a questão da complementariedade entre o privado, o público e o estatal carecia de legislação infra-constitucional. A Lei 11.652, originária da MP 398, é o primeiro diploma legal que avança na conceituação do que é comunicação pública, determina seus princípios, estabelece diferenciações com as outras formas reconhecidas pela Constituição e delinea respostas para algumas de suas principais premissas: o controle social e o financiamento independente. [...] Quem quiser, portanto, tomar iniciativas de defesa de estruturas públicas de comunicação contra o aparelhamento por interesses privados já tem uma lei onde se ancorar.[...] Esses aspectos inovadores da lei não desautorizam, pelo contrário, àqueles que são críticos da precariedade do marco regulatório brasileiro sobre a questão da comunicação. (GARCEZ, 2009, p.132 e 133)

Em função deste panorama e apesar desta conscientização sobre a premente necessidade de renovação das legislações para as comunicações, permanece não apenas a confusão em termos legais, como também a conceitual acerca do alinhamento destas emissoras de acordo com sua natureza, se pública ou estatal.

Estamos no final da primeira década do século 21. E a legislação brasileira para a radiodifusão, portanto, completa perto de 50 anos sem atualização. Isto apesar de também serem antigas as críticas contra as regras e regulações do setor, estabelecidas pela Lei 4.117, de 1962, no Código Brasileiro de Telecomunicações.

Na verdade, pouco tempo depois de sua edição foi avaliada e criticada como insuficiente, ambígua e, por isso, conflitante. Um dos contundentes críticos, Daniel HERZ (1997, p. 75-86, 209-225), em “A história secreta da Rede Globo”, já no final dos anos 80, início dos 90, chamava a atenção para o problema e essencial necessidade de reorganização da radiodifusão brasileira. Para o pesquisador, a legislação nasceu problemática e divorciada da realidade brasileira.

Na sua obra, ao construir uma “síntese da história da radiodifusão brasileira”, relacionando “os meios eletrônicos de comunicação e a evolução econômica, política e cultural da sociedade”, o autor elaborou uma análise crítica de que a legislação que disciplina a radiodifusão nacional, além de defasada, é ambígua e maleável. Assim sendo com propósito de submeter o público ao privado. Objetivo que entendemos perdurar até hoje, destacadamente pela inexistência de legislações e definições políticas atualizadas democrática e claramente para o setor. .

A legislação brasileira de radiodifusão, incluída no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962), é demasiado ambígua e maleável. Mais voltada para a normatização, essa legislação é carente de definições de princípios. Prendendo-se quase que exclusivamente a definições técnicas e atribuições de competência, o Código não reflete uma política de radiodifusão, isto é, os princípios abrangentes que deveriam orientar as normas, as suas aplicações e as práticas sociais. [...] Admitindo o uso privado de um recurso natural que é o espectro radiofônico – considerado universalmente como um bem de domínio público – a legislação acolheu o conflito potencial entre o interesse público e o interesse privado. [...] o Código omite-se na definição de princípios que orientem o uso privado desse recurso natural de domínio público. [...] não conseguiu, ou não quis, abordar a contradição profunda entre as possibilidades sociais das tecnologias de radiodifusão e seu uso privado. [...].(HERZ, 1997, p 209)

A regulamentação dos sistemas instituídos na Constituição, juntamente com uma nova Lei Geral da Comunicação ou um novo marco regulatório para toda a área - que também há muito vem sendo defendido, conforme voltaremos a analisar adiante -, poderiam superar não apenas este conflito apontado por Herz. Serviriam para ultrapassar também e preponderantemente a desatualização e as indefinições que geram confusão, usos indevidos e inexistência de verdadeiras, claras e democráticas políticas para a radiodifusão nacional. Igualmente em relação a estes problemas enfrentados pelo setor, permanecem atuais até hoje outras observações do autor na mesma obra “A História Secreta da Rede Globo”:

A indefinição essencial da legislação de radiodifusão permite que o Estado imponha uma política “implícita”. O Código é indevidamente tomado como o fundamento que orienta a aplicação de políticas, pois é indefinido e ambíguo em relação aos princípios e não expressa uma verdadeira política de radiodifusão. A legislação serve apenas para legitimar as políticas que o governo, e particularmente o Ministério das Comunicações, decide adotar. (HERZ, 1997, p. 211)

Estas graves questões na legislação e de não regulamentação da Constituição no que se refere ao estabelecimento e à complementariedade dos sistemas privado, público e estatal, entre outras, também impedem, por exemplo, que se identifiquem o número exato destas emissoras no país e as evidências transparentes de suas vinculações por meio das outorgas. O Ministério das Comunicações ainda não faz uma

classificação adequada a estes três sistemas constitucionais. Em termos de concessões, os canais de rádio permanecem classificados conforme as seguintes denominações: FMs COMERCIAIS; FMs EDUCATIVAS; RÁDIOS COMUNITÁRIAS; ONDAS MÉDIAS; ONDAS CURTAS; ONDAS TROPICAIS<sup>3</sup>.

Como se pode notar, apenas as FMs são identificadas ou como educativas ou comerciais para demarcar a diferenciação das suas naturezas. Não há categorização distinta para as demais. Mas existem rádios estatais, culturais, educativas e universitárias – as que operam em Amplitude Modulada (AM) - principalmente entre as emissoras de Ondas Médias (OMs) e também em Ondas Curtas(OCs) e Ondas Tropicais (OTs), inclusive em canais comerciais. Isto acontece com as emissoras mais antigas, porque receberam as concessões antes da legislação de 1962, quando não havia nem mesmo a diferenciação entre comerciais e educativas.

Apenas alguns de dezenas de exemplos das que obtiveram outorga para operar em AM antes da década de 60 são as Rádios das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Santa Maria (UFSM), também do estado gaúcho, a Inconfidência de Minas Gerais e a própria Rádio MEC do Rio de Janeiro. Entre as FMs, o número de concessões educativas cresceu especialmente a partir da década de 90. Mas também vamos encontrar neste tipo algumas mais antigas e que igualmente desenvolveram programações que são referências marcantes na trajetória dos modelos adotados e consolidados pela radiofonia pública no país.

Enfim, são emissoras FMs, OMs/AMs, Ondas Tropicais e até de Ondas Curtas, operadas pelos governos federal, estaduais ou municipais, por universidades ou por fundações constituídas especificamente com esta finalidade. E têm seguido regras específicas dentro da legislação da radiodifusão brasileira.

Com base nestes dados, na nossa pesquisa calculamos que devem existir cerca de 400 destas emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias no país. A

---

<sup>3</sup> As emissoras de rádio, no que diz respeito aos modos de transmissão, são agrupadas e classificadas de acordo com a frequência em que transmitem. Antes do advento da FM, as estações operavam apenas em AM – Amplitude Modulada -, a quase totalidade em Ondas Médias. Várias, ao mesmo tempo, também transmitiam em Ondas Curtas, que permitem um alcance muito maior e sintonia inclusive em outros estados, além daquele onde operam, e ainda em outros países. Exemplos de emissoras estatais/públicas que concomitantemente usam ambas são a Inconfidência de Minas Gerais e a Nacional do Rio de Janeiro. As de Ondas Tropicais são as que transmitem para regiões situadas entre os trópicos, pois as faixas a elas destinadas se propagam e alcançam melhor estas áreas. Neste caso, nosso exemplo é a Nacional Amazônia.

Associação das Rádios Públicas do Brasil, em levantamento junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), obteve a informação de que já chegam a 600. Porém, apenas uma rápida observação do total de incluídas nesta verificação na Agência já levou à constatação de que até rádios comerciais são relacionadas, conforme informações da entidade (ARPUB, 2009) divulgadas nos debates do Seminário Nacional de Rádios Públicas e III Encontro Nacional de Rádios Públicas.

A própria Associação conta, no ano de 2009, com apenas cerca de 50 associadas e perto de outras 50 parceiras em vias de filiação. Ou seja, somente pouco mais de 100 emissoras vêm buscando, organizada e coletivamente, por meio de um espaço institucional, a construção do rádio público no país. E a maioria delas é oriunda do grupo que adotamos como foco da nossa pesquisa: estatais, culturais, educativas e universitárias.

E lá se vão mais de 70 anos de operação deste grupo radiofônico no Brasil. Período durante o qual, independente de se alinharem conforme a sua natureza pública ou estatal de acordo com a Constituição, dos seus índices de audiência e mesmo de seu crescimento numérico, estas emissoras, ao longo da sua trajetória enquanto segmento não comercial, aprofundaram e aumentaram sua ação na radiofonia brasileira. Construíram modelos, referenciais que vêm influenciando e também são influenciados neste campo da radiodifusão, na construção histórica do rádio brasileiro e na própria história do país.

A primeira das emissoras deste segmento da radiodifusão nacional entrou em funcionamento ainda nas fases iniciais da história geral do rádio no Brasil. Foi em 1936, quando Roquette-Pinto doou ao Governo Federal a sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, também considerada, pela maioria dos estudiosos do meio no país, a primeira emissora radiofônica brasileira, fundada em 20 de abril de 1923. A doação foi feita sob a condição de que se mantivessem seus ideais de programação baseados na transmissão de educação e cultura.

Em 1936 [...], Roquette Pinto doava ao Ministério da Educação e Cultura a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, mediante a promessa (por parte do ministro Gustavo Capanema) de que seus ideais ao fundar a emissora seriam preservados pelo governo brasileiro. Iniciava-se, assim, o sistema de Rádios Educativas no Brasil (MOREIRA, 1991, p. 17).

Naquele ano também foi fundada a Cultura AM de São Paulo, emissora que nasceu comercial e só nos anos 60 passou a integrar o segmento, ao ser transferida para o controle da Fundação Padre Anchieta (criada para a instituição da TV Cultura, em 16 de junho de 1969). A FPA conta com dotação financeira do Estado de São Paulo, mas se apresenta como desvinculada do governo e, portanto, não se aceita estatal (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p. 7-21).

Assim como a Rádio MEC do Rio de Janeiro, a Cultura AM de São Paulo desde o seu início, nos primórdios da radiodifusão brasileira, produziu um modelo de programação “com o propósito de divulgar as atividades artístico-culturais da capital paulistana” (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p.89). Outra emissora do campo público que entrou no ar em 1936 foi a Inconfidência de Minas Gerais, desde seu advento já vinculada ao governo daquele estado. E a exemplo de todas as primeiras rádios do país seguiu a linha de programação da pioneira emissora de Roquette-Pinto.<sup>4</sup>

Até a década de 80 inclusive, as então chamadas emissoras educativas, reunindo estatais, as vinculadas a fundações e universitárias, não passavam de dezenas. Mesmo assim, principalmente ao se ressaltar suas trajetórias de construção, evidenciam que têm papel a ser sublinhado na história do rádio brasileiro. Os principais exemplos de destaque nacional, por se constituírem em referências das demais emissoras brasileiras do grupo, são a Cultura de São Paulo e a Rádio MEC Rio.

Em veiculações em cadeia ou produções conjuntas, estas rádios se notabilizaram em momentos ou ações como através dos extintos SINRED (Sistema Nacional de Rádio Educativo que tinha como emissora líder a Rádio MEC do Rio de

---

<sup>4</sup>Também em 1936 foi inaugurada a emissora brasileira que pouco tempo depois se tornaria a maior expressão da “era de ouro” da radiofonia brasileira: a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. A Nacional iniciou suas operações como estação comercial, pertencente ao grupo empresarial do jornal A Noite. Porém, apenas quatro anos após, em 1940, foi encampada pelo governo Getúlio Vargas. Tornou-se estatal, portanto. Mas prosseguiu funcionando sem financiamento do governo e com linha de programação comercial. Ao contrário, apesar de vinculada ao Estado, mais do que adotar os mesmos conceitos e modelos de programações das rádios do sistema comercial, foi a referência-maior de toda a história da radiofonia no Brasil e determinante nas programações adotadas pelas emissoras deste segmento que se tornou hegemônico na radiodifusão do país. Devido fundamentalmente a esta sua condição singular de emissora estatal com programação e gestão comerciais, a Nacional não figura entre as emissoras que constituem o “corpus” prioritário desta pesquisa. Mas no subcapítulo 4.1., intitulado “A fase de ouro do rádio comercial e as influências nas emissoras públicas”, analisamos o papel o seu papel na construção dos modelos brasileiros de programação radiofônica, inclusive das emissoras não-comerciais. E na abordagem da situação atual destas emissoras, a Nacional volta a aparecer por ser uma das emissoras integrantes da superintendência de rádio da EBC, que se propõem a ser constituidoras no rádio público no país.



Janeiro e, especialmente nas décadas de 70 e 80, reuniu estas estações em transmissões e programações em cadeia ou como repetidoras) e Rede Universitária de Rádio (um sistema não oficial que de 1994 a 1999 conseguiu promover completas coberturas em rede, via satélite e com equipes conjuntas, das Reuniões Anuais da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, através de até aproximadamente 60 emissoras estatais e universitárias).

E conforme observamos durante esta pesquisa, principalmente ao produzirmos a revisão da periodização histórica destas emissoras, foi preponderantemente a partir da década de 90 do século passado que cresceu o debate sobre seus alinhamentos ou ao sistema estatal ou ao público. Foi também desde os anos 90 que se acentuou e começou a se generalizar, entre estas estações, a autoproclamação de que são emissoras públicas.

As estações aqui estudadas integram o segmento que historicamente pode ser observado como o primeiro e, até agora, principal construtor da radiodifusão pública, incluindo, portanto, as emissoras estatais. Está delimitado no período que engloba de meados da década de 30 do século passado até este início dos anos 2000. Ou seja, seu recorte de tempo se estende do advento do segmento não comercial - que por quase 70 anos teve como expressão maior este grupo de emissoras, atuantes num chamado sistema educativo – até a contemporaneidade. Período atual quando não apenas as próprias emissoras, ao se autoproclamarem públicas e irradiarem programações que, sustentam, lhe conferem perfil adequado a esta natureza de rádio, mas também a ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil e o governo federal, ao criar a EBC e, nela, uma superintendência específica de rádio, se propõem a finalmente constituir o sistema público de radiodifusão no país.

Nosso objetivo mais amplo e geral é traçar a trajetória histórica das programações destas emissoras, detectando e analisando suas raízes, modelos referenciais, linhas predominantes e programas que se destacaram, transformações, mediações, principais influências que receberam e patrocinaram durante todo o tempo que já têm de história no ar. E sempre sublinhando, ao longo desta caminhada, as intervenções mais expressivas nas programações destas emissoras.

Mais especificamente, tratamos de evidenciar quais foram, de que maneira e

onde se produziram os acordos iniciais das programações destas estações de rádio. De que forma e sob quais influências foram estabelecendo e consolidando as programações, fase a fase da história deste grupo de emissoras. Buscamos observar, ainda, suas mudanças, os motivos e impactos das transformações, suas rupturas além das continuidades. Isto para demonstrar e compreender, por exemplo, se até hoje ainda ouvimos programações que se assemelham, em conceituações, linhas e modelos, às transmissões dos primeiros tempos da radiofonia nacional.

Por fim, entre nossos objetivos específicos, está o de evidenciar histórica e organizadamente como vem se construindo, no Brasil, um modelo de rádio público, especificamente no quesito programação.

Entretanto, além deste recorte maior, delimitações de período e objetivos, para a produção de um resgate histórico dando conta de todo país e deste grande grupo de emissoras, foi preciso lançar mão de outros focos específicos e selecionados, especialmente para compor o “corpus” da pesquisa. Com base na periodização histórica que necessitamos elaborar logo no início da pesquisa, primeiro identificamos as emissoras referenciais nacionalmente neste segmento da radiodifusão: as duas rádios Cultura da Fundação Padre Anchieta, uma AM e outra FM, que operam em São Paulo e embora se apresentem como veículos não governamentais, conceituando-se como emissoras públicas, foram instituídas pelo governo estadual e dele recebem o aporte maior para sua manutenção; e a MEC do Rio de Janeiro.

A Rádio MEC-RJ atualmente é constituída por três emissoras – a MEC AM, a MEC FM e a MEC SAT. Na nossa pesquisa foi observada como a primeira emissora pública brasileira, já que inaugurou o sistema educativo em 1936 quando Roquette-Pinto doou sua Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde. Desde a doação de Roquette-Pinto foi vinculada ao governo federal, nos últimos anos vinha realizando uma transição para se transformar em Organização Social e agora faz parte do grupo de emissoras estatais integradas à superintendência de rádio da EBC, a Empresa Brasileira de Comunicação criada pelo governo Lula para a constituição do sistema público de radiodifusão.

O segundo foco do nosso “corpus” procurou veículos de expressão de norte a sul do país, representativas tanto das estações concedidas a governos quanto das ligadas

a universidades. A busca inicialmente também se deu a partir da periodização, selecionando emissoras que se destacaram em algumas das fases históricas. Mas igualmente fazem parte deste recorte, para espelharem um panorama nacional, rádios que ao longo de toda a pesquisa foram emergindo ou por aspectos relevantes para resgate nacional ou por atuações que, mesmo episódicas e curtas, constituíram demarcações ou rupturas neste grupo de emissoras.

A seleção, então, recaiu na Rádio Inconfidência de Minas Gerais, vinculada ao governo mineiro; na Educadora FM de Salvador, integrante do IRDEB – Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, mantido pelo governo daquele estado; na FM Cultura de Porto Alegre, integrante da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão e também com vínculo estatal, pois é ligada ao governo do estado do Rio Grande do Sul. Outra selecionada para ilustrar o panorama de vinculação governamental foi a Educativa FM de Campinas, do governo municipal daquela cidade paulista

Entre os veículos universitários, consideramos que constituem exemplos representativos a Rádio FM Universitária do Maranhão, concessão à Universidade Federal do Maranhão (UFMA); a Universitária do Ceará, vinculada à UFC, a Federal daquele estado, além da Rádio da Universidade Federal de Goiás (UFG), especialmente porque se destacaram em períodos do SINRED e muito mais nas edições da Rede Universitária de Rádio. E por ser considerada a primeira emissora universitária do país, também se evidenciou na pesquisa a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Embora a universitária de Goiás também reivindique este status, argumentando que a da UFRGS, mesmo sendo um pouco mais antiga, de início não recebeu a concessão já como emissora educativa.

Todas estas, além de terem protagonizado ou participado de momentos marcantes da história do segmento como os já citados, desde seus adventos são presenças ativas nos congressos, encontros e demais atividades coletivas deste grupo específico do rádio brasileiro. Na atualidade, também estão envolvidas com a construção da ARPUB, ou como associadas ou ao menos com boa parte das suas ações, como os fóruns de debates, as coberturas conjuntas e as produções em parceria.

No decorrer da pesquisa se evidenciou necessário ainda compor o “corpus” com

uma das mais novas emissoras universitárias, a UFMG Educativa, 104,5 FM, da Universidade Federal de Minas Gerais. Isto justamente por constituir um exemplo de como as universitárias mais recentes buscam iniciar suas trajetórias de programação em uma construção histórica que já tem várias dezenas de anos de história para contar.

A priori, definimos também analisar exemplos de vinculação privada ocupando os chamados canais educativos, como forma de ao menos demonstrar a existência deste tipo de emissora neste segmento e, mais ainda, detectar se têm alguma influência na construção da programação do grupo. Como, preliminarmente, nenhuma desta natureza fosse evidenciada, nossa escolha recaiu sobre as rádios Cultura de Imperatriz (Maranhão) e 107 FM Radioativa de Belo Horizonte (Minas Gerais). Ambas porque figuravam em levantamento, dos anos 90, das emissoras de rádio educativo então existentes no país, realizado pela ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, mantenedora, naquela época, da TVE Brasil e Rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro. Neste levantamento, que contava 55 rádios de norte a sul do país, a maranhense Cultura de Imperatriz e a mineira Radioativa eram listadas como de vinculação privada, mas operando em canais educativos.

Entretanto, ao longo da pesquisa, optamos por afastar ambas do nosso “corpus” central. O maior motivo é que estas emissoras fecharam e as suas memórias, em acervo, não foram preservadas. O material oral obtido a respeito delas é inexpressivo historicamente e são poucas e controversas as informações coletadas a respeito de quem hoje detém suas concessões. Seria preciso uma pesquisa específica e exclusiva sobre as suas trajetórias. Mesmo assim, continuamos a referi-las aqui como exemplos da questão levantada em subcapítulos anteriores alertando para conseqüências da categorização difusa e inadequada das emissoras quanto às suas outorgas, legislação defasada e não regulamentação dos artigos constitucionais sobre os sistemas da radiodifusão.

Acreditamos que com as emissoras que preservamos compondo as nossas principais fontes de pesquisa entre as demais rádios estatais, educativas, culturais e universitárias, foi possível traçar um painel bem representativo da história e das transformações das programações destes veículos no Brasil. Isto porque, é de se ressaltar, focamos nas que constituem diferentes exemplos de vinculação, tempo de

existência e de consolidação, além de localizações diversas, mas que abrangem as grandes regiões do país, de norte a sul. E ainda, o que consideramos fundamental, são referências ao longo de toda a história do segmento ou ao menos em alguns momentos marcantes.

Por isso, o **quadro final do “corpus” principal de pesquisa** inclui as seguintes rádios abaixo relacionadas e resumidamente perfiladas para melhores visualização e entendimento acerca deste recorte:

- **MEC AM, FM e SAT do Rio de Janeiro**, estatais do governo federal, na atualidade via EBC, instaladas na capital fluminense. A MEC AM é considerada a primeira rádio educativa/estatal/pública do país;
- **Cultura AM e FM de São Paulo**, ambas vinculadas à Fundação Padre Anchieta ligada ao governo paulista, funciona na capital daquele estado;
- **Inconfidência de Minas Gerais, também AM e FM**, sediadas em Belo Horizonte, com concessões ao governo daquele estado;
- **Educadora FM de Salvador**, integra o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB), mantido pelo governo baiano, com sede na capital daquele estado;
- **FM Cultura de Porto Alegre**, da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, com vinculação ao governo do Rio Grande do Sul, funciona na capital gaúcha;
- **Educativa FM de Campinas**, ligada ao governo municipal daquela cidade paulista;
- **Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, considerada a primeira emissora radiofônica universitária do país, opera em AM e tem sede em Porto Alegre, capital daquele estado;
- **Universitária da UFG**, Universidade Federal de Goiás, opera em AM e está instalada na capital do estado, Goiânia. Também reivindica ser a primeira emissora de universidade do país. Mas, na verdade, foi a primeira outorgada após a legislação distinguir os canais de rádios com fins educativos;
- **Universitária do Ceará**, outorgada à Universidade Federal daquele estado, a

UFC, transmite em FM desde a capital cearense;

- **FM Universitária do Maranhão**, funciona na capital do estado, São Luís, com outorga concedida à fundação mantida pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA);

- **UFMG Educativa**, emissora FM da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a EBC, é uma das mais novas rádios estatais/públicas brasileiras, operando em Belo Horizonte;

- **Nacional do Rio de Janeiro**, ligada ao governo federal desde 1940, transmite em AM e OC a partir da capital do estado. Não foi incluída no “corpus” específico desta pesquisa porque mesmo estatal, por longos anos, especialmente na Era de Ouro do Rádio, funcionou como comercial. É citada aqui e analisada no subcapítulo 4.1 apenas no que tange às suas influências sobre emissoras públicas quando, na época áurea, impactou determinantemente todo o rádio brasileiro.

## **1.2. Justificativa, contribuições, percursos e fontes da pesquisa.**

Até meados dos anos 80 do século passado, ou seja, pouco mais de 20 anos atrás, a pesquisa sobre o rádio no Brasil era de bem pouca significância, sobretudo quando observada no quadro da produção investigativa em geral da área da comunicação. Ou mesmo quando comparada à outras mídias como a televisão, apesar de justo esta ser mais recente que o meio radiofônico. Daquele período em diante, em especial desde o final da década de 80, os estudos sobre o veículo sofreram um incremento que se acelera cada vez mais rápida e quantitativamente. Fenômeno que ocorre principalmente sob o impulso do Núcleo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Em breve, não haverá mais espaço para listar, nestas apresentações, os títulos produzidos por este grupo que vem mudando a situação da pesquisa sobre o rádio no Brasil. O quadro de uma produção insignificante, a respeito deste meio tão popular, foi modificado radicalmente nos últimos 15 anos. Hoje, os estudos, a reflexão e especialmente a publicação na área são significativos (CUNHA, 2005,

p.13).

As próprias análises quanto à carência e quase ausência de estudos sobre o rádio brasileiro, bem como as que logo detectaram este incremento a partir dos anos 80, serviram como estímulo e provocação para que se avançasse nas pesquisas científicas a respeito da temática. Um exemplo vamos encontrar na análise crítica sobre os trabalhos apresentados de 1991 a 1996 no GT de Rádio da INTERCOM (denominação anterior do atual Núcleo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da entidade), que em 1997 alertava:

Todas essas qualidades, entretanto, não conseguiram fazer do veículo um objeto de estudo freqüente entre os pesquisadores de comunicação até o final da década de 80. Este quadro começou a se modificar com a criação do GT Rádio da Intercom em 1991. Os 59 trabalhos apresentados no GT entre 1991 e 1996 indicam o crescente interesse de pesquisadores, profissionais, professores e estudantes de pós-graduação em estudar o meio (DEL BIANCO; ZUCULOTO, 1997, p.1).

Hoje, confirmando projeções e indicações sobre a produção de pesquisa do rádio brasileiro, realmente encontramos um conjunto bibliográfico, de trabalhos e de pesquisa muito maior e sempre em franca ampliação. Mas este crescente interesse de pesquisadores, profissionais, professores e estudantes em investigar a radiofonia nacional ainda não conseguiu preencher várias das principais lacunas existentes. Em comparação com os demais meios de comunicação, pelo menos no Brasil e mesmo sendo uma das mais antigas mídias de massa, o rádio ainda é um veículo que carece de estudos científicos que dêem conta de refletir e traçar criticamente sua trajetória histórica num panorama nacional. Bem como necessita de pesquisas sobre os fatores que envolvem seus usos, modos de produção, programações e efeitos. Isto embora continue a desempenhar

inúmeros papéis e funções, entre os quais destacam-se a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas, de criar novos hábitos de consumo e de atender a demandas simbólicas por lazer, entretenimento, informação e companhia. (DEL BIANCO; ZUCULOTO, 1997, p.1).

Um destes vazios a serem preenchidos é em relação aos segmentos radiofônicos categorizados como “estatal” e “público” ou “educativo-cultural”. Tal lacuna

é especialmente observada no que diz respeito à reconstituição histórica global da implantação e desenvolvimento deste tipo de emissora e dos modelos de programação que vem construindo no nosso país.

No artigo “A produção científica sobre o rádio no Brasil: livros, artigos, dissertações e teses (1991-2001)”, disponível no site da Famecos, PUCRS, em projeto Vozes do Rádio, Dóris Fagundes HAUSSEN (2004, p.1-11) registra a origem e preponderância dos temas abordados nas obras mapeadas<sup>5</sup>. Ao avaliar a temática geral dos artigos, verifica diversidade. Mas na análise de conteúdos, observa prevalência da história do rádio. Nas teses e dissertações, conforme a pesquisadora, a história do veículo também predomina. E o mesmo evidencia em relação aos livros publicados. Numa avaliação geral, a autora observa que “os pesquisadores da área têm se preocupado, principalmente, em recuperar a história do rádio no país” (HAUSSEN, 2004, p.9).

Porém, embora as temáticas educação radiofônica e rádios comunitárias, livres e alternativas também se façam presentes, não há indicação de obras com enfoque específico no resgate histórico dos rádios público, estatal ou mesmo de todo o campo não comercial. Pelo menos não para o período investigado por Haussen, que se estende de 1991 a 2001. E foi este justamente aquele em que a pesquisa sobre o rádio mais cresceu no país.

Registra-se, portanto, uma ainda grande ausência de estudos aprofundados quanto a estas emissoras e suas programações, e até mesmo de pesquisas que ao menos consigam resgatar com análise científica, num quadro nacional, a história cronológica desta área da radiodifusão brasileira. Isto apesar de, hoje, o total de estações que se autodenominam públicas já alcançar centenas de emissoras pelo país afora.

Levando-se em conta que o rádio continua a ser um dos veículos de comunicação com maior capacidade de atingir público mais numeroso; que permanece como um dos principais meio de informação, entretenimento e inclusive de formação da maioria da população, em especial os segmentos ainda excluídos do acesso à internet

---

<sup>5</sup>A pesquisa completa está disponível em <http://www.pucrs.br/famecos/pesquisa/radionobrasil/>



e mesmo à televisão<sup>6</sup>; que também se beneficiou dos avanços tecnológicos digitais tanto em termos de produção quanto de veiculação e transmissão, aumentando seu potencial de comunicação; que, portanto, possui, ainda, uma expressiva força de penetração e formação de opinião pública; que, num levantamento geral, é possível observar que parte dessas emissoras vem recebendo maior atenção dos governos, reitorias ou fundações que detêm suas concessões, faz-se necessário um estudo sobre o tipo de programação que estas emissoras colocam no ar diariamente.

Um entre muitos exemplos para esta necessidade e mesmo uma de suas comprovações encontramos no artigo “EBC Serviços: uma opção para o financiamento da empresa pública de comunicação”, de José Roberto GARCEZ (2009, p. 131-141). Entre outros alertas, ao analisar o papel reservado às oito emissoras radiofônicas que a EBC controla no Rio de Janeiro, Brasília e Amazônia, o artigo chama a atenção para a importância que a comunicação via rádio ainda tem hoje na sociedade brasileira, destacando especialmente a produzida pelas estações públicas.

O autor argumenta que a Empresa não pode “ver apenas a televisão e deixar de escutar o cidadão que ainda tem no rádio uma importante fonte de informação”, lembrando que para muitos brasileiros o veículo permanece como o principal, por vezes o único, meio de acesso a informações, serviços de utilidade pública, entretenimento.

Se não fosse pela decisiva presença do rádio no panorama da comunicação brasileira, a história obrigaria a EBC a cuidar com muita atenção desse patrimônio. A empresa controla as duas emissoras mais importantes no processo de formação da radiodifusão no país: a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a mais influente de toda a história do rádio brasileiro, e a rádio MEC, também no Rio, herdeira da Rádio Sociedade,

---

<sup>6</sup> Apesar da crescente disseminação da internet e de a televisão já alcançar o rádio em termos de presença nos lares brasileiros, para muitas comunidades interioranas, principalmente na Amazônia, o aparelho radiofônico continua a ser o único meio mais rápido de recebimento de informação. No 2º Encontro Nacional de Rádio e Ciência, em setembro de 2008, em Belo Horizonte, Mara Régia Di Perna, produtora e apresentadora de programas nas rádios Nacional de Brasília, Amazônia e Rio de Janeiro, destacou sobre o papel do veículo para estas populações: “esse universo da grande rede é ainda muito inacessível. A revolução no Brasil ainda carece até de saneamento básico” (DI PERNA, 2008, p.32). A jornalista e radialista, contou vários fatos que demonstram o quanto o rádio é necessário para os moradores da região amazônica. Falou, por exemplo, sobre a “supertecnologia que é o rádio à manivela”. Lembrou que nos seus programas, fez promoção para distribuir o aparelho. E numa única promoção, recebeu mais de 2.500 cartas de ouvintes concorrendo. “Porque isso aqui é a mais pura tecnologia, é o céu” (DI PERNA, 2008, p. 31-32). Esta dependência que o povo da floresta tem do rádio também foi por mim comprovada no Acre, em 2004, quando lá ministrei um Curso de Radiojornalismo. Por exemplo, ouvi dos alunos que os moradores da floresta e das regiões ribeirinhas aos sete rios que cortam o Acre ainda conservam o rádio como um dos principais itens domésticos. Usam receptores que funcionam com pilhas. E para as economizarem, evitando a oxidação, sempre as retiram ao desligarem o aparelho, deixando-as cuidadosamente guardadas ao lado.

fundada por Roquette-Pinto com missão e controle públicos, hoje retomados pela empresa do governo federal. Ainda no rádio é indispensável valorizar o papel da EBC na difusão de informações para um público abandonado pelo ramo comercial da comunicação. Há uma imensa quantidade de conterrâneos brasileiros que só se abastece de informações pela Rádio Nacional do Alto Solimões, operando em ondas curtas. Embalando cidadania na forma de notícia, música e prestação de serviços, a Nacional da Amazônia recupera o direito que todo o brasileiro tem de estar bem informado. Sua irmã mais nova, a Rádio Nacional de Tabatinga, no Amazonas, foi pioneira, ainda quando era parte da extinta Radfiobrás, na execução de um modelo popular na gestão e operação de uma emissora pública.[...] Esse núcleo tem um desafio idêntico ao da televisão: constituir-se como célula organizadora de um sistema que integre as diversas modalidades de rádio público existentes no Brasil. (GARCEZ, 2009, p. 134).

Assim, então, construímos o “corpus” desta pesquisa. Acreditando que, no conjunto da radiodifusão brasileira, as emissoras que integram o segmento que é o objeto deste nosso estudo representam senão um exemplo que poderia influenciar até mesmo as programações radiofônicas dos veículos comerciais, pelo menos um diferencial. Como explicitamos anteriormente, na contextualização introdutória desta Tese, este segmento da radiodifusão vem se autocategorizando como rádio público mais recentemente. Isto acontece, sobremaneira, por iniciativa das próprias emissoras e seus gestores, como um dos movimentos que têm feito em busca de uma atuação mais organizada e de constituírem um perfil, em especial de programação, mais claro e principalmente contínuo.

Embora se aponte 1936 como o início da história do rádio educativo no Brasil, o que aconteceu com estas emissoras de lá até hoje, em resgates históricos que dêem conta da maioria das suas transformações – voltamos a lembrar -, não se encontra em estudos ou pesquisas realizadas especificamente sobre o conjunto destas estações e com este objetivo. Alguns estudiosos e autores se limitam a traçar rápidos panoramas de memória ou análises em pesquisas que tratam de outros aspectos ou da história do rádio comercial, incluindo apenas referências ao sistema público e/ou estatal, normalmente apresentado como educativo.

Há, ainda, aqueles que realizam pesquisas mais recortadas, focadas em somente um dos meios radiofônicos do grande sistema não comercial – como é o caso de Sandra de DEUS (2003) que vem estudando o rádio universitário – ou em

investigações bem mais particularizadas, como fez Paulo TORINO (2001) ao analisar, na sua dissertação de mestrado, as relações entre legislação e programação das emissoras educativas da região metropolitana de Porto Alegre.

Mas uma pesquisa destaca-se como referencial entre as ainda poucas sobre o chamado sistema educativo. Por ter sido uma das pioneiras e mesmo com recorte focado nas FMs educativas, ao ser realizada, justamente pelo seu pioneirismo, exigiu um resgate histórico de mais fôlego que evidenciou grande parte dos momentos expressivos da trajetória destas emissoras. Falamos da tese “Florescem as FM Educativas no Brasil: Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos”, de Marlene BLOIS (1996).

Mais raras ainda são as pesquisas que incluem ou dão conta de traçar uma periodização que sublinhe pelo menos as grandes fases da trajetória dos rádios público e estatal brasileiros. Aqui convém lembrar, como contextualizamos no início desta Tese, que, no Brasil, as trajetórias de construção dos rádios público, estatal e educativo se confundem, estão interligadas, conforme observamos ao longo de toda a reconstituição desta pesquisa.

E neste ponto, o da categorização histórica por fases, é de se ressaltar que, mais uma vez, Blois é a principal referência, se não a única, já que em sua tese faz uma “Revisão das Fases de Atuação do Rádio para Fins Educativos” (BLOIS, 1996, p. 139-241). Isto embora a sua revisão envolva não apenas as emissoras não-comerciais estatais, educativas, culturais e universitárias. A autora periodiza, na verdade, a história da educação através do rádio, incluindo projetos, entidades, rádios-escolas e outras emissoras voltadas ou envolvidas com produção radiofônica destinada a fins educativos.

No presente estudo, compreendemos que a programação é um dos lugares privilegiados onde se pode melhor detectar e analisar funções, papéis que estas emissoras têm cumprido, lógicas e diretrizes que vêm adotando, enfim, perfis que estão construindo. E como já ressaltamos, praticamente nenhum estudo ou investigação conseguiu, até hoje, resgatar em profundidade e num panorama nacional estas suas trajetórias, transformações e tendências. Por isso, justifica-se uma pesquisa debruçada exclusivamente sobre estas emissoras. Mesmo que delimitada nos conceitos, linhas

editoriais e modelos de programação que adotam, coloca-se como uma possível contribuição para acabar com a lacuna investigativa que ainda se observa em relação a estas rádios. Além disso, pode auxiliar no preenchimento da carência que ainda se resente o veículo rádio no geral.

A trajetória destas emissoras, individualmente ou enquanto grupo, como das suas programações, é, portanto, uma caminhada histórica que ainda carece ser mais contada e analisada. As programações destas rádios – que operam em canais educativos ou mesmo em canais comerciais, mas sempre integrando o antigo sistema educativo de rádio - precisam ser evidenciadas nas suas raízes, nos seus elementos fundadores, nas suas metamorfoses, mediações e percursos que estão em permanente construção. Não apenas para que a memória da radiodifusão brasileira seja resgatada, analisada e preservada em todos seus segmentos. Também – e porque se trata de necessidade de suma importância ao desenvolvimento da comunicação – para que investigações como a nossa possam servir a futuras transformações deste segmento, inclusive nas práticas diárias da produção.

Na atualidade, ainda pode ser uma potencial contribuição ao já longo, mas ainda polêmico, emaranhado conceitualmente e inconcluso processo de implantação dos rádios estatal e público no Brasil. Pesquisas acerca da trajetória histórica destas emissoras em muito podem auxiliar para o efetivo desenvolvimento destes sistemas, e mesmo para as suas tão reivindicadas regulamentações.

Nosso estudo também se oferece como uma possibilidade a outras utilizações mais específicas. Referimo-nos, neste caso, ao uso que profissionais destas emissoras poderão fazer nas suas incessantes buscas de referenciais e respostas para o fazer diário das suas programações. Afora estas, apresenta-se como um subsídio para que a ainda notória subutilização do potencial, características e recursos do rádio seja superada, o que só é possível por meio de conhecimento e entendimento mais profundos e sempre atualizados do veículo.

Nesta perspectiva de contribuição, ao menos no que tange ao debate acerca das programações mais apropriadas a emissoras não comerciais, sejam elas estatais ou públicas, é que tratamos de elaborar esta pesquisa, tomando a doação, por Roquette-Pinto, em 1936, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação

como o marco inicial de um, ainda em construção, sistema brasileiro de radiodifusão pública. Aqui, porém, faz-se necessário esclarecer que mesmo acolhendo este fato como demarcador do início do segmento, nossa pesquisa precisou retroceder a períodos anteriores, no advento da história do rádio brasileiro, para investigar as primeiras raízes da programação que é nosso foco.

Utilizamos revisão bibliográfica tanto para buscarmos referencial teórico quanto para o levantamento de dados, este em livros e outras publicações históricas sobre e das emissoras. Para a coleta dos dados, também recorremos ao material de preservação da memória das próprias rádios, seus relatórios, grades arquivadas, projetos e perfis de programações e guias de programações para os ouvintes. Sobre a programação mais recente, pós-advento da web, observamos e recolhemos informações nos sites mantidos pelas estações.

Durante a fase de levantamento de material para a pesquisa, ainda realizamos coleta em palestras, congressos, seminários, fóruns e outros eventos onde a radiodifusão do campo público esteve em debate, mesmo naqueles em que o tema foi apenas periférico. Igualmente fizeram parte do recolhimento de informações entrevistas não dirigidas com mentores e produtores das programações, desde presidentes e diretores das emissoras a coordenadores, editores e apresentadores. Mais: contamos com nosso próprio acervo, observação-participante e acúmulo de prática, já que dirigimos uma das rádios pesquisadas – a FM Cultura de Porto Alegre, de 1999 a 2002 - e participamos, como uma das coordenadoras, editoras e apresentadoras, da Rede Universitária de Rádios, entre 1994 e 2004.

Ao encerrarmos este subcapítulo, como contribuição e alerta, chamamos a atenção para um problema encontrado durante a coleta de dados: a despreocupação da maioria das emissoras públicas com a preservação de suas memórias e suas disponibilizações à própria sociedade. Observamos nesta pesquisa que em algumas das rádios investigadas, causas políticas levaram à destruição de acervos e ao desestímulo de manutenção das suas histórias específicas. Mas notamos também motivos culturais, principalmente o de não ver importância em conservar as construções históricas, muito menos de recuperá-las ou resgatá-las com o objetivo de entender o presente e projetar o futuro. O contexto em relação a esta questão é mesmo o que tão

bem adverte o teórico Jesús Martín-Barbero no artigo “Saberes Hoje: disseminações, competências e transversalidades”:

Vivemos uma forte des-historização da sociedade em benefício do presente e de sua valorização absoluta, isto é, uma rigorosa perda de memória. [...] lembrar em termos sociais não é fugir em direção ao passado, mas assumir o passado do qual está feito o presente. E sem consciência histórica, lembrar aproxima-nos do boom da memória comercializada, que hoje as modas retrô espetacularizam na arquitetura ou na roupas, ou do auge dos antiquários e dos museus. Há um “arranjo kitsch” no qual podem se misturar retalhos do passado sem a mínima vinculação com seus contextos históricos. (BARBERO, 2008, p. 249)

Para que os “saberes históricos” a respeito destas emissoras sejam possíveis, é preciso que elas conservem seus acervos, seus produtos, por vezes inclusive pequenos passos cotidianos que, à primeira vista, parecem insignificantes e sem importância. No entanto, também é neles que podemos recuperar e analisar memórias que permitirão realmente sabê-las historicamente. Detectamos que é prática comum nas rádios não manter em bom estado de conservação e organizadamente, por exemplo, grades de programação, cópias de programas e roteiros, registros de reuniões de planejamento, documentos, à exceção da Cultura paulista e da MEC RJ, esta última graças principalmente à SOARMEC - Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC. Mas mesmo nestas, a política de preservação das memórias ainda registra muitas falhas e falta de estímulo, incentivos e sustentação financeira. Como se tal conservação não devesse ser, também, uma das missões destas estações.

### **1.3. Metodologia, categorias de análise e referenciais teóricos.**

Para pesquisarmos a programação deste segmento específico de rádios brasileiras, realizamos um estudo histórico, descritivo e de análise. Fizemos opções metodológicas que dão conta de compreender que sua trajetória é uma construção histórica permanente, que tem passado por transformações e influências, inclusive por cruzamentos e mediações com outros aspectos, segmentos e áreas sociais,

econômicas, políticas e culturais.

Por isso e por se tratar de pesquisa sobre a história da comunicação, focada na constituição de um de seus meios, lançamos mão de percursos metodológicos com orientações mais especificamente direcionadas aos nossos recortes. Assim, adotamos a ideia da “história propriamente dita da comunicação” (SCHUDSON, 1993, p.214). Mas esta, conforme o próprio pesquisador, igualmente considerando relações dos meios de comunicação com a história cultural, política, econômica ou social.

Segundo o autor, a pesquisa da história da comunicação com base nesta compreensão leva à pergunta: “de qué modo influncian los cambios em la comunicaci3n y c3mo se vem influidos por otros aspectos del cambio social? (SCHUDSON, 1993, p. 214)”.

Neste autor também nos apoiamos, por exemplo, para observar os balizamentos defendidos e anunciados, pelas próprias emissoras, na constituição dos conceitos e linhas dos modelos de programação de rádios públicas. Sempre contextualizando as suas imbricações evidenciadas através de estações referenciais como também exemplos de norte a sul do país, envolvendo não só a história do meio, mas outras de suas relações históricas constitutivas.

[...] la historia de la comunicaci3n tal como la describo se pregunta por el modo en que los medios de comunicaci3n constituyen y se constituyen por el yo, por la experiencia del tiempo y el espacio, por la noci3n de lo p3blico, por el concepto y la experiencia de la pol3tica y la sociedad y por los lenguajes a trav3s de los cuales las personas comprenden y experimentan cualquier parte del mundo. (SCHUDSON, 1993, p. 218-220)

Ou seja, ao pesquisarmos a constituição histórica das programações destas emissoras não nos limitamos apenas ao resgate memorial. Analisamos a sua trajetória como “um campo de possibilidades”, assim concordando com a visão de investigações históricas de VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY (2006, p. 11). E também a exemplo destes autores, nossa proposta sobre como pesquisar a história “recusa a idéia de que o acontecer histórico obedece a uma lógica rígida” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p.68).

Desta forma, inclusive para melhor contribuirmos com o debate e produção da programação deste segmento de rádios na atualidade, acreditamos que ao elaborarmos esta pesquisa de resgate histórico conseguimos fazer como propõem estes pesquisadores: recuperamos “no passado o processo de constituição do espaço de tensões e conflitos que é o presente e no qual busca se situar”. Para isso, trabalhamos num diálogo constante com fatos e agentes da história destas estações e ainda com os autores referenciais. E sempre, ao longo da pesquisa, em acordo com a perspectiva, a observação sugerida por estes estudiosos, a de que seu passado “pode questionar, modificar a compreensão do presente, que, por sua vez, pode também modificar a compreensão do passado” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 68-69).

O resgate histórico também foi elaborado com base em Jesús Martín-BARBERO (2008, p. 237-252). O teórico latinoamericano entende que para construir memória e conhecimento, produzir saberes hoje, é preciso admitir, entender a “articulação de conhecimentos especializados com aqueles outros que provêm da experiência social e das memórias coletivas”. E entre os saberes que considera indispensáveis, coloca os “saberes históricos”. Depois de alertar que “os históricos estão desvalorizados e quase ausentes do entorno atual”, propõe, na nossa leitura da sua argumentação, uma recuperação da memória contextualizada historicamente.

Não se trata tampouco de promover uma história contemporânea que enfatize o passado recente, sobretudo quando se valoriza o que é atual, confundido com o que é instantâneo. Trata-se de achar pontos-chave no passado para identificar e decifrar as encruzilhadas do presente. É o que fazem, de distinto modo, as diversas culturas, em especial as indígenas, permeando com seu passado a experiência do hoje e do amanhã. A questão é superar a história que prende os indivíduos em sua aldeia – local ou nacional -, mas valorizando, ao mesmo tempo, as memórias locais e as minoritárias. Construir novas narrativas históricas plurais em que caiba a memória do lugar no qual vivo, o país onde estou, o mundo ao qual pertença e abrir os jovens aos diferentes ritmos e temporalidades dos povos e das culturas, além de fazê-los entender que nem tudo acontece na mesma velocidade. (BARBERO, 2008, p. 249)

E pela natureza de permanência na sua construção e desta ser constituída pelas mais diversas variáveis internas e externas, necessitamos investigar esta trajetória



pressupondo que não é definitiva nem que aponta um único caminho e muito menos que evidencia se construir sozinha, tendo somente uma parte. Ao teorizar sobre o estudo da história e da lógica das diversas filosofias dos filósofos, GRAMSCI (1986, p.32) argumenta que “pelo menos como orientação metodológica, deve-se chamar a atenção para outras partes da história da filosofia”. E acrescenta:

Isto é, para as concepções de mundo das grandes massas, para as dos mais restritos grupos dirigentes (ou intelectuais) e, finalmente, para as ligações entre estes vários complexos culturais e a filosofia dos filósofos. A filosofia de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral). GRAMSCI (1986, p.32)

Também tivemos uma certa inspiração gramsciana. Ao pensarmos, inicialmente, que deveríamos buscar este resgate sem uma postura julgadora em favor de um dos lados, um dos seus atores ou uma de suas partes. Assim, na nossa observação, foi possível propiciar a emergência das diversas partes desta história, porque embora singular, mesmo com seus destaques, não a vemos descolada, nem estanque entre suas várias fases e momentos, e muito menos encerrada em si mesma.

Na colocação dos problemas históricos-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar por obrigação que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais avançado quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como um momento subordinado, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, talvez, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista “crítico”, o único fecundo na pesquisa científica. (GRAMSCI, 1986, p. 31)

Por isso, mesmo não aplicando a Dialética na elaboração desta Tese, foi no pensar dialético que buscamos a inspiração inicial para adotar as estratégias metodológicas que enfim balizaram nossa investigação, análise, formulação e

apresentação da pesquisa.

Nas categorias de análise a priori, trabalhamos principalmente com o entendimento de programação de Josep Maria MARTÍ I MARTÍ

[...] la programación también puede ser definida como un arte de encuentro entre los programas y los públicos a los que van destinados, lo que supone la puesta en práctica de una técnica de doble articulación: la de los tiempos de emisión con la de los tiempos sociales;[...] (MARTÍ I MARTÍ, 2004, p. 21)

Ao definir o que são as estratégias programáticas adotadas por emissoras radiofônicas, MARTÍ I MARTÍ analisa que assim montam suas grades de programações e decidem quais tipos de programas nelas incluem:

la programación en tanto que producto radiofónico obedece [...] a unos objetivos precisos (finalidad) que hacen posible la inclusión de un determinado tipo de espacios de acuerdo con unas reglas de pertinencia (coherencia), distribuidos en el marco de unas determinadas unidades de tiempo (continuidad) y previstos y ordenados de acuerdo con unos determinados ciclos (planificación). Estas características específicas de la programación generan en la práctica unas determinadas estrategias programáticas, vinculadas además a unos determinados condicionamientos internos y externos en la elaboración y difusión del producto. (MARTÍ I MARTÍ, 1990, p. 58)

A partir destas compreensões sobre as grades radiofônicas e seus diversos tipos e gêneros de programas, tratamos de realizar o resgate histórico e analisar as programações do grupo de emissoras focado pela nossa pesquisa. Buscamos identificar suas autoproclamadas finalidades, regras que vêm seguindo, explicitando as principais condicionantes às quais se vinculam interna e externamente.

Tudo isso sempre observando se tem ocorrido, e de que maneira, a interação, a articulação entre as rádios e suas audiências. Até que ponto, ao definirem suas programações, as emissoras levam em conta as necessidades e aspirações de seus ouvintes? Estas emissoras públicas acreditam que a estreita relação com a sociedade onde está inserida sua audiência constitui uma das principais bases para o estabelecimento de suas grades? Porque, neste quesito,

concordamos com MARTÍ I MARTÍ (1990, p.60) quando ele, ao analisar estratégias programáticas, atribui às rádios públicas espanholas a exigência de servir com cidadania seus ouvintes.

O autor reconhece que as rádios, especialmente as públicas, trabalham com audiências hipotéticas. Mas defende que, apesar disso, em função do papel social atribuído a estas emissoras, o programador deve interpretar e estruturar as programações com conteúdos onde estejam representadas “las preferencias culturales: lúdicas, formativas e informativas de esta hipotética audiencia” (MARTÍ I MARTÍ, 1990, p. 60).

Igualmente porque referendamos aqui o que Sérgio MATTOS em palestra sobre “O papel social do rádio: a mão dupla da comunicação” aponta como requisitos para uma programação radiofônica que promova interatividade e integração regional:

[...] o segredo do rádio é estar próximo do ouvinte, prestando-lhe serviço de utilidade pública. Por meio de programas informativos, de orientação ou de cunho social, uma emissora de rádio consegue atuar também na mediação das relações de caráter reivindicatório entre grupos constituídos da sociedade civil e governo. As emissoras de rádio devem atuar como elemento de integração regional, capaz de destruir barreiras, preconceitos e de reduzir distâncias, transmitindo a sensação de que os espaços entre os lugares estão cada vez menores. Como instrumento de integração regional, o rádio é o mais eficiente meio democrático de divulgação de cultura e utilidade pública. Isto porque este veículo pode e deve exercer o papel de resistência contra a alienação dos valores culturais, preservando os valores e peculiaridades regionais e garantindo a diversidade cultural. (MATTOS, 2003, p. 64-66)

As emissoras pesquisadas, ao apresentarem seus perfis, ao estabelecerem suas funções e objetivos de suas programações, asseguram buscar cumprir estes requisitos. Mas ao longo do estudo sempre foi necessário observar em profundidade se o cumprimento não tem ficado apenas no nível da intenção. Afinal, atender ao interesse público, disseminar cultura, preservar seus valores, garantir a pluralidade e a democracia, além de transmitir educação também depende da compreensão que acumularam acerca destes. Depende de como, na prática, na grade diária de programação, suas produções, por exemplo, levaram cultura e educação aos seus ouvintes.

Para traçarmos, então, esta trajetória de construção de programação das rádios, ainda nesta categoria, trabalhamos com uma subcategoria, a da programação específica de rádio educativa. Esta buscando balizas especialmente em conceituações de Marlene BLOIS (2003, p.44), para quem “a programação de uma emissora educativa é a grande marca que a difere de uma rádio comercial.” Por isso, entre outras, Blois tece as seguintes considerações quanto a programações, linhas editoriais, objetivos e funções de uma emissora educativa:

Seus vínculos institucionais podem ser com órgãos nacionais ou locais, como com entidades da iniciativa privada, desde que seus objetivos estejam voltados para ações que privilegiem a Cultura e a Educação, nos seus aspectos formativo e informativo. [...] A emissora educativa tem como uma de suas funções a valorização e a preservação da memória histórica e cultural da comunidade da qual é parte. A abertura de espaço em sua programação para expressões da cultura local, regional e nacional, além da divulgação de registro de fatos e personagens de destaque ao longo do tempo, [...] faz-se indispensável [...].”(BLOIS, 2003, p.44-45)

Aqui, também buscamos bases referenciais em KAPLÚN (1978, p. 17-124), na sua obra “Produccion de Programas de Rádio – El Guion, La Realizacion”, nos capítulos em que analisa a “Pedagogia do Rádio”, especialmente quando discute como torná-lo um efetivo instrumento de educação popular. Neste seu livro, KAPLÚN (1978, p.17) propõe uma pedagogia radiofônica para produção de “programas de rádio para algo”, ou seja, com efetivos propósitos educativos, tomando a palavra “educativa” no seu mais amplo sentido. Para atender a sua missão educativa e disseminadora de cultura, o rádio, na perspectiva deste teórico latino-americano, deve:

[...] ser útil ferramenta de trabalho nas mãos daqueles que, sentindo a comunicação como vocação, não vêem no rádio tão somente uma profissão ou um meio de ganhar a vida, e sim que o concebem como um instrumento de educação e cultura populares e como um promotor de autêntico desenvolvimento; que pensam que o rádio, como todo meio de comunicação coletiva, tem uma função social a cumprir, um aporte para fazer frente às urgentes necessidades das massas populares da nossa região.[...] que querem assumir o fazer radiofônico como um serviço e como um compromisso com os povos latino-americanos.[...](KAPLÚN, 1978, p. 17-18)

Ainda observamos as programações destas emissoras com outro entendimento para o qual KAPLÚN (1978, p.18) também faz questão de chamar a atenção na sua obra: o de que “estamos demasiado acostumados a que os programas de rádio educativos são áridos e aborrecidos” [...], têm um “sabor amargo e desagradável”.

Na época da edição de seu livro, em 1978, a análise que o teórico fazia em relação à programação das emissoras educativas na América Latina era de que a quase totalidade das rádios não escapava desta avaliação negativa sobre seus programas. KAPLÚN (1978, p. 18) conclui que “[...] desgraçadamente e salvo honrosas exceções, a maior parte do rádio educativo que se vem fazendo até agora na América Latina tem contribuído para reforçar essa imagem, muito mais que modificá-la.”

Nas nossas reflexões sobre a programação destas estações que se propõem a irradiar programação de rádio pública, também concordamos e adotamos a compreensão de KAPLÚN para “educação radiofônica”, assim proposta por ele:

[...] a denominada 'educação radiofônica' será entendida aqui em um sentido amplo: não só abarcam as emissões especializadas que objetivam alfabetização e difusão de conhecimentos elementares – cuja utilidade e necessidade não se questionam -, mas também todas aquelas que buscam a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade; as que se propõem elevar o nível de conscientização, estimular a reflexão e converter cada pessoa em agente ativo da transformação de seu meio natural, econômico e social. [...]. (KAPLÚN, 1978, p. 21)

A própria Constituição (BRASIL, 1988), no seu artigo 221, estabelece princípios que vão neste sentido, não apenas para as programações de emissoras do campo público, mas para todas as rádios e televisões do país. Diz a Constituição neste artigo:

A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

(BRASIL, 1988)

Como lembra Sérgio MATTOS (2003, p.70), ao fazer sugestões para definição de políticas à radiodifusão pública, estes princípios básicos deveriam ser seguidos principalmente pelas emissoras públicas com finalidades educativas. Com base neles, propõe às programações destas rádios:

[...] evitar a padronização de forma e conteúdo das emissoras comerciais.[...]levar em consideração as condições sociais locais onde os programas são assistidos, pois esta é a única forma de contribuir para a abertura do universo cultural do nosso povo. [...] não devem se preocupar com os princípios e índices de audiência que norteiam as emissoras comerciais, mas, sim, em prestar um serviço de interesse público de qualidade à população, oferecendo programas educativos e culturais.[...] (MATTOS, 2003, p. 71)

Pesquisador, jornalista e ex-diretor geral do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), MATTOS (2003, p.71) sugere ainda que “as emissoras educativas devem produzir e veicular também programas que tenham a finalidade específica de educar”, além de defender o radiojornalismo como programação mais importante destas rádios, “pois elas podem se impor como o principal canal de informação imparcial da população”.

Nestas subcategorias de programação jornalística de rádio e informação radiofônica, aqui usadas sem distinção entre uma e outra, o apoio ficou principalmente com *Información radiofónica*, organizado por MARTÍNEZ-COSTA (2002). Para a autora, o rádio é um meio de informação por excelência:

A pesar de muchos auguraron su muerte súbita tras el triunfo de las emisoras especializadas, la radio informativa tiene una vigencia que corroboran diariamente unas audiencias millonarias. Sin embargo, el aprendizaje de los modelos y el manejo de las herramientas necesarios para contar y construir los relatos informativos en la radio es una ciencia, una técnica y un arte difícil de adquirir. Una ciencia que deriva de la naturaleza sonora del medio que impone unas normas de funcionamiento específicas. Una técnica que hay que cuidar y pulir[...]. Un arte que se adquiere con rigor a través del adecuado tratamiento de la información, de la construcción de un relato interesante, de la presentación autorizada y creíble[...]. (MARTÍNEZ-COSTA, 2002, p.17).

Não trabalhamos fazendo distinção entre programação informativa e programação jornalística porque, para a parte da investigação que recaiu sobre o

radiojornalismo de emissoras do campo público, adotamos a proposta de MEDITSCH (1999, p.20-22) de ampliar a compreensão do jornalismo radiofônico. Além da informação jornalística, noticiosa, inclui-se também a prestação de serviços, como a hora certa, por exemplo. No caso do rádio do campo público, podemos entender esta expansão conceitual como a que insere, entre outras, as informações de cunho educativo, as voltadas para o estímulo ao exercício da cidadania e até mesmo as artístico-culturais e de entretenimento.

A maioria dos autoproclamados veículos públicos em estudo nesta pesquisa, na definição de seus objetivos, na justificativa de suas grades de programação, assegura que tem, como meta, a educação, a difusão do conhecimento e da cultura para toda a sociedade. Ou seja, propõe-se a atender ao interesse público, seguindo o que já propagava a primeira emissora educativa brasileira, a Rádio MEC do Rio Janeiro, na década de 30 do século passado.

A Cultura AM veio depois como emissora explicitamente pública-educativa, ao ser transferida para a Fundação Padre Anchieta - FPA em 1969. Entretanto, ao longo de sua história observamos evidências de que têm definido sua linha editorial, sua programação com objetivos semelhantes. Por exemplo, Jorge da Cunha Lima, que por muitos anos presidiu a Fundação, a qual pertencem a TV e as Rádios Cultura de São Paulo (AM e FM), e hoje é o presidente do seu Conselho Curador, sustenta, como um dos principais objetivos das emissoras da instituição, produzir programação voltada ao interesse público.

Em apresentação da publicação comemorativa aos 30 anos da FPA, distribuída em 1999 e início dos anos 2000, ele credita à natureza e perfil das emissoras de rádio e televisão que então comandava o bom desempenho e aceitação da sociedade:

O desempenho das emissoras da Rádio e TV Cultura, conquistado em trinta anos de atividades, deve-se a dois fatores fundamentais: A estrutura institucional independente, que permite manter o compromisso de interesse público através de uma dinâmica de instituição privada. A manutenção de uma programação de alto nível, alternativa à das redes comerciais. (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, [1999], p.4),

Por consequência, interesse público também foi uma das principais categorias a priori que referenciaram nossa pesquisa. Foi compreendida como “conjunto dos

interesses da cidadania” (GOMES, 2002, p.1). Ao analisar “O interesse público e conceito de jornalismo”, que concluímos ser possível aplicar também à programação radiofônica como um todo, GOMES aprofunda como se atender a este conjunto de interesses.

A questão do interesse público na teoria e na prática democrática consiste no problema de fazer garantir que o que interessa à esfera civil, ao público, possa ter influência na produção de decisão política. Nesse sentido, servir ao interesse público significa oferecer à esfera civil a possibilidade de se ver representada e satisfeita nos procedimentos regulares da esfera política. Como o serviço que o jornalismo pode prestar é a produção e circulação de informações, servir ao interesse público significaria colocar à disposição do público os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado, para que possa fazer-se valer na esfera política. Servir ao interesse público é servir à cidadania, no sentido de possibilitar que a coisa pública, o bem comum, seja decidido e administrado segundo o interesse geral da sociedade. (GOMES, 2009, p. 80)

Esta categoria ainda foi compreendida como opina WEBER, ao debater o conceito de comunicação pública e vinculá-la a interesse público:

A manutenção do debate sobre Comunicação Pública importa para o tensionamento sobre políticas públicas de comunicação, mesmo que a Constituição de 1988, estrategicamente, tenha demarcado diferenças entre a comunicação produzida pelo governo, pelo estado e pela radiodifusão. Nesse sentido, o interesse público deve ser balizador em contraposição ao que pode ser entendido como pertencente ao privado, ao particular, e que não tem cabimento na comunicação gerada por instituições públicas num estado democrático. Significa dizer que o conceito de comunicação pública é argumento fundamental para demarcar as diferenças – e não para sublimá-las – entre direito à informação e a responsabilidade (pública ou privada) de gerar e difundir essa informação que abrange questões de ordem financeira, tecnológica, estética e de regulamentação. (WEBER, 2009, p.13),

A comunicação pública dando conta desta vinculação, no entendimento de WEBER (2009, p.13), pode ser vista como “uma rede, simbolicamente constituída, a partir de temas relevantes ao interesse público”. E estes temas, conforme exemplifica, são revestidos de natureza tanto transitória quanto permanente:

[...] de caráter transitório, como num caso de calamidade pública como



as enchentes em Santa Catarina (novembro, 2008). De caráter permanente como os temas relacionados à proteção da infância e educação, assumidos por organizações privadas, ONGs, instituições públicas, sistema educacional, etc (WEBER, 2009, p.13).

MATTOS (2003, p.71) também defende, para emissoras do campo público, que não se preocupem com índices de audiência da mesma forma que as comerciais. Para ele, o mais importante é que prestem “um serviço de interesse público de qualidade à população, oferecendo programas educativos e culturais”. E sua tradução de programações atendendo ao interesse público é

[...] devem produzir e veicular também programas que tenham a finalidade específica de educar. [...] devem intensificar a produção de programas locais, [...] com produções próprias regionais [...]. O radiojornalismo deve ser considerado como um dos programas mais importantes das emissoras educativas, pois elas podem se impor como o principal canal de informação imparcial da população. [...] Devem fornecer informações que contribuam para o exercício da cidadania, ajudando a população a conhecer seus direitos e deveres, ensinando e esclarecendo, por exemplo, sobre leis e como e onde obter assistência previdenciária, judiciária e hospitalar (MATTOS, 2003, p. 71-72).

Nesta categoria, ainda nos referenciamos no Programa do FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Intitulado Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil, teve sua formulação concluída em julho de 1994, inspira e fundamenta todas as ações e lutas da entidade.

Sejam estes submetidos a formas privadas, estatais ou mistas, os meios de comunicação sempre cumprem funções que são objeto de interesse público. E o controle público deve ser um fator de configuração desta natureza pública. Trata-se de um impulso que, se bem sucedido, poderá ser vertebrador do desenvolvimento consciente da cultura nacional e de uma nova esfera pública. O Público, assim entendido, não é um lugar especial, como pretendem alguns, associado mecanicamente a alguma forma de propriedade, mas é uma qualidade das relações (FNDC, 1994).

Com base neste entendimento de “público”, analisamos as programações das emissoras observando, por exemplo, se ao definirem suas grades e suas produções e as classificarem como tradutoras dos interesses da sociedade tinham semelhante compreensão: não basta o veículo ser de natureza pública, mas, acima de tudo, conhecer e atender necessidades da sua audiência para se situar na realidade social e

por conseguinte, exercer a cidadania. Só assim estas emissoras transmitiriam calcadas na relação comunicação-ouvinte defendida pela entidade.

Em janeiro de 2007, durante as discussões para a criação do sistema de TV Pública, um outro documento do Fórum veio ratificar os entendimentos e conceituações do Fórum acerca da comunicação voltada ao interesse público e, desta vez, aplicada especificamente à radiodifusão pública. Resultado do aprofundamento da contribuição inicial da entidade ao I Fórum Nacional de TVs Públicas, o documento apresenta as “Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil” (FNDC, 2007).

Nele, ao fazer uma rápida avaliação de como se encontram as emissoras públicas na contemporaneidade, a entidade também reflete que devem cumprir função educativa e cultural, assim como já reivindicava e buscava concretizar a rádio pioneira de Roquette Pinto na fase da radiodifusão que aqui pesquisamos.

A radiodifusão brasileira vive um momento de revisão de conceitos e modelos que a constituíram [...]. Em uma ponta, testemunhamos a hipertrofia de um sistema privado-comercial, concentrado em cinco redes nacionais de televisão, pressionado por um modelo de financiamento exaurido em suas fontes de receita e ameaçado pelo advento da convergência tecnológica e por conglomerados internacionais. Em outra, um sistema estatal de rádios e TVs com dificuldades de manutenção, desvirtuado de suas finalidades educativas e culturais, e submetido aos desmandos de governantes que utilizam sua estrutura como instrumento de propaganda política.” (FNDC, 2007, p. 3)

Nesta categoria, referenciais teóricos ainda foram buscados em SANTOS; SILVEIRA (2007), ao analisarem “Serviço Público e Interesse Público nas Comunicações”. Para os autores,

A discussão conceitual acerca da natureza dos serviços de comunicações não é de modo algum uma exclusividade do momento atual. Ela está presente em cada inovação que o setor sofreu, sofre ou sofrerá. Por exemplo, na primeira regulamentação do rádio ou no surgimento da televisão, discussões levantavam os temas de segurança, soberania nacional, liberdade de expressão. Em toda inovação do setor, o questionamento da natureza do serviço se faz presente, instrumentando o embate de forças econômicas e políticas, culminando num contexto normativo reformulado (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 50).

Ao discutirem os modelos britânico e norte-americano, Santos e Silveira buscam, teórica e metodologicamente, compreender as conceituações de Serviço Público e Interesse Público nas comunicações, com o objetivo de contribuir em análises “das políticas de comunicação no Brasil com relação ao que seja o modo de prestação dos serviços de radiodifusão aberta” (SANTOS e SILVEIRA, 2007, p. 79), e fazem as seguintes considerações:

Nossa hipótese inicial [...] é a de que existe no Brasil uma espécie de ‘meio do caminho’ entre o conceito clássico de Serviço Público – tal como originário na regulamentação britânica – e o conceito mais elástico de interesse, necessidade e conveniência pública originário da regulamentação dos Estados Unidos (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 79).

Como não apenas a MEC do Rio de Janeiro e a Cultura de São Paulo, duas das mais antigas e expressivas deste segmento público da radiodifusão, mas a maioria das demais atingidas por esta pesquisa se proclama voltada para a educação e a cultura, também procuramos referenciais para esta última categoria. Principalmente buscamos explicitar, ou ao menos detectar, quais são as concepções de cultura que têm norteado estas emissoras para montarem suas grades e justificarem que suas programações cumprem o papel educativo-cultural que lhes é atribuído. .

Analisamos cultura nas programações como uma concepção que deve ser ampliada, agregar uma diversidade de elementos, manifestações e expressões que permitam observar e expressar a construção da identidade de um povo, uma sociedade, uma comunidade. Para esta categoria, então, entre outros, serviram de fonte o debate e as proposições de Jesús Martín-BARBERO( 2002, p. 41-79) sobre televisão pública e cultural. Na atualidade, o teórico discute mais a função da televisão, por entender que esta ocupa hoje, na América Latina, a função determinante que o rádio cumpriu até a década de 70.

E o rádio, ligado à oralidade cultural desses países, e que até os anos 70 teve um papel decisivo na mediação entre o mundo expressivo-simbólico do rural e a racionalidade tecno-instrumental da cidadew, foi afastado dessa função pela televisão – meio onde hoje se tecem poderosas cumplicidades e interações da cultura oral com a visualidade eletrônica. Contraditória modernidade, a da televisão, nos países onde a

desproporção do *espaço social* que o meio ocupa (pelo menos em termos da importância que adquire tudo que nele aparece), é no entanto, proporcional à ausência de espaços políticos de expressão e negociação dos conflitos, e também à não representação, no discurso da cultura oficial, da complexidade e diversidade dos mundos de viver e dos modos de sentir de seus povos. (BARBERO, 2002, p. 43)

Concordamos que a televisão, em comparação ao rádio, é o meio de comunicação contemporâneo mais imbricado, mais determinante na construção sócio-cultural das realidades latino-americanas por sua acessibilidade à maioria da população. Mas também voltamos a ressaltar que o veículo radiofônico, na nossa observação, pelas suas características específicas, em especial as de alcance geográfico, de mobilidade e baixo custo, permanece, junto com a tv, como uma das principais mídias que proporcionam informação, formação e entretenimento à sociedade. No seu debate sobre o que torna cultural a televisão, o próprio teórico reconhece que estes importantes papéis sócio-culturais a que estão sujeitas as comunicações são desempenhados, na contemporaneidade, ou pelo rádio ou pela tv como também por ambos. E que, portanto, é preciso

[...] é na televisão ou no rádio onde cada vez mais gente se liga com a cidade onde vive. Em cidades cada vez mais extensas e descentralizadas, o rádio e a televisão acabam sendo o dispositivo de comunicação capaz de oferecer formas de contrabalançar o isolamento das populações marginalizadas, estabelecendo vínculos culturais comuns à maioria da população. [...] Tudo o dito acima[...] significa a necessidade de uma crítica capaz de distinguir entre a indispensável e permanente denúncia daquilo que na televisão trai as exigências cidadãs de informação e cultura, para servir aos interesses mercantis, e o lugar estratégico que a televisão ocupa nas dinâmicas da cultura cotidiana das maiorias, na transformação das sensibilidades, nos modos de construir imaginários e identidades. (BARBERO, 2002, p. 68)

Justamente por isso - tanto pela concordância quanto pela ressalva, tanto pelos papéis que estão reservados a estas duas mídias quanto pelos efetivos desempenhos de ambos – acreditamos que é possível pensar a programação cultural do rádio público com as mesmas compreensões do teórico sobre a televisão. E sublinhar que para não trair as necessidades culturais, assim como as educativas e informativas, das suas audiências, a programação radiofônica que se pretende voltada à cultura e educação há que se diferenciar e trabalhar com novas linhas e entendimentos mais amplos sobre

as bases que a norteiam. Traduzir, portanto, cotidiana e totalmente na sua grade uma nova percepção sobre informação voltada ao interesse público, educação e cultura, exatamente o tripé sobre o qual asseguram se assentar as programações das emissoras aqui estudadas. E assim, não apenas permitir a expressão, a comunicação da sociedade como um todo e incluindo a sua completa diversidade. Mas, ao mesmo tempo e em equilíbrio, provocar e possibilitar a sua reflexão tanto quanto sua transformação.

[...] é cultural a televisão que não se limita à transmissão de cultura produzida por outros meios, mas a que trabalha na criação cultural a partir de suas próprias potencialidades expressivas. O que envolve não se limitar a ter alguma faixa de programação com conteúdo cultural, mas sim ter cultura como projeto que atravessa qualquer um dos conteúdos e dos gêneros. [...] legitimar a produção experimental, concedendo-lhe reconhecimento social e valor cultural.[...] é cultural a televisão que torna expressivamente operante a especialíssima relação que ela tem, como meio, com a acelerada e fragmentada vida urbana.[...] traduzir, expressiva e reflexivamente, em sua fragmentação e fluxo, um dos “traços de época” mais fortes.[...] ao se assumir como uma nova experiência cultural, a própria televisão abre o caminho para se tornar alfabetizadora da sociedade toda nas linguagens, habilidades e escritas audiovisuais e informáticas que fazem parte da complexidade cultural específica de hoje. (BARBERO, 2002, p. 71-73).

São entendimentos a respeito da conjuntura atual da radiodifusão pública. Entretanto, oferecem apoios para também lançar observações a momentos mais antigos do segmento. Isto da mesma forma como trouxemos para o presente leituras teóricas da radiodifusão passada.

Desde que sempre levando em consideração a contextualização da época que se observa, com as compreensões contemporâneas deste autor, assim como de outros, pode-se avaliar as programações das emissoras aqui estudadas durante seus mais de 70 anos de história. Mas tanto quanto evidenciar o passado com olhares do presente, também se consegue analisar a atualidade e projetar o futuro com teorizações mais antigas. Muitas, inclusive, mostram-se tão atuais, tão adequadas ao contemporâneo, que parecem ter sido construídas hoje.

Por estes entendimentos, em toda nossa pesquisa, as referências teóricas são evidenciadas e aplicadas em todos os tempos, sempre que dão conta de apoiar as

análises e compreensões das construções históricas das programações aqui estudadas.

Desde a época do pioneiro Roquette-Pinto, os programas para levar cultura aos radiouvintes, nestas emissoras, sempre incluíram música erudita. Depois, a maioria, além desta, passou a fazer da MPB um dos seus carros-chefes da programação musical, invariavelmente afirmando que transmitem só música popular brasileira de qualidade e também a boa música nativa da comunidade que atendem. E todas ainda têm programado nas suas grades, uma agenda artístico-cultural, informando aos seus ouvintes as melhores atividades de cultura da cidade, região, estado.

Para analisarmos estas opções das emissoras, outra discussão que muito nos guiou, por tratar justamente de programação radiofônica educativa, é a levantada por KAPLÚN (1978) quanto à concepção de cultura aplicada na produção de programas ditos culturais:

[...] algo análogo sucede com a noção de 'espaço cultural'. Geralmente se entende por tal um programa que, quase por definição, deve manter-se divorciado da vida concreta da maioria da população e tratar de temas alheios à realidade imediata que a rodeia: quanto mais distantes da sua realidade, mais 'culturais'. 'Cultural' é entendido como contrário de 'popular'. Por exemplo, uma sinfonia de Haydn ou a notícia da estréia de um ballet em Paris é cultural; porém, uma dança ou o artesanato indígena não parecem ser considerados como expressões da autêntica cultura. A cultura é vista como um produto para as elites, seletivo e de luxo, refinado e talvez um pouco supérfluo. É associada muito mais facilmente ao museu do que à vida. [...] (KAPLÚN 1978, p.18-19)

MATTOS (2003) foi mais um grande inspirador para as investigações das programações destas emissoras no quesito cultura. Principalmente suas preocupações tanto com as concepções dos produtores acerca, por exemplo, do que é a cultura, como também com os entendimentos e conhecimentos sobre os perfis de suas audiências.

Os produtores de programas culturais considerados de alto nível devem estar conscientes de que quando criam este tipo de programa ele terá como público-alvo apenas pessoas que já possuem um nível cultural elevado. Portanto, também devem produzir programas culturais menos sofisticados, voltados para aqueles segmentos menos favorecidos da sociedade, de nível cultural menos elevado, não deixando de observar que, nestes, a função educativa deve predominar. (MATTOS, 2003, p.72)

Ainda trouxemos, para esta pesquisa, análises de Theodor Adorno, especialmente as sobre música e produções radiofônicas. Por exemplo, no artigo "A Social Critique of Radio Music" (ADORNO, 1993, p.279), o teórico frankfurtiano critica toda e qualquer produção radiofônica, dando a entender que nenhuma pode ser tomada como transmissão de cultura. Nem mesmo a música erudita, cujas veiculações tem sido ostentadas como um dos grandes diferenciais das emissoras educativas em relação ao apelo comercial das rádios de propriedade privada poderia, à luz de suas concepções, conceder "status" realmente cultural às programações.

Para ele, inclusive uma sinfonia, ao ser apresentada no rádio, não passa de uma mera peça de entretenimento: "[...] é absurdo dizer que possa ser recebida pelo ouvinte como qualquer coisa além de entretenimento... cria artificialmente no público a ilusão de que esteja recebendo a melhor música do mundo [...]" (ADORNO, 1993, p.279).

Na época em que analisou a música no rádio, anos 30 do século passado, Adorno ainda não havia cunhado seu conceito de indústria cultural, mas já o antecipava. Com base no teórico, podemos perguntar se ao menos as emissoras do campo público conseguiram escapar da programação culturalmente massificada e estandardizada que ele atribui a toda e qualquer transmissão radiofônica. Porque, para ele, "sob a égide do rádio acontece uma regressão do público" (ADORNO, 1993, p. 276).

Pois data justamente do tempo em que Adorno criticou a programação de rádio como padronizada, estereotipada – portanto, sem condições de contribuir para elevar culturalmente a audiência - o início da radiofonia brasileira, inclusive a do segmento público que, historicamente, tem se apresentado como seguidora dos ideais do pioneiro Roquette-Pinto.

Como bem lembra PIOVESAN (1986, p. 23-60) em seu artigo "Rádio Educativo: avaliando as experiências das décadas 60/70", o meio "surgiu no Brasil com propósitos nitidamente educativos e culturais – essa era a preocupação de Roquette- Pinto quando fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923".

Entretanto, na avaliação deste estudioso, tais finalidades não foram alcançadas, já que os programas incluíam somente cultura de e para a elite. Além disso, então e ao

longo da sua história, o que mais tem marcado a programação das emissoras do campo público é a confusão, a não clareza acerca do que significa transmitir educação e cultura. Diz ele referindo-se à programação do rádio pioneiro no Brasil:

Apesar de uma programação elitista baseada em ópera, recitais de poesia, concertos, palestras culturais, etc., orientada a uma classe economicamente privilegiada, que podia importar os aparelhos receptores de rádio, a emissora se caracterizava como rádio de cunho educativo. É claro que estavam como de fato estão até hoje, um pouco misturados os conceitos de cultura, educação e instrução. (PIOVESAN, 1986, p.53 e 54).

Nesta Tese, entendemos ser possível ampliar a avaliação de Piovesan, observando que mais do que misturar conceitos, a construção da programação destas emissoras, da década de 30 até hoje, evidencia compreensões diferenciadas, divergentes do que é cultura, por exemplo. E isto tem acontecido não apenas na comparação entre as diversas emissoras. Ocorre dentro de uma própria emissora, especialmente na variação de um período histórico para outro.

Para nossos resgates e análises na categoria cultural, também buscamos apoio em um dos grandes estudiosos da cultura brasileira, Renato Ortiz. E nele encontramos pistas para entender porque observamos traduções tão diferentes aplicadas nas grades programativas destas estações do segmento estatal público.

Na obra “Cultura Brasileira e Identidade Nacional”, ORTIZ (1994, p.79-126) analisa a atuação e as concepções do Estado brasileiro pós-64, especialmente nos anos 70 e através do seu discurso, sobre a produção e organização cultural. Sua argumentação para a necessidade desta análise é que: “Para se pensar como se estrutura atualmente o campo da cultura é necessário levar-se em consideração a atuação do Estado brasileiro, que sem dúvida alguma é um dos elementos dinâmicos e definidores da problemática cultural” (ORTIZ, 1994, p.78).

Para isso, focalizou “diversos setores culturais ligados ao Estado”. Entre os por ele destacados, não estão as emissoras estatais. Mas podemos entender que quando não aplicaram na totalidade ou na maior parte, estas rádios incorporaram, nas suas programações, pelo menos alguns reflexos da ação e compreensão de cultura do Estado nacional nos seus variados níveis.



O autor cita, por exemplo, que a política cultural do MEC nos anos 70, na gestão do ministro Portela, “opõem saber popular a uma cultura de elite” (ORTIZ, 1994, p.119), classificando tal argumentação de “conservadora”. De ORTIZ (1994, p.140), também consideramos, como pistas para observar as concepções de cultura que embasam as programações, o seu entendimento de que o “Estado, através de seus intelectuais, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressões da cultura nacional”.

Além das concepções sobre cultura do Estado brasileiro, assim como suas práticas, buscamos observar a programação com base em compreensões sobre a relação que se faz entre comunicação e cultura. Consideramos que estão ou deveriam estar essencialmente imbricadas; que a construção do rádio público não se dá com políticas estanques, somente a partir de políticas para a comunicação, mas também, e em igual importância, das culturais; que a cultura, no seu sentido mais amplo, precisa perpassar toda a programação, nossas referências, nestas questões, mais uma vez advêm de BARBERO (2002, p. 74-75):

No que se refere ao espaço nacional, as políticas de comunicação não podem hoje ser definidas unicamente a partir do Ministério de Comunicações, como meras políticas de “tecnologia” ou de “meios”, mas devem fazer partes das *políticas culturais*. Da mesma forma, será impossível mudar a relação do Estado com a cultura, sem uma política cultural integral, ou seja, sem desestatizar o *caráter público*, re-situando-o no novo tecido comunicativo do *caráter social*, mediante políticas capazes de convocar e mobilizar o conjunto de atores sociais.[...] Assim como na esfera do mercado a regulamentação estatal se justifica pelo inegável interesse coletivo, presente em toda a atividade de comunicação de massa, a existência de meios públicos justifica-se pela necessidade de possibilitar alternativas de comunicação, que dêem entrada a todas aquelas exigências culturais que não cabem nos parâmetros do mercado, sejam elas provenientes das maiorias ou das minorias.

Optamos por referenciais tão diversos para que a pesquisa não caísse no reducionismo, no maniqueísmo. Buscamos fazer, novamente, como Barbero (1998) que, ao juntar Gramsci com Paulo Freire, observa a comunicação como um processo social e como um campo de batalha cultural. Um processo, um campo, um espaço onde se dão as mediações, inclusive entre dominados e dominadores. Um processo em que

a história, mesmo investigada e contada em sequência cronológica, não se mostra somente estanque e linearmente. Passado, presente e futuro se misturam. A história destas emissoras e suas programações cruza-se com muitas outras histórias. E ela mesma não é apenas uma. Constrói-se, na verdade, de várias e, por vezes, até divergentes.

## 2. RÁDIOS PÚBLICAS BRASILEIRAS: JÁ HÁ MUITAS HISTÓRIAS A CONTAR

*Muita gente acredita que o papel do educativo do radiofônio é simplesmente um conceito poético, coisa desejável, mas difícil ou irrealizável. Quem pensa desse modo não conhece o que se está fazendo no resto do mundo e, o que é melhor: o que se faz no Brasil.[...] Se muitos dos ouvintes são pessoas cultas para as quais aquilo é passatempo, alguns milheiros são homens e mulheres do povo que, sem saber ler, vão aprendendo um pouco. Temos tudo feito?- Que esperança! Estamos apenas no início do começo...*  
 Roquette-Pinto (2008, p. 23)

### 2.1. As fases históricas: nossa proposta de periodização

Para resgatar a trajetória histórica das programações das emissoras radiofônicas brasileiras públicas, já de início ficou evidente a necessidade de buscar uma periodização da história específica do segmento. Uma periodização que detectasse os principais momentos e ações ao longo dos seus mais de 70 anos de existência, fazendo emergir as transformações históricas demarcadoras e as suas rádios referenciais. E que, desta forma, contribuísse para a sistematização e o avanço da coleta de dados e principalmente, que servisse como um roteiro condutor à pesquisa e elaboração da Tese.

Assim, chegamos a uma periodização elaborada com base nas análises sobre dados coletados e categorias referenciais adotadas, tendo, como um dos principais pontos de partida e apoio, o resgate de BLOIS (1996, p.139-241). Neste resgate, a autora inclusive propõe uma revisão na sua própria primeira categorização, realizada em estudo de 1984, repensando fatos, acrescentando outros e complementando o último período, na sua periodização encerrado em 1995. As bases por ela adotadas para estabelecer as fases do sistema educativo até aquele ano foram:

Objetivos e ideologia de atuação e formas de execução para atingi-los; evolução que introduz novas estratégias, refletidas na consolidação do veículo para os fins propostos; na ampliação de seu alcance; na

adaptação ao avanço tecnológico e a realidade conjunturais, trazendo, como consequência, alterações em sua estrutura (BLOIS, 1996, p. 40).

Do estudo realizado pela pesquisadora, resultou uma revisão que categoriza as fases históricas para o rádio educativo até 1995. Para ela, a fase pioneira vai de 1923 a 1928. Neste período, Roquette-Pinto apresentou um plano de implantação da Radioeducação no Brasil e duas emissoras - a pioneira Rádio Sociedade e a Rádio Escola Municipal – foram sua expressão.

A segunda fase compreende de 1929 a 1940 e foi a de “marcantes realizações do rádio com fins educativos, com a Rádio-Escola, enquanto proposta e formatação, consolidando-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, e com a formação de cadeias radiofônicas” (BLOIS, 1996, p.146).

Na terceira fase de atuação do Rádio, de 1941 a 1966, conforme categorização da autora, o “grande destaque vai para as Escolas Radiofônicas” do Movimento de Educação de Base, “a mais consistente experiência de utilização do rádio na construção e no exercício da cidadania”. Também são sublinhados, neste intervalo, os cursos para professores da Universidade do Ar, os projetos de alfabetização pelas ondas radiofônicas, a criação do (SIRENA) – Sistema Rádio Educativo Nacional e a inauguração da primeira rádio universitária brasileira pela UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BLOIS, 1996, p.147-155).

A quarta fase, entre 1967 e 1979, evidencia o Projeto Minerva como “a grande vitrine do rádio educativo no Brasil” (BLOIS, 1996, p.162). É, também, o período em que o MiniCom - Ministério das Comunicações reserva canais em FM para fins educativos e o da disputa, pelas emissoras educativas federais, entre a então recém criada Radiobrás e o MEC - Ministério da Educação..

Por fim, a partir de 1979 até 1995, anos que hoje podemos incluir na quinta fase, BLOIS (1996, p. 171) dá destaque à criação, em 1983, do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED, que com treze emissoras participantes, no seu início, já passa a operar com uma grade nacional para a retransmissão conjunta de programas e séries. A avaliação de sua periodização é de que o rádio educativo desta fase se estrutura como segmento através do SINRED. BLOIS (1996, p.240) também resgata que o sistema “vive, no final dos anos 80, momentos de sua consolidação,

passa por período crítico no início de 90, sem afetar, no entanto, a idéia de integração do trabalho cooperativo entre emissoras educativas”.

Para o nosso estudo, construímos uma periodização específica da história própria da radiodifusão pública brasileira, diferenciada da normalmente acolhida para a radiofonia geral. Para esta, a da história do setor no seu todo, em 1998 elaboramos uma categorização que nos orientou na pesquisa sobre “A notícia de rádio no Brasil” (ZUCULOTO, 1998, p.12-15). Esta periodização da radiodifusão nacional na sua totalidade levou em conta também os momentos mais expressivos e demarcadores.

E para a chegarmos a ela, partimos principalmente de BONAVITA FEDERICO (1982, p. 32-100). Mas também revisamos esta que foi nosso ponto de partida. E, além disso, buscamos sintonizar nossa categorização por fase mais com o objeto da pesquisa de então, sobre a notícia radiofônica brasileira. Como esta nossa revisão também constitui um dos pontos de partida no atual estudo específico sobre o rádio público, é pertinente retomar os principais aspectos nela evidenciados para a história geral da radiofonia brasileira

**1ª fase** – [...] advento do rádio em 1922 a meados da década de 30. [...] nesta fase o rádio se constrói como veículo de transmissão elitista. [...]

**2ª fase** – [...] inicia por volta de 1935 e se encerra em 1955, com o desenvolvimento da televisão no Brasil. [...] inclui a chamada “época de ouro” do rádio brasileiro [...] o predomínio, nesta época, é de uma verdadeira “era do rádio-espetáculo”, com os programas de auditório, os musicais, as radionovelas, num padrão de radiofonia “broadcast” ao estilo norte-americano. Embora o espetáculo domine o rádio de então, também ocorre nesta fase o surgimento daquele que tem sido tomado como o marco do jornalismo radiofônico brasileiro - o Repórter Esso. [...]

**3ª fase** – [...] começa na metade dos anos 50 e se estende por todo os 60. É quando o rádio realmente sofre o impacto do advento da televisão [...], passando de uma era de espetáculo para uma fase de simples “vitrolão”, em que se limita a rodar discos em praticamente toda sua programação[...]. Porém, contraditoriamente, é quando outra boa parte das emissoras constrói a história da radiofonia brasileira [...] também através do desenvolvimento do radiojornalismo. E o avanço da tecnologia, com novidades como o transistor e vários outros equipamentos eletrônicos, constitui-se num dos aspectos históricos que mais influi na trajetória do rádio [...].

**4ª fase** – [...] décadas de 70 e 80. Trata-se do período em que o rádio brasileiro luta para se recuperar através do incremento do jornalismo, da prestação de serviços, da segmentação, e do desenvolvimento das FMs.

[...] o processo de especialização e segmentação se acelera e algumas emissoras já experimentam um formato de programação que se aproxima do all news; ocorre a cristalização da tendência de formação de grandes redes permanentes; [...]

**5ª fase** - Chega-se ao rádio contemporâneo, ao rádio que agora se digitaliza e assim como todos os meios de comunicação de massa, sofre fortes influências e mudanças sob o impacto das novas tecnologias e da globalização deste final de século. Estamos, como diz Eduardo Meditsch (1995, p.15), numa 'era intelectual eletrônica' e sua instauração 'redefine a função do rádio informativo'. (ZUCULOTO, 1998, p.10- 15):

Ao construirmos uma periodização singularizada da história do rádio público brasileiro, também recorreremos ao acúmulo já existente, referenciando-nos na pioneira construída por Marlene Blois, e como a própria pesquisadora afirma que é passível de revisão, assim procedemos fazendo uma adequação à pesquisa atual e com base especialmente na coleta de dados sobre o grupo de emissoras objeto do recorte do nosso estudo.

Nesta, resgatamos as fases de constituição do rádio do campo público brasileiro, observando transformações de maior destaque, mais expressivas e emissoras referenciais, em especial aquelas determinantes para as linhas e modelos de programação. Sublinhamos os grandes períodos históricos deste segmento radiofônico assim categorizados em períodos, numa espécie de Linha do Tempo por fases<sup>7</sup>:

**Década de 20 ao início dos anos 40: 1ª fase – Pioneira** - embora tenha seu início histórico demarcado em 1936, precisa ser analisada desde os anos 20 do século passado, quando a radiofonia geral é implantada no Brasil, já que, neste período, ainda não havia a divisão em sistemas comercial e não-comercial. As concepções de Roquette-Pinto para o então novo meio de comunicação, de transmitir educação e cultura para o povo brasileiro, são aplicadas por todas as emissoras pioneiras no país. Isto mesmo nos primeiros anos que se seguiram à implantação do rádio comercial e o início do sistema educativo, com a doação da emissora de Roquette-Pinto, a Rádio Sociedade, para o Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1936. Esta fase, na

---

<sup>7</sup> Esta periodização em fases históricas, juntamente com toda a Tese aqui desenvolvida, propiciou que elaborássemos uma Linha do Tempo do Rádio Público no Brasil, que se encontra no Apêndice deste trabalho.

periodização com a qual trabalhamos, estende-se, portanto, pelos anos 20, 30 e início dos 40;

**Meados do anos 40 ao começo da década de 70: 2ª fase – Ensino pelas ondas radiofônicas** - é aquela em que o sistema efetivamente começa a se desenvolver buscando se firmar como educativo. O segmento passa a incluir produção e transmissão de programas de educação formal, instrucionais, com incremento de aulas pelas ondas radiofônicas. Enquanto isso o Rádio Comercial vive sua Era do Ouro até início dos anos 60. A PRE 8 - Rádio Nacional do Rio de Janeiro é estatizada pelo governo federal, mas continua operando como emissora comercial. E paradoxalmente, torna-se uma das maiores expressões desta época áurea da radiofonia comercial que se tornou hegemônica na radiodifusão brasileira. A Rádio MEC do Rio de Janeiro já não tem mais Roquette-Pinto no comando – após doar a Sociedade ao MES, ele permaneceu à frente da estação até o início dos anos 40 -, mas as suas linhas de programação voltadas à educação e cultura são tomadas cada vez mais como a missão da emissora. E assim a MEC começa a se firmar como rádio referência no segmento educativo.

Também é nesta fase que começam a serem implantadas rádios educativas vinculadas a universidades. A primeira emissora universitária foi a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que entrou no ar em 1957 (DEUS, 2003, p. 8). Em 1969, a Cultura de São Paulo, em operação desde 1936, deixa de ser comercial com sua outorga passando para a Fundação Padre Anchieta, do governo estadual paulista. A partir do golpe militar de 64, ao mesmo tempo em que também sofrem os efeitos da ditadura, especialmente da censura e demais restrições impostas pela ditadura, as emissoras educativas começam a se beneficiar de políticas de integração nacional com estímulo ao incremento da radiodifusão e aqui, principalmente com os estímulos ao desenvolvimento da educação radiofônica. Preparam-se para, no próximo período, também experimentar uma época áurea. Esta fase vai de meados dos anos 40 ao início dos 70;

**Do início dos anos 70 até final da década de 80: 3ª fase – “Era de Ouro” do**

**Rádio Educativo** – esta, classificamos como a fase áurea da história da radiofonia pública, com o apogeu do Rádio Educativo. Período de consolidação da radiofonia educativa mais voltada para o ensino instrucional, sob a influência da legislação, dos avanços das tecnologias da comunicação e da intensificação das políticas dos governos militares. É o período de muitos projetos de ensino pelo rádio, com destaque para o Minerva. Frente à concorrência da televisão e com novas tecnologias, assim como todo o rádio, inclusive o comercial, também o segmento então conhecido como educativo precisa buscar alternativas de sobrevivência.

Por isso, esta igualmente é a fase de avanço da educação não-formal como linha de programação, com a época do estabelecimento das cadeias retransmissoras, possibilitadas pelo satélite, tendo a Rádio MEC-Rio como a cabeça de rede principal e a Cultura AM de São Paulo, agora já operando como não-comercial, como referência em franca consolidação. Este avanço tem como principal expressão a instituição do SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa que reúne emissoras educativas em co-produções e em transmissões de programas em cadeia nacional<sup>8</sup>. Inclui as décadas de 70 e 80;

**Anos 90: 4ª fase – A explosão das FMs educativas e universitárias** – com o grande crescimento do número das FMs também no campo público, disseminando concessões principalmente para as Universidades, é a fase da organização em especial das emissoras universitárias. O chamado sistema educativo, então, busca organizar-se contando tanto com as estatais quanto com as culturais e universitárias, através de redes formais e informais. A Rádio MEC tenta reeditar o SINRED. Mas o que se evidencia, como uma das grandes movimentações deste período, é o trabalho conjunto de coberturas das SBPCs, as Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Rede Universitária de Rádios. Embora tivesse, entre

---

<sup>8</sup>Conforme histórico cronológico da Rádio MEC do Rio de Janeiro disponível em seu site (RÁDIO MEC, 2007), as primeiras atividades do SINRED foram informais. Começaram em 1982, com a co-produção de duas séries educativas e culturais: ‘Coisas da Província’ e ‘Meu Brasil Brasileiro’. O objetivo do SINRED era produzir e transmitir, em cadeia nacional, programas com manifestações culturais de cada região do Brasil, promovendo o intercâmbio de informações. Mas somente em 1983 ocorre a instituição formal e oficial do SINRED, através da Portaria 344 do MEC. Também de acordo com o site da Rádio MEC, no início do Sistema oficial, duas séries co-produzidas se destacaram: ‘Perfis Brasileiros’ e ‘Esses Moços’. O SINRED funcionou até 1988. Neste ano foi desativado e em 1994, houve tentativa de reativá-lo, inclusive através de uma nova portaria ministerial, mas sem êxito.



emissoras coordenadoras, a Rádio MEC-Rio, e contasse com a integração de outras rádios estatais, a Rede para coberturas das SBPCs fez história comandada principalmente pelas universitárias, daí o seu título. Esta fase se estende por todos os anos 90 e é também caracterizada pelo fato de as próprias emissoras passarem a se autodenominar rádios públicas;

**Anos 2000: 5ª fase – em busca do Sistema Público de Rádio** - é a de implantação do rádio digital, que havia começado na anterior, na produção. É o período do debate e testes do padrão a ser adotado no Brasil. Imbricada com esta grande transformação, outra é aprofundada pela busca de uma definição sobre, afinal, quais emissoras efetivamente compõem o sistema público, quais realmente são as rádios públicas e cumprem o papel de atender, com sua programação, ao interesse público. Aprofunda-se o debate sobre sistema público e sistema estatal de rádio. As Universitárias tentam, novamente, uma articulação. Em 2004, é fundada a ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil.

Esta fase se situa no início do século 21, dos anos 2000, e chegam aos dias atuais fervilhando em discussões, polêmicas e tentativas de definições, em especial a partir do governo federal que, depois de instituir a TV Pública, criando a EBC–Empresa Brasil de Comunicação, busca liderar a constituição do Rádio Público. Especialmente sob o comando da Associação das emissoras e da Radiobrás se realiza o I Fórum Nacional de Rádios Públicas, em novembro de 2007, onde o governo Lula apresenta sua proposta de constituição de um Sistema de Rádio Público. Poucos meses depois, o governo federal institui, na EBC, a Superintendência de Rádio. Em 2009, UnB, ARPUB e EBC promovem o Seminário e III Encontro Nacionais de Rádios Públicas, onde são discutidos novos projetos de programações em rede. O segmento define teses para a I Conferência Nacional de Comunicação - Confecom.

## **2.2. A programação de rádio pública: à procura de modelos para o Brasil**

Para reafirmar a programação como lugar privilegiado para a construção do rádio público, nesta contextualização introdutória ainda sublinhamos mais alguns referenciais de concepções que vão neste sentido. Por exemplo, concordamos com a compreensão

de que o Estado também tem uma dimensão pública. Neste caso, investigamos com o mesmo olhar de SCHRÖDER (2009, p.344). Coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, ele diz que é um debate bem atual “a idéia de quanto o Estado representa o público”. Citando Habermas, Schroder explica que o filósofo considera que “a natureza de qualquer exercício, qualquer atividade de comunicação, seja ela TV ou rádio, é essencialmente pública, porque o Estado precisa administrar a escassez do espectro.” Porém, para o jornalista, professor e Coordenador do FNDC, “não é isso que a torna pública; o que a torna pública é seu conteúdo[...]”. (SCHRÖDER, 2009, p.345)

Para a UNESCO (2006), é perigoso retirar dos sistemas estatais de rádio e tv a possibilidade de serem considerados Radiodifusão de Serviço Público (RSP). Mas igualmente coloca como erro tratar os estatais como sinônimos de públicos.

Este error se origina del hecho que muy pocos países em el mundo cuentan con una genuína RSP y que la mayoría posee sistemas de difusión estatales. Además, cuando se lê compara con la difusión comercial, la difusión estatal aparece como mas orientada al servicio público, lo que nos conduce a esta frecuente confusión entre la RSP y los sistemas de difusión estatales. (UNESCO, 2009, p. 29)

Lembramos que as rádios estatais, educativas, culturais e universitárias já somam cerca de quatro centenas de veículos espalhados por todo o país. Em meio à confusão acerca de suas natureza e alinhamento legal, ainda são classificadas como componentes de um sistema educativo. Mas hoje, e cada vez mais, a maior parte delas se autodenomina, se apresenta, explica e conceitua como emissora pública, mesmo as que têm estreita vinculação estatal. Isto apesar de até o momento, como observamos acima, a legislação brasileira para a radiodifusão não incluir a regulamentação destes três sistemas constitucionais, os privado, público e estatal.

Bem ao contrário, a maioria, inclusive e principalmente as estatais, na atualidade está cada vez mais envolvida no já longo, mas ainda inacabado e conceitualmente confuso debate sobre a formação e regulamentação do sistema público de radiodifusão no país, que inclui tanto o rádio quanto a televisão. Debate que, aliás, tem privilegiado muito mais a TV do que o rádio.

As discussões e definições em relação ao veículo radiofônico vêm ocorrendo, na verdade, no rastro da mídia televisiva. E como observamos neste nosso estudo, as definições ou indefinições das suas naturezas, função e missão têm estado sempre, estreitamente relacionadas às suas programações. Mas numa relação imbricada. São, ao mesmo tempo, causas e consequências. E o que já de início se pode destacar, principalmente pela periodização que produzimos para este grupo de emissoras, é que permanecendo a confusão e indefinição das suas naturezas pela legislação, estas rádios vêm buscando construir seu perfil público pela programação.

A Fundação Padre Anchieta, que reúne a TV e as Rádios Cultura de São Paulo, por exemplo, há muito apresenta seus veículos como públicos. E tem reivindicado que as suas foram as primeiras emissoras efetivamente públicas do país. Em obra comemorativa aos seus 20 anos de existência, no final da década de 80, a instituição, através de depoimento do então presidente da sua diretoria executiva, Roberto Muylaert, assegura que a TV Pública no Brasil, assim como o rádio, surge com a sua criação:

Vinte anos já se passaram, mas a concepção da televisão e da rádio Cultura, tal como foram criadas, continua irrepreensível, mesmo à luz da evolução do setor, no período. [...] Era o moderno conceito de TV Pública, que já definia a forma de atuação da nossa televisão, como acontece até hoje, onde os anseios e as necessidades da comunidade continuam sendo parâmetros que contam na escolha da programação. [...]. (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p.9)

Outra ilustração significativa do crescente envolvimento das emissoras objeto deste estudo na definição do sistema público em estreita relação com seus modelos de programação encontramos em 2003. Naquele ano, ao proferir palestra no 1º Seminário de Políticas Públicas de Rádio e Televisão da Bahia, Beth Carmona, na época presidente da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), mantenedora da TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão e Rádio MEC do Rio, considerou “relativamente novo”, no Brasil, o conceito de emissora pública. Mas defendeu que já vinha sendo aplicado, via programação, por emissoras estatais, educativas e culturais brasileiras.

[...] As emissoras que hoje chamamos de públicas já foram chamadas de estatais. Podem ser ainda educativas ou culturais. Esses dois conceitos, aliás, são muito próximos, não dá para separar educação de

cultura ou cultura de educação. A questão cultural está inserida na questão educacional. [...] (CARMONA et al, 2003, p. 13)

O exemplo recente mais marcante é a criação, pelo governo Lula, da EBC/TV Brasil, que também se reivindica pública e se propõe a construir o sistema público da radiodifusão. A Presidente da EBC, Tereza CRUVINEL (2008), diz que ao instituir a empresa, o governo buscou, sim, cumprir a Constituição, dando início ao sistema público. Cita como integrantes do segmento rádio do sistema as emissoras estatais Nacional AM e FM, de Brasília, a Nacional Amazônia, que opera em Ondas Curtas (OC), a Nacional AM, do Rio de Janeiro, e as MEC AM e FM, do Rio de Janeiro. E defende a natureza pública destas emissoras porque pertencem a uma empresa que é financiada pelo estado, mas não subordinada ao governo; é independente em relação ao mercado (por não ter publicidade comercial) e ao Estado (pela autonomia editorial e de programação).

Na EBC, também foi criada uma superintendência de rádio. E para comandá-la, o governo designou justamente o presidente da ARPUB e diretor geral da Rádio MEC do Rio de Janeiro, Orlando GUILHON, para quem as emissoras estatais adquirem uma dimensão pública, cumprem um dever de atender ao interesse público quando traduzem, na sua programação, sua missão institucional.

Em palestra no Seminário e III Encontro Nacional de Rádios Públicas, promovido na Universidade de Brasília em outubro de 2009 com a presença de mais de uma centena de representantes de emissoras do país, o superintendente considerou que, no Brasil, o conceito de público confunde-se com o de estatal. Para ele, “estamos num momento de transição do estatal para o público.”

O caráter público de uma empresa de comunicação depende de três modelos: de gestão, de financiamento e de estrutura jurídica. A missão institucional de uma empresa/emissora de comunicação pública é fundamental para garantir esse caráter público: foco no cidadão, programação plural e diversificada, informação de qualidade, divulgação da cultura, entretenimento e serviços. (GUILHON, 2009)

Também a título de contextualização introdutória, evidenciamos que contribuíram para este panorama de busca de construção do rádio público o desenvolvimento prático

e teórico da comunicação popular/alternativa a partir da década de 60. Mais recentemente, a instituição das rádios comunitárias no Brasil também influenciou na ampliação e aprofundamento deste debate. Igualmente sublinhamos, como fatores de influxo, o fim do SINRED - o sistema de rádios educativas que, por algumas décadas (entre 70 e 90), reuniu organizadamente as estatais, educativas, culturais e universitárias em produções coletivas, retransmissões e veiculações em rede e cadeia. Isto quando estas rádios ainda não passavam de 100 em todo o país.

Principalmente no contexto da instalação da Assembléia Nacional Constituinte brasileira em 1987, quando movimentos pela democratização da comunicação no país afloraram com mais consistência e força, suas ações, debates e formulações também incidiram e fizeram aumentar a discussão sobre o papel, a conceituação e a instituição dos sistemas público e estatal da radiodifusão brasileira. Esta movimentação em defesa da democracia midiática se acentuou no rastro, e também dela sendo parte, da prática e teorização da comunicação popular, alternativa, comunitária.

Peruzzo, ao resgatar fundamentos teóricos da Comunicação Popular em pesquisa realizada no final da década de 80, reflete sobre aquele momento:

A comunicação popular não é um fenômeno recente, mas só nos anos setenta e oitenta é que ela apareceria de forma mais significativa na produção científica do campo da comunicação social. [...] O maior interesse pela pesquisa na linha do popular, nas últimas duas décadas, coincidiu com sua maior incidência também no nível da prática, o que, por sua vez, correspondeu a todo um processo de mudança no interior das sociedades latino-americana e brasileira. Foi um momento da história em que a antítese do status quo aparecia com nitidez, devido, possivelmente, à realidade sócio-política, econômica e cultural concreta do País, na qual predominava a negação da plenitude da cidadania à maioria da população. [...]. (PERUZZO, 1988, p.113 -114).

O Brasil vivia, naquela época, primeiro a ditadura militar que aboliu as liberdades no país, inclusive a de imprensa e de expressão, impondo a censura aos meios de comunicação. Depois, o período de transição em que permaneceram sob uma censura mais branda e velada, mas ainda com muitos resquícios da vigilância do regime autoritário sobre a mídia. A “dor da gente não sai no jornal” cantava Chico Buarque então. Com singelos versos sobre uma briga de casal num “humilde barracão”, o cantor reclamava sobre a “exatidão” das notícias e, metaforicamente - podemos assim

entender -, revoltava-se contra a censura ou inexistência, na imprensa, da realidade da população brasileira. E justamente porque não conseguia ver sua situação ao menos estampada na mídia, a sociedade foi estimulada a criar e lutar por canais alternativos de comunicação.

[...] Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos 'alternativos' dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada 'grande imprensa'. Nesse patamar, a 'nova' comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado, sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, posteres, cartilhas etc. (PERUZZO, 1988, p.113 -114).

Ao resgataremos historicamente a construção deste grupo de emissoras da radiodifusão brasileira, é possível inserí-lo no 'etc' de exemplos de meios de comunicação popular citados por Peruzzo. Não como veículos que efetivamente e na sua totalidade produziram este tipo de comunicação. Mas, sim, como mídias que, pelo menos em algum momento, em alguma produção, em algum programa, incorporaram elementos da comunicação popular. Mais ainda, toda esta efervescência na área das comunicações levou, ou melhor, praticamente obrigou as emissoras culturais, educativas, estatais e universitárias a repensarem sua função social e por consequência, suas linhas e modelos de programações. Também foi nesta conjuntura que o sistema educativo começou a não bastar mais para estas emissoras se definirem, apresentarem e conceituarem na busca de estabelecerem programações adequadas a sua função social diferenciada das comerciais. E as próprias estações passaram a se autoproclamar públicas.

Relembramos aqui que principalmente a Fundação Padre Anchieta, das Cultura AM e FM de São Paulo, e a Rádio MEC do Rio de Janeiro (também AM e FM) capitanearam a movimentação e o envolvimento das emissoras não-comerciais no debate e na autoproclamação de que são e produzem programações públicas.

Em publicação institucional da Fundação Padre Anchieta lançada no final dos anos 90, a apresentação assinada por Jorge da Cunha Lima, então presidente da instituição, define assim suas emissoras:

[...] Por inspiração de seus fundadores, as emissoras da Fundação Padre Anchieta não são nem entidades governamentais, nem comerciais. São emissoras públicas cujo principal objetivo é oferecer à sociedade brasileira uma informação de interesse público e promover o aprimoramento educativo e cultural dos telespectadores e ouvintes, visando a transformação qualitativa da sociedade. [...] (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, [1999], p.4.)

Já Laurindo LEAL FILHO (2007), um dos formulares e estudiosos brasileiros de destaque em relação à radiodifusão do campo público, avalia que ainda não temos, no país, emissoras efetivamente públicas.

A instituição dos três sistemas de radiodifusão – o privado, o estatal e o público – pela Constituição de 88, também é causa e resultado de toda esta movimentação. Foi consequência e, ao mesmo tempo, mais um estímulo às transformações operadas nestas emissoras e aos acirramentos dos debates e cobranças acerca das definições e regulamentações dos sistemas estatal e público.

Após a entrada em vigor da Constituição e o fim do SINRED, a década de 90 foi marcada, então, por vários movimentos destas emissoras na tentativa de construir, conjuntamente, um perfil mais identificado com o de uma emissora pública. A Rádio MEC, em 1992, tenta reeditar o SINRED, reunindo as emissoras no Rio de Janeiro e propondo a criação de uma nova Rede Nacional. A idéia não saiu do papel, mas outra proposição incluída nas deliberações do encontro passa a ser amadurecida pelas emissoras: a produção e transmissão conjunta de pelo menos um programa.

No II Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias, realizado pelo Curso de Jornalismo da UFSC, em 1993, em Florianópolis, Santa Catarina, a tônica dos debates foi novamente a missão pública destas emissoras e a possibilidade de programação conjunta para viabilizá-la. Perto de 20 das emissoras e produtoras presentes ao encontro decidiram caminhar para a criação da Rede Universitária de Rádio, que incluiria não apenas as ligadas a universidades – embora estas participassem em maior número no evento -, mas também as demais estatais,

educativas e culturais.

Sem infraestrutura e recursos para um projeto mais ambicioso, resolveram começar a construção da Rede com a cobertura da então próxima Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1994, em Vitória, Espírito Santo. A Rede não chegou a ser institucionalizada, mesmo tendo uma diretoria eleita, mas funcionou informalmente até 2002, sempre formada, anualmente, para as coberturas das Reuniões Anuais da sociedade científica.

Como até hoje permanece o emaranhado conceitual e a inexistência da regulamentação para o sistema público de radiodifusão, apesar e juntamente com discussão e cobrança cada vez mais acirradas, as rádios, seus produtores, gestores e concessionários rapidamente trataram de se autodeclarar alinhados a um ou outro sistema. E principalmente de buscar desenvolver programações que refletissem os conceitos e papéis que elas próprias se atribuem como emissoras públicas.

Em 2004, um movimento neste sentido é feito por 10 destas emissoras: a fundação da Associação das Rádios Públicas do Brasil. A entidade conta, atualmente, com 24 empresas de radiodifusão associadas, totalizando 47 emissoras ligadas formalmente à entidade. E além destas, trabalha regularmente com outras 40 estações em vias de filiação.

No histórico exibido no sítio da Associação, é possível destacar alguns conceitos que têm norteado o funcionamento destas rádios, inclusive suas programações:

[...] Embora muitas emissoras estejam situadas no campo público da comunicação, é importante a tênue nuance que diferencia o papel e a prática das emissoras públicas. As emissoras públicas são aquelas mantidas com recursos de governo (federais, estaduais e municipais), identificadas como educativas, culturais e universitárias. São rádios de sinal aberto que atingem uma cidade, uma região metropolitana, ou um estado, algumas estão com seu sinal no satélite [...] (ARPUB, 2004.).

Ou seja, para a ARPUB, as emissoras estatais são, sim, rádios públicas. E têm uma missão institucional expressa em grandes linhas gerais que são as mesmas defendidas pelas demais rádios nas quais focamos nossa pesquisa e por vários dos autores aqui referenciados. A Carta de Princípios da entidade, elaborada quando da sua fundação em 2004, afirma que a missão institucional do rádio público deve ser:



Difundir, irradiar e produzir cultura, educação, cidadania, entretenimento, informação e prestação de serviços, buscando atingir um público cada vez mais amplo da sociedade. Difundir a arte e a cultura nacional, respeitando sua diversidade regional, as diversas manifestações artísticas, com destaque para a música (clássica e popular) [...], fazer a cobertura jornalística da vida cultural da sua cidade e do país, [...]. Contribuir para a educação do nosso povo, no sentido amplo do termo, [...]. Democratizar a informação, fazendo com que ela chegue a todo e qualquer cidadão, dando voz a quem não tem [...]. [...] deve estar voltada para a prestação de serviços à população: dicas e informações sobre o trânsito [...] auxílio a órgãos públicos no enfrentamento a situações de calamidade [...]. O primeiro princípio a ser adotado é o da democratização da gestão. [...] Outro princípio a ser observado é [...] ética no trato com recursos públicos [...] responsabilidade social empresarial[...]. Governos e sociedade precisam compreender que a comunicação pública (rádios e TVs) são bens de consumo necessários a uma cesta básica de cidadania, [...]. E isso só pode ser garantido com mais recursos, mais investimentos, tanto públicos quanto privados (ARPUB, 2004).

Se nas matrizes amplas e gerais para orientar suas programações, as diversas emissoras, entidades e autores presentes nesta investigação concordam ou se aproximam, o mesmo não ocorre em relação à gestão e mesmo no aprofundamento e principalmente na aplicação das linhas editoriais.

Em artigo no Observatório da Imprensa, reproduzido no site do FNDC, sobre “O rádio democrático”, Luciano MALULY (2008, p.3), ao analisar a criação da EBC, avalia que foi o governo Lula que retomou com maior força um processo para implementar um sistema público de radiodifusão. Porém, para ele, a EBC é uma empresa muito mais estatal do que pública. Argumenta que “prerrogativas fundamentais de um sistema público, como gestão democrática e financiamento independente do governo, não estão presentes no texto da medida provisória” que criou a Empresa Brasileira de Comunicação (MALULY, 2008, p.3-4). Na sua análise:

Permanece aberta a necessidade de buscar construir um sistema efetivamente público, que agregue emissoras de rádio e TV comunitárias e universitárias, que tenha uma gestão representativa e democrática e mecanismos de financiamento que garantam a autonomia necessária diante de futuras mudanças de governo (MALULY, 2008, p. 5).

Mesma opinião compartilham os pesquisadores Sônia Virginia Moreira, ex-

coordenadora do Núcleo de Pesquisa de Rádio e Mídia Sonora da Intercom, e Luiz Ferrareto, atual coordenador do mesmo NP. Em entrevistas à Agência Brasil durante o 1º Fórum Nacional de Rádios Públicas, no Rio de Janeiro, em outubro de 2007, também reproduzidas no site do FNDC, ambos observaram que o Brasil ainda não possui emissoras efetiva e concretamente públicas. MOREIRA (2007, p.1) afirmou que a radiofonia nacional conta hoje é com “emissoras estatais, governamentais, como é o caso da Radiobrás, da Rádio MEC AM e FM [...]”.

A pesquisadora relacionou, na entrevista, como principais características de uma emissora pública “a total desvinculação do governo; a valorização de uma identidade nacional, o espaço aberto para grupos distintos da sociedade, comunidades e minorias; a supremacia da qualidade em relação à quantidade, expressa em termos de audiência; os subsídios; e a universalidade geográfica”. E para ela, nenhuma emissora brasileira possui tais características (MOREIRA, 2007, p.1).

Se analisarmos o alinhamento das emissoras não-comerciais desta pesquisa aos sistemas público ou estatal pelos caminhos propostos por Maria Helena WEBER (2009, p.13), podemos, entre outras, lançar a idéia de que mesmo as vinculadas ao Estado não apenas têm a possibilidade, mas possuem a obrigação de produzir comunicação pública. E na nossa observação, este dever encontra justamente na programação um dos lugares privilegiados para seu cumprimento. WEBER (2009, p.13) argumenta que “o conceito de Comunicação Pública tem sido revestido de grande complexidade ao servir como argumento de interesses a debates políticos, institucionais, econômicos, ideológicos e acadêmicos”. Ao mesmo tempo, entretanto, oferece “pistas para a manutenção deste debate”.

Concordamos com a estudiosa nesta proposição. Também quando diz que tanto teoricamente quanto na prática, “é necessário relacionar comunicação pública com interesse público” (WEBER, 2009, p.13). Isto porque, conforme argumenta, é um pressuposto da democracia associar o público ao estatal e ao governamental. Acolhendo as pistas oferecidas pela pesquisadora, entendemos que o Estado, sendo democrático, também pode e precisa atender ao interesse público a que estão sujeitos os meios de comunicação, sejam eles governamentais, públicos ou de propriedade privada. Neste sentido, as rádios estatais igualmente incluem uma vocação pública que

se pode traduzir nas grades de programação.

Claro que muito mais em estados democráticos ocorre essa imbricação entre estatal, governamental e público. E principalmente é na democracia que o Estado, os governos não só encontram espaços para trabalhar suas missões públicas como mais compreendem que é seu dever exercê-las. Entretanto, a mesma pesquisadora, na sua obra “Comunicação e espetáculos da política” (WEBER, 2000), pode levar a pensar que as possibilidades de desenvolvê-las não são exclusivas da democracia.

Ela lembra que “assim como a comunicação é suporte essencial do Estado democrático, também no Estado autoritário é utilizada como suporte de dominação e coerção simbólica” (WEBER, 2000, p.17). Porém até em períodos de governos autoritários que se servem assim da comunicação, há brechas, existem formas para que os meios estatais exerçam suas funções públicas. Inclusive quando o Estado autoritário os está usando, assim como toda a comunicação, para desenvolver e hegemonizar suas políticas. Isto observamos especialmente quando a estudiosa chama a atenção:

No discurso está o poder da mídia e da política. Historicamente, os regimes políticos exercem o controle da sociedade com mecanismos específicos de coerção, sedução ou da combinação destes. A coerção sai do âmbito dos regimes autoritários em forma de violência e sangue e, nos regimes democráticos, adquire uma dimensão asséptica, mas não menos controladora da sociedade e das mídias. Mesmo assim, ainda são as mídias o fator desequilibrador deste processo totalizante, exercendo seu poder explicitado na sua estética, nos seus mecanismos de tradução e produção da informação. Mesmo nos Estados autoritários, quando os meios são orquestrados pelo Estado para justificar suas ações coercitivas e buscar o controle ideológico, a resistência pode ser organizada nos próprios meios. (WEBER, 2000, p. 13)

Ou seja, ouvindo as programações das emissoras que aqui são nosso objeto de estudo, é possível observar que em toda sua construção histórica, sob regimes democráticos ou ditatoriais, sendo estatais ou universitárias, sempre tiveram papel público. Porque é da natureza destas rádios ter vocação pública e, como já defendemos aqui, encontrar na programação o primeiro e privilegiado espaço para exercê-la. Afinal, o que é a programação de uma rádio senão o discurso que confere o poder à mídia. Quer dizer, a dimensão pública é inerente a estas emissoras. Podemos evidenciá-la ao longo da história deste segmento. Mas nem sempre as estações a exerceram. Ou nem

sempre as deixaram exercer. Ou ainda, nem sempre ficou claro que a estavam exercendo.

O que na atualidade, consideramos, pode estar ocorrendo são entendimentos e também leituras equivocadas e perigosas sobre o exercício da comunicação pública nestas emissoras. Esta nossa consideração se forma com base em análises de Armand MATELLART e Michèle MATTELART (2004, p.156-158) na sua obra “Pensar as mídias”, fundamentalmente quando abordam contextos nos quais só se vê e se admite, unicamente – para não deixar dúvidas não existir qualquer outra leitura ou caminho -, a oposição entre sociedade civil e Estado.

Caso não se reconheça o ponto de onde falam certos discursos sobre o prazer, existe o risco de instalar-se insidiosamente um novo discurso populista que, com tons confortáveis-conformistas, legitime o aparecimento do novo “intelectual orgânico” da privatização, um intelectual funcional para as regras de mercado. O risco consiste em passar de um simplismo a outro, do simplismo de um encerramento em oposições como didatismo/prazer para o simplismo de um novo maniqueísmo que reduz da seguinte maneira os termos da alternativa: ser persuadido pelas regras de mercado ou então não arredar pé de um ideal-tipo daquilo que o serviço público nunca foi. As discussões em que prevalecem um ponto de vista unívoco sobre o mercado ou, ao contrário, um entusiasmo pela velha idéia do serviço público ocultam a complexidade da relação serviço público/mercado. À chateação do primeiro, o outro oferecia a perspectiva de amanhã que cantam. (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 157)

Pensamos as programações das rádios autodenominadas públicas com esta mesma análise. Em diversos momentos, podem ter sido e continuar assim ouvidas. E as próprias estações podem, desta forma e com esta compreensão, ter construído e permanecer desenvolvendo seus perfis e modelos de programação.

O presente destas emissoras parece se encaixar, em grande parte, no contexto acima traçado, muito especialmente quando se trata das rádios estatais que se dizem públicas. Isto tanto porque querem efetivamente exercer sua dimensão pública quanto porque, para serem aceitas como tendo missão pública, precisam escapar da categorização de que são estatais. E também porque para continuar com o uso que historicamente faz da comunicação, o Estado preserva os veículos que controla diretamente, mas encobrendo esta real situação deles pela definição de seus perfis: não

são estatais, são públicos.

A onda crescente da corrente antiestatal apresenta uma legitimidade recrudescida a tal visão das coisas. Ela se alimenta de uma idéia simplista e a-sociológica de um Estado abstrato, divorciado da sociedade, e em contraste com a idéia de um mercado articulado sobre a presença maciça da sociedade civil, a germinação de espontaneidades particulares. Essa idéia de um Estado abstraído da sociedade se encontra nas classificações dos regimes televisuais segundo as categorias “televisão estatal”, “televisão de sociedade”, conforme façam parte do serviço público ou do mercado. Como se o Estado não fizesse ele próprio parte da sociedade, da mesma maneira, aliás, que o mercado! O efeito perverso de tal argumentação já é visível. Essa oposição entre o Estado e a sociedade está na raiz dos modos populistas de legitimação que privilegiam o apelo à afetividade do “povo”. A um Estado maléfico, do qual tomamos o cuidado de evaporar a origem social, opõe-se um povo concreto, definido como uma comunidade de indivíduos livres, úteis, responsáveis e dotados de iniciativa. (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 157)

Por referenciar nossa pesquisa em compreensões como esta é que resgatamos historicamente a construção da programação destas emissoras sob o entendimento de que podemos dizer que estão tentando ser rádios públicas.

A UNESCO (2006), na sua publicação “Radiotelevisión de Servicio Público: Um Manual de Mejores Prácticas”, como já citamos anteriormente, também alerta para a possibilidade de rádios e TVs estatais também cumprirem funções da Radiodifusão de Serviço Público (RSP). Mas, ao mesmo tempo, também chama a atenção que isso não é suficiente para considerá-las totalmente RSP.

Mientras los sistemas de difusión bajo control estatal cumplen algunas actividades de servicio público, su control gubernamental, ceñido a modelos presupuestarios, carência de independência e imparcialidad em la programación y administración, no permite se les identifique como RSP. De este modo, mientras los difusores estatales ejecutan algunas funciones de servicio público, no pueden definirse como verdaderas RSP porque no cumplen los requisitos de una genuína RSP. (UNESCO, 2006, p. 29)

Entendemos que o organismo, neste manual, também vê dimensão pública nos veículos estatais e acaba por atribuir à programação um dos melhores espaços para se investigar se as emissoras constroem um adequado modelo de radiodifusão pública ou ao menos parte de seus papéis. Isto porque, na concepção da UNESCO para se

“compreender cabal e operacionalmente o que constitui uma verdadeira RSP”, é preciso analisar definições, critérios, fatores que devem orientar e ser cumpridos por emissoras efetivamente públicas. São eles:

a) Universalidad: La difusión pública debe estar al alcance de todos los ciudadanos a través de todo el país. Constituye un objetivo profundamente igualitário y democrático ya que implica a todos los ciudadanos, sin diferenciar su nivel social o ingresos. Obliga al difusor público a dirigirse a toda la población y trata de ser “utilizado” por el mayor número posible.

b) Diversidad: Los servicios ofrecidos por la difusión pública deberían diversificarse em al menos tres direcciones: los gêneros de programas ofrecidos; las audiencias determinadas; y los temas discutidos. La difusión pública debe reflejar la diversidad de los intereses públicos ofreciendo diferentes tipos de programas que van desde las noticias a los programas livianos. Algunos programas deben dirigirse a solo una parte del público cuyas expectativas son variadas. Em último término, la difusión pública debe llegar a todos, no a través de cada programa, sino a través de todos los programas y sus correspondientes variedades. Finalmente, mediante la diversidad de los temas discutidos, la difusión pública también debe intentar responder a los diferentes intereses del público y de esta manera reflejar el amplio abanico de tópicos en boga em la sociedad. La diversidad y la universalidad son complementarias [...].

c) Independência: La difusión pública es um foro donde lãs ideas deben expresarse libremente, donde puedan circular la información, opiniones y críticas. Esto solo será posible si el difusor es independiente y con ello permite mantener la libertad de la difusión pública frente a la difusión comercial o la influencia política. Si la información entregada por el difusor público fue influenciada por el gobierno, la gente estará menos predispuesta a creer en el contenido. [...]

d) Diferenciación: El servicio ofrecido por la difusión pública debe distinguirse del que entregan otros servicios de difusión. En la programación de servicio público, en la calidad y en las características peculiares de sus programas, el público tiene que ser capaz de identificar que lo distingue de otros servicios. No se trata solamente de producir el tipo de programas que a otros no interesa, dirigido a las audiencia que otros no toman en consideración, o manejando temas que otros ignoran. Es asunto de hacer las cosas en forma diferente, sin exclusiones de ninguna especie. Este principio debe alentar a los difusores públicos a innovar, crear nuevos espacios, nuevas producciones, marcar el rumbo en el mundo audiovisual y liderar nuevos rumbos de otras empresas de difusión. (UNESCO, 2006, p. 29-31)

Com amparo nas contextualizações introdutórias, opções metodológicas,

categorias, referenciais teóricos, periodização histórica e estado da arte das buscas brasileiras por programações alinhadas aos conceitos de rádio público - que nos permitiram entendimentos e compreensões sobre nosso objeto de estudo - passamos a resgatar, nos capítulos seguintes, a construção da programação destas rádios, fase a fase da sua história no Brasil. Observando e analisando transformações das concepções, linhas e modelos deste grupo de emissoras recortado nas estatais, culturais, educativas e universitárias. Mas antes de seguirmos adiante, cabe uma ressalva.

Nos próximos capítulos, a medida em que for apresentado o resgate, tendo como fio condutor as fases históricas evidenciadas na periodização que produzimos ao estilo linha do tempo, o referencial teórico será aprofundado. E também ampliado para melhor amparar nossas observações e análises. A própria periodização histórica, formulada a priori, recebe acréscimos e aprofundamentos, como resultado da estruturação e avaliação da reconstituição aqui proposta.

### **3. PRIMEIRA FASE DA RADIOFONIA PÚBLICA: RAÍZES NO SISTEMA EDUCATIVO**

*Nós que assistimos à aurora do rádio, sentimos o que deveriam ter sentido alguns dos que conseguiram possuir e ler os primeiros livros. Que abalo no mundo moral! Que meio para transformar um homem em poucos minutos, se o empregar com boa vontade, alma e coração. Roquette-Pinto (2008, p. 21)*

#### **3.1. Programação educativa-cultural desde as primeiras transmissões radiofônicas**

A programação das rádios estatais, educativas, universitárias e culturais brasileiras tem suas raízes, suas matrizes ainda no primeiro período histórico da radiofonia nacional e também nos anos iniciais da sua fase áurea, “a época de ouro.” Conforme categorização adotada na minha pesquisa de mestrado sobre “A Notícia no Radiojornalismo Brasileiro: transformações históricas e técnicas” (ZUCULOTO, 1998, p. 22-23), a primeira fase da história do rádio no Brasil “se estende do advento do rádio em 1922 a meados da década de 30”, sendo o “período de surgimento e implantação do meio no Brasil”. A segunda fase se inicia por volta de 1935 e se encerra em meados da década de 50 do século passado, com o advento da televisão.

Mas como observamos na introdução desta tese, para a história da radiodifusão pública, que iniciou denominada educativa, buscamos uma periodização específica, diferenciada da normalmente acolhida para a radiofonia geral. Ao construirmos esta periodização singularizada neste segmento do rádio nacional, levamos em conta as suas transformações específicas mais expressivas. E com base nelas, adotamos uma periodização que situa a 1ª fase da história deste sistema da radiodifusão como a do rádio não-comercial pioneiro, que evidencia raízes já no advento da radiofonia nacional e se prolonga até o início dos anos 40, estendendo-se, portanto, pelos anos 20 e 30 do século passado.

A própria radiodifusão brasileira nasceu com o ideal de transmitir educação e cultura (MOREIRA, 1991:116-17). Nos anos 20 e 30, o período de implantação do rádio



no Brasil, o país ouvia não mais que duas dezenas de emissoras de norte a sul. Mas entre estas pioneiras estavam as duas estações que, mais tarde, se transformariam em referência do sistema público: as hoje chamadas Rádio MEC do Rio de Janeiro e a Cultura AM de São Paulo<sup>9</sup>. Também começou a transmitir neste período a Rádio Inconfidência de Minas Gerais, outra das emissoras referenciais no campo do rádio público. E se pode observar, nesta recuperação histórica da implantação das primeiras emissoras públicas no Brasil, que desde suas primeiras transmissões, quando ainda não integravam este sistema específico, estas rádios, principalmente a Rádio Sociedade do RJ, a precursora da MEC, e a Cultura de SP, já se definiam como veiculadoras de educação e cultura. E buscavam definir suas programações pautadas nesta linha editorial.

Também BLOIS (2004, p. 148) resgata que o rádio brasileiro, no geral, nasceu cultural e educativo.

Chancelado, com proposta explícita de quem antes de tudo era um educador nato – Roquette-Pinto – que por conhecer o interior do país e as brenhas da selva amazônica vislumbrou o potencial de um tecnologia que começava a engatinhar. [...] Assim, pensava Roquette, um patriota à frente de seu tempo, em um Brasil que parecia muito maior do que hoje, porque desconhecido, precisando de visionários e desbravadores como ele e seu amigo Rondon. Uma rádio “com fins científicos e sociais”, vinculada à Academia Brasileira de Ciências, preferencialmente, pensava ele. (BLOIS, 2004, p. 148).

Apenas 13 anos depois da implantação da primeira emissora no país – a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro -, um de seus fundadores e proprietários, Edgar Roquette-Pinto, a doava ao Ministério da Educação. E assim, dava início a um dos sistemas da radiodifusão brasileira que por décadas se organizou sob a denominação de sistema de rádio educativo.

Em 1936 [...], Roquette Pinto doava ao Ministério da Educação e Cultura a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, mediante a promessa (por parte

---

<sup>9</sup>Lembramos aqui que a Rádio MEC do Rio de Janeiro nasceu como Rádio Sociedade do Rio Janeiro, fundada por Roquette-Pinto, sendo, por isso, tanto a primeira emissora radiofônica do Brasil e também, ao ser doada para o governo federal sob a condição de que não se transformasse em comercial, a pioneira entre as rádios públicas. A Cultura AM igualmente está entre as primeiras emissoras brasileiras, tendo sido fundada ainda na época do rádio pioneiro. E quando entrou em funcionamento também se dizia transmissora de educação e cultura. Mas somente em 69 passou a fazer parte do grupo das públicas, ao integrar a Fundação Padre Anchieta.

do ministro Gustavo Capanema) de que seus ideais ao fundar a emissora seriam preservados pelo governo brasileiro. Iniciava-se, assim, o sistema de Rádios Educativas no Brasil (MOREIRA, 1991, p.17).

A própria Rádio MEC, no site exibido a partir das comemorações dos seus 70 anos, em 2006, se define como a primeira emissora de rádio educativa do Brasil, considerando este seu perfil mesmo antes da doação ao governo federal.

A primeira rádio educativa do Brasil, fundada por Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize, não aceitava propaganda política ou comercial e nasceu com o compromisso de levar educação e cultura à população brasileira. Por isso, sem condições de manter e modernizar o seu parque de equipamentos, em 7 de setembro de 1936, Roquette-Pinto decidiu doar a emissora a um órgão oficial – o então Ministério da Educação e Saúde – com a condição de que a rádio permanecesse fiel ao seu lema cultural e educativo. E assim foi feito. (RÁDIO MEC, 2006).

Estes destaques levam a perceber que a primeira emissora educativa, a Rádio MEC Rio, antes mesmo de passar a esta condição pela doação de Roquette-Pinto, plantou as principais raízes das linhas de programação dos veículos educativos. Encontramos esta evidência também nas próprias irradiações desse pioneiro na década de 20, pelas ondas da sua então Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, quando lutava para desenvolver a radiodifusão no Brasil.

Todos os lares espalhados pelo imenso território brasileiro receberão livremente o conforto moral da ciência e da arte; a paz será realidade entre as nações. Tudo isso há de ser o milagre das ondas misteriosas que transportarão no espaço, silenciosamente, as harmonias. (ROQUETTE- PINTO, 2008, p. 22).

Na sua Rádio Sociedade, considerada a primeira emissora radiofônica brasileira e posteriormente, quando da doação ao governo federal, também a primeira educativa, Roquette-Pinto buscava transmitir educação e cultura veiculando principalmente música erudita, concertos, palestras científicas. O “slogan” da emissora era “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”. E dentro desta procura, de desenvolver uma programação com este ideal, Roquette-Pinto mesmo antes de criar as condições para o início do sistema de radiodifusão educativa, pela doação de sua Rádio Sociedade, já semeava as raízes do que até hoje é entendido

como matriz para as funções, linhas e programações das emissoras com esta natureza.

A Rádio Sociedade era uma instituição puramente educativa e, não querendo transformá-la num veículo comercial, Roquette-Pinto, mediante carta, resolveu doá-la ao Ministério da Educação. O então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em nome do Presidente Getúlio Vargas, agradeceu e informou que a Emissora e seu competente canal seriam incorporados ao DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Em vista disso, o professor Roquette-Pinto escreveu outra carta ao Dr. Capanema, explicando que a rádio não estava sendo entregue ao Governo Brasileiro, mas sim à Educação do Brasil” (TAVARES, 1997, p.5-6).

Observamos nesta reação de Roquette-Pinto ao entendimento do governo Vargas sobre a doação da Rádio Sociedade - mais especificamente quando diz que não estava entregando a emissora para o governo e, sim, para a educação do país - semelhanças referenciais com outras das considerações de Marlene Blois a respeito do perfil que caracteriza a radiodifusão educativa. A reação de Roquette-Pinto é de 1936 e Blois expõe suas teorizações em 2003: “Uma emissora de Rádio Educativo não é uma rádio na comunidade, mas da comunidade, e nessa condição deve não só satisfazê-la em suas necessidades e interesses, mas, também, ser um meio de promovê-la socialmente” (BLOIS, 2003, p. 44).

Este cruzamento entre as concepções de ambos evidencia o quanto os objetivos do rádio educativo pioneiro continuam a referenciar as linhas editoriais das emissoras públicas na atualidade. Outras demonstrações contundentes de que o rádio pioneiro irradiou matrizes e referências encontramos na programação da Rádio Sociedade.

Conforme resgata MILANEZ (2007), com base na revista sobre rádio *Electron*<sup>10</sup>, a Rádio Sociedade veiculava cursos de Português, Inglês, Francês, Física, Química, História do Brasil e até aulas de Silvicultura Prática, ministradas por um professor de botânica do Museu Nacional. Ainda segundo MILANEZ (2007, p. 24-25), “o conteúdo e a escolha dos professores demonstravam preocupação com a qualidade do que era veiculado pela emissora”.

---

<sup>10</sup>Em 1º de janeiro de 1926, surgiu a *Electron*. Como a primeira revista, era bimensal e dirigida por Roquette-Pinto. O expediente informava: ‘Publicação de Rádio Cultura distribuída aos sócios da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e mantida exclusivamente pelos seus anunciantes e leitores’. Com 16 páginas e tiragem aproximada de três mil exemplares, era distribuída nos dias 1 e 16. O exemplar avulso era vendido a 600 réis, no Rio de Janeiro, e 800 réis em outros estados.”(MILANEZ, 2007, p.23)

A programação da Sociedade também contava com programas educativos musicais e literários, como os comandados por Catullo da Paixão Cearense: Desafio Sertanejo, Conto Sertanejo e Literatura Brasileira. Igualmente buscando transmissões educativas, a estação pioneira irradiava programas infantis, outros abordando temáticas sobre higiene, apresentado por um médico, e sobre direito, por um advogado. Este último, por exemplo, era denominado “Explicação Popular do Código Civil – A lei e sua função social”. O seu título e sua proposta denotam que, efetivamente, a Rádio Sociedade tentou, na sua grade de programação, atender aos objetivos dos seus estatutos e das suas linhas editoriais de levar educação e cultura ao povo, disseminando e popularizando o conhecimento, o saber científico.

Na obra “Rádio MEC – Herança de um sonho”, a organizadora MILANEZ (2007, p. 23) resgata outra publicação oficial da emissora de Roquette-Pinto, a revista Rádio, onde os objetivos e as linhas de programação da Sociedade são ratificados em editorial: “O nosso fim é a vulgarização científica geral, a vulgarização de conhecimentos modernos que o povo muitas vezes não aprende porque não lhe dizem.”.

Assim como a Rádio Sociedade, as demais emissoras daquela fase inicial, referenciando-se na precursora, também transmitiam programas com conteúdos que tinham finalidades educativas e culturais, construindo suas grades de programação com música erudita principalmente, óperas, conferências, palestras e verdadeiras aulas. O relato sobre estas programações está em “Histórias que o Rádio não Contou – Do Galena ao Digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no Mundo”.

No início dos anos 30, com vinte e nove emissoras radiofônicas instaladas e funcionando no País, a programação baseava-se em música, óperas e textos ‘instrutivos’; a primeira ópera completa transmitida pelo rádio no Brasil foi O Rigoletto, de Verdi, e foi levada ao ar pelas ondas da Sociedade Rádio do Rio de Janeiro, no dia 4 de julho de 1926. (TAVARES, 1997, p. 55):

Quase 80 anos depois, no início dos anos 2000, as emissoras educativas-culturais veiculam música erudita e óperas. A FM Cultura de Porto Alegre, neste período, como fazia, por exemplo, com shows de rock e outros espetáculos de massa e

mais populares, chegou a transmitir ao vivo a Ópera Carmela durante sua encenação no Teatro da OSPA, na capital gaúcha.

No mesmo ano da implantação da Rádio MEC, 1936, era fundada uma outra emissora do campo público, a Rádio Inconfidência de Minas Gerais. A pesquisadora Nair PRATA (2003, p.2), ao resgatar a história desta emissora mineira, diz que “já nasceu pública e com vocação de unir a Capital e o interior”.

Mas acreditamos que esta sua classificação de pública para a Inconfidência significa somente que, ao contrário da Rádio MEC do Rio de Janeiro, a emissora já foi criada por iniciativa e com ligação governamental. Tanto que neste seu artigo sobre “A História do Rádio em Minas Gerais” (PRATA, 2003, p.1-19), ao se referir à Inconfidência, a estudiosa utiliza indistintamente as denominações pública ou estatal, recorrendo ora a uma ora à outra para defini-la. Assim como nós, não se propõe a resolver as indefinições e confusões conceituais, classificatórias e de alinhamento legal que permeiam a constituição da radiodifusão não comercial brasileira e também, dá a entender, por considerar que a Inconfidência é uma emissora estatal/pública. Prata nem mesmo expõe a questão, por não ser uma necessidade para a reconstituição histórica de seu artigo.

Além disso, o que detectamos, com base no resgate da história da Inconfidência ao longo de nossa pesquisa, é que embora vinculada ao governo mineiro, a estação, também diferentemente da Rádio MEC, não buscava estabelecer uma programação declaradamente específica e diversa das demais emissoras do país, especialmente nos seus primeiros anos de funcionamento. Na fase inicial da radiofonia brasileira, a Inconfidência, a exemplo das outras estações nacionais, inspirava sua programação na pioneira Sociedade de Roquette-Pinto, que manteve sua linha programática ao se transformar na Rádio do Ministério da Educação, exatamente na mesma época em que nascia a estação mineira.

A história da Rádio Inconfidência se confunde com a própria história do rádio em Minas Gerais. [...] O governador Benedito Valadares dotou a nova emissora com o melhor equipamento técnico, importando de Londres todo o moderno material. No início, a Rádio Inconfidência era uma emissora de elite e faziam parte de sua programação atrações como Ópera da Semana, Discoteca da Boa Música e Concertos. A rádio funcionava num dos lugares mais elegantes de Belo Horizonte, a Feira

Permanente de Amostras, local onde é hoje a Rodoviária da Capital (PRATA, 2003, p.2).

Nas suas fases seguintes, a Inconfidência continuou construindo seu modelo de programação acompanhando as trajetórias das grandes emissoras referenciais do país – com destaque para a potente e lendária Rádio Nacional do Rio de Janeiro – e se tornando ela própria uma das referências da radiofonia brasileira.

[...]A popularização da programação da Inconfidência veio com o sucesso da Rádio Nacional. Tudo o que a Rádio Nacional fazia, o Brasil inteiro copiava e com a Inconfidência não foi diferente. Esta opção pela popularização pode ter sido um dos caminhos encontrados pelo governador Juscelino Kubitschek que sonhava com a presidência da República e precisava de um veículo forte para chegar ao eleitor. Nos tempos áureos, o cast da Inconfidência chegou a reunir centenas de integrantes[...] (PRATA, 2003, p.3).

A história evidencia, pois, que a construção dos modelos de programação das emissoras de rádio do segmento estatal/educativo/público tem suas raízes já nos anos pioneiros da radiodifusão brasileira, incluindo toda a primeira fase e parte da segunda. Os objetivos, as linhas editoriais, a programação da Rádio Sociedade, a primeira emissora do país e, posteriormente, também a primeira das rádios brasileiras do que mais tarde se conheceria como sistema educativo, tornaram-se referência, foram as matrizes. Inicialmente, inspiraram todas as estações que surgiram nos tempos pioneiros da história da radiofonia brasileira, tanto na então capital federal, o Rio de Janeiro, como nos demais estados.

Nesse centro renovado da capital da República podemos acompanhar a implantação das primeiras estações fundadas no Distrito Federal, lideradas pela Rádio Sociedade e sua proposta de transmitir educação e cultura. O modelo da Rádio Sociedade seria adotado pelas estações instaladas tanto na capital quanto em outros pontos do país no ciclo pioneiro do rádio brasileiro, compreendido entre 1922 e 1932. Não por acaso, essas emissoras incorporam ao nome a classificação de 'clubes' ou 'educadoras', sendo mantidas pela contribuição mensal de seus sócios/ouvintes. (SAROLDI, MOREIRA, 2005, p.19)

Mas além das primeiras estações radiofônicas do país, os ecos da Rádio Sociedade continuaram a ser ouvidos dia após dia na construção dos modelos de programação das emissoras que constituem o “corpus” deste estudo.

A própria Rádio MEC do Rio de Janeiro, que nasceu da Sociedade e tem sido uma das principais referências destas emissoras, é uma evidência disto na contemporaneidade. Isto é possível observar, por exemplo, nas palavras de seus atuais dirigentes ou na sua programação de hoje. Beth Carmona, quando presidente da ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto -, integrada pela Rádio MEC, assim se expressava sobre a emissora:

[...] os ideais que deram origem à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, e o desprendimento demonstrado no ato de sua doação à sociedade brasileira, estão no cerne da missão que perseguimos. A mesma missão que impulsionou o grupo de cientistas, liderados pelo mestre Roquette que, como ele, acreditavam que o rádio poderia ser: ‘a escola dos que não têm escola... o jornal de quem não sabe ler... o mestre de quem não pode ir à escola; ... o divertimento gratuito do pobre; ...o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado’.[...] Lembrar as palavras proclamadas pelo criador é oportuno quando se deseja destacar a relevância de um veículo comprometido com a educação em um sentido amplo: ‘Que meio para transformar o homem, em poucos minutos, se o empregarem com alma e coração!’, dizia Roquette, vislumbrando na nova tecnologia um instrumento legítimo para vencer as distâncias levando ‘o conforto moral da ciência e da arte’.[...] ‘Um povo que rememora seus heróis cultiva energias necessárias a seu viver futuro’, disse um dia Roquette-Pinto. Estamos nesse momento rememorando tanto o ‘herói’ criador quanto a criatura. Viramos o século, chegamos a um novo milênio e as palavras de Edgar Roquette-Pinto [...] ecoam as mesmas verdades ainda tão reais. Que o rádio continue e cumpra – sempre – o seu papel estratégico de semeador e produtor de cultura (CARMONA, 2007, p.10-13).

Foi uma das primeiras legislações para o rádio, a que autorizava o uso da publicidade nas emissoras pioneiras - regulamentado no Decreto presidencial de Getúlio Vargas número 21.111, de março de 1932 -, que deu início ao sistema que mais se desenvolveu e hegemonizou as ondas do rádio no Brasil, o comercial. Mas também foi esta legislação demarcadora do advento do rádio comercial que acabou provocando o surgimento do sistema educativo. Além disso, o decreto autorizando a publicidade radiofônica transformou radicalmente o curso do modelo de programação da

radiodifusão brasileira que poderia, a exemplo do europeia, ter prosseguido não-comercial. Afinal, como evidenciamos anteriormente, a programação com objetivos educativos e culturais foi a marca e o ideal desde as primeiras transmissões da radiofonia nacional.

No Brasil, o início dos anos 1930 havia marcado a primeira grande mudança na programação do rádio. Depois de ser autorizado por decreto presidencial em 1932, o uso da publicidade no rádio alterou de forma radical a concepção dos programas. O veículo, que durante toda a década de 1920 tinha se mantido como mero transmissor de músicas e, no caso de algumas rádios, de palestras de longa duração, transformou-se na década seguinte em meio de entretenimento, com programas de atrações variadas” (MOREIRA, 2002, p. 71).

Roquette-Pinto não quis abrir a sua Rádio Sociedade à publicidade, entendendo que esta prática desvirtuaria as finalidades de educação e cultura da sua programação. Sem a sustentação financeira que a publicidade possibilitou às emissoras, não conseguiu competir com as rádios comerciais que, em seguida, passaram a concentrar a audiência e transmitir programações que constituíram a “fase de ouro” do rádio brasileiro. Por isso, querendo garantir a continuidade da emissora e principalmente de seu modelo de programação, foi que decidiu doá-la ao governo federal, sob a condição de que realmente a mantivesse voltada à educação e cultura.

O antropólogo Edgard Roquette-Pinto teve olhos ambiciosos para o novo artefato que era apresentado. Não há dúvidas de que foi ele um dos principais fomentadores do desenvolvimento da radiodifusão brasileira. Um país com dimensões continentais como o Brasil e com boa parte da população analfabeta seria um local ideal para o desenvolvimento de um projeto de educação e cultura feito por meio da radiodifusão. [...] a idéia original de Roquette-Pinto de utilização das ondas do rádio para o desenvolvimento da cultura e educação tinha sido suplantada pelo interesse comercial que a radiodifusão sonora despertava (SOUSA, 2004, p. 111-114).

No histórico do site da Rádio MEC do Rio de Janeiro, são citadas várias crises financeiras da Rádio Sociedade pelo fato de não se submeter à lógica comercial, baseada na publicidade, que rapidamente se desenvolveu na radiodifusão brasileira a partir do Decreto Presidencial de 1932.



Por não veicular publicidade, a Rádio Sociedade passou por várias crises financeiras. Para continuar na ativa teria que se mercantilizar, recebendo matérias pagas e, em consequência, se rendendo ao mercado. Porém, esta política iria contrariar a finalidade da própria instituição, fundada com fins exclusivamente artísticos, técnicos, científicos e voltada à educação popular. Em sua fundação foi bem clara a idéia de que a Sociedade jamais se envolveria em nenhum assunto de natureza política, profissional, industrial ou comercial. [...]A solução foi cumprir o último ato dos estatutos que dizia que, na impossibilidade de continuar dentro de seu princípio básico, o rádio seria entregue ao governo (RÁDIO MEC, 2006)

Neste resgate histórico, então também é possível observar que a legislação para a radiodifusão brasileira igualmente se destaca como um dos elementos fundadores dos modelos de programação adotados ao longo da construção da radiofonia nacional.

### **3.2. A contradição nas programações iniciantes do rádio educativo**

Mas a programação radiofônica das primeiras emissoras, especialmente a da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que deu início ao sistema educativo, evidencia uma contradição. Criada e implementada para levar cultura e educação ao povo brasileiro pode ser considerada elitista, tanto pelo seu conteúdo quanto pelo seu alcance. Basta, no que diz respeito ao seu conteúdo, observarmos o que transmitiam os programas da Rádio Sociedade. E quanto ao seu alcance, destacamos o público que tinha acesso a um aparelho receptor naquele período.

O antropólogo defendia a inserção do rádio em um projeto educativo-cultural que se encaixasse na busca do progresso e da modernidade para o Brasil. A programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro era feita de cursos, palestras, conferências, aulas, conselhos de higiene, espetáculos, temporadas líricas e programas infantis. Por outro lado, este plano pretendia educar as massas por meio de veículo que, na década de 1920, era completamente elitizado” (SOUSA, 2004, p. 111-112).

E para Sousa (2004, p.112), a elitização do alcance do público tinha como principais causas a pouca oferta de receptores e seu alto custo, os problemas técnicos de transmissão que também geravam irregularidades das irradiações, além da obrigatoriedade, por parte dos ouvintes, de pagamento de taxas para emissoras e para

o governo. Ele também ressalta, em relação ao conteúdo, o caráter erudito dos programas.

Todas estas condições adversas impediram que a Rádio Sociedade e mesmo a sua sucessora Rádio MEC, nos seus primeiros tempos, cumprissem o que determinava o estatuto da emissora de Roquette-Pinto: transmitir educação popular.

[...] com seu programa de “educação em massa”, a Rádio Sociedade parecia, a princípio, uma extensão da Academia de Ciências. Os acadêmicos faziam tudo: produziam, escreviam, apresentavam os programas. Roquette dava o exemplo: acordava todos os dias às 5 da manhã, lia os matutinos, circulava com seu lápis de duas cores tudo o que lhe parecesse interessante e, duas horas depois, estava diante do microfone apresentando o “Jornal da Manhã”. [...] Os acadêmicos também davam palestras e cursos pelo microfone [...]. O Rio, capital da República, recebia toda a espécie de personalidade da área cultural e científica, e um programa obrigatório desses figurões era uma visitação às instalações da Rádio Sociedade – um deles, em 1925, já na Rua da Carioca, foi Albert Einstein. O amadorismo da rádio era tão flagrante quanto a boa vontade dos que a faziam. A programação também não era de cunho exatamente popular, mas ninguém se importava: os aparelhos eram caros naqueles primeiros tempos, poucos podiam possuí-lo e esses poucos gostavam do que a rádio punha no ar. O que os desagradava era o som terrível das transmissões (RÁDIO MEC, 2006).

### **3.3. O radiojornalismo pioneiro que não fez escola na radiofonia nacional**

Ao se buscar as raízes do jornalismo de rádio na história nacional deste veículo, como propusemos na dissertação “A notícia no radiojornalismo brasileiro: transformações históricas e técnicas” (ZUCULOTO, 1998, p. 26-62), e igualmente, num resgate da construção da programação da radiodifusão não-comercial, a sintonização leva à emissora de Roquette Pinto, mesmo após ser doada ao governo federal.

[...] Roquette Pinto, portanto, tinha um entendimento idealista de como o rádio poderia desenvolver-se e ser usado pela sociedade. Queria um rádio que não apenas informasse ou proporcionasse entretenimento. Posição que se reflete inclusive nos primeiros noticiários por ele irradiados, nos quais as notícias são comentadas através de análises e interpretações. [...] (ZUCULOTO, 1998, p.30)

Observa-se, assim, que também no radiojornalismo ele foi pioneiro, ao colocar

no ar seu “Jornal da Manhã”, o primeiro noticiário radiofônico brasileiro. Na metade da década de 20, produzia-se e se ouvia rádio ainda enfrentando muitas dificuldades. Mas Roquette-Pinto, mesmo sem ainda saber como usar e desenvolver boa parte das características e potencialidades do novo veículo de então, recorrendo à criatividade, experimentação e improvisação, em 1925 – apenas dois anos após a fundação da emissora – já irradiava quatro noticiários pela Rádio Sociedade. Além do precursor “Jornal da Manhã”, naquele ano a Sociedade passou a transmitir também o “Jornal do Meio-Dia”, “Jornal da Tarde” e “Jornal da Noite” (BONAVITA FEDERICO, 1982, p.38).

Como os demais noticiosos que se seguiram aos da Rádio Sociedade, nas outras emissoras daquele período inicial da radiofonia, os da estação de Roquette-Pinto eram produzidos e apresentados com base nas informações copiadas dos jornais impressos. A maioria das emissoras apresentava as notícias através da leitura direta dos jornais no ar. Por isso, chamados de Rádio-Jornais. Mas também aqui Roquette-Pinto se diferencia dos demais, conforme assinala um relato de seu companheiro de radiofonia Saint-Clair Lopes transcrito por ORTRIWANO (1990) pois especialmente para o “Jornal da Manhã”, além de informar o fato, ele interpreta-o, apresenta complementos, faz críticas, analisa-o:

O Jornal da Manhã não era um simples noticioso, nem um modesto relato dos acontecimentos. Era o fato comentado, esmiuçado e interpretado com a autoridade do sábio. [...] Por meio dele, o comentarista apreciava os acontecimentos nos noticiários dos jornais, lendo-lhes as manchetes e oferecendo um panorama inigualável de concisão, de realidade e de objetividade como somente ele poderia fazê-lo [...] Nele, o Mestre distribuía fartamente informações, como devem ser consideradas em seu sentido. Não era um relato puro e simples dos acontecimentos; era a notícia comentada, esmiuçada, interpretada no seu conteúdo e nos seus reflexos no sistema social do Brasil e do mundo. (ORTRIWANO, 1990, p.62-63),

A programação jornalística da ainda Rádio Sociedade, afora este tratamento diferenciado às notícias, também logo passa a ser composta por outros noticiosos no quais se pode observar raízes dos informativos que bem mais tarde, no auge do jornalismo radiofônico, surgem como programas segmentados.

A grade de programação da Rádio Sociedade era composta de

noticiários, suplemento musical e horário infantil. Entre os programas fixos destacavam-se o Jornal do Meio-Dia, com notícias extraídas dos jornais da manhã, mais informações econômicas – abertura das bolsas de algodão, café e açúcar; Jornal da Tarde, transmitido das 17 às 18h15, com uma interrupção às 17h45 para o Quarto de hora infantil. Às 22 horas, vinham mais notícias no Jornal da Noite, com informações recolhidas nos vespertinos, além de notas econômicas relativas ao fechamento das bolsas e do câmbio. Depois de se informar com as notícias do Jornal do Meio Dia, o ouvinte era brindado com uma faixa especial denominada Página, composta de temas variados e apresentados em dias pré-determinados. A segunda-feira era reservada ao esporte, com Página Esportiva; terça-feira, Página Agrônômica; quarta-feira, Página Literária; quinta-feira, Página Infantil; sexta-feira, Página Feminina; e sábado, Página Doméstica (MILANEZ, 2007, p. 26).

Após doar a Rádio Sociedade ao governo federal e a emissora passar a se chamar Rádio Ministério da Educação, Roquette Pinto permaneceu comandando-a por mais sete anos. E conforme evidencia relatório sobre programação que enviou em 1941 ao Ministério, manteve sua marca na linha editorial.

Em relação aos programas educativos e culturais - 'constituem atividade normal da SER. Visam a ampliação da cultura popular tanto do ponto de vista artístico quanto informativo no campo de conhecimento' foram transmitidos 71 no período. Relacionava ainda os programas extraordinários ( efemérides), os noticiosos, cursos, palestras[...] (MILANEZ, 2007, p. 32).

Em 1943, Tude Souza, também médico e colaborador de Roquette-Pinto nas suas aventuras radiofônicas, assumiu o comando da Rádio Ministério. E continuou a fazer rádio ao modo do mestre Roquette-Pinto. Numa entrevista à Revista do Rádio, já em 1948, Tude Souza afirmava: “Desde 11 de março de 1943 que dirijo a Rádio Ministério da Educação, sucessora da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e tudo tenho feito para não me afastar das normas traçadas pelo grande brasileiro Roquette-Pinto e seus companheiros de jornada em 1923” (MILANEZ, 2007, p. 33). Na mesma entrevista, anunciou como novidades da programação da emissora que a estação “dedicaria a maior parte do seu primeiro horário, das 7 às 14 horas, para cursos, além de um jornal feito por especialistas [...]”.

Naqueles primeiros anos de transmissões de programas jornalísticos pelas ondas do rádio, os informativos, noticiosos, os jornais-falados seguiram o modelo do

mestre Roquette-Pinto. Observa-se, nos diversos relatos sobre aquele tempo pioneiro, que não apenas contavam o fato, mas principalmente os jornais de Roquette-Pinto também incluíam a análise, a contextualização, a explicação através de outras informações associadas e até a opinião.

O Rádio brasileiro nasce com ideais culturais-educativos, reservando, nestas suas metas, um papel constitutivo à informação e, portanto, ao jornalismo. Como a primeira emissora da radiofonia nacional apenas 13 anos depois se transforma na primeira rádio do campo público, quando a Sociedade do Rio de Janeiro inaugura o sistema que ficou conhecido como educativo, o mesmo acontece com o jornalismo deste segmento radiofônico. Baseado nos objetivos de Roquette-Pinto de transmitir educação, cultura e conhecimento, o radiojornalismo não-comercial planta suas raízes como se ouvia principalmente no Jornal da Manhã.

Assim, pode-se sublinhar que o jornalismo do rádio do campo público pioneiro, assim como do comercial, seguiu uma linha, um modelo que não se manteve. Isto pelo menos no radiojornalismo das emissoras comerciais, que foi o que mais se consolidou e se tornou o grande referencial na radiodifusão brasileira a partir do Repórter Esso.

O noticioso Repórter Esso, que por 27 anos esteve no ar em diversas estações de rádio brasileiras, a partir de 1941, significou, por parte das comerciais, uma grande transformação na linha Roquette-Pinto, que vinha dando o tom ao jornalismo radiofônico pioneiro.

As primeiras reflexões e análises levam a escutar programação a jornalística pioneira das emissoras do campo público como um radiojornalismo que não fez escola na radiofonia nacional. Pelo menos não como um tom predominante e principal maestro.

Saint-Clair Lopes, que viveu o rádio ainda nas suas fases iniciais, em 1970, ao escrever “Radiodifusão Hoje”, já produziu avaliação e comparação neste sentido:

O radiojornalismo incipiente de Roquette-Pinto, buscando nas fontes de informações da imprensa escrita o material que divulgava e interpretava, ainda não foi sequer igualado nos dias correntes, mas permaneceu um ideal constante na consciência de todos os profissionais que, instintivamente, ao pensar em aperfeiçoar, seguem os passos do Mestre (LOPES, 1970, p. 42).

Já na radiofonia pública, o tom parece ao menos buscar afinamento com Roquette-Pinto. Um exemplo de que, na atualidade, as programações jornalísticas das emissoras deste segmento continuam a procurar inspiração no radiojornalismo não-comercial pioneiro encontramos justamente na Rádio MEC do Rio de Janeiro. Em 1996, em livro comemorativo aos 60 anos da estação como MEC, a sua então diretora Regina Salles assim descreveu a programação e o jornalismo produzido e transmitido pela emissora:

No ar há 60 anos, como emissora estatal, enfrentou sérios problemas estruturais, mas o ideal de seu criador se manteve vivo. Como núcleo de resistência à vulgarização do rádio comercial, a Rádio MEC, nos seus canais AM-Rio e Brasília 800 khz e FM 98.9 Mhz, se dedica à divulgação das artes e da cultura. [...] Além disso, um jornalismo que não se limita ao factual, promovendo um debate plural sobre as questões do país e as opções do cidadão, campanhas educativas e programas de auditório ao vivo tornam a Rádio MEC hoje uma emissora pública de prestação de serviços” (SALLES, 1996, p. 117-118)

### **3.4. Nos primeiros tempos, música erudita é símbolo de transmissão cultural**

Uma das principais marcas da programação musical do tempo pioneiro do rádio no Brasil, inclusive da primeira emissora não-comercial que deu origem aos segmentos do campo público da radiodifusão, foi a música clássica, quase totalmente a erudita. E o que se pode perceber neste resgate histórico é que tal característica se deveu ao fato de ser considerada o símbolo de transmissão da cultura e de educação, juntamente com a veiculação de palestras e debates científicos, além de programas instrucionais. Mesmo que, naquela época, outros gêneros de música, especialmente a popular brasileira, já fizessem parte da programação das estações comerciais e tivessem caído no gosto inclusive da elite brasileira.

Um dos mais destacados radialistas brasileiros, que iniciou sua carreira naquele período, ao resgatar a memória do meio no Brasil em “Bastidores do Rádio – fragmentos do rádio de ontem e de hoje”, publicado em 1976, fez severa crítica a esta concepção de cultura adotada para a implementação da programação pelo rádio

pioneiro. Atribui a este entendimento uma das causas das dificuldades para se desenvolver e se popularizar que o rádio enfrentou naquele período.

[...] no começo, pretendiam impor o rádio apenas como veículo de um tipo de cultura, com uma programação quase que só de música chamada erudita (da qual ninguém gostava), conferências maçantes, palestras destituídas de qualquer interesse, enfim, um rádio sofisticado para meia dúzia de “crentes”, não atingindo a massa. O magnífico slogan da Roquette Pinto – 'Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil', divisa que, ainda hoje, a Rádio Ministério da Educação menciona orgulhosamente – não permitia que se popularizasse o rádio, tal como ele precisava para se expandir. Nada de publicidade, nada de música popular (em samba, então, nem era bom falar), nada daquilo que, de algum modo, desvirtuasse ou atingisse as boas intenções do programa traçado na famosa divisa. [...] (MURCE, 1976, p. 19)

Sublinhamos, nesta pesquisa, a avaliação negativa de Murce para aquela programação musical porque ele próprio era apreciador deste gênero de música e inclusive começou sua carreira na Rádio Sociedade com a apresentação de um programa dedicado à ópera.

Assim, os primeiros anos do rádio foram difíceis: muita música clássica, muita ópera, muita “conversa fiada” e a colaboração graciosa de alguns artistas da sociedade. Quase todos apresentavam números do mesmo estilo dos discos irradiados. Eu mesmo apresentei-me na Rádio Sociedade, a convite de meu dileto amigo Roquette Pinto, em junho de 1924 (data que assinalo como a minha entrada para o sem-fio), com um programa operístico. Sempre fui muito ligado ao movimento lírico no Brasil [...]. Assim entrei para o rádio, mas a minha aventura, no campo lírico, terminou aí (MURCE, 1976, p. 19-21).

Mas a acolhemos a título de ilustração e de resgate para analisar que a opção pelo gênero erudito se deveu ao fato de que a elite intelectual e também sócio-econômica é que constituía o seletivo grupo não só de produtores, mas igualmente de ouvintes do rádio naquela época. Murce, como bem identificou FERRARETTO (2008, p. 30 e 31), avaliou assim a programação radiofônica musical pioneira não só com base na sua experiência profissional e de ouvinte. Também porque entendia que o rádio só poderia desenvolver-se pela via comercial.

[...] o altruísmo desta parcela da elite intelectual ao valorizar a alta cultura vai se chocar com uma visão mais focada no potencial do rádio como negócio, exemplificada aqui por[...] Renato Murce, radialista que é contemporâneo deste processo[...] (FERRARETTO, 2008, p. 30).

Na verdade, nada surpreendente, já que, por exemplo, as músicas irradiadas eram dos discos doados às emissoras pelos próprios ouvintes. Mais uma vez recorreremos a Murce para resgatar aquele tempo em que a elite fazia rádio para ela mesma, porque a esta classe da sociedade brasileira pertenciam os ainda poucos privilegiados que tinham acesso ao novo meio de comunicação.

Não deixei, contudo, de colaborar como pude com o rádio. Dileta da música clássica e operística, colecionara eu cerca de 1.200 discos do famoso 'selo vermelho', da RCA, gravados pelas maiores celebridades de todo o mundo. Dada as condições precárias com que funcionavam as rádios (Sociedade e Clube do Brasil), os locutores faziam apelos aos ouvintes, solicitando que se inscrevessem como sócios, mediante a módica contribuição de 5\$000 (cinco mil réis); meio centavo hoje. E que colaborassem enviando bons discos de suas discotecas para melhorar os programas. Então, a cada momento, era anunciado: 'A seguir transmitiremos o 'Prólogo' da ópera Il Pagliacci, de Leoncavallo, em disco gentilmente cedido pelo nosso ouvinte Dr. Arnaldo Guinle; ou acabaram de ouvir 'Caro Nome' de Rigoletto, de Verdi, colaboração do nosso sócio e amigo Sr. Renato Murce[.]' (MURCE, 1976, p.21)

Mas também nada tão contraditório, como já apontamos no subcapítulo 3.2, intitulado A contradição nas primeiras programações do rádio educativo. Uma programação musical predominantemente erudita, veiculada para poucos, pode ser considerada o melhor modelo para o segmento de rádio que ensaiava, então, seus primeiros passos com missão de levar cultura e educação ao povo brasileiro? Ao mesmo tempo em que se detecta esta contradição, não há como não ressaltar que aquela programação fez, sim, parte do enorme esforço dos radialistas pioneiros em cumprirem a função social que enxergavam no rádio. E viam nela, naquela programação musical, características fortemente educativas e transmissoras de cultura. Isto é possível observar em depoimento do maestro e ex-diretor musical da Rádio MEC Edino Krieger:



A música clássica foi o carro chefe da programação da Rádio MEC desde sua fundação. Era certamente parte integrante do perfil educativo e cultural que Roquette-Pinto quis imprimir à emissora ao transferi-la para o Ministério da Educação e Cultura. Esse perfil consolidou-se ao longo dos anos [...]. A programação musical tinha, ela própria, um caráter educativo, de formação e informação do público radiouvinte. Além do repertório predominante, que ia do barroco ao impressionismo, havia – como ainda hoje – programas específicos destinados a divulgar a música pré-clássica – medieval e renascentista – e a música contemporânea. (KRIEGER, 2007, p. 115)

No seu artigo “Rádio MEC: um centro de difusão da música clássica”, KRIEGER resgata sucintamente a formação da grade erudita da emissora, citando seus principais e mais destacados programas no decorrer de sua história, sempre defendendo suas características essencialmente educativas e culturais.

Entre os programas legados por herança daquele período está o Atendendo aos ouvintes [...]. Através desse programa, sobretudo, podia a Rádio traçar o perfil verdadeiro de sua audiência, que, longe de ser elitista, como se poderia supor, mostrava um percentual elevado e mesmo majoritário, nas correspondências, de ouvintes das classes B e C, que muitas vezes escreviam com dificuldade o título das obras e o nome dos compositores que desejavam ouvir de novo. A procedência da correspondência era também predominantemente da periferia do Rio, inclusive de penitenciárias, e de municípios vizinhos ou de outros estados. (KRIEGER, 2007, p. 15-118)

Concordando com análise de (FERRARETTO, 2008, p.30), ressaltamos que esta concepção de programação educativa-cultural expressa bem o contexto daquela época. Recorrendo à Renato Ortiz, Ferraretto analisa que “o rádio, para as parcelas da elite responsáveis por sua introdução no país, constitui-se em elemento modernizante e civilizatório”. E para esta elite, levar cultura e educação ao povo brasileiro, significava, como podemos observar nas grades das emissoras pioneiras, veicular música erudita, transmitir conferências. Enfim, irradiar alta cultura, a cultura das elites intelectuais e sócio-econômicas daqueles tempos.

Mas, mesmo assim, Ferraretto (2008, p. 30) destaca “o altruísmo desta parcela da elite intelectual”. Também lembra que, afinal, foi este segmento da sociedade que introduziu e desenvolveu o rádio no Brasil, sob a

batuta de Roquette-Pinto, que inclusive tentou resistir à transformação da radiodifusão em puro negócio.

É, entretanto, o primeiro movimento da longa trajetória do veículo em território brasileiro com uma programação marcada por conferências literárias, artísticas e científicas, números infantis, poesia, música vocal e instrumental, além de umas poucas notícias de interesse geral. Tal perspectiva cristaliza-se na frase de Roquette-Pinto, logo adotada como slogan pela emissora: “Pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”. (FERRARETTO, 2008, p.30)

### **3.5. “A Hora do Fazendeiro”: o mais antigo programa de rádio em veiculação na América Latina**

A Hora do Fazendeiro integra a grade da Rádio Inconfidência AM de Minas Gerais desde que a emissora entrou em funcionamento em 1936. Confirmadamente, segundo informou o supervisor de jornalismo Getúlio Neuremberg <sup>11</sup>(2008) em entrevista, é o mais antigo programa radiofônico em veiculação ininterrupta na América Latina, conforme registro da BBC de Londres. Pode ser inclusive de todo o mundo, de acordo com o jornalista e radialista.

E por nossa observação é um dos programas da estação mineira que melhor traduzem a linha da sua grade de programação. Embora tenha, no geral e durante maior parte de seus 73 anos, acompanhado modelos referenciais do rádio brasileiro, a Inconfidência AM também consolidou um perfil com objetivos singulares entre os quais destacam-se a integração capital e interior. E neste, A Hora do Fazendeiro tem cumprido seu principal papel.

A Rádio Inconfidência pega uma carona logo no início do dia no Trem Caipira, para chegar, no fim da tarde, na Hora do Fazendeiro e se encontrar com todos na madrugada do Mutirão Sertanejo. É a mais tradicional programação rural do estado, com programas que existem desde a criação da emissora. Locutores famosos, de ontem e de hoje, dão voz e vida para a história da radiodifusão mineira, desde os tempos da “Onda Rural”, como era conhecida a Inconfidência. Desde o início, a emissora esteve em consonância com a vocação agropecuária do mineiro. Criada através de um consórcio entre prefeituras e o governo estadual, foi sempre um grande instrumento popular de unificação e de

---

<sup>11</sup> Em entrevista à autora em setembro de 2008.

informação, com notícias e programas para o desenvolvimento do produtor rural (INCONFIDÊNCIA, 2008, p. 2).

Na atualidade transmitido diariamente, de segunda a sexta-feiras, das 17 às 18 horas, A Hora do Fazendeiro veicula técnicas de manejo e plantio, cotações de preços da Ceasa, os índices das bolsas agropecuárias, previsão do tempo e demais informações necessárias ao agronegócio.

Nas primeiras fases da radiofonia nacional, com certeza um programa deste tipo prestou serviços fundamentais ao homem do campo mineiro, levando as informações com maior rapidez ao interior, que naquela época, sem as facilidades modernas de comunicações, era distante, de difícil acesso e contava com poucos recursos e condições para se comunicar com os centros urbanos.

Naquela época, do advento e consolidação da radiodifusão no Brasil, A Hora do Fazendeiro foi criado para transmitir notícias de interesse ao campo, responder consultas, a grande maioria feitas por carta, desde as mais prosaicas até as que exigiam profundas e especializadas explicações.

O rádio, então, era o meio de comunicação de massa mais rápido e eficaz. Voltado e atingindo especialmente o homem do campo de Minas, A Hora do Fazendeiro tornou-se um dos mais populares programas rurais de todo o país. Foi inspirador do modelo deste tipo de programa em todas as rádios brasileiras que segmentam as suas grades com programação rural e inclusive na televisão. Neuremberg (2008) diz em entrevista que até o Globo Rural tem linha e perfil nele inspirados.

O sucesso nacional do programa, imbatível em tempos anteriores à televisão e internet, foi possibilitado, entre outros, pelo fato de a Inconfidência ter alcance não apenas em todo o país, mas também continental e mundial. Nos períodos em que o rádio reinou absoluto, a Inconfidência conseguia tal alcance por operar, além de OM/AM, também em Ondas Curtas. Mas até hoje é considerado um dos principais da grade da emissora, tanto que vai ao ar em horário nobre, no final da tarde.

E conforme Neuremberg (2008), mesmo nos dias de hoje, com outras fontes e meios de informação, atualizado, o programa tem boa audiência na área rural de Minas, recebe muitos e-mails e cartas de ouvintes, inclusive de outros estados. De acordo com Élide Murta (2008), assessora da presidência e na coordenação do projeto de criação

do Memorial da Rádio, a diretoria da Inconfidência pretende ingressar no Instituto Histórico e Artístico de Minas Gerais com pedido de registro de A Hora do Fazendeiro como patrimônio cultural e imaterial do estado.

## **4. SEGUNDA FASE: A ÊNFASE NO ENSINO PELAS ONDAS RADIOFÔNICAS**

*Rádio Educativo: uma longa história que tem a idade do próprio rádio em nosso país. Rádio Educativo: mais do que uma expressão do fazer radiofônico, um compromisso não apenas com o ouvinte, realizado pelas chamadas rádios educativas, mas um compromisso com a cidadania da qual a educação é parte. Marlene Blois (2004, p.147)*

### **4.1. A fase de ouro do rádio comercial e as influências nas emissoras públicas**

No final da década de 30, início dos anos 40, a radiofonia brasileira, então já consolidando seu sistema comercial, começa um tempo que passou para a história geral do veículo como a sua “Fase de Ouro”. Foi a era do rádio espetáculo, das grandes produções radiofônicas – de radionovelas aos programas de auditório e musicais, das orquestras próprias, cantores e conjuntos exclusivos das estações. As emissoras deixaram de ser clubes, tornaram-se empresas, funcionando no padrão “broadcasting” como as rádios norte-americanas.

Já as emissoras não comerciais, as que não se tornaram rádios do sistema privado, contavam com menos de uma década de existência naquele tempo. A história deste segmento havia iniciado pouco antes, em meados dos anos 30. Foi em 1936, quando Roquette-Pinto doou a sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao governo federal, justamente para impedir que a estação se transformasse em comercial e fosse obrigada a depender da publicidade, o que, para ele, a obrigaria a se desviar da sua missão educativa e cultural. Por isso, a doação foi feita ao então Ministério da Educação e Saúde e mediante a condição de que continuasse voltada à educação e cultura. O governo Getúlio Vargas passou a operá-la com a denominação de Rádio Ministério da Educação e manteve a linha de programação implantada pelo pioneiro Roquette-Pinto.

A Rádio MEC-Rio ou MEC RJ, como passou a ser chamada posteriormente e é conhecida até hoje, foi, portanto, a precursora do segmento educativo da radiodifusão

que, até a década de 90, identificava as emissoras estatais, culturais, educativas e universitárias. No mesmo ano de 1936, entrou no ar, em Minas Gerais, a Rádio Inconfidência, vinculada ao governo daquele estado e por isso, também considerada do segmento público.

Embora a vinculação estatal, a Inconfidência, naqueles tempos de consolidação do sistema privado de radiodifusão, sofreu influências ainda maiores do modelo comercial que iniciava, então, a solidificação da hegemonia na radiofonia brasileira. A emissora mineira desenvolveu-se, por um bom tempo, mais semelhante às estações comerciais do que buscando inspiração na rádio do Ministério da Educação.

E paradoxalmente, uma das maiores expressões da Era do Ouro do rádio no Brasil foi uma emissora vinculada ao Estado, por estatização do governo Getúlio Vargas: a PRE 8 - Rádio Nacional do Rio de Janeiro. A Nacional começou a transmitir como comercial em 1936, pertencente à empresa do jornal A Noite. Quatro anos depois passou a ser patrimônio da União, através de encampação. Porém, administrativa e financeiramente continuou funcionando como as demais emissoras comerciais da época.

A PRE 8 possuía uma organização empresarial, altamente centralizada e administrada através de departamentos com funções definidas, não recebendo financiamento oficial. Era sustentada por verbas publicitárias, o que nas épocas áureas lhe permitia manter uma equipe enorme, com salários excelentes e ainda reinvestir os lucros na própria organização (GOLDFEDER, 1980, p.42).

A sua programação, mesmo após a incorporação ao patrimônio da União, permaneceu completamente comercial, inclusive aprofundou-se nesta direção. À Nacional foi dada a missão de ser popular, no sentido de alcançar a massa, conquistar um grande público, nacionalmente e de todas as camadas, para promover a integração do país.

Estrategicamente, a encampação da Rádio Nacional atendia ainda a certos objetivos políticos governamentais: o de levar a vários e longínquos pontos do país um conjunto de mensagens, influenciando, assim, a formação de uma identidade nacional. É isso, mais ou menos o que explica o fato de que a emissora estatal procurou, desde logo,

tornar-se um veículo de divulgação de autores nacionais e da música popular brasileira para dentro e para fora do país. (AGUIAR, 2007, p.22)

Este papel estratégico-político destinado à Nacional pelo governo getulista não foi exclusivo da emissora. As histórias do rádio no Brasil e no mundo demonstram que este meio de comunicação, tão logo começou a se desenvolver, foi vislumbrado como instrumento de propagação ideológica e tem tido, constantemente, largo uso político com variados objetivos e por diversos segmentos da sociedade. No caso brasileiro, foi justamente Vargas o governante que mais rapidamente percebeu as possibilidades de exploração política do veículo e muito as aproveitou.

O rádio, desde sua consolidação, a partir dos anos 30/40, tem sido utilizado das mais diversas formas, com as mais diferentes finalidades: pelo Estado; por guerras de independência e resistência, por partidos políticos e sindicatos; por movimentos sociais, religiosos e ecológicos. Seu papel político é inegável, seja qual for sua orientação. [...] O surgimento da radiodifusão na América Latina, na década de 20, e a sua consolidação a partir dos anos 30, dá-se quase paralelamente ao início dos movimentos populistas. Estes, por sua vez, no caso de Brasil e Argentina, devem-se principalmente ao esgotamento do modelo econômico agroexportador e ao início do direcionamento para as atividades industriais. [...] Embora o aparecimento do rádio não tenha relação com os tipos de governo à época, mas sim com o avanço das pesquisas tecnológicas que vinham sendo realizadas desde o século anterior, rádio e populismo desenvolvem-se quase simultaneamente em ambos os países.[...] Nesse período, o rádio passa, também, por sua época de glória -1945/1955. Rádio e populismo vivem, desta forma, seus tempos de apogeu e declínio[...]. (HAUSSEN, 1997, p. 7-8)

Embora, ao incorporá-la, o governo federal já tenha recebido a Nacional bem estruturada e firmando seu caminho rumo à fase áurea, foi a política Vargas aplicada à emissora que realmente a alavancou para transformar-se na emissora padrão do Brasil.

A partir de então, a emissora começou a se desenvolver e a melhorar a sua programação. Apoiada na receita publicitária, apesar de encampada, continuou a agir como empresa privada, contando com uma direção de toda a confiança de Vargas, e dispendo de todas as condições necessárias para ampliar sua carreira de sucesso. (HAUSSEN, 1997, p. 41)

Assim, a PRE 8 implementou um projeto de programação sem alterar linhas que o aproximasse do modelo que se consolidava nas educativas sob inspiração dos ideais

de Roquette-Pinto. Conforme Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira sublinham em sua obra *Rádio Nacional – O Brasil em sintonia* (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 48-50), a direção, produção, enfim, toda a emissora tinha clareza das estratégias e linhas programáticas a serem adotadas e esforços que deveriam empreender para que a Nacional cumprisse a missão que lhe foi reservada. E por consequência, tornar-se a maior expressão da fase áurea da radiofonia brasileira e uma das principais rádios da América Latina e mesmo do mundo.

[...] foi perceber que a filosofia do rádio educativo não era compatível com os objetivos de uma emissora popular, que visasse a integração nacional. Formados em sua maioria à sombra dos princípios positivistas, Getúlio Vargas, Roquette-Pinto e vários de seus contemporâneos acreditavam na missão humanista de preparar as massas para a ascensão social por via pacífica. O rádio tinha condições de ser o instrumento adequado para chegar a todos os pontos do país e às mais diversas camadas da população, ainda levando-se em conta a alta taxa de analfabetismo do país. A tarefa requeria uma estrutura jurídica que desse à emissora oficial a liberdade de competir no mercado publicitário, a fim de reinvestir os lucros na manutenção, reequipamento e permanente expansão do veículo.” (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 49 e 50)

Para consolidar tal projeto, a Nacional precisou mesmo se afastar de qualquer semelhança de programação, por exemplo, com a outra emissora estatizada naquele mesmo ano da sua fundação, a Rádio MEC do Rio de Janeiro. Nada ou bem pouco de conferências, aulas, programas de ensino formal, música clássica. Mas, sim, muito espetáculo, com melodias internacionais ao gosto do povo e música popular brasileira, seus grandes ídolos, suas rainhas do rádio e suas grandes orquestras, programas de auditório, humorísticos, radioteatro, radionovela.

[...] no começo dos anos 40, a Rádio Nacional recebia uma média mensal de 26.291 cartas de várias regiões do país. Era o início de um encantamento que se multiplicaria várias vezes. [...] Era a nova Nacional já instalada, produto do Brasil novo [...] (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p. 56-58).

Com este perfil de gestão, produção e programação, a Nacional do Rio de Janeiro foi o grande destaque da época de ouro do rádio brasileiro e influenciou as grades de todas as emissoras naquele período.



O rádio pôs o Brasil e o mundo na sala do brasileiro. [...] Como bem resumiu o jornalista Sérgio Augusto, a Rádio Nacional foi o canal exclusivo de informação e formação cultural do povo brasileiro, fazendo deste vasto paraíso tropical a primeira grande aldeia global dos tempos modernos. Costuma-se dizer que a Rádio Nacional foi a Rede Globo dos anos 1940 e 1950, ou, o que dá no mesmo, que a Rede Globo é, hoje, o que a Rádio Nacional foi no passado. As duas afirmações se justificam e, de certa forma, se completam. [...] A verdade é que a Rede Globo vem transitando pelos caminhos desbravados pela Rádio Nacional no seu período áureo (AGUIAR, 2007, p.14).

Nem as educativas escaparam da sua forte influência, pois a PRE 8 se consolidou como a emissora padrão do Brasil na época de ouro do rádio comercial. Foi, num paradoxo, apesar e também por causa do seu funcionamento misto estatal/privado, a maior expressão desta fase determinante do rádio brasileiro. E na sua construção histórica, portanto, pode-se encontrar as principais contradições, linhas e modelos do sistema comercial, mas também um pouco destes aspectos em relação à trajetória do rádio público.

Tanto que hoje, também integrando um projeto governamental – o de constituição de um sistema público de rádio pela EBC – a Nacional está de volta ao que poderia ter sido seu começo. Agora sim se assume como emissora estatal/pública e lado a lado, inclusive compartilhando programação, com a Rádio MEC, da qual afastou-se no seu passado áureo, quando cumpriu também uma missão política.

A Nacional dos anos 50, que se solificara dentro de um projeto nacionalista e integrador, implementado durante o primeiro período Vargas, atrairia, assim, ainda mais as massas e as verbas publicitárias, garantindo um elenco e uma programação de alta qualidade [...] Sobre a questão da hegemonia da rádio Nacional também é interessante uma reflexão. Embora fosse a emissora mais potente e mais qualificada, ela não era ouvida com exclusividade em todo o país. As emissoras de São Paulo, como as do Rio Grande do Sul, por exemplo, tinham uma forte produção local. Inclusive novelas eram radiofonizadas regionalmente. Havia programas na Nacional que eram consenso geral, como o Repórter Esso, determinadas novelas e programas de humor. Não se pode negar, no entanto, a sua influência sobre as demais emissoras do país que copiavam seu modelo. (HAUSSEN, 1997, p. 111; 112)

Evidenciamos, na presente pesquisa, que realmente até as então emissoras educativas transmitiam programações inspiradas no padrão Nacional ou totalmente

copiadas da emissora carioca. A Rádio Inconfidência de Minas Gerais, conforme sublinha Nair Prata (2003, p.2) “já nasceu pública e com a vocação de unir a Capital ao interior”. Porém, mesmo sendo vinculada ao Estado, em vez de seguir fielmente o caminho apontado por Roquette-Pinto para a pioneira do segmento estatal educativo – a Rádio MEC – e, portanto, também do campo público, a Inconfidência, ao contrário, acabou traçando trajetória de construção de programação mais semelhante às emissoras comerciais daqueles tempos áureos. Ou seja, copiou muito mais o padrão Nacional.

Nos seus tempos iniciais, entretanto, fez como as primeiras estações brasileiras. Inspirou-se na desbravadora Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de Roquette Pinto, e colocou no ar uma programação que pretendia levar educação e cultura ao povo mineiro. Mas pelo alcance ainda reduzido de audiência e acesso da população ao novo veículo, como aconteceu nos anos iniciais do rádio, e principalmente pela programação educativa e cultural elitizada, não foi uma rádio popular.

No início, a Rádio Inconfidência era uma emissora de elite e faziam parte de sua programação atrações como Ópera da Semana, Discoteca da Boa Música e Concertos. A rádio funcionava num dos lugares mais elegantes de Belo Horizonte, a Feira Permanente de Amostras, local onde é hoje a Rodoviária da Capital. (PRATA, 2003, p. 2)

Somente conseguiu perfil mais popular quando passou a irradiar programação sob a influência da Era do Ouro e do modelo Nacional, especialmente nas décadas de 40 e 50. Neste período, também operando em ondas curtas, foi ouvida não só em Minas e no país, mas na América Latina, tendo como slogan “Gigante do Ar”. E a sua fórmula para captar audiência tão ampla foi a padronizada pela Nacional: a do rádio espetáculo, com programas de auditório, música de cantores e cantoras populares idolatrados especialmente pelas camadas mais baixas da população, radioteatro e radionovelas.

Assim como sua inspiradora, a estação mineira contava com produção própria e, para isso, seus estúdios fervilhavam com cerca de 500 funcionários - de técnicos, redatores e produtores a locutores, músicos, cantores, radioatores, conjuntos e orquestras fixas e exclusivas.

[...] A popularização da programação da Inconfidência veio com o sucesso da Rádio Nacional. Tudo o que a Rádio Nacional fazia, o Brasil inteiro copiava e com a Inconfidência não foi diferente. Esta opção pela popularização pode ter sido um dos caminhos encontrados pelo governador Juscelino Kubitschek que sonhava com a presidência da República e precisava de um veículo forte para chegar ao eleitor. Nos tempos áureos, o cast da Inconfidência chegou a reunir centenas de integrantes [...] (PRATA, 2003, p.3)

Da mesma forma que a Nacional, a Inconfidência apostou na informação, principalmente retransmitindo o Repórter Esso, noticiário que chegou e se consolidou no Brasil naquela Época de Ouro e cunhou definitivamente, também ao estilo norteamericano, o radiojornalismo brasileiro<sup>12</sup>.

[...] a Inconfidência e a Guarani tinham uma postura agressiva em relação aos noticiários. Segundo Costa, a população mineira dizia: *Se a Inconfidência deu, é verdade, a Inconfidência não divulga boato*. O radialista lembra que um dos pontos fortes da programação da rádio era a transmissão do Repórter Esso, noticiário que, na opinião dele, se constituía numa religião para o povo mineiro. [...] (PRATA, 2004, p. 80).

Sobre a Rádio MEC Rio, outra emissora do campo público que se destacava na Era de Ouro, as influências do modelo comercial ditado pela Nacional não foram tão grandes, mas também se evidenciam na sua programação.

A MEC não chegou a irradiar as populares e consagradas radionovelas líderes de audiência do sistema privado. Mas certamente inspirada no rádio espetáculo comercial, buscou adequar este sucesso popular à sua missão educativa-cultural, transmitindo radioteatro produzido com adaptações de textos literários. Não teve um “cast” de radioatores idolatrados pelas massas populares.

No entanto, contou com elenco fixo de radioteatro e até serviu de escola para grandes astros que mais tarde brilharam no teatro, no cinema e na televisão, como Fernanda Montenegro. A atriz começou como locutora e integrante do elenco da Rádio MEC. Então, era Arlete Pinheiro. Depois passou a acumular também função de redatora de adaptações da estação. E conforme ela própria relata em depoimento no livro “Rádio

---

<sup>12</sup>O Repórter Esso foi uma síntese noticiosa idealizada e importada dos Estados Unidos, veiculada naquele país desde 1935 e do início dos anos 40 em mais 14 países da América do Norte e da América Latina. A Rádio Nacional foi a primeira a retransmiti-lo no Brasil, em 1941. A partir de 1942, emissoras de Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Recife também passaram a veicular o Esso, retransmitindo-o da Nacional.

MEC – Herança de um sonho” (MILANEZ, 2007), por achar que seu nome aparecia muitas vezes em créditos, adotou Fernanda Montenegro para indicar a autoria das suas adaptações:

[...] eu achei que era que era muito “Arlete Pinheiro para cá, Arlete Pinheiro para lá” -, porque eu tinha tantas frentes (...) aí eu inventei esse nome para redigir. Era adaptação de Fernanda Montenegro, e a radioatriz ou a locutora, era Arlete Pinheiro, e assim foi feito. E o nome que pegou foi o nome Fernanda Montenegro, e ficou[...]. (MILANEZ, 2007, p. 161),

Naquela época, a Rádio MEC também faz sucesso com programas como Radioteatro da Mocidade, este um dos maiores destaques da emissora então, Passeio Literário, Douce France, Falando de Cinema e Bastidores, todos com participação de Fernanda Montenegro, como atriz, locutora ou redatora.

Igualmente nas produções musicais da MEC se evidenciam influências do apogeu do modelo comercial padronizado pela Nacional. Neste quesito, mais uma vez a emissora buscou adequar, ao seu perfil, a busca de popularizar e ampliar a audiência. Além de prosseguir com programações eruditas, passou a transmitir muita MPB, samba, músicas regionais, música internacional, incluindo jazz.

Mas todos estes gêneros sempre com o cuidado de não se desviar do que considerava como seu padrão cultural, com raízes nos ideais de Roquette-Pinto. De acordo com o pesquisador e crítico de MPB, Ricardo Cravo Albin, também produtor da Rádio MEC, a programação da emissora privilegia, desde aquela época, a “boa música popular brasileira, aquela que não tem compromisso inarredável (pelo contrário) com a música comercial” (MILANEZ, 2007, p.129-130).

Enfim, o modelo de rádio comercial brasileiro ao estilo norteamericano, consolidado e hegemônico na radiodifusão brasileira durante a Época de Ouro, principalmente a partir da Nacional, provocou reflexos até mesmo no segmento do campo público. Segmento que, então, recém começava a se desenvolver e se firmar como grupo específico e diferenciado na radiofonia do país, tendo a Rádio MEC Rio como pioneira e uma das suas principais expressões até hoje.

Com eficácia e mesmo sendo estatal, a Rádio Nacional tornou-se expressão maior desta Era de Ouro do sistema privado da radiodifusão brasileira e conseguiu,

naquele tempo, cumprir o papel político-cultural que lhe atribuíram, tanto o governo Getúlio Vargas como a própria classe dominante do país. Marcou definitivamente a história do rádio no Brasil, inclusive a construção histórica específica das emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias, as estações públicas.

As razões maiores de sua eficácia ultrapassariam, é evidente, o âmbito cultural propriamente dito, e poderiam ser localizadas no conjunto das relações sociais, econômicas e políticas que teriam permitido a ampla penetração de seu projeto. [...] caracterizava-se por uma produção diversificada que, ora se aproximava de uma perspectiva mais conservadora (sua forma dominante), ora permitia a veiculação de um conteúdo mais liberal e autônomo. [...] Constituindo uma infra-estrutura financeira e administrativa, com uma equipe qualificada e, sobretudo, com um projeto eficaz, a Rádio Nacional pode cumprir seu duplo papel, de mecanismo ao mesmo tempo legítimo para os setores dominados e reprodutores do ideário dominante. (GOLDFEDER, 1980, 40 e 41)

A Rádio Nacional foi a estação que comandou o espetáculo em todo este período. E assim passou para a história como um paradoxo: era estatal, do iniciante segmento público, mas deu o tom do modelo de rádio comercial no país, o sistema que hegemonizou a radiodifusão do Brasil.

## **4.2. Programações se transformam em salas de aula**

Este período histórico das emissoras do campo público - metade da década de 40 até o início de 70-, com as rádios, então, já começando a ser referidas como integrantes do segmento educativo, desenvolve-se sob a influência da Era de Ouro do rádio comercial. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, embora também estatal, trilha, como analisamos acima, o mesmo caminho das programações das emissoras comerciais. Mais que isso: torna-se a rádio padrão do Brasil. Por isso, apesar de vinculada ao Estado, portanto dentro do campo público, paradoxalmente dita o modelo do rádio comercial do país, o sistema que até hoje é hegemônico nas ondas radiofônicas brasileiras<sup>13</sup>. Enquanto a Rádio Nacional e todo o segmento comercial

---

<sup>13</sup> Resgates mais amplos sobre as influências da fase de ouro da radiofonia comercial na programação das emissoras do campo público são feitos em outro trabalho de pesquisa por nós produzido. Suas reflexões aprofundadas fazem parte da nossa Tese A construção histórica da programação de rádios brasileiros do campo público, em elaboração.

viviam sua fase áurea, as emissoras não-comerciais começam a se firmar como educativas, dando ênfase a programas definidos como voltados à educação e especialmente, ao ensino formal, transformando estúdios radiofônicos em verdadeiras salas de aula. Transmitem de aulas de matemática até educação física, passando pelo inglês, português, história, entre outras matérias escolares.

Principalmente nesta fase, a MEC se torna “a mais concretizada expressão da radiodifusão educativa”, conforme classifica BLOIS (2007, p.141-145) ao analisar o papel educativo da emissora do Ministério da Educação. Conforme a estudiosa de educação pelo rádio, teleeducação e educação a distância, a Rádio MEC sempre buscou não se afastar dos princípios que a nortearam desde que era Sociedade. Assim relata a construção da sua programação a partir do momento em que foi doada ao governo federal:

A MEC traz, então, para seus quadros, grandes nomes da literatura, do teatro, da cultura em geral, ancorada no grande prestígio da emissora nos meios intelectuais. A música constitui-se um caso à parte em sua programação. Ter uma orquestra sinfônica e quartetos musicais, além de contar com um estúdio sinfônico, único no país, possibilita colocar no ar programas que permitem ao público ter contato com grandes maestros, cantores e músicos. O Teatro ganha destaque na MEC, que radiofoniza peças de autores nacionais e estrangeiros, na interpretação de renomados atores. [...] A Educação é um caso à parte desde o início, quando professores do Colégio Pedro II ministravam suas aulas radiofônicas a convite do mestre Roquette [...] (BLOIS (2007, p. 142-143).

Em busca de cumprir cada vez mais a função educativa que se impôs desde Roquette-Pinto, além de programas de música erudita e, nesta fase, também já com MPB, a MEC produz e alimenta sua grade diária com maior volume de programas de educação. Neste gênero, entram tanto programas radiofônicos convencionais com caráter de educação num sentido mais amplo quanto aqueles que transformam o ensino formal e suas aulas em estúdios de rádio.

Nesta época, na Rádio MEC, um exemplo de sucesso do primeiro grupo é Reino da Alegria, programa que entrou no ar em 1945, destinado ao público infanto-juvenil, com textos e músicas que procuravam ensinar sobre temáticas variadas. Conforme depoimento da apresentadora e produtora do programa, Geny Marcondes, Reino da Alegria contava inclusive com uma espécie de polígrafos, elaborados manualmente,

para acompanhamento do público: “tinha uns livrinhos, que nós editávamos na Rádio, feitos à mão, com as letras das canções. [...]” (MILANEZ, 2006, p. 146-147). Outro exemplo de programa educativo não-formal é o Programa Universitário, comandado e produzido por Artur da Távola, semanalmente, a partir de 1956. De acordo com depoimento do produtor, a produção tinha como público alvo os estudantes universitários, tratando de temas de seu interesse e com programação musical de sua preferência.

Eu estudava na Faculdade de Direito da UFRJ. De repente, veio-me à cabeça a ideia de fazer um programa universitário, que reunisse a música dos universitários, as idéias dos universitários, a literatura, enfim... Tomei coragem e fui, no peito e na raça, procurar o diretor da Rádio, o professor Fernando Tude de Souza. [...] o organizador da programação, René Cavé foi muito amável, só me disse uma coisa: - eu só peço a você que tenha continuidade. [...] (MILANEZ, 2006, p.147-148).

A Rádio MEC, neste período histórico da radiofonia pública, ainda conta, no seu esforço de educar pelas ondas radiofônicas, com transmissão de aulas formais, especialmente por meio da série Colégio no Ar, produzida pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, integrado pela emissora. Meados dos anos 50 e década de 60, a Matemática era ensinada em pelo menos um dos programas integrantes do Colégio no Ar: o Curso de Matemática, que incluía até História da Matemática, produzido e apresentado pelo educador Manoel Jairo Bezerra (MILANEZ, 2006, p. 149-150).

A época, na emissora do Rio de Janeiro, foi efetivamente de muitas transformações na programação sempre em busca de avançar na construção de um perfil educativo-cultural. Para tanto, vários outros programas educativos, instrucionais e mesmo artísticos e musicais passaram a integrar a grade.

O rádio instrutivo, por sua vez, ficava a cargo do SRE, que inicialmente passou a realizar cursos de Português, Inglês e Geografia, com duas aulas semanais, transmitidas regularmente pela Rádio Ministério da Educação e Cultura. [...]em 1944, o SRE transmitiu um curso de férias para professores, em parceria com a Associação Brasileira de Educação. Nos anos seguintes, o Serviço de Radiodifusão Educativa realizaria uma série de iniciativas importantes, como a criação de setores de educação e pesquisa e de documentação e intercâmbio, passando a ter um formato semelhante ao do INCE – Instituto Nacional

de Cinema Educativo, criado e desenvolvido por Roquette-Pinto após sua saída da direção [...] e que funcionava no mesmo prédio da Rádio Ministério, na Praça da República, 141-A. (PRADO PIMENTEL, 1999, p.34).

Boa parte destes programas de ensino formal contava com material de apoio para os ouvintes e se complementava por correspondência. Até mesmo aulas de Educação Física eram ministradas. Na MEC, estas aulas se chamavam Hora da Ginástica, programa também veiculado por várias outras emissoras de São Paulo e do Rio de Janeiro, inclusive comerciais. A MEC retransmitiu o programa de 1948 a 1956 dentro da Rede Saúde, em parceria com a Rádio Globo. Mas a partir de 56, “conseguiu realizar o seu sonho: ter o programa transmitido, ao vivo, diretamente de seus estúdios” (MILANEZ, 2006, p. 148)

Na Segunda Fase histórica da radiofonia do campo público, também se destacam na MEC: a série “Pensando no Brasil”, com o Almirante Álvaro Alberto, do Conselho Nacional de Pesquisa, Austreségilo de Athayde, da Academia Brasileira de Letras, e Basílio Machado Mello, da Confederação das Indústrias; “Música e Músicos do Brasil”, de ênfase à música brasileira; “Quadrante”, com leituras diárias de crônicas de Manuel Bandeira Paulo, Mendes Campos, Rubem Braga, Cecília Meireles e Carlos Drummond de Andrade, entre outros cronistas, produzido e apresentado por Paulo Autran<sup>14</sup>

Em 1970, sob a coordenação do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, começa a ser produzido e transmitido o Projeto Minerva. A Rádio MEC participa da produção, geração e é uma das suas retransmissoras assim como as demais emissoras do país. Conforme dados disponíveis no próprio site da emissora, na primeira fase, o projeto atingiu 175 mil alunos ouvintes, num total de 19 estados do país. Na segunda fase, foram produzidos e transmitidos 560 programas-aulas, alcançando 370.381 alunos, em 3.813 municípios brasileiros.

O Projeto Minerva, pelos seus objetivos, linhas programáticas, estrutura de produção e transmissão, pode ser resgatado como a maior expressão do período em que o rádio do campo público, ainda com algumas dezenas de emissoras, consolidou seu perfil voltado à educação e cultura. E então, o segmento passou a ser designado

---

<sup>14</sup> Informações disponíveis em <http://www.radiomec.com.br/70anos/>.



como sistema educativo de rádio. Esta consolidação com a ênfase na educação radiofônica é traduzida, por exemplo, em depoimentos de produtores da Rádio MEC que atuaram no Projeto. Um deles é de Mauricéia Drumond da Silveira, que além de atuar no Minerva, chefiou a área de educação e Ondas Curtas da MEC.

Foi uma época áurea na Educação, com valorização do trabalho que se fazia, respeito às pessoas envolvidas, que se dedicavam cada vez mais porque acreditavam na educação a distância e porque os resultados obtidos provaram que não eram em vão nossos esforços. [...] (MILANEZ, 2007, p.153).

A Rádio Cultura de São Paulo trilhou caminho semelhante ao da MEC neste período, a partir do final dos anos 60, quando se transformou de rádio comercial em emissora de vinculação estatal, ao ter seu controle transferido dos Diários Associados para a Fundação Padre Anchieta.

Já em 1970 desenvolveu – desde a redação até a produção – seu primeiro projeto educacional. Foi a versão radiofônica do curso Supletivo de Primeiro Grau, que fez parte das emissões do Projeto Minerva para todo país. Além deste, foram também criados diversos outros projetos educativos como as aulas de idiomas, história, matemática e português (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p.89).

As aulas de ginástica também passaram a integrar a grade da emissora paulista e podiam ser acompanhadas através de polígrafos distribuídos aos ouvintes. Em relação à programação artística-cultural, as produções se acentuaram na divulgação da agenda de espetáculos, exposições e demais atividades da área, mas especialmente na produção de programas informativos, de resgate, debates e críticas sobre cultura. A transmissão de música erudita, uma marca do período do rádio pioneiro e depois das chamadas emissoras educativas, também prosseguiu como meio de educação e disseminação cultural. Mas a transformação e ênfase maiores acontecem quanto à música popular brasileira, que passa a ser privilegiada na grade e posteriormente, acaba por se tornar o carro-chefe da programação musical da Cultura.

No aspecto cultural, os programas de informação eram dedicados às novidades do setor, divulgando as exposições, shows, cinema, teatro e literatura através de críticas, debates e entrevistas. É importante lembrar que a nova orientação assumida pela emissora privilegiava a Música Popular Brasileira. Desde o início, a Rádio Cultura AM da Fundação Padre Anchieta, preocupou-se em lançar e incentivar jovens artistas

nacionais, alguns deles, hoje já consagrados (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p.89)

Embora com vinculação estatal desde seu nascimento, a Rádio Inconfidência de Minas Gerais seguiu um caminho próprio, diferenciado das demais emissoras que então compunham o campo público. Não fez do ensino pelo rádio uma das suas principais linhas e se aproximou muito mais, naquela fase histórica do sistema, do modelo comercial que teve como padrão a Rádio Nacional. A Inconfidência, muito mais que as outras educativas, viveu a Era de Ouro da radiofonia comercial, com o rádio espetáculo comandando sua grade.

[...] a Rádio Inconfidência, a grande emissora de todos os tempos do Estado e que fez história com os programas de auditório, o culto aos ídolos, os cantores, as orquestras, as novelas, os programas de humor. [...] A popularização da programação da Inconfidência veio com o sucesso da Rádio Nacional. Tudo o que a Rádio Nacional fazia, o Brasil inteiro copiava e com a Inconfidência não foi diferente. Esta opção pela popularização pode ter sido um dos caminhos encontrados pelo governador Juscelino Kubitschek que sonhava com a presidência da República e precisava de um veículo forte para chegar ao eleitor. Nos tempos áureos, o cast da Inconfidência chegou a reunir centenas de integrantes [...] (PRATA, 2003, p. 1-3).

#### **4.3. O advento do segmento universitário**

A primeira emissora universitária do país foi a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inaugurada em 1957, já funcionava como estação radioamadora desde 1950, ano em que recebeu “autorização para operação de uma emissora radiotelefônica destinada a ensinamentos [...]” (UFRGS, 2008, p.5-7). A Rádio da Universidade, portanto, já começou como emissora voltada ao ensino e temas específicos da educação, principalmente os vinculados à instituição.

Inicialmente, a sua programação era constituída tão somente de boletins informativos sobre as atividades acadêmicas, formaturas, boletim astronômico e assuntos diversos ligados à Universidade. Posteriormente, começaram as irradiações de música, já na época especificamente a música erudita.[...] A surpreendente audiência começa “incomodar” as emissoras comerciais concorrentes [...]. Como a Rádio da Universidade estava infringindo a lei [...] deveria ser somente uma emissora-laboratório[.] recebe[...] uma ordem judicial para que cesse suas transmissões[...], a rádio sai do ar (UFRGS, 2008, p.5 e 6).

Somente após obter licença definitiva para se oficializar como emissora de rádio, volta a transmitir, em caráter experimental, entre agosto e novembro de 57. E em 18 de novembro daquele ano, é oficialmente inaugurada.

A Rádio da UFG (Universidade Federal de Goiás) também reivindica ser considerada a primeira emissora universitária. Foi instituída em 1962 por uma resolução – a de número 14 – da reitoria da Universidade e recebeu a outorga em 1965, pelo Decreto 56.876. Sua criação, portanto, se deu sob a então nova legislação de radiodifusão, de 1962, onde foram estabelecidos os canais educativos. Antes desta legislação, as outorgas para funcionamento das emissoras não apresentavam distinções. As rádios autorizadas anteriormente receberam concessões para quaisquer um dos canais disponíveis no município ou região. Isto em relação as que operam em AM, Ondas Curtas ou Ondas Tropicais.

A partir de 62 é que as novas outorgas, para as rádios não comerciais, passaram a ser dadas especificamente para canais educativos. Porém, até hoje, como já observamos anteriormente, o Ministério das Comunicações, mesmo as autorizando com estes canais diferenciados, não as categoriza de forma distinta. Continuam diluídas entre as comerciais, apenas sendo classificadas como Ondas Médias (a frequência AM) ou Ondas Curtas ou Tropicais. Somente em FM é que se classifica com divisão entre educativas e comerciais.

Na verdade, portanto, a concessão da Rádio Universitária da UFG foi a primeira outorgada no Brasil para radiodifusão educativa. E no seu início, assim como as demais rádios universitárias que começaram a se estabelecer naquela época, buscou transmitir uma programação musical diferenciada da comercial (MPB, música regional e música erudita) e divulgação de informações relativas à instituição e ao ensino. No fim dos anos 80, com o advento do Curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Goiás, é que a rádio teve um incremento na sua grade jornalística, por passar a ser utilizada também como laboratório para o ensino desta graduação.

A RU firmou-se ao longo dos anos como um veículo de comunicação educativo-cultural e informativo que se destaca por possuir uma programação pautada pela qualidade musical e pela cobertura jornalística diferenciada. As atividades diárias são elaboradas com a meta de estabelecer a devida importância social de cada fato relevante

para o público através de entrevistas, flashes, matérias especiais, quadros temáticos e, também, através de programas com informações locais, regionais, nacionais e internacionais. No final da década de 80, a RU consolidou sua política acadêmica firmando-se como laboratório do curso de Comunicação Social da UFG e, posteriormente, como laboratório para cursos de outras áreas do conhecimento como: Música, Engenharias, Informática, entre outros. Foi a partir daí que houve uma valorização da área de Jornalismo, com produções que marcaram época, como o programa "Mesa de Bar" onde se discutia política e assuntos variados com os formadores de opinião e intelectuais que militavam pela redemocratização do país. Também nesse período a RU passou a integrar o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED). (RÁDIO UNIVERSITÁRIA DA UFG, 2009)

## 5. TERCEIRA FASE: A ÉPOCA DE OURO DO RÁDIO EDUCATIVO

*Não havia caminhos abertos para os pioneiros do rádio. Eles tiveram que abri-los enquanto avançavam pelo espaço virgem da radiodifusão, tendo pela frente três grandes desafios: aperfeiçoar as transmissões, definir o conteúdo da programação e formatar os gêneros radiofônicos. Renato Rocha (2007, p.99)*

### 5.1. Consolidação da instrução pelo rádio: influências da ditadura e Projeto Minerva

As décadas de 70 e 80 do século passado, na presente pesquisa, são sublinhadas como a “época de ouro” da radiofonia pública, então ainda identificada como radiodifusão educativa e vivendo seu apogeu pela consolidação da linha de programação voltada à educação, tanto a formal quanto a não-formal. O ensino instrucional pelas ondas do rádio atinge seu ápice. E a ditadura militar instaurada no país com o golpe de 64 vislumbra exatamente na proposta da educação a distância pela radiofonia um dos principais canais para a divulgação e formação da opinião pública a favor de suas idéias – e não apenas pelas emissoras públicas como também, fortemente, pelo já potente e hegemônico rádio comercial brasileiro.

Desde a criação do SRE – Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1936, o governo brasileiro vinha estabelecendo uma série de medidas, visando utilizar de forma mais eficaz os meios de comunicação para transmitir programas educativos e culturais. A maioria dos projetos nesta área, no entanto, era realizada por entidades não governamentais, só contando com o apoio do Ministério da Educação e Cultura através de convênios – como foi o caso do Movimento de Educação de Base (MEB). Mesmo assim, estes projetos encontravam grandes dificuldades durante seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à transmissão, já que a educação não seria em nenhum momento um produto comercial, e as rádios só se interessavam por aquilo que pudesse dar um retorno imediato. Desta forma, era necessário abrir um canal para a divulgação da programação educativa, e este foi um dos motivos mais fortes para a criação do Projeto Minerva. O sistema de ensino brasileiro foi estruturado paralelamente ao desenvolvimento dos meios de comunicação no país, tornando-se o divulgador de uma cultura unificada, que deveria ser a responsável pelo desenvolvimento nacional,

e tomou um grande impulso a partir da década de 60, com o surgimento do regime militar – que via nos projetos educativos uma forma de implementar suas idéias. As dificuldades para se levar o sistema de ensino a todo território nacional já eram bem claras, e a radiodifusão seria um auxiliar na distribuição da cultura, levando informação e possibilitando a formação de uma grande parcela de ouvintes. (PIMENTEL, 1999, p. 60)

Embora se observe que a vocação educadora do rádio tenha sido detectada desde seu advento, gradativamente desenvolvida pelo segmento público (educativo), à medida que suas emissoras também se desenvolviam e aumentavam em quantidade, e que esta utilização das ondas radiofônicas tenha sempre se dado de forma a servir aos projetos políticos dos governos, nesta fase evidencia-se que o regime militar brasileiro mais buscou explorar estas potencialidades da educação e da radiofonia em defesa de seus interesses.

Foi sob o governo ditatorial instalado no Brasil a partir de 1964 que se desenvolveram, além do Minerva, programas como o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização, que usava várias formas de atuação, sendo o rádio apenas uma delas), os projetos educativo da FEPLAM (Fundação Educacional Padre Landell de Moura), que produziu, entre inúmeros outros e em vários suportes, séries “Um Desafio”, de alfabetização de adultos, de preparação aos exames dos Cursos Supletivos, Madureza Ginásial, e inclusive voltadas ao público infantil, como “As aventuras de Juca na cidade grande”, de apoio a educação para o trânsito nas escolas de 1º Grau.

Após 1964, a forma encontrada pelo regime militar para o desenvolvimento da educação a distância foi tornar obrigatório, em todas as emissoras de rádios brasileiras, a transmissão de uma programação educativa produzida pelos órgãos públicos em conjunto com outras entidades educacionais. O rádio educativo brasileiro passaria por uma fase de grandes investimentos – o que não corresponderia a resultados muito favoráveis -, tornando-se uma voz oficial da política de desenvolvimento do regime militar. O primeiro passo para a implementação de um projeto nacional de educação através do rádio foi o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, pelo qual o CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações determinava a obrigatoriedade da transmissão de programas educativos por toda a rede de emissoras comerciais de radiodifusão, além de definir a faixa de horário para a transmissão, a duração e a qualidade da programação”. (PIMENTEL, 1999, p. 60-61)

Integrante do SRE, a Rádio MEC participava não somente da produção e da veiculação de séries educativas e do próprio Minerva, mas também era uma das principais geradoras do Projeto para todo o país.

A Coordenação de Comunicação do Projeto Minerva planejava, executava e controlava a distribuição e a veiculação dos programas e de todo o material de apoio ao Curso, cujos fascículos eram distribuídos para os estados, que os faziam chegar aos radiopostos. A emissão das aulas era realizada de duas maneiras. Ou a Rádio MEC enviava o som à Embratel ou à Agência Nacional, as quais transmitiam para as principais emissoras de cada região do país, e estas passavam a ser novos centros de distribuição para as outras emissoras menores, ou, por outra, enviava as fitas magnéticas gravadas para as emissoras das localidades na recepção de sinais. Nas áreas que recebiam os programas através dos sinais radiofônicos, o Projeto Minerva distribuía aparelhos receptores para serem utilizados pelos alunos nos radiopostos. (PIMENTEL, 1999, p. 69)

A Rádio Cultura de São Paulo, até então comercial, passa a integrar o segmento estatal/público nesta fase e também tem papel destacado. É incorporada pelo governo paulista, junto com a TV Cultura, no final da década de 60, à Fundação Padre Anchieta. E desde este seu início como emissora não comercial, é transformada em verdadeiro centro de produção de programas educativos tanto para rádio quanto para televisão. “A Fundação foi criada em 1967, pelo então governo estadual Abreu Sodré, com o objetivo de promover a educação e a cultura pelo rádio e televisão”, conforme relata Cunha Lima (2008, p.42-83). A Padre Anchieta, que além da Rádio Cultura possui a TV Cultura, é resultado de uma série de fatos históricos na construção da radiodifusão pública brasileira. E se construiu muito mais voltada ao desenvolvimento da televisão educativa do que do rádio.

O governo Abreu Sodré fundou a FPA para desenvolver a TV Cultura, adquirida em 67 das Emissoras Associadas do grupo de Assis Chateaubriand, e também dar seguimento ao projeto de TV Escolar do seu antecessor Adhemar de Barros. Este projeto, denominado SEFORT - Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão, criado na Secretaria Estadual de Educação paulista desde 1961, assemelhava-se ao Minerva, implantado posteriormente pelo governo federal militar. E seus programas já eram desde então veiculados na própria TV Cultura ainda comercial.

E foi em meio a este ascenso das forças autoritárias que surgiu uma novidade nos meios televisivos brasileiros: pode-se considerar 1967 como o ano básico da implantação da televisão pública no Brasil, então denominada televisão educativa. O local de nascimento da TV pública era a mesma São Paulo que criara seis anos antes a TV Escolar, e o promotor de tudo isso era igualmente o Governo Estadual. Contudo, tratava-se de um projeto mais ambicioso que o anterior, pois previa a utilização de um canal próprio, que veiculasse uma programação diversificada.[...] Preocupado em implantar uma TV educativa de alto nível, o Governo paulista decidiu dedicar-se ao planejamento e à atualização técnica, para só depois iniciar as atividades da “nova” TV Cultura, agora pública. (CUNHA LIMA, 2008, p. 42-43)

Igualmente neste período, o mesmo governo Abreu Sodré adquire a Rádio Cultura do também grupo de Chateaubriand, comprada por este em 1959 da família Fontoura, proprietária da emissora desde sua fundação em 1936. Assim, embora não fosse prioridade e objetivo centrais da criação da Fundação Padre Anchieta, nada mais natural que a Rádio Cultura também fosse integrada ao órgão recém instituído e seguisse os mesmos ideais e linhas definidas para a programação da televisão. A TV Cultura ficou dois anos sendo preparada e colocou sua programação no ar, em caráter regular, a partir de junho de 1969. Já a Rádio ainda demorou um pouco mais para estabelecer uma grade regular e por algum tempo, naquele ano, transmitiu somente programação musical. (CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS DO IPEA/IPLAN, 1976, p. 33 e 35)

Mas já no início da década 70, a Rádio Cultura transmitia uma programação regular, com programas musicais, culturais, educativos, onde se destacavam os instrucionais.

Em 1970, a programação da Fundação Padre Anchieta, veiculada pela Rádio Cultura e uma ou outra emissora de rádio do interior do Estado, concentrava-se no curso de madureza ginásial e no curso primário dinâmico, além dos cursos de inglês da BBC e francês da ORTF. (PIOVESAN NETO, 1986, p. 54)

Os interesses da ditadura militar em estimular a educação a distância via radiodifusão aliados às próprias concepções históricas de construção do rádio no Brasil, que desde Roquette-Pinto vislumbraram no meio uma vocação instrucional, incentivam, neste período, o surgimento de muitas emissoras e fundações de rádio e TVs educativas do campo público. E outro destaque, entre estas, é o IRDEB – Instituto de



Radiodifusão Educativa da Bahia, com vinculação ao governo daquele estado. Foi criado especificamente para produção de programas instrucionais, em 1965, estabelecida em convênio entre o MEC e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Em 67, o convênio foi extinto pelo Ministério e o IRDEB passou a produzir a programação somente para o governo baiano, que o transformou em Fundação. A produção do Instituto, nesta época, teve transmissão por não mais que seis emissoras do Estado. Eram cursos de madureza ginasial e também programação cultural com temáticas sobre a Bahia e música. (CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS DO IPEA/IPLAN, 1976, p. 111-117).

A Rádio do IRDEB – a Educadora FM - nasce somente em 1978 e apesar de entrar no ar com a inspiração de ensino que motivou a criação do Instituto, já de início buscou montar sua grade também voltada à música. Como aconteceu com as demais emissoras desta frequência, no advento do rádio FM no Brasil. Mas por ser educativa e ter finalidades educativas-culturais, a Educadora até hoje desenvolve sua programação musical determinada a ser referência no seu estado. E igualmente como a maioria das emissoras públicas, ao fazer da MPB seu carro-chefe, caracteriza-a como música popular de qualidade. Também até hoje e como as demais, ao produzir sua grade, não consegue apontar com exatidão quais músicas e músicos são incluídos nesta definição de qualidade e quais devem ficar de fora.

A década de 70, portanto, foi de grande movimentação entre as emissoras do chamado sistema educativo de rádio, que cresceram em número e em produção. Entretanto, em termos de programação, buscaram traduzir e exercitar sua reivindicada e autodeclarada missão de transmitir educação e cultura com ênfase prioritária em projetos de ensino a distância pelas ondas radiofônicas. As demais possibilidades do fazer radiofônico e das próprias características e potencialidades comunicativas do rádio, mesmo que com foco em programação educativa e cultural, ficaram em segundo plano.

E embora esta década seja observada como o ápice da instrução pelo rádio nas emissoras educativas, os resultados de boa parte dos projetos de ensino em que se envolveram regional ou nacionalmente, como o Minerva, logo após aquelas experiências já eram avaliados com diversos questionamentos negativos. Como fez PIOVESAN

NETO (1986, p. 23-60), em artigo que iniciou perguntando “Rádio educativo – que coisa mais chata, aborrecida! lenta! cansativa! para que serve afinal?!” e mais adiante, entre outras, fez a seguinte avaliação especialmente sobre o principal projeto educativo das emissoras:

Tentava-se adequar a programação destas instituições às realidades regionais para atender a públicos com características específicas.[...] Talvez e vale a pena investigar! o grande problema da radiodifusão educativa no Brasil seja fruto da centralização de programações regionais e sua veiculação nacional.[...] Com o Projeto Minerva aconteceu a centralização da programação regional e a descaracterização do público.[...] Aproveito a oportunidade para defender a regionalização dos programas de rádio educativo, programas estes que devem ser produzidos em função das características e necessidades regionais e desenvolvidos de acordo com as características do público a ser atingido.[...] (PIOVESAN NETO, 1986, p. 55)

Já a então rádioeducadora Marlene BLOIS (1996), que participou ativamente do Minerva e outras programações educativas daquele período, mesmo admitindo as finalidades do projeto de consolidação das políticas ditatoriais, tem uma avaliação positiva. Para ela, o que mais deve contar são os benefícios que o Minerva trouxe para o desenvolvimento do rádio educativo.

O Projeto Minerva, na verdade criado para dar suporte educativo ao “milagre brasileiro” de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, escoar a demanda oriunda das salas de alfabetização/educação continuada do MOBREAL, passa a ser a grande vitrine do rádio educativo no Brasil. Se não fosse o horário único para todo o Brasil de veiculação, sucedendo na programação das emissoras “A Hora do Brasil” (depois “A Voz do Brasil”) e imposto em função do acordo estabelecido entre o MEC e a ABERT, talvez não tivesse tido contra si tantas opiniões negativas. [...] o Minerva sofre injustiças aos ganhos que contabilizou socialmente e a favor do rádio para fins educativos-culturais. (BLOIS, 1996, p. 162-163)

Mas as críticas às produções e programações das emissoras públicas durante este período não são apenas para as linhas educativas instrucionais, seus conteúdos e formatos. Para muitos que atuavam nas emissoras públicas naquela época, especialmente na Rádio MEC, houve um verdadeiro “desmonte ideológico” das suas missão e, por consequência, das suas programações. O então técnico Hamilton Reis,

em depoimento no livro “Rádio MEC - Herança de um sonho” denuncia:

Poucas pessoas da Rádio MEC foram aproveitadas no Projeto Minerva – e tínhamos bons elementos, inclusive na parte técnica. Fizeram dentro da Rádio Ministério uma outra rádio, quer dizer, o rádio cedeu só as instalações. Tudo era concentrado para o Projeto Minerva, eles tinham prioridade em tudo – o Mobra também, que ficou aqui depois. (MILANEZ, 2007, p. 206),

Principalmente de meados da década de 60, a partir do Golpe Militar de 64, e por toda a década de 70, período mais autoritário da ditadura, foi a época em que a Rádio MEC mais sofreu com rupturas que influenciaram fortemente sua programação, no sentido de desmontá-la e afastá-la das linhas que buscavam diferenciá-la das implantadas pelas comerciais. Até então, mesmo com contínuas ingerências dos governos federais que se sucederam no país, por meio das políticas que estabeleciam para seus veículos – mas conseguindo fazê-las se voltar em benefício de sua missão mesmo quando não adequadas – a MEC vinha se destacando e se construindo como a maior referência para o segmento. Podemos dizer que a Rádio MEC estava para o então chamado sistema educativo da mesma forma que a Nacional para o comercial.

Mais do que uma emissora radiofônica, a Rádio MEC se tornou, nas décadas de 50 e 60, um verdadeiro centro de atividades culturais, promovendo eventos especiais como os Concursos para Jovens Interpretes, de Crítica Musical e Corais Escolares, estes últimos organizados com o apoio da Associação de Canto Coral, tendo Villa-Lobos, ainda vivo, como patrono. (KRIEGER, 2007, p. 118)

Não apenas nomes que fizeram a história musical brasileira, como Villa-Lobos, passaram pela Rádio MEC ou como funcionários ou como colaboradores, especialmente até aquela época. Inúmeros destaques de todas as áreas da cultura nacional, de músicos a artistas, de escritores a intelectuais, é imensa a lista que se pode observar na memória que se conseguiu preservar.

Mas veio a ditadura militar e um cenário de afastamentos, demissões, rupturas drásticas de linhas de programação e censura. Carlos Drummond de Andrade, que era funcionário da emissora, foi um dos que enfrentou este tempo, conforme conta Edna Savaget, então produtora e apresentadora da MEC, em depoimento publicado no livro Rádio MEC – Herança de um Sonho:

Iniciei meu trabalho na Rádio MEC nos idos de 1950[...] Quando adveio o golpe de 64 e a rádio encheu-se de militares e diretores 'políticos'[...]. Lembro-me de uma conversa que tive com um 'coronel', daqueles que por lá passaram, que me dizia entre outras coisas que nós, redatores da programação, deveríamos escrever mais simplesmente, 'escrever fácil' (palavras dele) para que fizéssemos uma rádio mais popular. Drummond, presente, argumentou: "Não temos que descer de nível para o povo; nossa função é fazê-lo subir ao nível da cultura". Ele insistiu e voltou-se para mim: "Por que a senhora não faz programa sobre autores populares, escolas de samba, etc?" Não aguentei e respondi que "nunca saí da Rádio para ensinar ordem unida nos quartéis. Por favor, não me venha ensinar sobre programas culturais". E neste mesmo dia pedi minha aposentadoria. (MILANEZ, 2007, p. 204)

Na época, esta discussão poderia ter sido aprofundada no sentido de a própria produção da programação da emissora se questionar se os conceitos de popular, de cultura e educação aplicados aos seus programas estavam mesmo servindo para que cumprisse sua missão educativa e de disseminação cultural. Mas independente desta possibilidade, o fato é evidenciado para retratar o contexto de intervenção autoritária na programação. Certamente, ao reclamar por uma aproximação da programação com linguagem, autores e manifestações culturais mais populares, o "coronel" não tinha o objetivo de democratizá-la, de torná-la realmente mais próxima dos anseios e necessidades do público.

Outros depoimentos sobre fatos referentes àquele período constroem bem o cenário de interrupção e apagamento de memória que a ditadura pretendia impor. O técnico Hamilton Reis lembra:

Aí é que veio aquele negócio: "Mas isso não presta! Isso é coisa velha!" E muita coisa aí se foi. Tinha um acervo de 78 rotações.[...] Eu vi, uma ocasião, um sujeito mandar dispor de um material que eram gravações únicas, ao vivo! "Ah, isso é velharia, não se usa mais! Não tem valor. Retruquei: "Não, rapaz, isso tem! Isso aqui é uma audição pública e ninguém vai repetir isso, se teve erro, se não teve, ninguém vai repetir!" Assim mesmo, mandaram doar, não sei se conservaram alguma coisa. (MILANEZ, 2007, p. 206)

Quadrante foi um dos programas educativos-culturais da MEC de extraordinário sucesso naquela época. Conforme seu apresentador, o ator Paulo Autran, então também funcionário da emissora, "primeira vez, na história da Rádio, que um programa

teve maior audiência que os programas das rádios comerciais” (MILANEZ, 2007, p. 151). Quadrante era diário, com duração de cinco minutos, em duas edições ( 8 h da noite com reapresentação no dia seguinte, ao meio-dia) e consistia na leitura, por Autran, de crônicas de escritores como Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino, entre outros. Sucesso de audiência e também de tradução prática, em grade, das linhas que as rádios públicas buscavam e buscam cumprir, foi um modelo copiado ou adequado em muitas emissoras do segmento posteriormente.

O programa estreou em 1957 e foi tirado do ar pela gestão iniciada em 1º de abril de 1964. O fim do Quadrante é assim lembrado por Paulo Autran, em depoimento ao informativo da SOARMEC – Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC e também publicado em “Rádio MEC – Herança de um sonho”:

Quando veio o golpe militar, a Rádio MEC caiu nas mãos de um senhor chamado Eremildo Viana, que, se tinha cultura, não demonstrava.[...] Ele queria mesmo era acabar com todo e qualquer programa que tivesse liberdade artística de escolha ou qualquer coisa assim. E, então, ele acabou com o Quadrante.[...] Ele não podia me demitir, mas continuou me dando coisas completamente desinteressantes para ler no microfone, e eu acabei pedindo demissão[...]. (MILANEZ, 2007, p. 203).

Apesar dos governos militares, mas também por influências de seus projetos, muitos programas resistem, novos são criados. E a Rádio MEC, junto com a Cultura de São Paulo e demais emissoras que entram em operação neste período e se destacam envolvendo-se com os projetos de educação pelas ondas radiofônicas, consolidam o segmento como educativo.

## **5.2. Anos 80: a Fase de Ouro do segmento com os SINREDS**

Este auge do ensino pelo rádio e dos projetos conjuntos para concretizá-lo e transmiti-los para todo o país de alguma forma também serviram de alicerce para que o segmento fizesse dos anos 80 a sua Fase de Ouro. Estimularam igualmente os programas de educação não-formal como linha de programação, em produções coletivas e o estabelecimento de cadeias retransmissoras, tendo a Rádio MEC-Rio

como a cabeça de rede principal e a Cultura AM de São Paulo, agora já operando como não-comercial, como referência em franca consolidação. Na década de 80, as emissoras educativas, já contando dezenas em todo o país, se reúnem no SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa para co-produções e transmissões de programas em cadeia nacional.

Por isso, a exemplo do desenvolvimento grandioso que levou o sistema comercial a viver sua Era do Rádio entre 40 e 60, a época de ouro mesmo das emissoras públicas acontece na década de 80, especialmente pelo novo Sistema e menos pelos projetos de educação a distancia estilo Minerva. Embora o SINRED tenha se constituído no rastro do SRE, que foi a grande base do Minerva, e também sob a tutela governamental, acabou usado pelas emissoras para tentarem trilhar um caminho de programação que traduzisse melhor - e de forma mais autônoma e descentralizada - sua missão educativa e cultural e as diferenciasse das rádios comerciais.

Após o fim do Minerva, o crescimento do número de emissoras educativas, principalmente em Frequência Modulada, mesmo que sempre atreladas aos projetos governamentais de educação, em especial pela necessidade de financiamento, observa-se este sutil movimento das educativas em busca de autonomia, para cumprimento da missão pública e perfil mais claro neste sentido, com descentralização da produção dentro dos grandes projetos de parcerias e rede.

Ou seja, já então pareciam vislumbrar a necessidade de ter um perfil nacional para emissoras da sua natureza, que só poderia se consolidar em atuação conjunta via produção e grade de programação. Mas como dependiam do financiamento dos governos, universidades, fundações que detinham suas concessões, acabavam tentando trilhar este caminho nestes projetos propostos pelo governo federal.

A pesquisadora Marlene Blois inclusive vê o embrião do SINRED num projeto do MEC, de 1982, conhecido como Rede EPT – Esporte para Todos. Esta Rede foi formada para transmissão nacional de um programa de esportes com produção descentralizada, isto é, envolvendo um maior número de emissoras não só na veiculação, mas também na elaboração e realização.

[...] um programa de esportes, cuja proposta inicial envolve a participação de emissoras educativas e das pertencentes aos governos

estaduais, com produção local e veiculação nacional. [...] Um fato realmente inédito na radiodifusão educativa, até então, acontece, assinalando o envolvimento das rádios educativas na produção, sendo o programa lançado em 18 de julho de 1982, com veiculação em cerca de 800 emissoras. Na verdade, a Rede EPT tem como mérito, em termos de rádio, reunir rádios educativas em torno de uma proposta básica, podendo, assim, ser considerada o verdadeiro embrião do Sinred, em sua expressão mais autêntica e democrática. (BLOIS, 2004, p. 164-165)

A aproximação entre as emissoras propiciada por este projeto que reuniu tantas rádios educativas e até mesmo comerciais que se envolviam com programas de educação fez com que rapidamente pensassem em outros trabalhos em parceria.

Assim, o SINRED começou por meio de um acordo informal entre as emissoras, já mesmo em 1982, com a definição de produções conjuntas de programas informativos, educativos, culturais e musicais sobre as diversas regiões brasileiras, para serem transmitidos em cadeia pelas rádios integrantes do projeto. Iniciaram com duas séries: 'Coisas da Província' e 'Meu Brasil Brasileiro'.

Conforme relembra BLOIS (2004, p. 165-166), estas séries compuseram “um retrato vivo da cultura brasileira sendo levado, via rádio, aos brasileiros”. Trabalho que teve a participação de dezenas de rádios. Mas as emissoras que mais se destacam nesta fase de co-produções informais, funcionando como uma espécie de cabeças de rede são justamente as Rádios MEC e Cultura de São Paulo, além do IRDEB, este mais na parte da produção enquanto as duas primeiras acabavam conseguindo a transmissão pelo Sistema de seus programas próprios não destinados à veiculação em rede.

Nesta época, a Fundação Padre Anchieta coloca no ar sua segunda rádio Cultura, agora a FM, que nasceu para ser uma BBC brasileira, conforme relembra Eduardo WEBER (2008)<sup>15</sup>, produtor da emissora desde seu início e hoje coordenador de produção dos dois veículos. Por isso que desde seus primeiros acordos, a Cultura FM tem uma programação musical voltada para a clássica, com ênfase na erudita, sendo que, na atualidade, está totalmente segmentada neste gênero. Mas isto desde seus acordos próprios.

É que a Cultura FM iniciou suas operações em 1971 apenas retransmitindo,

---

<sup>15</sup> Entrevistas à autora em abril, julho e agosto de 2008

integralmente, a mesma programação da Cultura AM. Somente em 1977 coloca no ar programação própria e aí, sim, segmenta-se na veiculação de música clássica.

Essa definição garantiu melhor aproveitamento da fidelidade sonora das transmissões em frequência modulada. Desde então, reorganizou toda sua programação aprimorando o conteúdo bem como o nível de qualidade da música que transmite. Quanto ao conteúdo, cumprindo os estatutos da Fundação Padre Anchieta, a Cultura FM oferece uma alternância entre os produzidos internamente, que são complementados por comentários e informações, visando o maior enriquecimento educativo e cultural de sua audiência. Quanto à qualidade, a Cultura FM apresenta as mais recentes gravações clássicas em disco digital produzidas no Brasil e no exterior. Além disso, dedica especial atenção à gravação dos concertos de artistas nacionais e internacionais que se apresentam no Brasil, ao mesmo tempo em que trabalha na recuperação, com tratamento técnico moderno, de obras e programas raros historicamente importantes. (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 1989, p. 94-96).

Neste período a especialização/segmentação das programações era uma tendência em consolidação no rádio, tanto no comercial como na radiofonia não comercial, tanto nas pequenas como nas grandes emissoras, resultado da busca de novos rumos e sobrevivência à concorrência da televisão. Afora isso, o advento e agora a já franca expansão da FM – pelo seu histórico de ter nascido como sonorização de ambientes e por possuir melhor qualidade de som para transmissão de músicas - faz com que as emissoras desta frequência busquem a especialização em programações musicais.

A partir de meados de 70, começa a transformação para que o rádio conseguisse sair definitivamente do marasmo em que caiu a partir dos anos 50. A tendência à especialização mostrou-se cada vez maior. As emissoras passaram a identificar-se com determinadas faixas sócio-econômico-culturais, procurando dirigir-se a elas e buscando sua linguagem nos próprios padrões das classes que desejavam atingir. Com o aumento da potência das emissoras pequenas e a criação de muitas novas, surge uma segunda etapa no processo de especialização: as grandes emissoras tentam ganhar os diversos segmentos de público, mantendo programas que atinjam diferentes faixas, em diferentes horários. (ORTRIWANO, 1985, p.24)

Estas transformações gerais do rádio, é claro, também são tendências do então segmento educativo que, mesmo trilhando um caminho diferenciado, as



incorporam, juntando-as às das suas histórias específicas. No caso deste grupo de emissoras, portanto, a programação musical com ênfase no repertório clássico é consequência não apenas dos rumos do rádio em geral, mas igualmente da sua construção histórica. Lembramos que nos seus primeiros tempos, a música clássica dominou suas grades musicais como sinônimo de transmissão cultural. E desde então, ou é a ênfase maior de algumas estações ou pelo menos sempre tem espaços cativos. Por fim, enquanto o sistema comercial brasileiro seguiu mais o padrão radiofônico norte-americano, o grupo estatal/público, declaradamente, inspirou-se no modelo europeu. Até porque a radiofonia da Europa historicamente foi pública e se destacou internacionalmente com emissoras como a BBC de Londres, a Radio Netherlands, a Radio France e a Deutsche Welle Radio.

A Rádio MEC RJ também passa a contar com uma FM neste período, em 1983, mesmo ano em que o SINRED é instituído oficialmente. A exemplo da Cultura, a FM da MEC RJ se inspira na emissora pública londrina e igualmente passa a se declarar a BBC brasileira. A música de concerto é sua definição de linha musical ao entrar no ar e prossegue até hoje como esta como carro-chefe da sua programação, abrindo espaços também para o jazz, MPB e instrumental.

Para as emissoras do então segmento educativo que, nesta fase, já operavam em AM e passaram a ter também um canal de FM esta segmentação musical era mais fácil, pois dispunham de duas grades para trabalhar. As duas estações referenciais do segmento – a MEC RJ e a Cultura paulista - compuseram linhas de programação semelhantes: na AM privilegiaram a MPB e na FM o repertório clássico com ênfase no erudito.

Ao longo dos anos, a Rádio Cultura FM tem se apresentado como a mais representativa emissora de música clássica no Brasil, e uma das únicas em todo o mundo: mais de 90% de sua programação é voltada para esse gênero musical, em seus vários estilos e épocas, com destaque também para intérpretes brasileiros, música instrumental brasileira e lançamentos fonográficos nacionais e internacionais. [...] Essa programação contempla também a diversidade musical, ampliando cada vez mais as fronteiras próximas da música erudita. Nesse segmento estão presentes os mais representativos expoentes das tendências musicais, incluindo concertos de jazz e blues, música experimental, world music, new age e também de música de cinema. (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, [1999], p.17-19)

Para chegar a esta grade e perfil mais clarificado, a AM e a FM da Cultura paulista passaram por significativas transformações nas décadas de 70 e 80, que marcaram definitivamente o segmento em todo o país. Tanto quanto a MEC, fizeram desta fase sua época áurea e embora recém integradas ao grupo estatal/público, em seguida demarcaram espaço nacional de influência, tornando-se referenciais em todo o país. Realmente foi um tempo de tanta movimentação, aprofundamento ou alteração de rumos, que nele podem ser observados vários marcos históricos. Na FM, as grandes mudanças na programação são assim lembradas por Irineu Guerrini Jr (2009)<sup>16</sup>, diretor geral das duas emissoras de agosto de 1983 a julho de 1986.

A Cultura FM não passava de um vitrolão clássico - “vamos ouvir” e “acabamos de ouvir” -, com uma lista de programas exclusivamente à base de gravações que se encontravam no mercado, que duravam quatro meses e em seguida tinham de ser inteiramente repetidos. E mal se atrevia a entrar no repertório erudito do século 20, ou no de compositores brasileiros. Introduzi programas apresentados por nomes importantes, como o de Walter Lourenção, séries de produção elaborada e um sem-número de gravações exclusivas feitas nas principais salas de concerto de São Paulo com artistas brasileiros e estrangeiros. Esse material hoje em dia está sendo digitalizado, e tem coisas preciosas, únicas no Brasil. Intercambiamos programas com a Rádio MEC, com a Rádio Suécia (intercâmbio mesmo, não apenas recebemos programas, mas também enviamos programas musicais e foram transmitidos lá) e, em 1984, lançamos o “compact disc” (CD) em parceria com a Philips e com a loja Brenno Rossi – a Cultura FM foi a primeira emissora em São Paulo, e a segunda no Brasil, a utilizar CDs, algo que foi bastante noticiado pela imprensa. Como eram raras e uma novidade para a época, o locutor sempre explicava que as reproduções em CD eram feitas “com leitura por raio laser”... Veja só como os tempos mudam: naquele tempo, não tínhamos comerciais no ar, apenas agradecíamos à Philips e à Brenno Rossi. E não é que havia ouvintes que telefonavam e escreviam para jornais se queixando de que a Cultura estava se tornando uma emissora comercial! Mal sabiam que, no futuro, eles seriam obrigados a ouvir, entre um Mozart e um Beethoven, um comercial das Casas Bahia. (GUERRINI JR., 2009)

Na gestão de Guerrini, na segunda metade da década de 80, a Cultura AM igualmente passou por grandes mudanças, sob o impacto de todas as transformações políticas, econômicas e culturais do país e as tecnológicas específicas da área da comunicação com suas repercussões contundentes na radiodifusão em geral. Entre

---

<sup>16</sup> Em entrevista à autora em novembro de 2009.

elas, o próprio ex-diretor destaca, está a introdução de programas transmitidos ao vivo, pois até então todos eram gravados e depois veiculados. E seguindo a linha da especialização/segmentação, estes inauguraram também as programações voltadas para várias e focadas faixas de público – mulheres, jovens, terceira idade, professores... Outra inovação por ele destacada é a busca de maior integração com audiência, por meio da participação de ouvintes por telefone.

[...] até então, não havia nem o “híbrido”, que permite conversas telefônicas no estúdio!) e o lançamento de *Matéria Prima*, conduzido por Serginho Groisman, que depois passaria, com muito êxito, para a TV. Uma das repórteres desse programa era a hoje global Zileide Silva, que tem construído uma bela carreira.[...]Uma experiência muito interessante foi a participação da Cultura AM no chamado *Projeto Ipê*. Basicamente, era o seguinte: por encomenda da Secretaria da Educação do estado, a TV Cultura pôs no ar uma série de programas que mostravam iniciativas bem-sucedidas, de professores de escolas públicas, para resolver problemas pontuais. A Secretaria da Educação de SP é algo monstruosamente grande. Já contava com mais de 6.000 escolas naquele tempo. Os professores eram convidados a comparecer às escolas aos sábados de manhã (ganhavam o equivalente a duas horas/aula para isso) para assistir aos programas da TV, que duravam meia hora. Depois, tinham uma hora para discutir o que tinham visto. Depois entrava a rádio, mas não para simplesmente transmitir uma versão empobrecida do que viram na TV: a secretaria disponibilizou especialistas que respondiam pelo rádio as questões feitas por telefone (não havia Internet) pelos professores. Tínhamos seis ramais que ficavam ocupados o tempo todo, antes, durante e depois dos programas. E as perguntas que não eram respondidas no ar, depois o eram por carta. Não só isso: como a Cultura AM, mesmo com as suas ondas curtas, não é bem sintonizada em todo o estado, várias emissoras comerciais do interior, a pedido do professorado local, solicitaram autorização para retransmitir o programa! Um belo exemplo de como televisão e rádio pode ser complementares! [...] A Cultura AM foi a única emissora de rádio em São Paulo (e creio que em todo o Brasil) que retransmitiu na íntegra o comício das Diretas-Já, em cadeia com a TV Cultura. (GUERRINI JR., 2009)

A maioria das FMs Educativas que começa a funcionar neste período já entra no ar integrando o SINRED, retransmitindo suas produções e boa parte também produzindo para a nova rede radiofônica.

Oficialmente, o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa foi instituído em 9 de agosto de 1983, pela portaria 344 do Ministério da Educação e Cultura, buscando reunir tanto as rádios quanto as televisões educativas em um único sistema.

Logo após a instituição oficial do SINRED, várias emissoras aderem ao sistema. E passam a receber, via satélite, não só as co-produções, mas também as programações da Rádio MEC, que então, por vinculação ao Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette-Pinto/Funtevê, funciona como uma espécie de coordenação do sistema. Além de fornecer programação, a MEC inclusive participava do processo de outorgas.

Quanto ao Sinred, cabe à Fundação definir a criação do sistema, fornecendo aos seus participantes “programação que complemente” a das emissoras que o compõem. Opinar sobre a concessão de canais educativos e sobre qualquer modificação dos planos básicos de distribuição desses canais do MC também passam a fazer parte das competências da Funtevê. (BLOIS, 2004, p. 164)

‘Perfis Brasileiros’ e ‘Esses Moços’ são duas das séries co-produzidas que mais alcançam sucesso, seguindo a linha das duas pioneiras, as “Meu Brasil brasileiro” e “Coisas da Província”.

O SINRED funcionou por cinco anos, até 1988. Em 1994, uma nova portaria ministerial tenta retomar o funcionamento do sistema, colocando a MEC Rio à frente do movimento de reativação e responsável pela coordenação das emissoras, ou seja, mais uma vez como uma espécie de cabeça de rede. A iniciativa não obteve êxito, devido especialmente a uma resistência das emissoras em continuar trabalhando conjuntamente sob este perfil vertical de rede<sup>17</sup>. Embora já não fosse mais tão centralizado em termos de produção, como já observamos é principalmente no trabalho no SINRED que a concepção de produção e transmissão de programação em rede – mas num modelo horizontal – começa a ser observado entre uma boa parte das educativas.

Neste período profícuo do segmento, é de se ressaltar também uma leitura da pioneira da pesquisa sobre rádio educativo Marlene Blois. Para a pesquisadora, os diversos projetos parceiros em que as emissoras se envolveram na época, especialmente a Rede EPT que ela considera o embrião do SINRED, evidenciam demonstrações contundentes de caminhos e missões do segmento.

---

<sup>17</sup> Mais informações sobre esta tentativa de resgate do sistema ao estilo SINRED vamos trazer no próximo capítulo, no subcapítulo 6.2. A experiência da Rede Universitária de Rádios.

A partir de 1983, 13 emissoras comerciais engajam-se no movimento EPT, criando programas próprios, emitindo o programa da rede em horários alternativos e, ainda, colaborando na divulgação de eventos comunitários [...]. Isso prova que uma iniciativa com forte ligação comunitária pode ser encampada pelas rádios comerciais, o que, na verdade, deve ser uma das finalidades das rádios educativas, ou seja, exportar propostas radiofônicas educativas de interesse comunitário. (BLOIS, 2004, p. 166).

Nosso entendimento é que a estudiosa faz sua análise pensando a função social do segmento com foco quase exclusivo na educação pelo rádio. Para nós, esta é uma compreensão que precisa ser ampliada englobando não somente a faixa da educação a distância via ondas radiofônicas. Devemos aplicá-la também na observação da constituição do sistema público de radiodifusão, notadamente às suas estações de rádio. E no caso desta Tese, que resgata a construção histórica da programação destas emissoras, consideramos que as finalidades apresentadas por Blois são destas estações, independente de serem focadas mais ou menos no educativo. Se são ou buscam ser rádios públicas, podem e devem, como já sublinhamos nas justificativas desta Tese, servir de exemplo às emissoras comerciais, tanto em termos de conteúdo quanto de formatos.

Ao longo de nossa pesquisa, encontramos vários momentos em que o segmento educativo, hoje autodenominado público, construiu experiências que ganharam a adesão das comerciais, e muitos outros que não foram seguidos por estas. Mas ao serem resgatados permanecem como exemplos históricos que podem indicar caminhos de programação, não só para o sistema comercial como para as próprias emissoras públicas, se os desconhecem ou não os julgaram importantes ou os apagaram da sua memória coletiva. Um destes exemplos passamos a analisar a seguir.

Ainda na década de 80, com a entrada, para seus quadros de produtores e apresentadores, do compositor e arte-educador Zé Zuca, a MEC AM RJ passa novamente a experimentar programas voltados ao público infantil. Em períodos anteriores este tipo de programação já tinha aparecido na grade da emissora carioca – um deles o Reino da Alegria citado no Capítulo 4 – como também em várias outras rádios educativas do país. Entretanto, a maioria em experiências bastante

descontínuas, as quais, por isso, constituem o não exemplo para esta Tese.

Mas além do então exitoso Reino da Alegria, do final da década de 40 e dos anos 50, como destaque e prática que permanece evidenciamos a programação iniciada por Zé Zuca na MEC e hoje ainda veiculada na emissora, só que em transmissão conjunta a partir da Rádio Nacional.

Num segmento de programação marcado pelos não exemplos, os programas infanto juvenis da Rádio MEC podem ser sublinhados como referência para ao menos delinear bases de possíveis caminhos a seguir. Inclusive dentro de um conceito de programação em parcerias, produções e transmissões em redes um pouco menos centralizadas, além de um perfil nacional construído conjuntamente, que começa a se arraigar na maioria das rádios sob a inspiração do trabalho no SINRED. .

O primeiro programa de Zé Zuca foi o Radioteca Infantil, assim definido pelo próprio apresentador e produtor:

A maior parte do programa era feita com radioteatro, e a outra parte com algumas crianças de escolas que vinham gravar no estúdio sinfônico. As crianças sentavam-se e eu conversava com elas sobre um determinado tema. [...] Lembro que teve um programa em que o tema foi o vento. Estavam participando crianças bem pobres e uma delas disse que o vento arrancava o telhado da casa dela. (MILANEZ, 2007, p. 147)

Radioteca Infantil ainda nos anos 80 já se destacou e teve reconhecimento inclusive fora do país. Foi premiado no Festival Internacional de Rádio de Nova Iorque. A rápida consolidação do programa levou a MEC a ampliar o espaço destinado ao público infanto-juvenil e Zé Zuca logo passou a produzir outros no mesmo estilo e formato semelhante, mas diversificando as faixas etárias da sua audiência alvo.

Logo em seguida, concebeu outros programas “radioteca” para as mais diversas faixas de idade: mirim, dente-de-leite etc. Mais tarde, idealizou e produziu Radioteca Jovem, programa de auditório que realizava transmissões simultâneas com escolas secundárias. (ROCHA; COELHO; RIBEIRO, 2009, p.189)

Mesmo já sendo o período pós-televisão, no qual o rádio já não apostava mais nos programas de auditório e muito menos investia em programação dedicada às crianças e jovens, as “radiotecas” demonstraram que a experimentação, a inovação ou a renovação de antigas linguagens e formatos podem conquistar audiência.

Principalmente se os programas se identificarem com o cotidiano e o perfil do seu público alvo. Pelo sucesso deste seu tipo de programação, é possível considerar que a Rádio MEC experimentou e acertou.

Com o Radioteca Jovem, a emissora também experimentou outra forma de interação com o ouvinte e, porque não dizer, de produzir efetivamente programação educativa não formal. Conforme Zé Zuca relembra em depoimento publicado no livro “Rádio MEC – Herança de um sonho” (MILANEZ, 2007, p. 147), por meio de convênio com a Secretaria Estadual de Educação do RJ, o programa foi apresentado até em outras cidades do estado, em locais públicos, com a participação das escolas. Dos 72 programas produzidos, 30 foram feitos dentro da parceria, atingindo aproximadamente 150 mil pessoas entre professores e alunos.

Apesar deste bom resultado, o criador, produtor e animador das radiotecas deixa a emissora na segunda metade de 80. Mas logo está de volta, em 1994, para mais um projeto que merece ser destacado pela amplitude educativa que obteve e o alcance de audiência: o Zé Zuca e a Rádio Maluca. Trata-se de um programa que mistura diversos formatos e linguagens radiofônicas – show musical, auditório, dramatização, brincadeiras, entre outros. Destina-se ao público infantil em idade escolar, com duração de 20 minutos.

[...] história de uma rádio criada por um menino e uma menina com a ajuda de dois artistas mambembes. Seus episódios temáticos mostravam as aventuras dos dois repórteres mirins, o Babulina e a Rosa Melosa, sob a coordenação do ‘locutor’ Zé Zuca e do técnico de som ‘biruta’ Mariano. (ROCHA; COELHO; RIBEIRO, 2009, p. 189)

E na década de 90, com Zé Zuca e a Rádio Maluca, a MEC repete a experiência de parcerias com a educação formal, num modelo um pouco diferente do anterior: as escolas agora não se limitam ao envolvimento com o programa e também desenvolvem atividades em sala de aula a partir das temáticas abordadas pelo Rádio Maluca. Além disso, o projeto se amplia para outros estados, pela rede de emissoras educativas que permaneceu ativa mesmo após a extinção do SINRED.

No Rio de Janeiro, cerca de cem escolas desenvolvem atividades em classe a partir dos temas dos programas, num trabalho integrado com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município do Rio de Janeiro. Outros estados também se articulam com a produção da série para

ações pedagógicas em classe a partir da audição dos programas: Minas Gerais (Belo Horizonte, Carangola, Barbacena), Pernambuco, Pará e Goiás nas suas capitais [...]. (BLOIS, 2004, p. 171-172)

Luiz Alberto SANZ (2009)<sup>18</sup>, ex-diretor da MEC na década de 90, depois de ter passado por diversas funções de comando nos anos 80 – de editor a chefe de jornalismo -, avalia esta fase áurea da emissora, e portanto do segmento, com todas as suas imbricações políticas, econômicas e culturais.

Eu trabalhei em três períodos bastante distintos na MEC, no que se refere à gestão. O primeiro foi um momento histórico conhecido como Nova República, em que a Presidência da Fundação Roquette-Pinto e a Direção da Rádio foram exercidas por administradores de carreira, com experiência anterior na própria Fundação e, o que é mais importante, participação ativa na construção da frente política que elegeu Tancredo Neves. Roberto Parreira e Heitor Salles passaram anos na administração pública, sob a ditadura, costurando alianças que mantiveram, no grau que lhes era possível alcançar, condições democráticas de funcionamento, fosse na Funarte, na Embrafilme ou na Roquette Pinto. Na Nova República, souberam compor, com relativa habilidade, um corpo de executivos e colaboradores que foi responsável por programas ousados, criativos e de grande qualidade. O jornalismo que produzimos nessa época chegou a alcançar níveis elevados de audiência (32 pontos) no horário das 22 horas, que eu editava, apresentando um amplo resumo do dia e projeções para o dia seguinte. Ainda neste período, [...] fizemos a primeira cobertura de eleições da história da Rádio, que deixou de trabalhar com conceitos estreitos de Educação e Cultura para entender que o Jornalismo e o Entretenimento que produzíamos também eram essencialmente educativos e culturais. [...] Passamos 72 horas no ar. Eu e mais uns dois companheiros ficamos direto, sem dormir. Foi na eleição municipal de 1985. “Furamos” as principais emissoras, inclusive nossa própria TVE, cujos recursos usávamos. Mas operávamos muito rápido e sem burocracias. A partir daí, durante um bom período, a Rádio MEC passou a constar da escuta dos colegas. Pautamos muita gente. [...] Para mim, a “Nova República” findou com a promulgação da Constituição - cuja cobertura realizei em Brasília como enviado especial.[...] Havia uma influência muito grande do Antônio Carlos Magalhães e a Fundação Roquette Pinto estava sob a direção de um ex-assessor de imprensa do Palácio do Planalto. (SANZ, 2009)

No final dos anos 80, anistiado, Sanz volta à docência na Universidade Federal Fluminense – UFF. Ele lembra que precisou escolher e preferiu a Universidade. Um

---

<sup>18</sup> Em entrevista à autora em dezembro de 2009



dos motivos é que as condições de trabalho na rádio e suas linhas de programação já não eram as mesmas. O segundo período dele na MEC iniciou com a “Rio 92”, quando o CNRRP era dirigido pelo Paulo Henrique Cardoso. Cedido pela UFF para chefiar a Divisão de Jornalismo, ao retornar já coordenou a cobertura da Conferência. “Busquei retomar os métodos guerrilheiros de trabalho que tinham marcado o período 1985/1986 da DivJor”, lembra o ex-diretor. Neste período, a emissora já contava com um número menor de funcionários. Mas a sua avaliação é que “o entusiasmo dos jovens profissionais e dos alunos da UFF” que participavam do programa “E por falar em Ciência...” propiciaram boas experiências na grade de programação, especialmente este projeto em parceria com a universidade fluminense.

Sanz deixa novamente a emissora 1994 e volta em 1996, para assumir a direção geral, como eleito diretamente pelo quadro de servidores durante o Primeiro Encontro de funcionários da Fundação. Francisco Teixeira havia assumido a presidência da FRP e da lista tríplice apresentada pelos funcionários para o cargo de diretor, na qual constavam ainda os nomes de Márcia Queiroz e Regina Salles, escolheu Sanz. O motivo é que além de aceitar a indicação dos servidores, faria dele um assessor nas relações com as universidades e com o próprio movimento de funcionários. Para afinar o relacionamento com o quadro, Sanz assume já convidando as duas outras indicadas, Regina e Márcia, para comporem a equipe.

Começava o meu último período na Rádio MEC, que duraria quatro meses, [...]. O que se passou a seguir é fruto de toda a História anterior, de uma emissora que foi fundada por um grande educador, Edgard Roquete-Pinto, cujas palavras inspiraram algumas gerações, inclusive a nossa: “O rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado”. Nós os diretores da Fundação Roquete-Pinto nos reuníamos constantemente com o Ministro da Educação Murílio Hingel e seguíamos sua orientação geral, que se coadunava com o lema de Roquete-Pinto: “Pela cultura dos que vivem em nossa terra. Pelo progresso do Brasil”. O professor Murílio era antigo e fiel ouvinte da Rádio. Conhecia seus principais programas e opinava com fundamento. Dessas reuniões participavam também o Secretário Executivo e o assessor de Comunicação do Ministério e, por vezes, o assessor da Presidência. É importante frisar isto, pois o Ministro era muito atento a tudo que se passava nas emissoras públicas e tinha uma visão muito clara sobre o seu papel, conseguindo influir, inclusive na Radiobrás,

sobre a forma como as questões educacionais eram enfocadas. O entendimento geral deste grupo era que as emissoras do MEC (TVE e Rádios MEC) bem como suas parceiras no Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa/SINRED- cujo braço radiofônico eu coordenava como representante do Francisco Teixeira - deveriam ser emissoras públicas, embora de propriedade estatal. É claro que surgiam algumas divergências sobre aspectos dessa concepção, pois ela não é muito clara ainda hoje. Então, nossa missão principal era estruturar emissoras e sistemas de emissoras em que estivessem refletidas as diversas realidades e culturas presentes no Brasil, contribuindo para aquilo que eu compreendo como Educação: possibilitar o desenvolvimento intelectual e ético das populações que habitam estas terras. (SANZ, 2009)

Durante a gestão de Sanz, Regina Salles assumiu a superintendência de produção e programação. Com a saída dele, também eleita diretamente, ela passa a ocupar a direção. Nesta fase pós ditadura e já sob o impacto das transformações comunicacionais dos anos 90, na qual as novas tecnologias da comunicação e o aprofundamento da movimentação das emissoras em busca de um perfil menos estatal e mais público, menos voltado para a educação formal a distância e mais para o educativo-cultural num sentido ampliado, a Rádio MEC continua a ser referência de programação para o segmento e a ter boa parte de sua grade repetida por mais de 40 rádios do campo, pelo satélite Radiosat.

Regina Salles estava na MEC desde 1976. Ingressou pela produção do Projeto Minerva e até então exerceu funções mais ligadas à programação voltada à educação. Ao assumir o cargo de diretora, precisou pensar mais amplamente as linhas gerais de toda a programação como também o perfil e a missão da emissora. Em depoimento no livro “Rádio MEC – Herança de um Sonho” faz uma rápida avaliação daquele tempo:

Foi um imenso desafio assumir a direção das duas emissoras – Am e FM – com programações diversificadas. Enfrentei o desafio e procurei aplicar minha experiência em educação, aliada à missão que Roquette-Pinto idealizou para a Rádio Sociedade – uma rádio educativa e cultural que transmitisse e criasse cultura. Era preciso fortalecer o jornalismo, uma emissora não sobrevive sem informação. Convidei Liara Avelar, jornalista, para ser superintendente e minha assessora direta. Assim trabalhamos juntas por quatro anos, implantando e implementando programas voltados para públicos que não eram contemplados em outras emissoras: portadores de deficiência (com ênfase à sua capacidade laborativa), terceira idade, programação infantil, programas de debates para adolescentes – sempre com ênfase num enfoque de

cidadania, sem esquecer a produção de uma programação musical de qualidade. (MILANEZ, 2007, p. 210)

Como é possível evidenciar neste período - em especial nos anos 90 que vamos analisar em mais detalhes no próximo capítulo, na fase histórica seguinte, e principalmente na MEC, uma das grandes referências do segmento - as programações das emissoras, ao mesmo tempo que são marcados pelo movimento em busca de linhas de rádio pública, preservam fortes influências da concepção radiofônica pioneira de Roquette-Pinto. Ainda hoje a ouvimos em justificativas de programações entre os principais gestores e produtores das emissoras autodenominadas públicas. Uma delas encontramos em “Rádio MEC – Herança de um sonho”, no depoimento de Liara Avelar, superintendente da MEC nos anos 90 e atualmente liderando o Núcleo de Programação e Produção AM:

[...] a hoje Rádio MEC mantém sua força de resistência cultural e educacional, apesar de já não pertencer mais àquele Ministério. Essa força, iniciada e garantida pelos nobres e inovadores ideais do dr. Roquette foi sendo assimilada ao longo dos tempos por quem foi chegando, como uma receita que vai passando de pai para filho. Algumas vezes negligenciada, outras vezes preservada pela sensibilidade de dirigentes, que mantiveram acesa a chama idealista do fundador, não deixou de ser ameaçada em alguns momentos por gestões menos comprometidas. Não é fácil destruir alguma coisa que tem como compromisso, além da promoção da cidadania, a preservação da beleza, da cultura, do talento, da ética e da inovação. Ainda hoje, o que chama a atenção dentro da emissora, é o respeito à sua missão pública, cultural e educativa, a serviço da sociedade. É certamente por esse sentimento coletivo que, depois de sete décadas, a Rádio MEC mantém sua identidade cultural e de resistência. (MILANEZ, 2007, p. 212).

Na Cultura paulista, toda esta época, especialmente durante a vigência do SINRED, foi aquela em que os trabalhos em parceria mais se desenvolveram e outra tendência do rádio de então – a formação de cadeias e redes – muito influenciou suas grades e, por consequência, das demais educativas. Para o ex-diretor da Cultura. (GUERRINI JR, 2009), outro destaque do período foi a série “Reouvindo o Nordeste”, que consistiu no convite a dois produtores/apresentadores da Rádio Universitária de Fortaleza para gravarem em São Paulo 20 programas da série em locais frequentados por nordestinos na capital paulista. A escolha do local a ser abordado nestas 20

edições foi São Paulo porque é uma das maiores cidades “nordestinas” do país. Os programas foram produzidos e transmitidos, principalmente em São Paulo e no Ceará, dentro das parcerias do SINRED.

Uma produção importante feita com o auxílio do Sinred foi o já mencionado *Reouvindo o Nordeste*. O programa já existia (e creio que ainda existe) na Rádio Universitária do Ceará, eu conheci o seu produtor e o seu apresentador numa reunião do Sinred no Rio, e também o programa. Propus que fizessem uma série de vinte programas em São Paulo – uma das maiores cidades “nordestinas” do país. O Sinred pagou as passagens, a FPA pagou um flat para eles ficarem um mês em São Paulo, e podiam almoçar de graça no restaurante nosso. Fizeram alguns programas memoráveis, em locais frequentados por nordestinos em São Paulo. Lembro da sua admiração quando saiam com um autêntico Nagra para as gravações in loco. Estavam acostumados com minicassete. [...] Também tivemos a satisfação de produzir um longo documentário para rádio sobre Vital Brasil, o criador do soro antiofídico. Ele deixou o Instituto Butantã em São Paulo, uma instituição em Niterói e numerosos descendentes (teve dezoito filhos, com duas esposas), espalhados por várias cidades. Muitos desses descendentes participaram do programa. Uma super-co-produção Rádio Cultura, Rádio MEC e de uma emissora comercial da cidade de Campanha, no sul de Minas, terra de Vital Brasil, com gravações in loco em São Paulo, Rio, Niterói e Campanha. Esse programa foi oferecido a todas as emissoras componentes do Sinred. Pelo menos a Cultura AM e FM, a Rádio MEC e essa emissora de Campanha colocaram-no ar. Costumo reproduzir esse programa para meus alunos, como exemplo de verdadeiro documentário para rádio. Coisa rara no rádio brasileiro; também um exemplo do que deve fazer uma emissora pública. (GUERRINI JR., 2009)

Ao mesmo tempo em que credita ao SINRED propiciar trabalhos exitosos como estes, o ex-diretor da Cultura faz questão de sublinhar problemáticas do Sistema, advindas especialmente das orientações políticas governamentais que também o originaram.

Creio que o Sinred teve pelo menos duas fases. Na primeira, havia uma grade de programação comum, imposta pela Fundação Roquete Pinto com a sua profusão de coronéis, para todas as emissoras de rádio e televisão. Quando houve essa determinação, a Fundação Padre Anchieta se retirou do Sinred, porque não precisava se submeter a essa imposição. Mais tarde, os programas já não eram impostos, mas escolhidos por uma comissão, com um rodízio de integrantes de todo o Brasil. Eu participei dessa comissão. Em princípio, os programas que eram selecionados por essa comissão tinham que ser transmitidos por todas as emissoras (rádio e televisão). Selecionávamos alguns, mas eu só os transmitia pela AM, pois não tinham nada a ver com a

programação da nossa FM. Eu nem explicava isso para ninguém, e ninguém reclamava. (GUERRINI JR., 2009)

Entre as primeiras FMs educativas deste período áureo do segmento também está a vinculada à Universidade Federal do Ceará (UFC). A Rádio Universitária FM entrou no ar em 15 de outubro de 1981 com o objetivo de transmitir uma programação voltada para a educação não formal e de divulgação da produção cultural da Universidade. Missão anunciada até hoje pelos seus gestores e produtores bem como nos seus materiais de divulgação.

No histórico da emissora, disponível no seu sítio na internet, a Universitária da UFC destaca a inclusão do radiojornalismo em frequência modulada como uma das linhas da sua grade que mais surpreenderam, pois naquela época as FMs produziam programações basicamente musicais. Algumas, ainda em consequência do advento da frequência ter sido marcada pelo uso para sonorização ambiente, nem mesmo possuíam uma grade. Ao estilo “vitrolão” que também marcou o AM após o surgimento da televisão, rodavam somente música ao longo de toda sua transmissão diária. De informação, apenas anúncio e desanúncio com os créditos das composições veiculadas.

A Universitária causou forte impacto no rádio local ao fazer uma programação jornalística em FM. Eram três radiojornais diários: Almanaque, às 7h da manhã, Meio-dia de Notícias, às 11h30 e Jornal da Noite, às 22h, além do Centro de Debates, que ia ao ar às 15h30 dos domingos, e noticiários de três minutos, de hora em hora, com atividades de reportagem externa. A linha musical definiu-se e consolidou-se levando em conta a conjuntura do início da década de 80, quando as emissoras de rádio locais e também as nacionais veiculavam com muita ênfase música estrangeira e, no caso da música brasileira, restringiam-se às produções de alto potencial de consumo, engajadas nos projetos comerciais articulados entre a indústria fonográfica e a mídia comercial, especialmente rádio e TV. (RÁDIO UNIVERSITÁRIA, 2010)

Para aquele período, a prática jornalística ampliada da Universitária cearense, ou seja, não se limitando a sínteses ou notas recheando programação musical, produziu realmente um diferencial na radiofonia local. Mas também teve repercussão pelo intercâmbio com as demais emissoras do então chamado sistema educativo, inclusive o SINRED, do qual participou. Nos anos 90, a rádio da UFC também foi uma ativa

participante das primeiras edições da Rede Universitária de Rádio para a cobertura da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), experiência que abordaremos adiante. Ao rodarem o país, para a divulgação em rede da produção e pesquisa científica nacional, constituíram novamente um espaço no qual também trocaram influências, especialmente sobre inovações nas programações em busca de uma grade mais adequada à sua autoproclamada missão educativa, cultural e voltada ao interesse público.

O radialista e jornalista Agostinho Gosson, diretor da rádio de 1996 a 2006 e ainda hoje produzindo e apresentando programas na emissora, além da programação jornalística, destaca também a musical e de divulgação cultural como diferenciais que fizeram da Universitária uma referência radiofônica em Fortaleza. Entrevistado para nossa pesquisa em 2007, argumentou que no caso do radiojornalismo, não foi apenas sua introdução e ampliação numa grade de FM. O tratamento e a pauta é que fizeram a diferença. Lembra, por exemplo, que a rádio assumiu a campanha em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, discutindo em profundidade temáticas de interesse da comunidade. Para ele, a emissora oferece um “universo de informação maior” em comparação com as demais rádios.

Na faixa musical, destaca que a Universitária é a única de Fortaleza que roda música clássica. Nem por isso considera que é elitista, porque a programação musical erudita é didática, com comentários buscando formar o público para apreciar o gênero. Segundo ele, muita gente da periferia ouve e gosta.

O rápido sucesso de público da Universitária também é creditado pelo espaço que, desde seu início, foi dedicado às manifestações culturais, incluindo a música, local e regional, bem como às campanhas identificadas com a população.

A realização dessa área contou com expressiva participação de colaboradores, muitos deles professores da UFC, que contribuíram para a criação e consolidação de programas de música popular brasileira, música erudita, manifestação da música e da cultura local e regional. A maior parte desses programas ainda permanece, como é o caso de Reouvindo o Nordeste, Brasil em Todos os Tempos, MPB Especial, Cordas, Bandas e Metais, Encontro com o Jazz, Pessoal do Ceará, Fim de Tarde, Música Erudita, Sempre aos Domingos, entre outros. O segmento da divulgação cultural concretizou-se a partir da realização de programas de entrevistas e debates com produtores culturais, artistas, intelectuais, lideranças políticas e comunitárias sobre temas da arte e da

cultura. Não havia para esta linha um conjunto específico de programas. Ela funcionava, como ainda hoje funciona, permeando toda a pauta diária da programação da emissora. Assim, tanto se poderia fazer um debate a respeito, por exemplo, do projeto pólo cultural do Benfica, muito em evidência nos anos 80, quanto se poderiam fazer séries de reportagens especiais nos programas diretamente dedicados a essa linha. A rádio também executa, desde sua fundação, campanhas educativas. Na década de 80, foram desenvolvidas diversas campanhas, que consistiam na realização de spots publicitários e repercussão ampla dos temas das campanhas nos programas jornalísticos. (RADIO UNIVERSITÁRIA, 2010)

Nos dias atuais, a Universitária FM da UFC permanece com estreito intercâmbio com organizações e projetos da sociedade local, produzindo e transmitindo, especialmente nas faixas educativas e jornalísticas da sua grade, programações destinadas ao apoio e divulgação de “ações de entidades sem fins lucrativos que atendam a comunidade.” Na maioria das demais emissoras do segmento, voltamos a ressaltar, é a partir dos anos 80 que observamos buscas mais fortes e claras deste perfil de programação que tem, na sua base, a tentativa de estimular o exercício da cidadania e de uma interação maior com a audiência, por meio da comunicação das suas necessidades e reivindicações organizadas.

## 6. QUARTA FASE: A EXPLOSÃO DAS FMS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS

*Rede de Rádios na SBPC, rompendo fronteiras para divulgar a ciência e a universidade brasileiras.  
(trecho de uma das vinhetas da Rede)*

### 6.1. O desenvolvimento da FM incrementa o segmento educativo

A Frequência Modulada foi implantada no Brasil no final da década de 40, com a autorização para a Rádio Record de São Paulo operar, em caráter experimental, um pioneiro canal de FM no país. Nos anos 50, é que começam a entrar no ar umas poucas emissoras nesta frequência. Conforme a pesquisadora Sônia Virginia MOREIRA (2002, p. 94), a primeira emissora de FM mesmo foi a Rádio Imprensa, do Rio de Janeiro. Naquela época, a FM é usada especialmente como sistema de comunicação privativa, em “link”, entre estúdios e locais onde estavam instalados os transmissores das emissoras, estes normalmente situados bem distantes, e também para som ambiental em empresas, mediante o pagamento do serviço (BLOIS, 1996, p.83-86). No sistema comercial, o incremento do FM vai-se dar a partir da segunda metade dos anos 70.

No Brasil, até serem proibidas pelo governo federal em 1968, as transmissões em frequência modulada funcionavam principalmente como link (comunicação entre o estúdio e o local dos transmissores das rádios AM), uma espécie de linha telefônica privativa. O recurso tornou-se comum entre as emissoras situadas nos grandes centros, onde a distância entre o estúdio e o transmissor era maior. A primeira emissora FM brasileira, criada em 1955, foi a Radio Imprensa, no Rio de Janeiro. A emissora surgiu junto com o primeiro transmissor de frequência modulada construído no Brasil (na época havia dificuldade para importação). Sob o comando de Anna Khoury, sua fundadora, a Imprensa também inaugurou a primeira indústria de rádio receptores em FM no país. A faixa, porém, se popularizou somente a partir da metade dos anos 1970. A situação era semelhante à do mercado americano nos anos 50: oficialmente existiam canais à disposição de concessionários, mas os equipamentos de transmissão necessários não estavam disponíveis nem os receptores de frequência modulada se encontravam à venda.[...] Nos anos 1970, o governo militar decidiu regularizar a



situação das emissoras existentes e organizar um plano para a distribuição de canais FM. (MOREIRA, 2002, p. 94)

O Ministério das Comunicações elaborou o Plano Básico de Canais em FM em 1973, e segundo acrescenta a estudiosa, em atendimento a duas intenções específicas:

a manutenção do controle do espectro radiofônico pelo Estado – um dos pontos principais da política de segurança nacional, uma vez que o rádio era o meio de comunicação de massa mais acessível à população – e o incentivo à indústria nacional de aparelhos eletrônicos. (MOREIRA, 2002, p. 94 e 95)

Apesar de seu desenvolvimento estar ligado a estas metas políticas da ditadura militar e também a de integração nacional, para as quais os seus governos incentivaram o avanço das comunicações, ainda nos primeiros anos 70 a FM permanece sem grande expressão no país. Mesmo com os incentivos governamentais, o empresariado radiodifusor não acreditava no potencial da nova frequência e o público ou ainda a desconhecia ou não tinha condições de utilizá-la. Como toda nova tecnologia, a FM, então, apresentava problemas que impediram um apelo comercial maior e sua rápida popularização.

Três fatores básicos contribuem para a inexpressiva expansão das FMs até o meado da década de 70: o custo dos aparelhos receptores que captassem, além da faixa AM, a FM; o alcance reduzido da frequência e conseqüentemente, de público a atingir, e o padrão de programação instituído pelas emissoras em funcionamento. Os empresários da radiodifusão consideravam-na, além de seu apelo de público, desinteressante em termos comerciais. Mesmo assim, de 1975 a 1979, quatrocentas emissoras estão no ar em todo o país[...]. Na verdade, a expansão da FM configura a decisão política dos governos militares de ampliar o setor de radiodifusão. [...] A Portaria nº 333, de 27 de abril de 1973, deixa clara a intenção política do Governo para a ocupação dos canais, de alcance reduzido e, portanto, com menos problemas para a segurança nacional. (BLOIS, 1996, p. 86 e 87)

No segmento educativo, a expansão da frequência se deu ainda mais lentamente nos anos 70 e 80. Embora a reserva de canais educativos de rádio e tv existisse desde a década de 60, também somente na metade da década de 70 o Ministério das Comunicações estabelece diretrizes para outorgas com “referência específica aos canais de radiodifusão sonora de FM para fins educativos”.(BLOIS, 1996, p.119).

A publicação, pelo MiniCom, do Plano de Distribuição de canais educativos e comerciais em FM foi realizada em 1977. E mesmo com a reserva de 350 canais para a educação, igualmente de acordo com BLOIS (1996, p.121), “até 1984, apenas 20 haviam sido outorgados, com 14 emissoras em funcionamento e 6 em fase de instalação”.

Somente nos anos 90 é que a FM com finalidades educativas realmente se expande e incrementa o segmento. Em 1995, a reserva de canais educativos já atinge o número de 424, dos quais cerca de 50 efetivamente operam, segundo dados do SINRED divulgados por BLOIS (1996, p. 126 e 127). E esta expansão no segmento educativo, como é possível avaliar com base no estudo de BLOIS (1996, p. 127-129), deve-se à própria ampliação do rádio como um todo, especialmente da FM, dentro dos planos políticos do então governo federal, por meio do MiniCom. Política de desenvolvimento do setor que foi aplicada pelo regime militar e teve seguimento com os governos que o sucederam, da segunda metade da década de 80 ao início dos anos 90.

Em dez anos, portanto, assiste-se a uma explosão do Rádio no Brasil, com crescimento de 265,4% das FM e 132,3% das OM, o que não atinge as emissoras de OC e OT, que apresentam desempenho negativo, sendo numericamente reduzidas. Com certeza sai vitoriosa a política traçada pelo MiniCom para a expansão da radiodifusão no país, principalmente a sonora, que cresceu 164,8% somente em sua exploração comercial. As Educativas se comportam, no mesmo período, assim: as OC permanecem numericamente inalteráveis, as OT começam a ser exploradas, as emissoras OM crescem 177,7% e as FM, 255%. No total, o parque das emissoras educativas apresenta-se ampliado em 225%. (BLOIS, 1996, p. 127)

A própria estudiosa do rádio educativo, a seguir sublinha que no quadro geral de expansão da radiodifusão sonora, o incremento do número de emissoras educativas não é significativo comparativamente com o segmento comercial. Mesmo assim, o panorama nos leva a evidenciar que a implantação da FM, a reserva de canais para fins educativos – ocupados não somente com o intuito de ensinar pelo rádio, mas com linhas de programação voltadas para a educação num sentido mais amplo – e o aumento do número de emissoras no chamado sistema educativo provocaram, então, transformações no grupo de rádios aqui pesquisado que representam um incremento.

Estas transformações também podem ser ressaltadas como principais influências dos rumos das suas programações.

## **6.2. A experiência da Rede Universitária de Rádios**

Ao categorizarmos historicamente o chamado segmento educativo das rádios públicas, detectamos como uma das principais referências uma experiência de rede desenvolvida a partir de 1994 até 2002. Denominada Rede Universitária de Rádio, consistiu na cobertura das Reuniões Anuais da SBPC – Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência. E em algumas de suas sete edições, chegou a reunir a maioria das emissoras de rádio estatais, educativas, culturais e universitárias daquela época. Então, estas totalizavam não mais de 200 espalhadas por todo o país.

Iniciavam-se os anos 90. Assim como os demais meios de comunicação de massa, o rádio começa a sentir com maior impacto as transformações em função das novas tecnologias da comunicação. E mais uma vez a radiofonia se questiona e é questionada sobre sua sobrevivência, voltando a pairar sobre o meio a ameaça de morte, de cair em total obsolescência. Se este era um grande problema que se apresentava para todo o rádio brasileiro, as emissoras estatais, culturais, educativas e universitárias tinham, ainda, outras dificuldades a superar ao mesmo tempo.

O papel, a função, a razão de existência e em especial as formas de financiamento para sobrevivência destas rádios estavam cada dia mais em questionamento, inclusive por elas próprias. A sua “fase de ouro” havia passado, o SINRED não mais existia, embora boa parte das emissoras, no rastro do sistema, continuasse retransmitindo especialmente a programação da Rádio MEC-Rio, que era a cabeça-de-rede, e também produções da outra estação referencial do grupo, a Cultura paulista.

Em março de 1994, para debater este quadro, a Rádio MEC do Rio de Janeiro promoveu, naquela capital, o I Encontro Nacional de Rádios Educativas e Universitárias. Participaram perto de 30 instituições, entre emissoras e produtoras radiofônicas. Deste total, cerca de dez são ligadas a universidades. E praticamente todas as participantes tinham integrado o Sistema. A proposta de debate apresentada pela MEC foi a de reorganização do extinto organismo, agora, conforme BLOIS (2004,

p. 172), por meio de “uma Rede Nacional, com programações diferenciadas, visando atingir várias comunidades brasileiras”

Mas durante os três dias de discussões, as emissoras também apresentaram seus entendimentos sobre como deveria funcionar a retomada do trabalho interligado, expressando certa contrariedade em ter a MEC como única cabeça de rede. Na verdade, a maior inquietação era com a volta do modelo de rede do SINRED e muito menos com a estação carioca coordenando. Até porque a MEC RJ, junto com a Cultura paulista, a esta altura já estava consolidada como referência nacional do segmento. E suas rádios, com poucas estrutura e financiamento para produções próprias mais qualificadas e de maior envergadura, dependia da retransmissão de diversos de seus programas e séries. Esta necessidade de estabelecer parcerias em um novo patamar era percepção partilhada inclusive com alguns produtores e gestores da própria MEC. Liara Avelar<sup>19</sup>, então Coordenadora de Jornalismo da emissora, em entrevista para nosso estudo, avalia assim aquele processo:

Partimos da experiência do SINRED, com seus erros e acertos e buscamos uma integração com as emissoras universitárias e estaduais, a partir de um encontro e da disposição de propor um trabalho conjunto. Pensamos que devíamos iniciar nossos esforços em coberturas especiais conjuntas e não em uma programação de cima para baixo, que era uma grande crítica que se fazia ao SINRED. Se uma emissora “pública”, devido às suas limitações, não consegue cobrir bem um grande evento, porque não juntar esforços e cobrir conjuntamente. (AVELAR, 2009)

Além disso, às voltas com grandes problemas de sustentação financeira, a maioria das instituições presentes ao evento anuncia graves preocupações com o suporte que receberiam. Embora já operassem com antenas fornecidas pela própria MEC para captação de seu satélite, estas parcerias, dependendo do grau de produção em cada rádio, demandariam muitos outros gastos, para os quais boa parte das estações não contava com recursos ou aportes.

Por todas estas questões, ao final, ficou aprovada a constituição de uma Rede Nacional de Emissoras de Rádio Educativas e Universitárias. E se não na profundidade desejada por algumas das participantes, o conceito de rede expresso no documento de

---

<sup>19</sup> Entrevista à autora em outubro, novembro e dezembro de 2009.

conclusão do encontro já continha elementos em direção à horizontalidade, afirmando a necessidade de produção descentralizada. A MEC seria cabeça-de-rede para a distribuição especialmente, mas as demais integrantes do grupo também teriam espaço para produzir. O documento final do Encontro Nacional de Rádios Educativas e Universitárias, assim define a instituição do grupo e suas ações gerais:

A Rede Nacional de Emissoras de Rádios Educativas e Universitárias terá uma base no Rio de Janeiro, ou seja, uma Central de Captação e Distribuição dos Materiais produzidos pelas demais regiões do país. O sucesso da operacionalização da Rede se complementará com o treinamento de pessoal, a qualificação profissional e o estímulo à produção local. (ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS, 1994, p. 3)

Deixando claro que pretendiam trabalhar com uma concepção de rede horizontal, as emissoras assumiram a responsabilidade de produzir e co-produzir, ficando a cargo do Centro Roquette-Pinto/Rádio MEC a distribuição via satélite. Enquanto não tivessem condições de produção suficiente, acordaram que a programação inicial a ser retransmitida seria a da grade da MEC, tanto AM quanto FM. Mas também fizeram questão de afirmar que:

Cada emissora terá liberdade para escolher o programa que melhor se adaptar a sua realidade ou, se for o caso, adaptá-lo de acordo com a sua região, ressalvada a legislação do direito autoral.[...] As emissoras educativas e/ou universitárias que integram a Rede Nacional[...] têm plena liberdade de escolherem os programas que poderão ser incluídos nas suas grades e, para isso, basta gravá-los quando estiverem sendo transmitidos pelo satélite, veiculando-os em horários compatíveis com a sua realidade (ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS, 1994, p. 11) .

Além destas preocupações que aparecem expressas nestes anais, através das deliberações, ainda naquele Encontro os representantes das emissoras já debateram sugestões no sentido de caminharem para pelo menos um programa nacional produzido e transmitido em cadeia, com a participação de todas ou a maioria das integrantes da Rede.

A deliberação de instituir a Rede Nacional não vingou. Mas a disposição de concretizar este tipo de produção em cadeia e horizontalizada – com todos não só retransmitindo, mas também participando da produção e veiculação - avançou mais rapidamente. A idéia foi debatida mais profundamente em maio do mesmo ano de 1994, em um novo encontro das rádios, desta vez promovido por iniciativa e com predominância das emissoras universitárias. Foi o II Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias, realizado pelo Curso de Jornalismo da UFSC, em Florianópolis, Santa Catarina.

Deste evento saiu a decisão e o início da organização da primeira formação, via satélite, da Rede Universitária de Rádio para, inicialmente, a cobertura da então próxima Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Em Florianópolis, entre as principais preocupações que levaram as emissoras a esta decisão, continuavam a se destacar: os anseios por tornar claros, afinal, quais são os objetivos, a missão destas rádios públicas; o estabelecimento de grades de programação que efetivamente atendam a estas finalidades e adequadas as suas realidades específicas; a ampliação da audiência (ou a definição de que dispensam esta necessidade); e busca de soluções de financiamento como também de gestão, para evitar as discontinuidades.

Naquele ano, quase 60 anos após a criação da primeira emissora do campo público – a estatal Rádio MEC – as rádios, numa conceituação bem ampla e geral, permaneciam invocando como seu papel produzir e transmitir programação voltada para o interesse público, prestando um serviço social, educativo e cultural. Mas pelos debates, preocupações expressas, o que se observava naquele II Encontro é que a maioria das próprias emissoras entendia que tal missão, especialmente na tradução das suas grades, “tem ficado no nível apenas da proposta” (ZUCULOTO, 1996, 12).

Naquela fase, os dirigentes e produtoras das emissoras do segmento educativo estavam sempre a se questionar, com interrogações e considerações como as levantadas no III Encontro, em Goiânia, pelo professor da Universidade Federal de Goiás, Luiz Signates, naquela época atuando na Rádio Universitária daquela instituição:

O que é o educativo? Como educar pelo rádio? Que tipo de educação é essa? Educação para quem?[...] Para quem é veiculada a programação

educativa? Quem precisa educação pelo rádio? Faço essas perguntas por que considero que o rádio educativo deve estar a serviço das minorias, que, neste país, são constituídas dos excluídos de diversos tipos. [...] Exclusivamente auditiva, a recepção radiofônica dispensa a codificação de modo completo. Junte-se a isso o fato de sua abrangência e da credibilidade constatadas em pesquisas, e chegamos à conclusão de que a radiofonia é o melhor meio de se atingir as grandes parcelas da população. [...] o critério de audiência deve ser relevante. Não há sentido público se a emissora comunitária se torna corporativa, isto é, a serviço de interesses de grupos, sejam profissionais ou de qualquer outra espécie. Não há sentido público, se a emissora educativa se torna elitista, isto é, se estabelecem a partir de elementos culturais que excluam a preferência ou o gosto popular, inclusive os que geram enormes audiências nas rádios comerciais (SIGNATES, 1995, p. 2, 3, 6)

Em julho de 1994, a Rede Universitária de Rádio foi formada pela primeira vez para a cobertura radiojornalística da 46ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Vitória, no Espírito Santo. Aquela primeira experiência contou com pouco mais de uma dezena de emissoras e produtoras universitárias, estatais, culturais e educativas.

Nesta edição pioneira, além de transmitirem a cobertura em cadeia, via satélite, os integrantes da Rede também enviaram profissionais, professores e estudantes para a produção e realização dos programas.

Sob o comando da Rádio MEC-RJ, que assumiu a coordenação geral das providências e trabalho, nos seis dias da SBPC, a Rede produziu e transmitiu diariamente, de hora em hora, das 9h às 18h, programas de cinco e 10 minutos que davam um panorama de tudo o que se debatia e se apresentava pela comunidade científica e universitária brasileira naquela Reunião Anual. “A Rede tentava, democraticamente, transmitir e disseminar o conhecimento que tem ficado restrito aos pesquisadores, estudiosos e ao meio acadêmico” (ZUCULOTO, 1996, 13)

Como uma das participantes da Rede, representando o Laboratório de Rádio da UFSC – a produtora radiofônica do Curso de Jornalismo da instituição -, dois anos depois fizemos a seguinte avaliação da primeira formação para cobertura da SBPC:

E embora aquela primeira experiência tenha funcionado ainda na base do improviso, acredito que serviu para demonstrar que a Rede é uma iniciativa viável e capaz de cumprir objetivos que devem ser os da

Universidade e, portanto, também os seus: o ensino, inclusive o prático, a pesquisa, a extensão. E no caso dos meios de comunicação universitários, o de divulgar a produção científica e universitária, visando justamente a democratização do conhecimento (ZUCULOTO, 1996, 13).

A Coordenadora de Jornalismo da MEC naquele período e integrante da coordenação da Rede nas suas primeiras edições, faz uma avaliação entusiasmada, especialmente desta pioneira formação para a cobertura da evento de Vitória:

O resultado foi uma cobertura histórica da SBPC que até hoje é citada pelas rádios que participaram e/ou transmitiram, onde veiculamos cerca de 72 boletins, 12 por dia, para cerca de 15 emissoras em rede. Trabalhamos com cerca de 50 profissionais entre jornalistas, professores de jornalismo e rádio e estudantes. Cobrimos de uma forma muito profunda um evento muito importante para a área da Ciência e Tecnologia e que nenhuma emissora comercial nem chegou perto. Além disso, a experiência de integração daquelas 50 pessoas presentes àquela ação foi realmente rica e transformadora. Vimos que é possível integrar as emissoras numa cobertura, de uma forma que todos participaram igualmente, sem autoritarismo. Todos se sobressaíram, cada um assumiu um papel e isso foi fundamental para o sucesso daquela empreitada. Lembro perfeitamente da integração de toda a equipe no primeiro dia de reunião de apresentação. Tínhamos vários profissionais, jornalistas e professores, que eram "feras" e muitos estudantes. E ninguém deu uma de estrela. Todos estavam muito disponíveis para ajudar e isso fez o sucesso daquela cobertura.(AVELAR, 2009)

Ainda em 1994, houve uma segunda formação da Rede, para a cobertura do Plano Decenal de Educação, em Brasília. Esta atividade, em comparação com a cobertura da SBPC de Vitória, teve uma organização e produção mais modestas. Não conseguiu a adesão de todas as instituições que haviam participado da experiência de Vitória. A maioria delas não pode viabilizar a participação por dificuldades financeiras.

Mesmo assim, mais uma vez a Rede comprovou sua viabilidade e função. Em julho de 1995, a Rede voltou a ser formada para fazer a mais completa cobertura jornalística da SBPC, o que evidencia sua característica de poder transformar-se numa alternativa democrática de divulgar informações importantes não veiculadas em profundidade e extensão pelos demais meios de comunicação (ZUCULOTO, 1996, 14).

Naquele ano de 1995, a Rede cobriu a 47ª Reunião Anual da SBPC, em São Luis do Maranhão. Contou, tanto para a produção quanto para a transmissão, com o



dobro de adesão em relação a sua primeira experiência. Na produção e veiculação a partir dos estúdios da Universitária FM da Universidade Federal do Maranhão, no Campus do Bacanga, em São Luis, trabalharam cerca de 50 enviados, entre professores, profissionais e estudantes de radiojornalismo. A programação foi transmitida por 20 rádios universitárias, estatais, culturais e educativas do país. A coordenação esteve a cargo da Rádio MEC-Rio e também da emissora anfitriã e geradora, a Universitária FM da Federal do Maranhão.

A 47ª Reunião Anual da SBPC se estendeu de 9 a 14 de julho de 1995. E desde a abertura até seu encerramento, a Rede produziu e veiculou um total de 50 boletins/programas de cinco e 15 minutos. A geração, ao vivo, para as 20 emissoras que integravam a cadeia da cobertura, ocorria de hora em hora, da manhã até o início da noite. E a cada edição de hora em hora, o programa veiculava matérias inéditas, informando o principal de todos os debates, mostras e apresentações do evento.

Por isso, houve, na própria SBPC, o reconhecimento de que se tratou da maior cobertura jornalística da história das reuniões anuais da entidade. E esta terceira experiência, na avaliação dos integrantes da Rede, transformou-se na consolidação de uma proposta para a busca conjunta de saídas aos problemas e dilemas das emissoras universitárias. (ZUCULOTO, 1996, p.14).

Naquele mesmo ano, sob a euforia do sucesso da cobertura do Maranhão, no III Encontro Nacional realizado em Goiânia, os dirigentes e profissionais participantes da Rede monopolizam os debates e resolvem institucionalizar sua experiência. Fundam a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio, Televisão e Produtoras Universitárias, em 5 de outubro de 1995. A Associação nunca saiu do papel, nem chegou a ser registrada.

Um dos maiores estimuladores da Rede e da criação da entidade, o ex-diretor da MEC Luiz Alberto SANZ em entrevista à autora, resume assim o fracasso da Associação:

Com o tempo, foram mudando as direções universitárias e governamentais e na Rádio MEC e foi ficando mais difícil conseguir recursos e encontrar quem quisesse assumir a luta em nossas próprias instituições. [...] Acho também que as Universidades nunca assumiram o nosso sonho de uma rede pública como sendo o delas. A maioria dos reitores, como políticos, está interessada em saber como pode usar os

veículos de comunicação para promover-se e evitar problemas. (SANZ, 2009)

Mas a Rede para cobertura da SBPC – seu programa fundador e principal do que deveria ser sua grade conjunta – não só continuou sendo realizada até 2002 como foi se aperfeiçoando em termos de produção e também angariando mais adesões de emissoras.

Em 1996, com a participação de mais de 40 emissoras e com coordenação ampliada, incluindo várias instituições como a Rádio MEC-Rio, a UFSC, a UnB (pela supervisão geral do professor Carlos Eduardo Esch, eleito para presidir a Associação), a Rede já contava com financiamento de apoios culturais e cobriu a 48ª Reunião Anual da SBPC em São Paulo.

No ano seguinte, 1997, estava presente na 49ª SBPC, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a adesão de aproximadamente 60 emissoras, ou seja, a grande maioria das existentes no segmento educativo do campo estatal/público. Nesta edição, inaugurou mais uma experiência marcante: produção conjunta com a área de televisão. A Rede, então, também produziu e transmitiu em torno de cinco boletins diários para TVs educativas e universitárias do país.

A 50ª Reunião da SBPC, em 1998, foi em Natal, no Rio Grande do Norte, e a Rede novamente se formou. E pelo segundo ano agregou também a cobertura para tvs universitárias, mas mantendo a maior produção e tempo de transmissão para as emissoras de rádio. Igualmente teve a programação retransmitida em cadeia, ao vivo e de hora em hora, entre 9 e 18h, diariamente, para cerca de 60 emissoras de todo o Brasil. Em 1999, mais uma edição, desta vez em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Neste ano, com a adesão da FM Cultura de Porto Alegre, inclusive na sua coordenação, superou em dobro o número de retransmissoras. Mais de 100 emissoras participaram.

Nos dois anos que se seguiram a Rede não se formou, principalmente pela saída da coordenação do professor Carlos Eduardo Esch, da UnB, que até então era um dos principais captadores de financiamento para sua estruturação. Mas em 2002, a parceria coordenadora da FM Cultura de Porto Alegre, Rádio da Universidade de Goiás e o Curso de Jornalismo daquela instituição, possibilitam uma nova edição, para cobrir a

54ª reunião da sociedade científica. Esta edição alcançou a marca histórica de quase 200 emissoras em rede, inclusive rádios comerciais. Possibilitou-se número tão expressivo de estações na retransmissão pelo uso de diversas tecnologias: satélite, internet e telefone ( um 0800 para a maioria das rádios em Rede e para emissoras do RS principalmente, o serviço de rádio da assessoria de imprensa do Palácio Piratini, do governo estadual, disponibilizou a programação por meio de uma linha telefônica direta sem custos)

A Rede Universitária de Rádio para a cobertura das Reuniões Anuais da SBPC definiu sua programação (concepções, modelos, pautas, formatos, linguagem) com base, primeiramente, na missão que estabeleceu como sua e de todas as emissoras integrantes da cadeia. Diz um dos Projetos de planejamento e organização da cobertura:

Nosso objetivo é fazer uma profunda e completa cobertura, levando à sociedade as últimas informações sobre a produção brasileira científica e de conhecimento, tão importante para o desenvolvimento do país e de sua população. Principalmente as rádios públicas têm esse compromisso com sua audiência [...] (REDE UNIVERSITÁRIA DE RÁDIO, 1999)

Os seus Manuais de Produção e Redação também expressam claramente a conscientização sobre seu papel como emissoras que se declaram públicas e os entendimentos que as norteavam acerca do radiojornalismo que pretendiam praticar, do conteúdo, dos formatos e linguagens que deveriam adotar na cobertura em “pool”.

E para que possamos dar conta de nossa função como emissoras públicas, vamos, mais uma vez, realizar esta cobertura com a máxima qualidade formal, técnica e de conteúdo, produzindo reportagens, entrevistas e boletins diários com linguagem e notícias que cativem e informem plenamente a) audiência, além de edições especiais de alguns de nossos programas tratando exclusivamente do tema[...] (REDE UNIVERSITÁRIA DE RÁDIOS, 1999)

Desde sua primeira formação, os organizadores elaboraram um Manual que era distribuído a todos os seus integrantes e que baseava a produção diária da cobertura, da estruturação do funcionamento, como horários de funcionamento, a pauta até a

geração e recepção dos programas. A cada edição da Rede, o mesmo Manual era atualizado e adaptado às especificidades, condições e realidades da cobertura em foco.

Em outro trecho destes Manuais, vamos encontrar orientações sobre a linguagem, formato e até como agir em relação aos diversos sotaques presentes em coletivos como o da Rede:

- Em matérias muito especializadas/segmentadas, o que é a regra numa SBPC, procurar o máximo de entendimento sobre o assunto, para conseguir produzir um boletim que possa ser “decodificado” por todo o nosso público. Tentar “traduzir” para uma linguagem mais coloquial informações excessivamente especializadas.
- Ao redigir a matéria, procure “contar” o que viu e ouviu, de uma forma clara e com linguagem acessível (por isso é importante entender sobre o que se está escrevendo).
- Embora as matérias tenham que ser curtas e objetivas, isso não significa que vamos usar uma linguagem telegráfica. O texto deve ser criativo, bem informativo, num tom coloquial e como se o repórter falasse de improviso, mesmo quando estiver lendo.
- Ninguém deve preocupar-se com o sotaque. Cada sotaque representa o toque especial da Rede. Portanto, não tente gravar boletins sem sotaque.

Estas evidências sobre a Rede analisadas nesta na nossa pesquisa sobre a construção da programação das rádios estatais, universitárias, culturais e educativas – as autodenominadas públicas e que até pouco tempo eram designadas como do segmento educativo-, apontam que esta experiência de parceria constituiu-se em mais um referencial na história destas emissoras.

Nesta Fase da Explosão das FMs Educativas e Universitárias, a formação da Rede para cobertura das SBPCs, durante 10 anos, foi um dos resultados da grande movimentação destas rádios naquela época. Movimentação destacada pela instalação de um crescente número de emissoras deste tipo, especialmente de universitárias; pela organização de inúmeros encontros e fóruns destinados a debater sua função e soluções para seus diversos questionamentos e problemas, das dificuldades de financiamento e estruturação aos modelos de programação mais adequados a sua missão.

É neste período e na organização da própria Rede que começa a se disseminar com mais força e clarificação, entre as emissoras, o entendimento de que podem ser

rádios públicas. E elas querem o ser, se não na sua natureza jurídica, pelo menos na forma de gestão e, principalmente, na programação. Por isso, é quando a maioria passa a se autoproclamar rádio pública, mesmo as que não se enquadram nesta natureza de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988). São estas, justa e principalmente, as estatais e as culturais, educativas e universitárias que estão vinculadas a governos ou a instituições do Estado. E por esta condição, num alinhamento rigoroso, deveriam se apresentar como pertencentes ao sistema estatal estabelecido pela Constituição.

Quanto especificamente a sua programação, caminharam na construção de uma concepção e realização de uma rede mais horizontal, em que a pauta e a produção não eram definidos por uma única emissora cabeça-de-rede. Embora as decisões ainda se concentrassem em algumas poucas rádios, de início especialmente na Rádio MEC-Rio, as demais conseguiram um espaço maior de definição e produção. Neste sentido, pelo menos na aceitação dos sotaques diversos, a linguagem dos programas expressou a diversidade da sociedade brasileira e respeitou as realidades regionais e, ao mesmo tempo, as produções locais adequadas, questões que muito preocupavam e ainda são enfrentadas por estas emissoras.

A escolha do objeto de cobertura – a SBPC - e sua concretização, com êxito, evidenciam a reafirmação do que já invocavam como sua missão: programação voltada ao interesse público, prestando, à sociedade, serviço cultural, educativo e de estímulo ao exercício da cidadania. Assim, traduziram, na prática, pelo menos na cobertura da Rede, o que vinham conceituando como seu papel.

E neste ponto, deram continuidade ao desenvolvimento da construção do rádio educativo idealizado por Roquette-Pinto nos primórdios tanto da radiofonia brasileira no geral como da própria radiodifusão do campo público. É de se lembrar que tanto na sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro como na sucessora Rádio MEC, após a doação da primeira para o Ministério da Educação e Saúde, Roquette-Pinto comandava as programações com o exposto objetivo de levar cultura e educação à população brasileira.

A Rede também evidenciou a influência das transformações tecnológicas. Sem as inovações da tecnologia, como o satélite e a própria internet, não conseguiria ter se

concretizado da forma e com o número de integrantes que agregou ao longo de suas sete edições. Além destas transformações aqui apontadas como operadas pela Rede, ao longo desta pesquisa outras são observadas na programação de emissoras estatais, culturais, universitárias e educativas existentes no Brasil hoje, como suas causas ou seus resultados, mesmo indiretos ou não tão perceptíveis.

Mas se torna evidente ao percorrermos os mais de 70 de história deste segmento da radiodifusão que as ações das suas emissoras e especialmente suas experiências em programação em cadeia, em rede ou por produções em parceria seguem um encadeamento, uma acaba gerando a outra. Isto mesmo quando as mais atuais não buscam nas antigas bases para avançar com os acertos e corrigir os erros. Mesmo quando aparentam resultar de descontinuidades e até ao serem realizadas após rupturas, como as evidências que se sobressaem na contextualização da Rede Universitária. Entretanto, é possível sublinhar fortes relação, mediação e embricamento entre períodos marcantes como o do SINRED, da Rede e o atual de criação e desenvolvimento da ARPUB, a Associação das Rádios Públicas do Brasil. Liara Avelar, na Rádio MEC desde 1983 e atual Líder de Produção e Programação da AM ( cargo similar a uma coordenação geral), por ter vivido estas três experiências que representam marcos, consegue resumir bem suas intermediações e influências.

A experiência do SINRED eu acompanhei mais de perto já no final. Ele tinha como principal objetivo unir as emissoras educativas, mas acho que em determinados momentos o Sistema se mostrou autoritário. A Rádio MEC foi uma das principais integrantes do SINRED e, dependendo da gestão, foi encaminhado mais democrática ou mais autoritariamente. A Rede Universitária surgiu de forma natural, a partir da reunião de pessoas e profissionais que estiveram na cobertura da SBPC em 94. Mas de certa forma também era excludente, pois previa a reunião das emissoras universitárias e excluía as outras rádios estaduais e federais. Vejo a criação da ARPUB como um bom recomeço para unir todas as emissoras ditas públicas. E acho que, a partir daí, podemos voltar a organizar eventos, coberturas, encontros, onde possamos pensar em ações conjuntas que beneficiem a todos que queiram, de forma integrada. (AVELAR, 2009)

E talvez, afora estas, mais outras transformações ainda venham a ocorrer se a experiência da Rede Universitária for tomada como um referencial. Isto se realmente entendida como um novo conceito. Da mesma forma que a conceituou um dos seus mais entusiasmados integrantes na época, o ex-dirigente e ex-produtor da MEC Luiz Alberto Sanz. Afirmou ele que a Rede Universitária de Rádio para a cobertura da SBPC deveria:

Contra-poner-se à realidade das redes de trama estreita, lançadas e puxadas (produzidas e programadas) com uma linguagem (audiovisual e/ou verbal) de sotaques paulistano e carioca (quando não mundial) e de conteúdo na estranho à época do milagre econômico brasileiro.[...] o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Universitário de Rádios, Tvs e Produtoras, embrião de um vigoroso sistema público do audiovisual, passa pela compreensão do seu caráter comunitário, solidário, pluralista e igualitário. Não há futuro para ele se não agir em busca do diálogo autêntico, se não transformar sua existência nessa procura – entre seus integrantes e com os parceiros e a sociedade (SANZ, 1995, 2).

### **6.3. Anos 90: as rádios educativas querem ser públicas**

Este período, dos anos 80 e 90, também foi aquele em que os avanços tecnológicos e o papel das comunicações mais se acentuaram. A FM, o satélite propiciando a formação de redes de transmissão, o início da digitalização da produção levam o rádio brasileiro a buscar adequações à chamada era da informação que começava a se constituir. A Constituição (BRASIL,1988), com o estabelecimento dos três sistemas para a radiodifusão, traz o público e o estatal para o panorama radiofônico. Também a legislação que começou a regularizar as milhares de rádios comunitárias neste período é elemento transformador das emissoras do segmento neste período. Isto é: Constituição e legislação regulamentando as RadCom provocam uma maior busca de novos espaços nas ondas radiofônicas além do já hegemônico comercial. É neste contexto que as FMs educativas passam a ser implantadas em maior número e a consolidar suas programações. O maior interesse em ocupar estes

canais foi despertado nas universidades e também em governos estaduais e municipais.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a rádio educativa ligada ao governo estadual foi implantada quase 20 depois da televisão do segmento. E explorando justamente esta política de expansão da radiodifusão por meio da FM. Em 1988, a Fundação Cultural Piratini, vinculada ao governo gaúcho e que já operava, desde 68, a TVE – Televisão Educativa, decide solicitar também uma concessão de rádio. No ano seguinte, a partir de 11 de fevereiro de 89, já passa a operar a FM em fase experimental. Com grade de programação definida e operação definitiva, começa a transmitir oficialmente em 20 de março de 1989, sendo esta data a considerada como de fundação da emissora.

Assim como as demais que entram no ar neste período, a FM Cultura de Porto Alegre busca inspiração na Cultura de São Paulo e na MEC do Rio de Janeiro. Na grade, programação basicamente musical com eruditos e programas definidos como educativos-culturais.

Liana MILANEZ(2009)<sup>20</sup>, hoje gerente executiva da Rádio MEC, foi a responsável por coordenar o projeto de implantação da emissora e sua primeira diretora. Segundo ela, nos dois meses de planejamento para a entrada no ar, visitaram as principais rádios educativas e também comerciais do país que, no entendimento da equipe de então, irradiavam programação cultural. As educativas foram as Cultura AM e FM de SP e a MEC do RJ. E as comerciais com programação cultural, a paulista Eldorado FM e a carioca JB FM. A ex-diretora relembra assim as linhas mestras que pautaram o trabalho de planejamento e implantação da primeira FM educativa da capital gaúcha:

Como se tratava de uma FM, o primeiro passo foi levantar o perfil das emissoras FM existentes na cidade, e, a partir disso procedemos a um estudo aprofundado do que existia e o que faltava. Esse foi o parâmetro de partida, avaliar o ambiente onde iríamos atuar, elaborar um projeto viável, com equipe adequada e total envolvimento e as ferramentas necessárias que deram suporte ao empreendimento. [...] Era a única emissora educativa (pública nos dias atuais) em Porto Alegre operando em FM. A programação geral, nos primeiros meses era assim dividida: 7 horas de música clássica (em horários definidos de acordo com o perfil

---

<sup>20</sup> Em entrevista à autora em dezembro de 2009



do ouvinte para esse segmento). Esse foi um pleito dos ouvintes. Nenhuma FM da cidade dedicava espaço à música clássica. Entendíamos - e continuo acreditando que levar a produção musical de todos os tempos e que se mantém como de qualidade - era compromisso de uma emissora mantida com recursos públicos. Era papel dessa emissora também formar platéias para a música de concerto. O estado mantinha e mantém uma Orquestra Sinfônica. Cinquenta por cento do jornalismo voltado à informação cultural, com módulos de literatura, cinema, música, artes plásticas e cidadania. Dez jornalistas produzindo informações. Programadores com formação musical e domínio dos gêneros - clássico e popular. (MILANEZ, 2009)

Na fase inicial, durante o ano de 1989, com base nestas concepções de implantação, a grade ficou com a seguinte distribuição, conforme acrescenta, demonstrando claramente as linhas mestras da programação da emissora voltadas à música, com predominância da clássica :

**6h às 10h** - Música clássica

**0h às 12h** - MPB e Música internacional (blocos cuidadosamente montados, com um determinado objetivo de acordo com a faixa)

**12h às 14h** - Música clássica (para horário do almoço, ouvintes consultados, demonstraram preferência pelos "clássicos populares")

**14h às 15h** - Programas de entrevistas e MPB

**15h às 18h** - MPB e Música Internacional

**18h às 19h** - Música Instrumental

**20h às 23h** - Música clássica

**23 à 01h** - Jazz (também proposição dos ouvintes. Esse gênero não tinha espaço em qualquer outra emissora da cidade, e havia público)

Como acontecia e continua ocorrendo com emissoras estatais/públicas, a cada troca de governo, a FM Cultura de Porto Alegre recebia novas direções e modificações na programação. Mas o erudito e MPB como destaques da programação musical se mantêm, assim como programas educativos-musicais-culturais consolidados na grade desde seu começo, entre os quais, “As músicas que fizeram sua cabeça” - inspirado no “As dez mais de sua vida”<sup>21</sup>, sucesso absoluto a partir dos anos 80 na Rádio JB e

<sup>21</sup> As dez mais da sua vida foi um programa semanal em série que, conforme entrevista de seu idealizador, produtor e apresentador Luiz Carlos Saroldi disponível no sítio da Sociedade dos Amigos da Rádio MEC – SOARMEC (2008) em <http://www.soarmec.com.br/saroldi.htm>, contou com 219 edições no período da Rádio JB, onde foi veiculado a partir de 1987, e mais 175 na Rádio MEC, totalizando 394 ao sair do ar em 1998. O produtor e apresentador define o perfil do programa como “uma pesquisa sobre a memória musical dos brasileiros”, mas podemos entendê-lo mais amplamente: além do resgate musical reconstituiu passagens da própria história do país. Isto porque a cada edição, um convidado, sempre alguma personalidade de qualquer área – começou a musical, artística e cultural e logo ampliou-se para outras, inclusive a política - , ao apontar e falar sobre cada uma das dez músicas que mais o marcaram na sua vida contava episódios da sua história pessoal pública e/ou sobre a época em que a melodia era uma

depois na MEC RJ -, “Conversa de Botequim” - programa diário que conta a obra e a vida de compositores da MPB -, “Filarmonia” - também musical e informativo, este sobre compositores e intérpretes da erudita -, “Ópera da Semana” – apresenta as grandes óperas do mundo -, e “Estação Cultura” – focado principalmente na agenda artístico-cultural.

Mesmo dando destaque à clássica e logo depois à MPB, a FM Cultura, desde os seus tempos iniciais e por influência da própria TVE, seguiu uma linha que reservava espaço também para a música gaúcha, inclusive a nativista, a exemplo do que ocorria com a maioria das demais emissoras do segmento, que buscavam contemplar a cultura local. Entretanto, o grande questionamento, ao longo em especial das duas últimas décadas, tem sido quanto ao tamanho e horário deste espaço e ao conteúdo e forma das produções sobre a cultura onde a emissora está inserida.

Na estação gaúcha, a avaliação da gestão que assumiu em 1999 foi, por exemplo, de que a música nativista estava num gueto, veiculada quase que somente no programa “Pátria y Querência”, com duração de meia-hora e que ia ao ar a partir das 7h da manhã. Tratamento semelhante em outras emissoras do estado, inclusive as comerciais.

Principalmente no final da década de 90 é que se evidenciam transformações mais contundentes na programação da FM Cultura de Porto Alegre, quando se inicia o governo do Partido dos Trabalhadores. Em outras emissoras do segmento, especialmente as ligadas a governos estaduais ou municipais, também se observam mudanças em consequência do aprofundamento da busca de definição mais clara acerca da missão, do papel do sistema. Também da tendência, que se vê mais acentuada nesta década, de caminhar em direção ao rádio público. Pelo menos é esta a linha, a compreensão que as próprias emissoras declaram seguir.

O relatório em forma de publicação, produzido pela gestão 1999-2002 da Fundação Cultural Piratini (da TVE e FM Cultura gaúchas), mostra este projeto, que se não tem uma idealização conjunta e organizada das emissoras que, então, já se autoproclamam públicas, na nossa pesquisa se evidencia comum.

---

das suas preferidas. O “As músicas que fizeram sua cabeça” foi lançado com o mesmo perfil na FM Cultura e assim se mantém.

Ao final desta gestão, a FM Cultura se encontra numa fase de consolidação de uma programação totalmente voltada ao interesse público. Tem linha editorial e grade de programação definidas com clareza e público-alvo também determinado com precisão e, em função disso e para isso, uma política de disputa de audiência. E, se chegou a esse estágio [...] também buscou, nesta gestão, a utilização adequada e qualificada de características, potencial, recursos e linguagem do veículo rádio. [...] Essa concepção levou em conta, ainda, as mais contemporâneas teorias e experiências de comunicação em todo o mundo, que tornaram ultrapassados os antigos conceitos que limitavam o papel das emissoras de frequência modulada à mera reprodução musical. É tendência, atualmente, que também as rádios FM dêem destaque à informação no conjunto de sua programação.[...]O tempo de transmissão ao vivo, então, era, em média, de apenas quatro a seis horas diárias.[...] Uma das maiores conquistas, nestes últimos quatro anos, foi colocar a rádio no ar, ao vivo, das 6h às 22h, todos os dias – e em alguns dias especiais até mais tempo. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 62 -63)

Ampliar a grade jornalística foi uma das reformulações mais significativas da FM Cultura naquela época. Como também as modificações no tratamento do conteúdo e forma de produção e veiculação de alguns outros programas já consolidados e que foram mantidos, especialmente entre os culturais e musicais eruditos. Além de modificar programas já tradicionais na grade, implantar coberturas jornalísticas ao vivo e diárias, montando, para isso, uma equipe de apresentadores, produtores, redatores e repórteres dedicados exclusivamente ao jornalismo, a emissora colocou nova programação informativa no ar. Entre os novos programas, destacam-se “Mídia em Debate” – debates ao vivo entre profissionais da comunicação e representantes da sociedade sobre o tratamento da mídia aos fatos jornalísticos em relevância na semana -, e o “Café Cultura”, apresentado das 6h às 8h, também ao vivo e em rede com 19 emissoras parceiras no Rio Grande do Sul, entre públicas e inclusive comerciais.

Café Cultura – Traz as primeiras informações do dia, a previsão do tempo, as condições de trânsito, entrevistas e o que está acontecendo no Estado e no país. Entrevistas ao vivo e os assuntos que você não ouve na grande imprensa. Reportagens a partir de todas as emissoras parceiras em rede. E mais: o melhor da música produzida pelos intérpretes e compositores gaúchos. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p.77)

Com a implantação do Café Cultura, o objetivo da emissora foi de desenvolver e aplicar o que definia como novos conceitos de programa e rede. Neste, buscou amenizar a intervenção da emissora como cabeça de rede, abrindo a pauta e a produção à maior participação das rádios parceiras, comportamento não muito comum em “pools” radiofônicos deste tipo. E além dos equipamentos de captação do sinal da FM Cultura para a retransmissão, destinou a elas também cotas do patrocínio que recebia do Banrisul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Outro destaque importante dessa nova programação é a formação da Rede Café Cultura, que entrou no ar após quase dois anos de planejamento e negociações, em março de 2001. Hoje, conta com 19 emissoras, incluindo a FM Cultura, que entram em rede das 6h às 7h, de segunda a sexta-feira, para transmitir o programa Café Cultura, [...]. É um novo conceito de programa e um novo conceito de rede. O programa apresenta jornalismo com música, especialmente a produção musical gaúcha, tanto campeira quanto urbana, com o apoio cultural do Banrisul. Cada emissora parceira tem a sua cota de apoio e participação ativa na pauta e na produção de cada programa. Todo mês se transmite o programa de uma das cidades onde estão instaladas as emissoras parceiras. A Fundação Cultural Piratini fornece o kit de recepção e é responsável pela manutenção. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 68)

A radialista e jornalista Patrícia Duarte<sup>22</sup>, sub-diretora e coordenadora de programação da FM Cultura de 1999 a 2002 e hoje responsável pela coordenação de rádio da EBC, em entrevista para nossa pesquisa, também cita o Café Cultura como uma das principais inovações na programação da emissora na época. E credita o projeto às principais concepções e linhas que nortearam as reformulações introduzidas, entre as quais destacou ampliação do espaço informativo, com “jornalismo público efetivamente direcionado para a cidadania; programas com nova linguagem, incentivo a novas produções [...]”

Ainda na faixa do jornalismo, ressaltou também reformulações em programas como o Cultura na Mesa. Anteriormente, tinha duração de uma hora, a partir do meio-dia, e apenas apresentadores debatendo fatos da agenda e fazendo alguma entrevista. Passou a duas horas de duração e a ter entrevistas diárias, pré-produzidas,

---

<sup>22</sup> Em entrevista à autora em outubro de 2009.

intervenções de repórteres ao vivo, reportagens e até matérias em séries, além de ser pontuado por veiculação de músicas, estas escolhidas pelos ouvintes dentro da linha musical da emissora.

As novidades nas grades de emissoras ligadas às administrações estaduais ou municipais nos anos 90 podem ser observadas como expressão da política de comunicação de governos ditos populares, que, após o fim da ditadura militar, começaram a ser eleitos em diversas cidades e estados brasileiros. Na FM Cultura de Porto Alegre, outros exemplos destes programas são Canções de Luta – as músicas com a contextualização histórica dos movimentos populares em todo o mundo -, Construção da Cidadania – ações, projetos, idéias e pessoas envolvidas com trabalhos voltadas para direitos humanos e cidadania -, Toque de Ecologia – informativo e educativo sobre o meio ambiente. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 77- 82).

Até na sua vinheta-slogan – “A diferença no ar” - a emissora do governo gaúcho buscou, naquele período, sustentar que construía uma nova forma de fazer rádio pública. Uma nova forma também em relação à radiofonia comercial, tentando inclusive competir com esta na disputa de público, prática da quais as emissoras públicas normalmente se isentam.

A TVE e a FM Cultura são emissoras públicas e educativo-culturais devendo, portanto, estruturar programações abertas à expressão da pluralidade cultural do Rio Grande do Sul. [...] Dentro dessa concepção de uma comunicação democrática, a TVE e a FM Cultura devem se constituir como alternativa de forma e conteúdo às emissoras privadas, contemplando os diversos setores sociais e políticos, sem discriminar qualquer manifestação ou intervenção social, diferentemente dos grandes veículos de comunicação. No contexto atual de monopolização da comunicação no Rio Grande do Sul isto significa um flagrante contraste com as formas dominantes de programação, organização e atuação da mídia tradicional. Executar este propósito implica em criar um novo modelo de rádio e televisão, pois o cenário nacional é dominado por um padrão uniformizador de forma e conteúdo, já inteiramente absorvido e aceito pela maioria da população. [...] Aqui, também, se produz o melhor produto de rádio, especialmente na cobertura jornalística, de todo o país. Ter qualidade formal, portanto, é requisito indispensável para disputarmos fatias de audiência de um público acostumado a elevados padrões. A diferenciação do conteúdo é, porém, a mais importante tarefa. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 1999, p. 1)

Na faixa da programação artístico, cultural e musical, a tradução destes objetivos e missão foi buscada em programas como o Roda Som, produzido e apresentado pelos próprios músicos gaúchos, com análise, agenda e debates sobre a produção musical do Estado; “Estúdio B”, sobre a produção independente e as novas bandas gaúchas; e o Cultura Hip Hop, também co-produzido e apresentado pelos representantes do Movimento Hip Hop do Rio Grande do Sul. Na área musical, ainda foi uma das principais parceiras do projeto proposto pela Rádio Universitária de Goiás, o “Circuito Alternativo”. Programa de intercâmbio musical rodava CDs de músicos e intérpretes locais das regiões que participavam do projeto por meio de suas rádios educativas.

Mas foi na programação musical erudita, uma marca tão registrada da maioria das emissoras públicas oriundas do sistema educativo, que a FM Cultura mais enfrentou dificuldades para fazer a desejada diferença.

Os programas de eruditos da FM Cultura, hoje, tentam trabalhar esse gênero musical numa linguagem um pouco mais universal, não só para iniciados. Isso acontece através de uma programação que procura popularizar a música erudita e ampliar sua audiência, inclusive com um caráter educativo, na tentativa de formar novos públicos. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 66-67)

Atualmente, a FM Cultura 107.7 Mhz está sob a gestão de outro governo, do PSDB. Os programas mais emblemáticos desse período anterior não fazem mais parte da grade. Os demais permanecem, como também, conforme anuncia seu sítio, a proposta de desenvolver uma comunicação pública voltada aos interesses da sociedade.

A programação musical da **FM Cultura** é concentrada em música de boa qualidade: MPB, jazz, pop e clássica. Os variados estilos musicais dificilmente são veiculados em uma única emissora, mas aqui ganham espaço durante toda a programação. O sucesso desta miscelânea de estilos está em programas que caíram no gosto do público, nasceram junto com a rádio e permanecem na programação até hoje: Conversa de Botequim, As Músicas que Fizeram sua Cabeça e Estação Cultura. No ano de seu 20º aniversário, a rádio **FM Cultura** consolida-se como uma das emissoras mais qualificadas do sul do país. Nosso propósito é produzir uma programação educativa, sempre a serviço do cidadão. Desta forma, conquistamos credibilidade, audiência e respeito do

público. Apesar desta boa aceitação, estamos sempre trabalhando pela melhoria de nossos programas e para a plena satisfação de nossos ouvintes. (RADIO FM CULTURA, 2009)

Também é da FM Cultura que vem mais um exemplo, atualíssimo, que se evidencia apenas na conclusão desta pesquisa. É demonstração de como, desde a época de Getúlio Vargas até hoje, as mudanças de governos – seja no país, nos estados ou nos municípios -, de reitores e de direções das Fundações aos quais se vinculam as rádios provocam transformações, por vezes mais e em outras menos evidentes, e mesmo rupturas nas suas linhas e concepções de programação.

O governo gaúcho, ao qual é ligada a Fundação Cultural Piratini, integrada pela rádio e também pela TVE, decidiu transferir as duas emissoras do prédio onde funcionam há mais de 20 anos para o centro administrativo. O fato motivou novos alertas sobre a situação recente das duas emissoras, apontando para seu possível desmantelamento. Alertas que vem sendo divulgados inclusive pelos seus funcionários e Conselho Deliberativo da instituição.

Um deles foi publicado no Jornal do Comércio, dia 19 de janeiro, e está disponível no site FNDC, em artigo do presidente do Conselho, Pedro Luiz OSÓRIO (2010), com o título “Em defesa da TVE e da FM Cultura”, advertindo para o risco de extinção das duas emissoras e de comprometimento do seu caráter público.

O governo do Estado quer transferi-las para o Centro Administrativo, abandonando as instalações do Morro Santa Teresa e uma das melhores localizações para as atividades de radiodifusão no Rio Grande. Seus propósitos são indefensáveis, julgo. Os refiro sinteticamente, desejando que sejam repensados. Afinal, a TVE e a FM Cultura constituem um patrimônio social, histórico e cultural dos gaúchos e a transformação radical que pesa sobre ambas não deve ser decidida à revelia das mesmas. O governo estadual alega que precisa entregar as instalações, nas quais é inquilino, para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), vinculada ao governo federal, nova proprietária do imóvel. [...] os dirigentes da EBC já declararam publicamente que não pediram a desocupação do prédio. [...] a transferência das emissoras para os bastidores do governo, no Centro Administrativo, retira-lhes, de fato, o desejado caráter público. [...] Ao tratar a Fundação como órgão da administração direta, o governo se apropria do que não é seu, mas da sociedade - como estabelece a lei estadual 10.535 - e usa privadamente o que é público. Esses propósitos, aliás, vinham sendo assinalados desde que o Conselho Deliberativo passou a ser impedido de cumprir suas atribuições diretivas. O abandono injustificado das

instalações da TVE e da FM Cultura e a subordinação editorial e física que lhes foi imposta representam a extinção das emissoras públicas dos gaúchos. (OSÓRIO, 2010).

A Educativa FM de Campinas, emissora ligada à Prefeitura daquele município, é outro exemplo da verdadeira explosão de outorgas de emissoras nesta frequência a partir dos anos 90. E também da tendência de programação deste período em função especialmente da autoproclamação de que são rádios públicas. Entrou no ar oficialmente em 14 de julho de 2000, embora sua concessão seja de 1993 e operasse experimentalmente desde 1999. A jornalista e atual professora da PUC-Campinas Ivete Cardoso do Carmo ROLDÃO (2009)<sup>23</sup> foi um das suas primeiras diretoras, de 2001 a 2004, na época em que a prefeitura era administrada também pelo PT. Em entrevista para a presente pesquisa, definiu assim a missão e o projeto de programação da emissora no período sob seu comando:

A proposta inicial foi fazer da emissora um instrumento de comunicação com uma programação plural e democrática, com o princípio de que uma emissora educativa não deve ser uma rádio institucional, porta-voz do governo, mas sim uma rádio que por meio do governo servisse à população. [...] A grade foi sendo implementada, com programas que mesclavam música, produção cultural e educativa, e a produção jornalística. O conceito de programação [...] tinha como tripé a música, o jornalismo/prestação de serviços e os programas cultural-educativos. Entretanto, a idéia era não ter [...] horários especiais para programas educativos e, sim, inserir conteúdos educativos em toda a grade de programação. Em que pese a produção de alguns programas mais dirigidos, de conteúdo claramente educativo, procurava-se sempre seguir a proposta de inserir o caráter educativo no cotidiano dos programas jornalísticos, com séries de reportagens especiais; em programas musicais especiais com grandes nomes da MPB; e na própria programação musical do dia a dia. (ROLDÃO, 2009)

A MPB, assim como nas referenciais Cultura AM de São Paulo e MEC do Rio Janeiro, foi definida como carro chefe da programação musical. Linha de programação musical que observamos nas demais emissoras públicas, tanto nas antigas quanto nas em operação mais recente. Assim como espaços, mesmo que mais reduzidos, para a produção musical regional e a música erudita. Esta última foi introduzida na grade da Educativa FM de Campinas por um programa semanal, o “Momento Musical”, com três

---

<sup>23</sup> Entrevista à autora em novembro de 2009.



horas de duração, nas noites de quartas-feiras, a partir das 21h, com um apresentador fazendo análises históricas e comentários sobre as músicas apresentadas.

Mas para a ex-diretora da rádio a produção de programas educativos consistiu no maior desafio da sua gestão. Isto porque, conforme avaliou na entrevista:

A produção desse tipo de programa exigia uma discussão mais aprofundada sobre o que deva ser o papel educativo propriamente dito desse veículo de comunicação. O projeto inicial previa a produção de programas sobre a história da cidade, meio ambiente, saúde, educação, entre outros. As deficiências estruturais e a própria inexperiência da equipe na produção de programas com esse conteúdo e com uma linguagem que atinja aos ouvintes de rádio fizeram com que o projeto fosse desenvolvido em um ritmo mais lento do que o previsto. Além do programa “Ponto e Vírgula”, foi desenvolvido, durante 2001 e 2004, um programa especial, no “Dia Mundial da Água” e, ainda, spots de um minuto sobre temas como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que eram denominados de “programetes” ou “pílulas”. Dentro desse conceito de pequenas mensagens diluídas na programação foram implantados na programação o “Educativa e a Cidadania”, “Sala de Leitura”, “Minuto Saúde”, “Educativa e o Meio ambiente”, “Minuto Legal”, “Explique & Descomplique”, Agente da História, entre outros. O “Agente da História”, por exemplo, permite a um cidadão contar sua trajetória de vida. Os personagens são pessoas “comuns”, que nunca foram autoridades, mas que foram decisivas, pelas suas histórias de vida, no processo de construção de Campinas. (ROLDÃO, 2009)

Nos primeiros quatro anos de operação da Educativa FM de Campinas, no entendimento da ex-diretora, os programas que mais traduziram a missão da sua rádio como emissora pública, educativa e cultural, entre outros, foram “Maluco Beleza”, produzido e apresentado por usuários da saúde mental, “Momento Musical”, de música erudita, “Ponto & Vírgula”, abordando o cotidiano escolar, com participação da comunidade), e os programas jornalísticos em geral.

Para a construção da grade jornalística, a inspiração também veio da Cultura de São Paulo, com base nas suas conceituações e linhas para o jornalismo público. Ivete Roldão, na entrevista, chega a lembrar o Guia de Princípios para Jornalismo Público da TV da (FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, 2004). Cultura paulista, defendendo sua aplicação também ao rádio.

A grande diferença entre as televisões públicas e as televisões privadas está na convicção daquelas de que o gosto do público deriva da oferta e

não da demanda. Isso é definitivo. Qualidade não é o que a audiência diz que é qualidade. Qualidade em televisão é tudo aquilo que promove a elevação do ser humano em suas programações. Elevação é o contrário do rebaixamento, as que estão condenados todos aqueles, que se submetem aos parâmetros exclusivos dos critérios de audiência, impostos pelo mercado. (ROLDÃO, 2009)

Nos dias de hoje, a Educativa FM de Campinas, segue buscando cumprir “sua missão de emissora pública, de vocação cultural, educativa e de prestação de serviços”, conforme o folder de divulgação da rádio. Missão que vem sendo seguida desde sua primeira transmissão, assegura. Na programação, permanece a maioria dos programas da primeira grade regular, como “Acorda Viola”, de música sertaneja e regional de raiz, “Bom dia Campinas”, de jornalismo cidadão com o noticiário do dia, intervenções da reportagem ao vivo e prestação de serviços, e “Maluco Beleza”, com produção e apresentação dos usuários do serviço de saúde mental. Outros mudaram de denominação e/ou de horário, sofreram alterações de forma e pauta, mas mantêm as bases de seus projetos iniciais. Entre estes está Intermezzo, o espaço da música erudita que continua com as três horas de duração, porém, agora, aos domingos, das 19h às 22h.

Ainda nos anos 90, é de ressaltar, como uma das consequências da busca destas emissoras de transmitirem com um perfil de rádio público, a criação da SOARMEC – a Sociedade dos Ouvintes da Rádio MEC do Rio. Em entrevista ao site da entidade, o radialista Luiz Carlos Saroldi, que foi produtor e apresentador da emissora naquele período depois de passar pelas Rádios JB e Nacional, descreve o clima na MEC e também como se chegou à implantação da Sociedade.

Para mim era muito visível certo clima de serviço público na Rádio MEC, porque eu vinha de muitos anos em empresa particular. [...] Mas nesse momento eu ainda digeriria o trauma de ter visto a JB acabar, contabilizava outros naufrágios, como o da Nacional, e sentia não ser impossível que o mesmo acontecesse à Rádio MEC, por qualquer acidente de percurso. Imaginava como seria se os ouvintes não fossem apenas receptores, mas se houvesse alguma forma de participação deles em favor da emissora que sintonizam, como acontece em outros países. Se isso é mais utópico com relação às emissoras comerciais, não parece contrariar a filosofia das emissoras públicas ou oficiais, ao contrário. Daí começou a surgir a idéia de uma coisa que nunca foi tentada entre nós, e assim nasceu a Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC,[...]. Mas em abril de 92 a Sociedade já estava de pé, para

dar a oportunidade da sociedade civil se manifestar com relação ao rádio. [...] Felizmente as nossas conversas frutificaram no sentido de tentarmos mostrar a possibilidade da sociedade civil se envolver no assunto rádio, apoiar uma emissora tentando preservar o que constitui a sua característica, a sua filosofia básica, a sua essência - no caso da Rádio MEC, o rádio educativo, uma raridade entre nós, porque só tem mesmo a Rádio MEC fazendo isso e mais algumas emissoras universitárias espalhadas pelo Brasil, quase todas lutando com todo tipo de carências. [...] E a repercussão da Sociedade de Amigos da Rádio MEC provou que havia um espaço, tanto que acorreram pessoas que, na verdade, nem conhecíamos, [...]. Entre as propostas trazidas pela Sociedade de Amigos Ouvintes da Rádio MEC havia uma que frutificou e que era exatamente contra a rotina dos programas gravados. Tudo era gravado - as pessoas não sabiam mais fazer programas ao vivo, economizando fitas, evitando desperdício de tempo, de operadores e tudo mais - e essa proposta frutificou. Tanto que, hoje, a própria Rádio mantém o Ao Vivo entre Amigos, e outros programas do gênero no auditório sinfônico. (SAROLDI, 2009)

Os programas de auditório são ainda hoje uma realidade na Rádio MEC e lotam a cada edição. Um dos mais concorridos da emissora é justamente o “Ao Vivo entre Amigos”, programa musical ao vivo, como seu título já anuncia, com apresentação de músicos, especialmente cariocas. Os ingressos ao público, gratuitos, são muito disputados, a cada edição, ao serem distribuídos na entrada da emissora ou nos locais públicos, como o teatro ao ar livre do Arquivo Nacional, de onde eventualmente também são transmitidos os programas. Normalmente, o “Ao Vivo entre Amigos” é veiculado diretamente do auditório principal da Rádio MEC, localizado na sua própria sede.

A emissora também conta com um estúdio sinfônico, dotado de uma abertura propícia à entrada de instrumentos musicais de grande porte como um piano de cauda. O estúdio sinfônico é mais adequado à apresentação de orquestras, por exemplo, e de gravação de discos. Embora tenha sofrido, como todas as emissoras do segmento, com as discontinuidades de preservação, sustentação e de modernização, a MEC RJ, pela sua estrutura, denota que não apenas na atualidade, mas em muitos de seus períodos de maior produção, procura manter-se capacitada para funcionar como emissora com alto grau de produção própria e de qualidade. Uma capacitação realmente necessária a uma rádio que se pretende pública e produtora de programação educativa-cultural voltada aos interesses da sociedade.

Entre as universitárias, mais uma que entra no ar nesta década de 80 é a Rádio Universidade FM, ligada à UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Sua outorga em frequência modulada foi concedida em 1984. Mas só iniciou oficial e regularmente suas transmissões em 21 de outubro de 1986, vinculada à Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA – FSADU, criada especificamente para ser mantenedora da rádio. A emissora, já nos seus primeiros anos, começou a se envolver com as produções conjuntas das rádios educativas, participando das edições da Rede Universitária de Rádio. Em 1995, sediou a cobertura da SBPC realizada no Maranhão. Embora não seja associada à ARPUB, mantém parcerias com a entidade e suas emissoras. E praticamente desde sua entrada no ar participa de todos os encontros e debates promovidos pelas e para as rádios públicas. Seu “slogan” traduz o alinhamento que buscou desde o início de suas operações: Difundir a cultura e a educação é a sintonia da Universidade FM.

Para o diretor-executivo da Rádio Universidade, Arnold Filho, além de um veículo de comunicação, a Rádio é um campo de estágio para os alunos da UFMA e um ponto de comunicação ligado à cultura e às artes. “Nós temos hoje, em média, 40 estagiários, incluindo curriculares (obrigatórios) e remunerados extracurriculares, o que faz com que a Rádio atue também com atividades de extensão”, (ARNOLD FILHO, 2009), informa em entrevista publicada no sítio da Universidade Federal do Maranhão

Conforme o sítio da estação, “a Rádio Universidade é reconhecida pela valorização da cultura local, através da propagação de músicas e divulgação das ações desenvolvidas pelos nossos agentes sociais”, (RADIO UFMA, 2009) mas sem deixar de considerar os contextos nacional e internacional. Na sua apresentação, a emissora ainda considera determinante para a sua consolidação a produção jornalística. A estação transmite informações de utilidade pública “com uma linguagem adequada, dentro da dinâmica de uma emissora FM.” Neste espaço de programação, destaca as suas já tradicionais coberturas dos vestibulares.

O coordenador de jornalismo da Rádio Universidade, Adalberto Mello (2009)<sup>24</sup>, esmiúça assim a prática jornalística desenvolvida pela emissora:

---

<sup>24</sup> Em entrevistas à autora em outubro e novembro de 2009

Em relação à programação jornalística, partimos do princípio de que uma rádio pública deve ser também plural, no que diz respeito às diferentes correntes político-partidárias, tem como base o interesse público da notícia, abre espaço para opinião e participação dos ouvintes, sobre os mais diferentes temas, mantém uma linha editorial independente. Priorizamos assuntos relacionados à educação, cultura e temas ligados à infância e juventude, isso sem falar da prestação de serviço. A duras penas, nos últimos 10 anos, temos desenvolvido ações nesse sentido. Para realizarmos essas atividades, um dos maiores empecilhos é a falta de recursos humanos. O departamento de Jornalismo é formado por apenas um jornalista (que é coordenador e executor, ao mesmo tempo) e 7 alunos (estagiários) dos cursos de Jornalismo e Rádio e TV. (MELLO, 2009).

O jornalista e radialista caracteriza sua emissora como uma “rádio educativa pública”. Mas não a defende como efetiva e totalmente pública, porque muitas vezes desempenha um papel elitista que o incomoda. Além disso, segundo ele, “por vezes os interesses pessoais da reitoria, ou do departamento comercial da rádio, estão acima do dever jornalístico de uma emissora pública.” Ainda assim, considera que a Universidade conta com programas em sua grade, que justificam, em parte, o título de rádio pública.

Entre estes programas, destaca os seguintes como os que mais traduzem uma linha de busca de programação de emissora pública:

**Santo de Casa** – único programa diário, no estado, destinado a divulgar a cultura do Maranhão. Tem duração de 60 minutos e é produzido com entrevistas com artistas, compositores, produtores culturais, veiculando exclusivamente músicas maranhenses;

**Rádio Ciência** – também único programa de divulgação científica do estado. Com cinco minutos de duração, é veiculado em duas edições diárias, sendo a segunda a rerepresentação integral da primeira. Foca destacadamente as pesquisas realizadas na Universidade Federal do Maranhão;

**Acontece na UFMA** – programete voltado para divulgar ações desenvolvidas ou apoiadas pela Universidade Federal do Maranhão;

**Rádio Opinião** – programa diário de entrevistas sobre os mais variados temas, com duração de 20 minutos;

**Rádio Cidadã** – programete que trata de assuntos relacionados ao exercício da cidadania, em especial direitos constitucionais e do consumidor.

Já os programas que, na opinião de Mello, mais fogem da linha adequada à uma rádio pública estão principalmente na grade musical da Universidade. São eles:

**Tarde 106** – por se tratar de um “vitrolão” com duração de quatro horas. Ou seja, veiculação direta de músicas apenas com anúncio e desanúncio;

**Em dois tempos** – execução de duas músicas - uma recente e uma antiga - do mesmo artista ou banda. Mas sem agregar qualquer informação sobre os artistas ou mesmo as composições que permita ampliar o conhecimento.

**Destaque 106** – programa de “flash back” que vai ao ar de 6h às 9h de sábados e domingos, com menos informação ainda sobre as músicas rodadas, seus intérpretes e compositores. Sem locução, não informa nem mesmo quem são. Conta somente com a operação de áudio;

**O samba pede passagem** – programa de samba e pagode. Destina-se muito mais a divulgar as agendas de apresentação de grupos de pagode da cidade, mas que também não agrega informação de qualidade às músicas executadas. É transmitido aos sábados e domingos, de 12h às 14h.

Mesmo com estas avaliações de dificuldades e de não adequação, o sítio da emissora exhibe a certeza de que nos seus já 22 anos de existência, a Universidade consolidou sua “atuação na sociedade como rádio educativa, oferecendo produtos que fomentam a cultura maranhense.” Também se constituiu em

importantes pólos na formação dos profissionais de comunicação da UFMA, ao disponibilizarmos um campo de estágio qualificado que beneficia os alunos do Curso de Comunicação Social da UFMA, das habilitações de Rádio e TV, Jornalismo e Relações Públicas, além dos alunos de Biblioteconomia, Artes e Letras que

desenvolvem atividades de arquivo na discoteca, e de Ciências da Computação, Engenharia Elétrica e Desenho Industrial. (RADIO UFMA, 2009).

Como se pode observar na grade da Rádio Universidade da Federal maranhense, sua programação expressa preocupação em estimular a cultura regional, em especial na música. É uma das poucas emissoras do antigo segmento educativo que não abre espaço à música clássica, embora dedique a maior parte da grade à programação musical. O que evidencia mais fortemente são linhas em busca de popularizá-la e de aproximá-la da realidade sócio-cultural de sua audiência.

Apesar deste movimento ao encontro de seus ouvintes, da comunidade onde está inserida, tão defendido para emissoras que querem ser públicas, dependendo do tipo de música e/ou do gênero e formato dos programas, seu perfil acaba semelhante às programações das rádios comerciais. Além disso, em alguns dos programas nem mesmo oferece informações mínimas sobre as músicas rodadas, o que, realmente, a transforma num verdadeiro “vitrolão”<sup>25</sup>.

No final dos anos 90, é de se ressaltar também uma experiência de parceria informal - o Circuito Alternativo de música -, que embora tenha envolvido um número pequeno de emissoras e, por isso mesmo, não permaneceu, foi bastante criativa. De outras formas já havia sido tentada antes e hoje, principalmente quando, sob o comando da ARPUB, parte de suas emissoras associadas promove coberturas conjuntas de festivais e feiras musicais, intercâmbio de programas do gênero e a própria Associação desenvolve projeto para realizar o seu I Festival Nacional de Música, com etapas em 10 estados e uma final nacional.

Já abordado anteriormente neste subcapítulo como uma das atrações da grade transformada da FM Cultura de Porto Alegre a partir de 1999, o Circuito Alternativo foi um projeto formulado pela Rádio Universitária de Goiás e oferecido às emissoras do

---

<sup>25</sup> “Vitrolão” é um jargão disseminado no meio radiofônico no período pós-televisão, a partir do final da década 50, quando o veículo pareceu destinado à obsolescência. Inclusive chegou a ter seu desaparecimento decretado pela concorrência da tv. Enquanto não encontrou novos caminhos para sobreviver, na década de 60, o rádio brasileiro, na sua maioria, passou a irradiar programações quase que exclusivamente musicais, funcionando como se fosse uma mera eletrola, o aparelho de som para rodar discos na época. Era também chamado de vitrola devido à marca de uma linha destes aparelhos, a Victrola. Este período da radiofonia nacional, por isso, ficou historicamente cunhado como a “fase do rádio vitrolão”.

segmento com um conceito bastante horizontal e democrático de intercâmbio educativo, cultural e musical.

Num programa diário, a cada semana as rádios integrantes do projeto rodavam CDs de músicos, compositores, intérpretes de um dos estados das emissoras participantes, preferencialmente os independentes, iniciantes ou desconhecidos popularmente e sem espaço na mídia comercial. As estações enviavam os CDs de seus músicos umas para as outras. E além de divulgarem a produção cultural local, buscavam tornar acessível aos ouvintes interessados a aquisição dos discos rodados. Para isso, pelo projeto, as emissoras eram ainda responsáveis por conseguir que alguma loja entrasse na parceria para a venda dos CDs. Além da idealizadora do Circuito Alternativo, a Universitária de Goiás, por quase três anos, mais quatro rádios participaram: a Educativa do Mato Grosso do Sul, a Cultura de Brasília e a Educativa do Paraná.

Outro destaque deste período é a consolidação e disseminação de uma prática de programação iniciada pelas mais antigas, especialmente pelas referenciais Rádio MEC do Rio de Janeiro e Cultura de São Paulo: os convênios para retransmissão de programas de emissoras internacionais públicas como a inglesa BBC, a holandesa Netherlands, a alemã Deutsche Welle e francesa Rádio France, principalmente. Lembramos que a BBC foi a maior inspiradora das brasileiras do segmento, em especial das duas líderes MEC e Cultura de SP quando entraram no ar com suas FMs.

No caso destas parcerias para retransmissão das produções internacionais de emissoras públicas, este segmento brasileiro acabou influenciando o sistema comercial. Mais recentemente rádios comerciais também passaram a manter convênios com estas estações estrangeiras. Mas foi mesmo no grupo das educativas/estatais/públicas que a experiência efetivamente vingou e alcançou a maior parte. A justificativa em praticamente todas é a mesma da FM Cultura de Porto Alegre:

As produções dessas emissoras passaram a ser veiculadas na FM Cultura – incluindo noticiários, crônicas, reportagens, até concertos, programas musicais e documentários. Essas produções garantem à FM Cultura uma completa cobertura internacional. E o que é melhor para sua audiência: tudo com um outro olhar sobre o que acontece no mundo, já que a BBC e a Rádio Nederland têm uma linha diferenciada que, assim como a FM Cultura, busca a pluralidade e a democracia na



comunicação, em atendimento ao interesse público. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2002, p. 64)

## 7. QUINTA FASE: EM BUSCA DO SISTEMA DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA

*O Rádio é uma arma. As palavras de Brecht voltam como desafio/acusação: temos diante de nós um instrumento capaz de falar. É claro que sabemos que ele está nas mãos daqueles que, em benefício de sua classe, preferem-no como instrumento de silêncio ou de mentira. Mas saberemos ou não conquistá-lo e fazê-lo falar? Ou não teremos nada a dizer?*  
Fernando Peixoto (1980, p. 10)

### 7.1 Construindo o rádio público pela programação

Chegamos aos anos 2000. O setor brasileiro da radiodifusão, que inclui televisão e rádio, vive uma fase de efervescência, dentro de toda a área das comunicações. Com o avanço e consolidação das novas tecnologias, um dos grandes debates e desafios é o da implantação dos padrões digitais de TV e rádio. Acirra-se também o debate e a movimentação para a implantação do sistema público da radiodifusão, embora a Constituição de 88 continue sem regulamentação neste quesito. A legislação específica para o setor também segue defasada e o há muito reivindicado novo marco regulatório para toda a área das comunicações igualmente permanece apenas no plano de reivindicação e debate.

As emissoras universitárias ensaiam nova movimentação de organização conjunta principalmente por conta da disposição do governo federal de passar para a Radiobrás o papel de coordenar e concentrar as novas outorgas àquelas vinculadas às universidades federais. Ao mesmo tempo, é criada a ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil. E ao instituir a EBC com a TV Brasil e uma superintendência de rádio, o governo federal argumenta estar construindo o sistema público. Também convoca 1ª Conferência Nacional de Comunicação, uma reivindicação histórica dos movimentos sociais, especialmente os ligados à defesa da democratização na área. E a maioria das emissoras públicas se faz presente ativamente em todas estas questões e iniciativas.

A digitalização no rádio já havia iniciado na fase anterior, na produção. Neste período, predominam, então, o debate e testes do padrão a ser adotado no Brasil, a reboque das definições para a televisão digital, decididas e com implantação iniciada já em 2006.

Em 2007, um grupo de pesquisadores da Intercom lançou documento propondo critérios para adoção de padrão adequado ao país e que possibilitasse democratização na radiofonia, gerando polêmica com o MiniCom, que desconsiderou as sugestões.

Mas atualmente, na página do Ministério das Comunicações há uma chamada pública para testes, com critérios que incluem algumas orientações do documento. Também está em andamento no Laboratório de Pesquisas da UnB, o Lapcom, sob a coordenação dos pesquisadores e professores Nélia del Bianco e Carlos Eduardo Esch, um mapeamento das emissoras brasileiras quanto à digitalização. Com apoio da ARPUB, igualmente realizam um recorte específico na pesquisa voltado às rádios públicas.

Os padrões em análise no Brasil são o IBOC – “In-Band On-Channel” e o DRM – “Digital Radio Mondiale”. O IBOC é norte-americano e conforme DEL BIANCO (2009, p. 1-15), nos testes apresentou problemas técnicos como “delay”, dificuldades para uso do mesmo canal em duas transmissões. Além disso, é um sistema caro, que não altera oferta do espectro, mantendo o atual modelo de concentração. Nos EUA, só 10% emissoras aderiram ao IBOC e apenas 0,15% consumidores adquiram o receptor.

O DRM é europeu. Testes com este modelo constituem um processo moroso e caro. O modelo apresentou pane no AM e só recentemente foi desenvolvido o DRM + para FM. Na Europa, também não vingou.

Nos debates durante o recente Seminário e III Encontro Nacional de Rádios Públicas, os representantes das emissoras analisaram que é cedo para decidir, que é preciso mais debate, num amplo processo com todos segmentos da sociedade interessados. Em tese que aprovaram para encaminhar à Confecom, reivindicaram que a definição do padrão digital de rádio não leve em conta não apenas critérios técnicos, como a qualidade de sinal, multiprogramação, transmissão de dados. Mas também, entre outros, o custo operacional, flexibilidade, modelo de transmissão, democratização do acesso aos novos canais, a qualidade e diversidade do conteúdo, o interesse

público, o modelo de negócios, a pesquisa e desenvolvimento científico nacional.

Conforme a tese da ARPUB, não se deve descartar a possibilidade de um sistema brasileiro de rádio digital, numa combinação híbrida, por exemplo, adotando o DRM, mas agregando tecnologia nacional. As emissoras também resolveram solicitar condições para que consórcio europeu DRM faça testes no país.<sup>26</sup>

Junto com esta grande transformação, outra é aprofundada e gestada com mais força e envolvimento deste grupo de emissoras: a busca de compor o sistema público. E mais estas estações proclamam que, com suas programações, efetivamente atendem ao interesse público a que deve estar a comunicação, em especial emissoras não comerciais .

No início dos anos 2000, as Universitárias tentam, novamente, uma articulação. A partir da direção da Rádio da UFRGS, a professora Sandra de Deus rechaça a coordenação da Radiobrás e defende, para estas emissoras, que se articulem em busca do “fortalecimento de suas propostas educativas, sociais e culturais”, através de seu uso como laboratório de ensino de jornalismo, divulgação e extensão da Universidade junto à sociedade e de uma programação que efetivamente cumpra sua função pública (DEUS, 2003, p.1-13).

O então presidente da Radiobrás, José Roberto GARCEZ (2009)<sup>27</sup>, avalia que as emissoras ligadas à instituição já vinham desde aquela época buscando um perfil mais público. Em entrevista durante nossa pesquisa, traçou a seguinte análise:

[...] durante a gestão da Radiobras a partir de 2003 buscamos construir uma programação pautada não pelo interesse na divulgação da posição oficial do governo. Ao lado da posição oficial do governo cada fato sempre deveria trazer a posição dos demais agentes envolvidos naquele tema. Assim, se o governo anunciava uma determinada política pública, sempre se deveria ouvir a opinião dos setores da sociedade diretamente envolvidos nela, sejam eventuais beneficiários, como áreas que deveriam avaliar e aplicar estas políticas. Outra característica fundamental desta busca de construção de um conteúdo público era a

<sup>26</sup> Ao ajustarmos esta Tese para sua versão final, o Ministério das Comunicações ainda analisava os dois padrões, o IBOC e o DRM, e não havia tomado uma decisão. Isto embora antes de se descompatibilizar do governo para concorrer nas eleições deste ano, o Ministro Hélio Costa tenha publicado em 30 de março a Portaria nº 290/2010, instituindo o Sistema Brasileiro de Rádio Digital – SBR. A portaria traz as grandes diretrizes que devem nortear a constituição do sistema, mas ainda sem definir o padrão. (FNDC, 2010). A portaria está disponível em [http://www.fndc.org.br/arquivos/portaria\\_no\\_290.pdf](http://www.fndc.org.br/arquivos/portaria_no_290.pdf)

<sup>27</sup> Em entrevista à autora em outubro de 2009.

absoluta despersonalização do noticiário. O importante era apenas a informação da ação pública praticada a partir de uma política pública definida e não o agente público (ministro ou outra autoridade) que praticava esta ação. No entanto, esta dimensão pública da programação das emissoras da Radiobrás naquele período estava evidentemente limitada pelo fato de que a garantia de sua aplicação e de sua continuidade era a direção eventual e passageira da empresa. Não havia a institucionalização de mecanismos de controle social sobre essas determinações. A criação de mecanismos deste tipo é o grande avanço da EBC em relação a Radiobrás. (GARCEZ, 2009)

E quanto às rádios federais, inclusive as operadas por universidades, Garcez, hoje diretor de serviços da EBC, explica estas emissoras têm suas concessões pertencentes à Empresa Brasileira de Comunicação. Trata-se uma exigência legal, porque a empresa é o único ente da estrutura do poder executivo federal autorizado a operar emissoras de rádio e televisão. Assim, a EBC pode ter um canal de rádio ou televisão e manter um contrato com uma universidade para operá-la.

Hoje são mais de 30 emissoras deste tipo. Estamos na etapa inicial para a construção de um projeto para o conjunto destas rádios. Recém estamos concluindo a etapa de montagem da Rede Nacional de Televisão Pública e estamos iniciando o processo de ouvir as emissoras públicas de rádio, especialmente as operadas por universidades federais, para construir conjuntamente este modelo que não tem paradigma no cenário da comunicação brasileira. (GARCEZ, 2009)

Depois de instituir a TV Brasil, que diz ser pública, criando a EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, em 2007, o governo federal também busca liderar a constituição do Rádio Público. Especialmente sob o comando da ARPUB e da Radiobrás, foi realizado o I Fórum Nacional de Rádios Públicas, em novembro daquele ano. No evento, o governo Lula apresenta sua proposta de constituição de um “Sistema de Rádio Público”. E poucos meses depois, institui, na EBC, a Superintendência de Rádio, nomeando para comandá-la o diretor da Rádio MEC do Rio de Janeiro e presidente da ARPUB, Orlando Guilhon.

Em outubro de 2009, ARPUB e UnB, com apoio da EBC, promovem o Seminário e III Encontro Nacional de Rádios Públicas, onde a programação destas emissoras é um dos principais pontos de debate. Em palestra no evento, o vice-Presidente da Associação, Mário SARTORELLO (2009), diretor da Educadora da Bahia, emissora do

IRDEB, defende que o sistema brasileiro de rádio público ainda está em construção e que como o rádio é local, não tem sentido se basear num conceito de “cabeça de rede”. Segundo ele, pode ter uma espinha dorsal, mas deve respeitar as especificidades e diversidades locais.

Principalmente em relação à programação, apresenta iniciativas conjuntas que cerca de 60 emissoras ligadas à ARPUB desenvolvem: trocam conteúdo pelo Projeto Conexão Brasil e spots e campanhas distribuídos pela Associação, além de programas especiais, produzidos por algumas das rádios parceiras e veiculados por todas. Também vêm promovendo coberturas conjuntas, em “pools” ao estilo Rede Universitária, nas quais as rádios envolvidas não apenas transmitem, mas se integram igualmente à produção.

Com este perfil, já foram realizadas coberturas do Fórum Social Mundial, VII Feira de Música de Fortaleza, Porto Musical, Festival Multimídia UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), Feira Música Brasil e I Confecom. E em fase de organização e preparação estão, entre outras, produções em parceria como I Festival Nacional de Música da ARPUB, a ser promovido em 10 estados, culminando com uma etapa nacional, o I Concurso de Produção de Programas Radiofônicos, o Projeto 'Memória do Rádio', juntamente com o Fórum da Cultura Digital Brasileira, e um Jornal em Rede.

Tanto a direção da ARPUB quanto da EBC têm evitado chamar de rede as suas propostas de organização coletiva destas emissoras e de suas produções conjuntas, preferindo adotar a denominação sistema por entender que este expressa mais claramente as suas concepções de operações e produções conjuntas com horizontalidade, pluralidade e democracia. Na entrevista para a presente tese, o diretor de serviços da empresa explica a compreensão que norteia o seu trabalho neste sentido:

Sem entrar em discussão semântica, preferimos usar a denominação sistema de rádio. Sistema radiofônico geralmente caracteriza-se pela emissão de uma programação simultânea entre várias emissoras. Esse evidentemente não pode ser o caso das emissoras de rádio, pois elas devem privilegiar as programações locais. No entanto, podemos, no âmbito do conteúdo, programar ações conjuntas e propor coberturas comuns. No aspecto da gestão devemos incentivar a criação de mecanismos de controle social em cada comunidade na qual a emissora

está inserida. Outra preocupação é com a abertura de espaços para a produção de conteúdo das próprias comunidades. Hoje, com a facilidade da produção de conteúdo por qualquer cidadão, devemos abrir espaços da programação para a comunidade. (GARCEZ, 2009)

Ao proferir palestra no Seminário e III Encontro destas emissoras na UnB e debater com representantes das rádios participantes, Sônia Virgínia MOREIRA (2009), pesquisadora sobre a radiodifusão pública na América Latina, afirmou que com a multiplicação de canais propiciada pela revolução digital, “a tendência é que a audiência tenha mais opções na escolha do meio.” Por isso, alertou que “o conteúdo das emissoras públicas precisa reforçar os pontos de conexão e de reconhecimento mútuo.”

E como estratégias entre emissoras para fazer frente aos desafios que devem enfrentar no contexto contemporâneo, entre outras, destacou a transmissão em rede e intercâmbio de programações. Ou seja, linhas e concepções de produção e programação que as emissoras, como foi possível observar nesta pesquisa, vêm experimentando na maior parte da sua história. Mas que, na atualidade, precisam cada vez mais se tornar prática cotidiana, nos seus mais diversos formatos, faixas e temáticas, e sob conceitos de parcerias igualmente mais horizontais, plurais e democráticas.

## **7.2. Algo de novo no ar na atualidade?**

Os debates e as transformações das emissoras autoproclamadas públicas, em especial nos últimos anos começaram e têm se destacado no que se relaciona às televisões. Mas as rádios terminam por seguir as linhas editoriais e modelos conceituais de programação adotados pelas TVs. Não apenas porque tanto estas quanto as outras estão inseridas no mesmo segmento das comunicações denominado radiodifusão. Mas até porque boa parte das estações radiofônicas, principalmente no caso das escolhidas como recorte maior deste trabalho, está vinculada a fundações e/ou empresas em que os carros-chefes são as televisões. Por isso, trouxemos para as análises desta fase inclusive as linhas e modelos atribuídos às TVs às quais estão vinculadas a Cultura de São Paulo e a MEC do Rio de Janeiro.

Jorge da Cunha Lima, por muitos anos presidente da Fundação Padre Anchieta

e hoje presidindo seu Conselho Curador, por exemplo, dá o tom que tem definido a programação da Cultura paulista. Para ele, a diferença entre as programações de emissoras comerciais e públicas está justamente no conceito de informação e conhecimento.

[...] na comercial, assistimos ao espetáculo da notícia. Na pública, não veiculamos o espetáculo, mas, sim a compreensão do acontecimento. [...] Na comercial, temos pura e simplesmente informação. [...] Na pública, disseminamos conhecimento para a formação. [...] Na pública, quem processa é o telespectador, transformando o “produto” em conhecimento. [...] Há uma mediação da inteligência. [...] (CUNHA LIMA, 2007)

Para Cunha Lima, desta forma as programações das emissoras transformam o espectador em cidadão. Laurindo LEAL FILHO (2007), um dos formuladores e estudiosos brasileiros de destaque em relação à radiodifusão pública, avalia que ainda não temos emissoras efetivamente públicas. Ele atribui à TV pública, por exemplo, um papel civilizatório da TV brasileira. Papel que se pode atribuir também ao rádio público.

[...] o mais importante: oferecer ao público programas de qualidade em toda sua grade horária e não apenas em alguns momentos, como fazem esporadicamente algumas redes comerciais. Com isso estaria sendo dada oportunidade ao público de experimentar e de se acostumar com o “biscoito fino” no dizer de Oswald de Andrade. Sem conhecer o que é bom difícil exigir o melhor. O resultado de uma programação desse tipo seria não apenas de dar diretamente ao público o melhor da arte, da cultura e da informação existentes no país, mas também o de levar a televisão comercial a rever seus padrões. (LEAL FILHO, 2009, p. 70)

Ou seja, aí está resumido um dos moldes diferenciados de programação que se propugna para o rádio público. Este segmento é que deveria pautar a programação e sua formatação na radiofonia comercial. E não o contrário como historicamente mais tem ocorrido na trajetória da radiodifusão brasileira.

No perfil disponível em seu site, a própria Cultura AM se apresenta “como emissora pública preocupada com as novas tendências do rádio”. E informa que a partir de 1989, “buscando uma nova identidade, procurou oferecer uma alternativa mais musical e cultural, diferente das emissoras comerciais”.

Ao mesmo tempo, faz questão de afirmar que não abandonou sua “vocação educativa” e neste sentido, criou novos programas como “Nossa Língua Portuguesa”.



Mas não faz qualquer menção ao gênero jornalístico, deixando claro que sua programação tem como carro-chefe os segmentos musical e artístico-cultural. Ratifica esta linha editorial ao definir o seu perfil de audiência, ao informar que “está adaptando a sua programação musical, voltando-se mais e mais para a terceira idade e passando a oferecer serviços culturais específicos”.

Na grade da Cultura AM, em 2008, é possível encontrar como maior tradução destes balisadores apenas as linhas ditadas no perfil anunciado pela emissora no seu site. Os programas musicais e artísticos-culturais se sobressaem e ocupam a maior parte da grade. Jornalismo estritamente noticioso vamos encontrar apenas diluído e somente no programa “Música e Notícia”, das 7h às 9h da manhã. Mas se considerarmos a ampliação de radiojornalismo para informação radiofônica apresentada por MEDITSCH (1999, p 20-22), podemos entender que a Cultura AM tem transformado sua programação em busca de se constituir, inclusive no jornalismo, como veículo público. Isto mesmo que lentamente e enfrentando outros limitadores<sup>28</sup> que não a definição de sua vocação pública.

A mesma análise aplica-se à Cultura FM que, desde a sua entrada no ar em 1977, privilegia a música, a arte e as manifestações culturais. E enquanto a AM concentra sua programação musical na MPB, a FM faz da erudita seu carro-chefe. Em 2008, somente nos “Manhã Cultura”, programa veiculado das 8h05 às 10h, e “Tarde Cultura”, das 15h05 às 18h, ouve-se notícia, além de agenda, informações sobre a cidade em meio a música leve. Mas, também na FM, informações variadas sobre, por exemplo, cinema, podem ser compreendidas como radiojornalismo no sentido mais amplo aqui adotado. Na FM, ainda se inclui neste segmento o programete de cinco minutos “Observatório da Imprensa”, com comentários de Alberto Dines avaliando as coberturas jornalísticas da mídia em geral.

Na FM da Cultura paulista na atualidade também vamos encontrar definições ao encontro de uma tendência contemporânea na frequência modulada, a de se distanciar um pouco do perfil inicial de ser exclusivamente musical. Aos poucos as FMs passam a

---

<sup>28</sup> Eduardo WEBER (2008, entrevista à autora), coordenador de programação das emissoras AM e FM da Cultura de São Paulo, cita um problema que pode ser encarado como limitador. Segundo ele, a AM está com dificuldades de sinal devido à necessidade de atualização do transmissor. A rádio tem recebido muitas reclamações dos ouvintes que enfrentam problemas para sintonizá-la.

incluir mais jornalismo nas suas grades. E nas públicas esta abertura de espaço à informação jornalística tem sido um pouco maior, com certeza porque, pelos seus objetivos e missão, o seu radiojornalismo também precisa ser diferenciado, mais aprofundado, analítico, plural e principalmente, gerador de novas informações e compreensões, entre outras diferenciações em relação às emissoras comerciais.

Fato, repercussão e análise formam o tripé que baseia o jornalismo da Cultura FM, segundo a edição de maio de 2007 do guia de programação da rádio distribuído aos ouvintes, com base em entrevista com Marco Antonio Gomes, então coordenador da área jornalística da emissora.

Durante muito tempo, dizia-se que a principal agência de notícias em rádio era a “gilete press” – uma referência ao hábito que os profissionais do veículo tinham de utilizar a mídia impressa como fonte, recortando e reescrevendo o noticiário publicado pelos jornais diários. [...] na Cultura FM, a “gilete pres” não tem vez. [...] Procuramos, sim, fazer o que não é feito por aí, que é gerar novas informações. Nos últimos anos, o jornalismo tem se consolidado em uma emissora habitualmente dedicada à programação musical. O resultado foi ganhar fôlego e confiança para coberturas de maior de maior envergadura. (GUIA DO OUVINTE CULTURA FM, 2007, p. 8)

Assim como detectamos em várias outras FMs do segmento, coberturas jornalísticas tem se disseminado na emissora paulista. Na área do jornalismo cultural e musical, é citada a que acompanhou a Orquestra Sinfônica de São Paulo em turnê européia, com boletins de repórter diretamente dos locais de apresentação e programas de balanço e análise. Mas também coloca exemplos de coberturas em outras áreas:

A primeira delas foi a da invasão israelense do Líbano. Mesmo sem ter correspondentes internacionais, a emissora conseguiu transformar os personagens da crise em atores, e fazer uma cobertura diferenciada, com foco nas crianças. Depois de 30 dias de cobertura, *Atenção Brasil* fez uma edição especial, retrospectiva. E ainda foi gerado um subproduto, o CD *Crianças da Guerra*, com o resumo da cobertura.[...] Outra matéria especial de grande repercussão foi sobre o processo de reforma agrária. Visitamos dois assentamentos do Incra [...]. A exemplo do que ocorreu com a cobertura da crise do Oriente Médio, também esta matéria foi transformada em CD. O título: *Terra de Ninguém*. [...] A atenção para temas distantes de São Paulo não significa descaso com assuntos locais. Toda a equipe foi mobilizada para cobrir o acidente nas obras da linha 4 do metrô, em janeiro deste ano. (GUIA DO OUVINTE CULTURA FM, 2007, p. 8-9)

Retornando à Cultura AM, também em 2007 podemos observar uma tentativa de volta ao começo do rádio educativo na emissora, mas com adequações à atualidade. No mesmo Guia do Ouvinte da estação, edição 233 de maio de 2007, anuncia-se “uma forte reestruturação” e que com a ampliação da cobertura do sinal com um novo transmissor, “a emissora agora vai centrar foco na educação”.

[...]A Cultura AM desenvolveu seu primeiro projeto educacional em 1970, com o pioneiro Curso Supletivo do Primeiro Grau, que integrava as transmissões do Projeto Minerva para todo o país. Contudo, a idéia, agora, é diferente. A Cultura AM não será uma emissora educativa, ou seja, não vai transmitir radiocursos, como no passado. O projeto é ter educação como assunto principal da programação, voltada, então, para professores, pais e alunos de escola pública. Para tanto, serão criados dois programas novos: um na área do jornalismo, outro na dramaturgia. O Jornal da Cultura AM será uma versão para a emissora do Atenção Brasil, jornal diário da Cultura FM. ( GUIA DO OUVINTE CULTURA FM, 2007, p. 6-7)

Para observar as tendências atuais das programações jornalísticas das emissoras FM e AM da MEC do Rio de Janeiro, também recorreremos aos seus perfis, formulações e informações de seus dirigentes. Orlando GUILHON (2007), durante o I Fórum Nacional de Rádios Públicas, em novembro de 2007, no Rio de Janeiro, defendeu que estas emissoras têm obrigação de “oferecer uma informação de qualidade mais aprofundada, a diversidade cultural do nosso povo, enfim, fazer aquilo que a área privada não ousa fazer.”.

A presidente da EBC, Tereza CRUVINEL (2008), ainda no primeiro ano da recém criada Empresa Brasil de Comunicação, assegurava que a instituição será uma grande prestadora de serviço público e que o jornalismo é que dará sua identidade, como um jornalismo voltado ao interesse público. Que a rede em formação sob a liderança da EBC, tanto em televisão como em rádio, propõe-se horizontal, não buscando hegemonia das emissoras que hoje já a compõem, entre as quais se destacam a TV Brasil e no sistema de rádio, as estações Nacional AM e FM, de Brasília, a Nacional Amazônia, que opera em Ondas Curtas (OC), a Nacional AM e as MEC AM e FM, todas do Rio de Janeiro.

Apoiada nas definições destes seus dirigentes, a observação da grade das MEC

AM e FM do Rio de Janeiro leva a evidenciar que o radiojornalismo, se ouvido numa concepção mais estreita de noticiário, não sofre transformações de readequações necessárias pelo novo papel atribuído às emissoras. Também nestas estações referenciais a programação musical, seguida da artístico-cultural, predomina.

Mas se igualmente aqui a reflexão se assentar no conceito alargado de informação radiofônica, vamos entender que a prática do radiojornalismo na FM, além do boletim noticioso de cinco minutos veiculado nas horas cheias, das 8h às 17h, está presente também em programetes como o “Observatório da Imprensa” (o mesmo transmitido pela Cultura paulista), “Agenda Cultural MEC FM” e “Agenda Viva Musical”. Na AM, a situação é semelhante. Inclusive dois programetes jornalísticos, o “Observatório da Imprensa” e o “MEC Notícias”, são os mesmos tanto na AM quanto na FM.

Este era o panorama na programação informativa nas duas emissoras referenciais do segmento em 2008. E nas demais rádios evidenciadas como exemplos ao longo da nossa pesquisa, como já observamos em capítulos anteriores, a maioria manteve o perfil adotado especialmente a partir dos anos 90, ampliando o espaço jornalístico e buscando adequá-lo à sua autoproclamada missão pública.

Em 2009, a Rádio MEC AM passa a compartilhar alguns programas e coberturas com a Nacional, que a partir da instituição da EBC começa a ser recuperada e finalmente é chamada a, como emissora estatal, também cumprir um papel público. Embora a superintendência de rádios da Empresa Brasil de Comunicação inclua nove emissoras, a MEC Rio de Janeiro, agora em parceria com a Nacional também carioca, demonstra ter uma função destacada na construção do sistema, que deve começar por um Jornal de rede de uma hora (45 minutos nacionais e 15 locais para cada uma das rádios participantes). O projeto ainda está em gestação na superintendência.

Em entrevista, o superintendente GUILHON (2009)<sup>29</sup> faz questão de ressaltar que será produzido de forma compartilhada, sem cabeça de rede e sem padronizações. Segundo ele, para o que se está buscando construir não se deve usar a terminologia rede e, sim, sistema público radiofônico. De início, a EBC pretende desenvolver este sistema agregando as também as rádios das universidades federais, além das nove

---

<sup>29</sup> Em entrevista à autora em agosto de 2009.

rádios que já fazem parte da superintendência. Assim, só com as estações federais, o sistema seria integrado por 27 emissoras. Mas o objetivo é estimular a integração das demais públicas.

Nas faixas musicais e culturais das grades, atualmente continua-se a observar o grande peso à música popular brasileira e também à regional. E como sempre a definição, das próprias emissoras, de que rodam MPB de qualidade. Mas assim como acontece na montagem da sua grade diária de programação musical, as rádios não conseguem pronta e claramente definir o que é MPB de qualidade. No seu último encontro em Brasília, em 2009, o tema, já recorrente, voltou com força ao debate, com divergências, por exemplo, sobre veicular ou não Ivete Sangalo e outros cantores e compositores mais populares.

As FMs da MEC RJ e da Cultura de São Paulo permanecem como emissoras dedicadas à música clássica, com ênfase na erudita. Entre as demais, a maioria também segue com espaços para a difusão de programação musical deste gênero. Mas não com a mesma força dos seus primórdios, quando música erudita era símbolo de transmissão cultural. Hoje, estas programações musicais já apresentam experimentações, avanços no sentido de se popularizarem e, assim, formarem e estimularem a ampliação de públicos para a música clássica. Também já ampliaram o conceito de que clássico não é somente o erudito. E a referencial Rádio MEC foi pioneira nestas práticas inovadoras, como lembra um dos seus ex-produtores e diretores das décadas de 80 e 90<sup>30</sup>:

Desde o começo dos anos 80, quando estreou a FM que ela era dedicada fundamentalmente à música clássica, incluída a erudita, provocando polêmica o fato de que algumas gestões entendiam, a minha entre elas, que o Jazz e o Chorinho já são gêneros clássicos. Nós enfatizamos a música erudita, o jazz, o chorinho e o instrumental brasileiro na FM e as músicas brasileira e latino-americana em geral na AM. Procuramos dar preferência à produção de qualidade que não era trabalhada nas emissoras privadas, mantendo antigos sucessos em cartaz. (SANZ, 2009)

A FM Cultura de Porto Alegre, no início dos anos 2000, após todo um polêmico

---

<sup>30</sup> Em entrevista à autora em 2009.

planejamento e mesmo enfrentando resistência da audiência cativa desta faixa musical e inclusive de alguns produtores, colocou no ar programas de eruditos que pretendiam popularizar o gênero. Ou ao menos aumentar um pouco o conjunto de ouvintes desta faixa<sup>31</sup>, conforme já mencionamos no subcapítulo 6.3., intitulado “Anos 90: as rádios educativas querem ser públicas”.

A emissora, então, já veiculava um programa que buscava trilhar este caminho: o Contemporânea, que irradiava “música erudita, sua ligação com a música popular e suas diversas correntes” e também “música instrumental brasileira, com depoimentos dos principais compositores e arranjadores” (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 80). Mas a estação tentou avançar na inovação nesta faixa de programação musical que tem sido submetida a muitos questionamentos na maioria das rádios estatais, educativas, culturais e universitárias nas suas mais sete décadas de história.

Um dos procedimentos fundamentais nessa modificação da programação foi a adoção de um conceito de cultura diferenciado, mais amplo e democrático. Um conceito que entende cultura como não limitada aos acontecimentos artísticos, ao entretenimento. Fazer cultura, expressar cultura de uma sociedade é falar também das suas questões sociais, econômicas e políticas, buscando romper com o cunho elitista que normalmente é empregado às programações das emissoras educativo-culturais. Um exemplo é o caso das programações de música erudita. [...] hoje, tentam trabalhar esse gênero musical numa linguagem um pouco mais universal, não só para iniciados. Isso acontece através de uma programação que procura popularizar a música erudita e ampliar sua audiência, inclusive com um caráter educativo, na tentativa de formar novos públicos. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 66; 67)

Uma das principais experiências nesta linha foi o programa Ensaio Aberto, com a música erudita veiculada com informações e explicações didáticas, incluindo análises “de maestros e instrumentistas clássicos, além de músicos e outros amantes deste gênero.” Entre estes buscava-se, sempre que possível, incluir músicos populares de outros gêneros para que ajudassem a desmistificar a clássica erudita. Outro exemplo marcante: a transmissão “de uma ópera ao vivo, como se fosse um show de rock (como

---

<sup>31</sup> Informações da própria autora desta Tese, pois foi diretora geral da FM Cultura de Porto Alegre de 1999 a 2002

aconteceu com a Ópera Carmela)” (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 63).

No entanto, o panorama da programação musical clássica, observamos na maioria das emissoras aqui pesquisadas e nos seus mais recentes encontros, ainda se ressentem de uma clarificação maior quanto à forma e abordagem, para que realmente se torne acessível ao conjunto da audiência. E por consequência, não permaneça restrita aos iniciados no gênero como se observa em boa parte das emissoras – portanto, elitista, na nossa compreensão.

A coordenadora de Produção e Programação da MEC AM, Liara Avelar, entende que toda a grade da sua emissora, seja na faixa musical, cultural ou jornalística, inclui programas educativos. Para ela, independente do formato ou gênero, as programações de emissoras que se pretendem públicas como a MEC devem ser educativas.

Atualmente cobertura cultural e educativa é prioritária e têm destaque, mas consideramos que jornalismo cultural é toda a informação necessária para que o ouvinte possa tirar suas conclusões e desenvolver seu pensamento crítico a cerca de todos os assuntos. Por isso, temos programas de debate, entrevistas com especialistas em diversas áreas etc. Assim, acreditamos, estarmos construindo uma rádio educativa. (AVELAR, 2009)

Uma das mais recentes FMs educativas a entrar no ar é a Rádio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Inaugurada em 2004, já começou a funcionar vinculada à Radiobrás. E logo em seguida passou a ser ligada à EBC, que desde sua criação, ao incorporar a Radiobrás, tornou-se a concessionária das outorgas de novas emissoras às instituições públicas de ensino superior federais e também das renovadas. Assim, a UFMG Educativa é uma das primeiras a se juntar às demais emissoras da Empresa para constituir o sistema público em desenvolvimento pela sua Superintendência de Rádio.

Abre vários espaços da sua grade para retransmitir programas, principalmente jornalísticos, gerados pelas emissoras da EBC. Mas o restante da sua programação se enquadra menos nas linhas para as grades que hoje predominam nas emissoras do segmento e muito mais nas concepções defendidas por Sandra de DEUS (2003, p.1-13), de que as universitárias se constituam como espaços de prática laboratorial,

divulguem a produção do conhecimento e a pesquisa das suas instituições, além de serem canais da extensão da Universidade com a sociedade.

Esta diferenciação já pode ser notada no seu 'slogan' - A Estação do Conhecimento – e se evidencia mais ao observarmos seu perfil e objetivos da sua grade. Conforme folder de divulgação da UFMG Educativa (2008), a emissora “destina sua programação à transmissão de programas educativo-culturais, com atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e jornalística”. Uma programação com base em três pilares:

1. Oportunidade de formação complementar aos alunos, professores e servidores das diferentes áreas do conhecimento da UFMG;
2. Programação alternativa e de qualidade;
3. Divulgação da produção acadêmica, científica e dos serviços prestados à população pela UFMG.

Alguns programas e programetes que traduzem bem estes pilares são:

**Canta Cantos** – produzido por e apresentado por alunos, retrata a geografia brasileira por meio do conhecimento acadêmico e da música;

**Compasso Latino** – professor da UFMG apresenta histórias, personagens, obras e gravações da melhor música latino-americana dos anos 1920 a 1960;

**Conhecimento Global** – alunos do curso técnico de química do Colégio Técnico da UFMG trabalham o tema aquecimento global de forma bem humorada e oferecem, ainda, alternativas para lidar com o problema;

**Decantando a República** – conta a história do Brasil em formato de noticiário radiofônico, com locução de alunos do Departamento de História;

**Hemominuto** – parceria com a Fundação Hemominas e o Colégio Técnico, em formato de radionovela, conscientiza o jovem da importância da doação de sangue;

**Lei Fundamental** – leva a Constituição Federal ao conhecimento de todos;

**Manuelzão dá o recado** – boletim semanal de divulgação das atividades do Projeto Manuelzão da UFMG nas áreas da saúde, meio ambiente e cidadania;

**Pra Dançar** – parceria com a Escola de Música que busca entender as músicas



eletrônicas, funk e rap e suas origens;

**Serelepe** – programa musical infantil que procura respeitar a sensibilidade e a inteligência das crianças e demais ouvintes, em produção de professores e alunos do Curso de Teatro.

Segundo a UFMG Educativa (2008), esta sua programação “privilegia temas sociais e a prestação de serviços, além de fortalecer o exercício da cidadania”. E em atendimento ao seu princípio de promover a diversidade, “busca a pluralidade e valoriza a multiplicidade de vozes e opiniões, sempre comprometida com o interesse público.”

Na atualidade, dentro da movimentação cada vez maior das emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias em busca de um perfil, especialmente da programação, as questões da busca de audiência e do público-alvo também tem sido preocupações mais constantes e desafiadoras para o segmento. Ou seja, sobre como compatibilizar a qualidade e o não afastamento da missão com disputa por aumento de audiência.

LEAL FILHO (2007) defende que a radiodifusão estatal/pública, tanto a televisão quanto o rádio, precisa, sim, dar e ampliar audiência. Mas ao contrário do sistema comercial, não pode transformar esta busca numa obsessão. BARBERO (2002, p. 74) argumenta que a “qualidade não pode nem deve ser avaliada unicamente pelos índices de audiência, mas precisa ser reconhecida pelas pesquisas qualitativas de audiência”.

Embora se conscientizando nesta direção, boa parte das emissoras, conforme reclamam seus representantes nos encontros das estações, reclama da falta de recursos para, por exemplo, a realização destas pesquisas qualitativas para a definição ou adequação das programações. As saídas que encontram é justamente a troca de experiências, o trabalho conjunto e os debates nos seus eventos. Quanto à definição de público-alvo, muitas evidenciam caminhar no sentido de ampliar o conceito do formador de opinião que historicamente tem sido o ouvinte ao qual buscam voltar suas produções. CUNHA LIMA (2007) sustenta que as emissoras devem buscar um universo variado de espectadores, lideranças, formadores de opinião. Na FM Cultura de Porto Alegre, por exemplo, a definição das grades no início dos anos 2000 também resultou da rediscussão do público-alvo.

A FM Cultura tem, historicamente, uma penetração maior junto às classes A e B, voltada para o formador de opinião. Na medida em que começou a trabalhar com outro conceito de formador de opinião, entendendo ser ele qualquer pessoa que exercça algum tipo de liderança em seu grupo social, a FM Cultura passou a construir uma grade de programação mais democrática, plural, ágil, variada e atendendo a mais segmentos de público. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO, 2002, p. 67)

Valendo-se bastante das novas tecnologias, esta redefinição e também busca de maior aproximação com a audiência tem levado as emissoras a abrir mais e novos espaços de interatividade. Afora a manutenção ou a volta a formatos antigos, como o dos programas de auditório ao vivo ou apresentados em locais públicos, em praticamente todas as rádios pesquisadas, há produções em que os ouvintes podem participar da construção da programação musical, inclusive diariamente. Mas essa parceria é possibilitada também em programas jornalísticos, nos quais o público sugere pautas, contribui com perguntas em entrevistas, entre outras. E as formas de participação são as mais variadas: além dos tradicionais telefones e fax, utiliza-se o e-mail, o torpedo por celular, chats, enquetes, fóruns e comentários nos sites das rádios.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Saberes históricos seriam aqueles capazes de interpelar a consciência histórica, o que significaria recuperar menos aquilo que aconteceu do que aquilo de que somos feitos, sem o qual não podemos saber nem o que, nem quem somos.*  
Jesús Martín-Barbero (2008, p.249-250)

Ao decidirmos focar na programação a presente pesquisa para resgate da história destas emissoras estatais, culturais, educativas e universitárias integrantes do antigo sistema educativo de rádio e hoje autoproclamadas públicas, o fizemos com a compreensão de que, neste recorte, encontraríamos um dos espaços onde melhor se pode investigar a construção histórica destas estações.

Ainda na fase de coleta de dados e busca de referenciais, já começamos a observar que tanto estudiosos do rádio como também gestores e produtores, mas principalmente as próprias emissoras, ao traçarem sua missão educativa, cultural e de atendimento ao interesse público, vislumbram justamente na programação a possibilidade maior de colocar em prática a função decorrente das suas naturezas de rádios não comerciais.

E isto foi possível detectar ao longo de todos seus mais de 70 anos de história. Mais ainda depois que passaram a se autoproclamar públicas. Mesmo que na gestão e no financiamento sejam estatais ou universitárias, entendem que pela programação estão se constituindo como rádios públicas ou pelo menos buscando iniciar esta construção.

Assim, na conclusão deste estudo, consideramos que resgatamos as principais transformações e continuidades, compondo uma trajetória geral histórica das programações destas emissoras, evidenciando e analisando suas raízes, modelos e estações referenciais, linhas predominantes e programas que se destacaram.

Sublinhamos destacados e múltiplos movimentos embutidos na construção destas programações, influências que receberam, influências que patrocinaram, relevantes imbricações com a própria história do país. Ou seja, produzimos um resgate histórico que nos permite conhecer melhor estas emissoras e suas funções específicas, entender um pouco mais de que maneira se construíram e chegaram ao que são hoje ou ao que não conseguiram ser.

E conseguimos traçar esta trajetória porque pesquisamos a programação destas emissoras com a compreensão de que histórias específicas da comunicação, assim como de outras áreas, precisam ser contadas e analisadas não somente por meios de resgates memoriais. Entendemos que estas emissoras têm singularidades, diferenciações. Mas isto por imbricações sociais, políticas e culturais que não ficam circunscritas apenas à área da comunicação. Este olhar, retornando ao início desta pesquisa, teve base nas proposições para pesquisas históricas de VIEIRA, PEIXOTO e KHOURY (2006) e principalmente SCHUDSON (1993). E também em BARBERO (2008), que chama a atenção para a necessidade de permear o presente e a perspectiva do futuro com passado, como forma de se construir “saberes históricos”.

Guiada por estas estratégias metodológicas foi que nossa pesquisa buscou recuperar a construção da programação destas emissoras, fase a fase da sua história. Exatamente por ter referencial nelas, não se limitou ao resgate memorial descritivo. E desta forma, permitiu observar onde e como se plantaram as suas raízes, como se desenvolveu até hoje, não só com suas rupturas e transformações, mas também com suas continuidades.

Como destacamos na nossa pesquisa, somente pela atual Constituição (Brasil, 1988) o Brasil estabeleceu três sistemas para sua radiodifusão, além do comercial hegemônico no país, também o estatal e o público. Até hoje estes sistemas não estão regulamentados, a legislação para o setor ainda é a de 1962. E a partir da década de 90 é que estas estações passaram a se apresentar como rádios públicas e a efetivamente buscarem, pela programação, definir um perfil público.

Embora estes destaques pareçam apontar para marcos históricos determinantes somente a partir da metade do século passado, encontramos muito antes as raízes do modelo de programação radiofônica pública que estas emissoras vêm tentando

construir no país. Conseguimos observá-las já no início do século passado, lá nos heróicos tempos das primeiras transmissões de Roquette-Pinto, no advento do rádio no Brasil na década de 20.

Estas raízes foram evidenciadas, por exemplo, na missão atribuída por Roquette-Pinto à programação irradiada pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro: transmitir educação e cultura para o povo brasileiro. Ou seja, antes mesmo dele doar sua pioneira emissora ao governo federal, fato que consideramos o marco inicial da história do rádio público no Brasil.

Este marco é da história propriamente dita, porque desde que a Rádio Sociedade entrou no ar, em 1923, com sua programação já plantava sementes, matrizes das linhas editoriais e dos modelos das programações que as emissoras desta pesquisa já colocaram no ar durante sua trajetória de mais de sete décadas.

Nos primeiros tempos não só do rádio educativo, mas de toda a radiofonia nacional, encontramos fortes raízes de programações experimentadas e defendidas ainda hoje como adequadas a um sistema público de rádio, como por exemplo a de música erudita, a de perfil educativo, tanto a instrucional como a educativa não formal.

A programação da primeira fase da radiofonia pública, que evidenciamos no capítulo 3, especialmente pelas ondas da Rádio MEC, manteve a linha inicial da Rádio Sociedade de Roquette-Pinto. Assim como ainda propugnam as autoproclamadas rádios públicas de hoje, buscava levar educação e cultura ao povo brasileiro. Mas não chegou até a maioria do povo nem ao menos se popularizou, aqui no sentido de formar um conjunto maior de ouvintes tanto em quantidade quanto em diversidade de classes sociais. Enfim, não cumpriu seus objetivos em especial pelo reduzido alcance de público, provocado por adversidades técnicas, e pela programação elitizada. Tempo das rádios que funcionavam pela ação de grupos de pessoas – a maior parte da elite intelectual - que se reuniam em clubes ou sociedades para instalar e ao mesmo tempo produzir e ouvir a programação das estações. Resultado: programações que transmitiam a cultura e o conhecimento deste segmento para o próprio também ouvir.

Nesta primeira fase, igualmente a política de Getúlio Vargas para a radiodifusão foi um dos elementos que mais influenciaram as transformações iniciais da programação do rádio público pioneiro. Afinal, é a instituição da radiofonia comercial,

pelo decreto de Getúlio Vargas autorizando a publicidade no rádio, que faz com que o Brasil inaugure, ao mesmo tempo, o segmento educativo.

Já na Segunda fase da radiofonia pública, abordada no capítulo 4 e por nós periodizada como de meados dos anos 40 até o início dos 70, as emissoras não comerciais da época conseguem, mais acentuadamente, linhas de programação com o perfil educativo-cultural que então continuam a definir como sua missão. Em toda a área radiofônica – seja nas emissoras ou em projetos e movimentos que visam educar pelo rádio - encontramos, neste período, uma produção crescente de programas instrucionais.

Ou seja, desenvolvem as raízes plantadas por Roquette-Pinto. Muitas rádios-escolas são espalhadas Brasil afora em forma de emissoras ou de serviços e projetos, todos dedicados exclusivamente a instruir pelas ondas radiofônicas. Exemplos são, entre diversos outros, os programas e estações do MEB (Movimento de Educação de Base), do Universidade no Ar, do SAR (Serviço de Assistência Rural), e do SIRENA (Sistema Rádio Educativo Nacional) do MEC. No início desta Segunda Fase histórica, o próprio Roquette-Pinto deixa a Rádio MEC, onde permaneceu comandando a programação mesmo após doar a sua Sociedade, para levar adiante seu projeto de rádio-escola.

Porém, as emissoras estatais, culturais, educativas e universitárias que nascem ou se consolidam na época aprofundam o desenvolvimento de um modelo educativo-cultural que analisamos como baseados em concepções ampliadas do que é educar e transmitir cultura pelo rádio: mesclam programas musicais, artísticos-culturais, educativos não-formais e formais, estes do mesmo modo que as rádios-escolas. Isto é, buscam educar com aulas, mas também com programação musical, artística, informativa/jornalística e até de entretenimento. O conteúdo é que define se são voltadas à educação e à disseminação da cultura.

Como conclusões sobre esta segunda fase histórica do rádio público, podemos refletir ainda que as suas grades de programação parecem traduzir, realmente, a autoproclamada missão de educar e levar cultura à maior parte da população. Entretanto, é possível questionar as concepções de programas culturais e educativos que pautaram as emissoras neste período. Observa-se que assim como no rádio

pioneiro, a programação musical, pelo menos no que se refere à música erudita, permanece voltada para poucos, ainda para a elite intelectual do país. Por influência das emissoras comerciais e sua fase de ouro, do rádio-espetáculo, as estações do campo público fazem movimentos em busca de uma audiência mais ampla, incluindo radioteatro, MPB e agendas culturais mais populares. Aqui, portanto, identificamos transformações na programação que acabam determinando uma característica definidora da trajetória destas rádios no Brasil: ao contrário do que se propugna como uma de suas mais importantes funções – a de pautarem a radiodifusão como um todo -, foi a linha do rádio comercial que mais as influenciou. A partir da Era de Ouro, mesmo quando desenvolveram programações marcadas pelas suas especificidades e singularidades de serem emissoras não comerciais, copiaram ou no máximo adequaram o modelo comercial

Observamos que suas produções ainda não contemplam, em grande parte, os requisitos de universalidade, diversidade, regionalização, diferenciação e independência, destacados, nesta Tese, como necessários a uma programação de rádio pública. Muitos de seus programas continuam atendendo uma elite cultural. E inclusive os que alcançam camadas mais populares, como já sublinhamos, foram influenciados pelo rádio comercial. Até a programação instrucional, de aulas pelas ondas radiofônicas, que provocou a inclusão das massas na audiência, evidencia linhas de conteúdo nem sempre adequadas às realidades de seus públicos-alvo.

A relação política e rádio também ficou evidente na programação deste período. Primeiro com a política do governo Getúlio Vargas transformando sua outra rádio estatal, a Nacional, na maior expressão do rádio comercial, enquanto a MEC continuava a seguir a linha educativa, entendida então como principalmente dar aulas pelo rádio. Depois, na década de 60, com o golpe militar, os avanços de buscar uma programação educativa e cultural mais ampliada e inclusiva são estancados. Por isso é que principalmente no final desta fase, projetos de ensino pelo rádio, a maioria governamentais como o Minerva, não só são destaques nas grades de veiculação, mas na própria produção das emissoras. Nesta fase, a maior parte das estações tem envolvimento direto com a produção dos programas instrucionais.

Nos anos 70 e 80, terceira fase da radiofonia pública, analisada no capítulo 5, caracterizamos como a época de ouro do segmento educativo porque é o período em que mais se destacam em co-produções e em transmissões em cadeia nacional. Programações que se transformam, apesar da ditadura, de ainda muito ligadas a projetos e sistemas governamentais, como o SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa. Voltam a sinalizar, com mais força, que as emissoras tentam, via suas grades, demonstrar que possuem uma missão pública diferenciada das rádios comerciais.

Mesmo com rádios atreladas a governos e de forma mais discreta, este segmento também participa da resistência, recebendo influências do desenvolvimento da comunicação alternativa, das rádios livres, dos movimentos pela democracia na área e da Constituição de 88. Especialmente a partir dos anos 80, as grades começam a exibir programas que se não conseguem efetivamente, pelo menos nas suas linhas editoriais buscam estimular a prática da cidadania e tratar de temas mais relacionados com a realidade social de seus públicos.

Na fase seguinte, a quarta da radiofonia pública que se estende pelos anos 90, abordada no capítulo 6, por conta, entre outras influências, da ampliação das experiências em rede, do fim da ditadura, do crescimento organizado da movimentação pela democracia na comunicação, da própria Constituição de 88, as emissoras se autoproclamam públicas.

E a programação, como também discutimos nos capítulos 1 e 2, na década de 90 é que foi definitiva e claramente tomada como o caminho privilegiado para a construção do rádio público. A busca de organização coletiva, de forma mais independente, e em especial de construção de um modelo de programação nacional começa a se tornar meta comum. Por isso, destacamos a Rede Universitária como um dos grandes momentos desta década. Isto apesar de termos detectado, ao longo da pesquisa, que se tratou de uma experiência que muitas emissoras, até mesmo algumas que delas participaram, não tomam como referência expressa.

Porém, nossa pesquisa a identificou como demarcadora, já que durante as suas oito edições, observa-se que no debate e na prática avançou como exemplo de um



modelo de rede menos vertical, buscou uma programação nacional, mas sem deixar de respeitar as diversas regionalidades.

Contraditoriamente, esta linha de programação também é reflexo da política governamental de integração nacional, implementada a partir da ditadura militar. A explosão da quantidade de FMs educativas e universitárias na década de 90 igualmente ocorre em função de metas traçadas pelos governos para expansão do setor de radiodifusão. E aqui mais uma vez as transformações históricas destas emissoras produzem consequências que não estavam totalmente previstas. Para nós, uma delas é justamente o fato de em maior número, coletivamente adquirirem maior força e assim, avançarem mais na construção de uma programação menos dependente e atrelada.

Ao observarmos os dias atuais, na quinta fase da radiofonia pública, analisada no capítulo 6, sublinhamos que ao menos na disposição manifesta nas apresentações das suas missões, na elaboração de suas grades, as rádios aqui estudadas acreditam mesmo que encontraram, na programação, um dos caminhos para o rádio público. Entendem e defendem que o estão construindo.

No início dos anos 2000, as universitárias principalmente, entre outras experiências via a Rede de cobertura das Reuniões Anuais da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e o Circuito Alternativo, tentam manter sua articulação mais desatrelada. Entretanto, as experiências não têm seguimento, mas produzem reflexos detectados a seguir. Um deles é a fundação da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil e os encontros e seminários que passam a realizar, onde dezenas de emissoras, mesmo desconhecendo ou abstraindo experiências de programações conjuntas anteriores, prosseguem na promoção e transmissão de produções e coberturas em rede e coletivas.

Mas não é só das emissoras este movimento em busca de um modelo de programação pública. O Estado brasileiro seja como governo federal, estadual ou municipal ou como universidade pública, historicamente tem se envolvido, direta ou indiretamente, com o rádio. Isto pela legislação, por regradar, fiscalizar, deter o poder da concessão, operar emissoras, sistemas, serviços ou produtos radiofônicos e também

pelas políticas para o setor ou pela ausência delas. Como observamos nesta pesquisa, as autodenominadas rádios públicas são as mais diretamente atingidas por este envolvimento, em praticamente todas suas fases históricas.

Na atualidade, mais uma vez aflora com força, pela determinação do governo federal de, por meio da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, constituir o sistema público de radiodifusão. Com a criação da superintendência de rádio na Empresa, a questão atinge um auge em termos de debates e de tentativas de definições.

E ao retomarmos o passado destas emissoras para analisarmos seu presente, é possível ressaltar que embora várias rupturas e transformações, sua trajetória também é feita de muitas continuidades. Elas estão expressas quando as estações reafirmam sua missão, seu perfil e as grandes linhas que regem suas programações. Muitos programas permanecem desde que entraram no ar. No entanto, ao mesmo tempo, debatendo-se em dúvidas recorrentes como, por exemplo, afinal quais músicas devem compor o perfil de uma emissora que têm como carro chefe a MPB de qualidade.

No geral e na aparência das programações das grades atuais, essas continuidades realmente se destacam e parecem, enfim, compor um modelo brasileiro. Porém, este ainda é uma indefinição porque a sua construção histórica aqui evidenciada está perpassada de descontinuidades. As provocadas pelas sucessivas trocas de gestões, a cada governo, a cada reitor, a cada gestor, e suas ingerências, sublinhadas em praticamente todos os encontros das emissoras que resgatamos neste estudo. Mesmo quando dão continuidade a projetos antigos, as próprias emissoras produzem descontinuidades, implantando políticas de programação que desconhecem as anteriores. Em alguns momentos de forma violenta e exposta mais claramente com o objetivo de extinguir qualquer memória, como aconteceu na ditadura militar com a Rádio MEC, onde houve a ordem para apagar arquivos de programação. A ausência de políticas, principalmente de financiamento, também é reclamação contumaz.

Por tudo isso, retomando os mais amplos e principais critérios defendidos para o rádio ser público - financiamento, gestão e programação democráticas, independentes e autônomas – consideramos que o que mais se construiu, até agora, como modelo para este tipo de radiodifusão no Brasil se refere à programação. Porém, é um avanço que ocorre somente em termos de conceituações, de definições de linhas, de

autopromoção de missão e objetivos. E mesmo o conceito brasileiro de rádio público, assim como de seu modelo de programação, ainda é difuso e aberto. Na prática, nas transmissões diárias das centenas de estações do segmento Brasil afora, também continuamos sem poder afirmar que veiculam programações públicas.

Portanto, desenhar um modelo nacional para a programação radiofônica pública só é possível no plano conceitual e ainda como um esboço inicial. Um esboço rascunhado contando com requisitos que, ao longo desta Tese, apreendemos como fundamentais na implementação de grades pelas emissoras do segmento público. Produzido não somente com as continuidades, mas também com as descontinuidades e principalmente com as suas diversidades.

O que apenas já podemos dizer é que se trata de um modelo que ensaia um sotaque brasileiro. Isto porque foi elaborado com base em compreensões e conceituações não somente de teóricos e estudiosos que referenciaram nossa pesquisa como também, e especialmente, de gestores e produtores da radiofonia pública em construção no Brasil, igualmente presentes neste trabalho. Partimos, ainda, da própria prática que observamos nas emissoras brasileiras envolvidas na construção do nosso sistema público. Sejam elas estatais, universitárias, culturais-educativas vinculadas a fundações públicas ou privadas.

Neste modelo, os principais requisitos atribuem às emissoras públicas a necessidade de, muito mais que as outras rádios, exercerem, na programação, um verdadeiro encontro, uma integração entre os conteúdos e suas audiências. Isto por meio de grades e programas voltados ao interesse público, sendo este entendido como levar ao público os conteúdos essenciais para que ele exerça sua cidadania e inclusive possa influenciar as políticas. Ou seja, as programações destas emissoras precisam realmente traduzir as necessidades da população e estimular o exercício cidadão do seu público.

A programação educativa deve ser trabalhada num sentido mais amplo de educação. Não apenas com ensino instrucional ou educação para ampliar o saber. Também necessita permitir que seus públicos se apropriem do conhecimento e sejam, igualmente, produtores de conhecimento. A faixa cultural da programação igualmente precisa ter uma concepção mais alargada de cultura. Por exemplo, não colocar no ar

somente agenda artístico-cultural ou notícias sobre as temáticas do setor e sim, entre outras iniciativas, promover a discussão e a produção sobre cultura a partir das suas audiências.

Cultural não pode ser entendido como contrário do popular, conforme já defendia KAPLÚN (1978) na década de 70, num alerta que embora seja de 30 anos atrás permanece adequado à grande parte das práticas de hoje das emissoras. Mais ainda, com base em compreensões que dão conta do panorama atual, como a de Barbero citada no subcapítulo 1.3, para se produzir um rádio efetivamente cultural há que se ter a cultura perpassando toda a programação. E ela mesma não apenas veicular, traduzir, mas também ser construtora da cultura. A programação deve ter abrangência universal, atingindo os diversos segmentos e níveis socioculturais que compõem a audiência brasileira. Neste sentido, conteúdo, linguagem, programação musical, por exemplo, não podem ser nivelados apenas pela elite cultural.

A regionalização da produção e da programação também foi compreendida como base fundamental para o rádio público. Isto para que as grades, seus programas, seus conteúdos realmente espelhem a vida concreta da maioria do seu público. Para tanto, as emissoras precisam incluir, nas suas programações, temas que tenham ligação com a realidade imediata das comunidades que as rodeiam.

A preservação da memória histórica e cultural da comunidade para a qual irradiam foi igualmente evidenciada, mas fazendo a integração com o nacional, o continental e o mundial. Isto é, programações abertas e que traduzam a cultura local, regional e nacional com respectiva inserção no seu continente e no mundo contemporâneo. De uma forma que as emissoras públicas realmente possam cumprir seus autoproclamados papéis sociais de inclusão, de educação, de estímulo ao exercício da cidadania, de atendimento ao interesse público em consonância com o contexto contemporâneo. Num modelo tão bem proposto por BARBERO (2002, p. 76) para se ter na televisão pública de cada país latinoamericano, “a melhor televisão cultural do mundo”, e que é possível aplicar integralmente ao rádio público:

Porque, como nunca antes, hoje é possível, não apenas do ponto de vista técnico como econômico, que os canais transmitam a mais elaborada programação cultural oferecida pelas cadeias via satélite, tornando-a acessível a todos os cidadãos[...]. Isto significa

que ter uma televisão pública programada com produção do próprio país, no sentido mais inclusivo dessa palavra, não está absolutamente em conflito com a presença da produção latino-americana e do mundo. Ou seja, hoje a televisão pública pode nos ajudar a ser cidadãos do mundo, sem que isso nos desenraíze – nem da cultura latinoamericana, nem das nossas culturas mais locais.

E todas estas condições desenvolvidas buscando a mais ampla diversidade na programação: diversidade quanto aos públicos que atingem (universalidade), diversidade quanto às temáticas (atender à pluralidade dos interesses de suas audiências), diversidade quanto aos gêneros e formatos de programas. A diferenciação na programação foi sublinhada constantemente pela pesquisa: no rádio público, as grades precisam se distinguir das programações das demais emissoras. Buscar não apenas desenvolver temas não abordados pelas outras, mas também outras e novas formas de apresentação, abordagem, interatividade, e linguagens inovadoras e experimentais.

Por fim, um dos requisitos considerados mais fundamentais: a independência editorial, sem qualquer vinculação com os interesses da hora, por exemplo, dos governantes ou dos segmentos que dominam a cena política. A única vinculação deve ser com a pluralidade dos interesses públicos.

Mas se nas conceituações, na definição de linhas, foi possível perceber movimentos que permitem rascunhar um modelo brasileiro de programação pública em construção ainda inicial, o mesmo não se pode dizer em relação ao que se ouve, na prática e diariamente, nas estações dos nossos dias radiofônicos. Nas programações que estas emissoras colocam no ar nos dias de hoje, ainda observamos um rádio muito semelhante ao seu período iniciante. Inclusive com definições de missão e perfil baseadas em Roquette-Pinto.

As programações das nossas rádios autoproclamadas públicas permanecem atreladas às definições dos governos e instituições que detêm suas concessões, e não totalmente voltadas ao efetivo interesse público. Em boa parte continuam semelhantes aos modelos comerciais e neles se inspirando. A propalada diferenciação ainda não se sobressai no conjunto, ficando reduzida a alguns espaços, experiências ou programas.

Prosseguem transmitindo programas elitistas, no sentido de excluírem as audiências populares, e mantendo ainda reduzidos seus conceitos do que é cultura e educativo.

Quanto às práticas de formação de redes para produção e transmissão, a memória histórica aqui resgatada e organizada em forma de periodização aponta para experiências que foram fundamentais para a sobrevivência e avanços destas emissoras. Os períodos em que promoveram estes trabalhos conjuntos foram aqueles em que mais avançaram na definição de seus perfis de programações, primeiro como educativos e a seguir como públicos.

Embora se proclamando dispostas, as emissoras ainda não aplicam integralmente novos conceitos de redes democráticas e horizontais. E vêm apresentando descontinuidades dessa prática, o que elas próprias costumam atribuir, assim como outras rupturas nas suas linhas de programação, às trocas de governos e gestores. Além disso, pelas evidências que encontramos durante nossa pesquisa, podemos creditar esta e outras descontinuidades ao fato de que a maioria das rádios não preservam e, por isso desconhecem, suas memórias históricas.

Em termos de formato e texto, nossas observações levam a refletir que pouco diferem das emissoras comerciais. Já quanto ao conteúdo, pautam temas e informações que não são cotidianos nas programações das rádios do sistema privado. Mas estas diferenciações, pelo menos até o momento, denotam estar aquém das proclamadas distinção, inovação e diversificação de programação.

Como a EBC se dispõe, conforme proclama, a contribuir para enfim começar a efetiva constituição do rádio público no Brasil, nestas considerações finais entendemos necessárias também algumas observações específicas sobre o seu papel, na nossa compreensão, demarcador da história do segmento. A Empresa conta com apenas oito das cerca de 400 emissoras existentes no país. E ainda está recém se movimentando para implementar um sistema, ao modo de rede, incluindo as emissoras de universidades federais como também outras rádios do campo com as quais vem buscando parcerias. Entre suas emissoras, a favor de sua disposição, conta com as referências MEC e também com a Nacional, cujo perfil e missão pública busca resgatar atualmente.

Mas para conseguir colocar em prática sua disposição e efetivamente contribuir

para a constituição do rádio público precisa se debruçar sobre a história do campo, percebendo, por exemplo, que os momentos de maior organização e perfil de programação mais próximo do público foram aqueles em que as redes, os sistemas, as parcerias se deram numa perspectiva mais horizontal, mais democrática. Isto é, quando as emissoras integrantes não apenas repetiram programações de cabeças-de-rede, mas também produziram, também influíram nas concepções, nas linhas editoriais.

A presente pesquisa se debruçou exclusivamente sobre a programação, mas como esta também depende de condições técnicas e operacionais, acabou igualmente observando um pouco estes cenários. E quanto a estes quesitos é possível avaliar que problemas técnicos e operacionais estão também entre as principais causas das dificuldades enfrentadas pelas emissoras. As próprias rádios, nos seus fóruns, encontros e seminários, atribuem à falta de recursos, de investimentos, suas deficiências para produzir programações de mais qualidade, mais voltadas ao seu papel social.

Enfim, no conjunto, as emissoras que sustentam irradiar programação pública evidenciam que ainda necessitam acertar o tom na busca de um rádio público. Mesmo que seja somente no que diz respeito à programação.

O que se sobressai, como resultado geral da observação da sua trajetória histórica, é que há uma grande distância entre linhas e modelos de programação que autodefinem e as grades que veiculam cotidianamente, a produção diária de seus programas. Ou seja, ainda não colocaram em prática a maior parte da sua disposição de construir uma programação realmente de rádio público. Os resultados práticos, não só na atualidade, mas em todas as fases dos seus 70 anos de história, evidenciaram-se e ainda estão aquém das diretrizes e concepções autoproclamadas.

Nossa pesquisa teve o objetivo de se constituir numa contribuição à busca de construção do rádio público no Brasil, que, hoje, está na ordem do dia para as emissoras e demais segmentos nela interessados. Embora não fosse sua meta maior chegar a uma definição sobre se já existe um modelo brasileiro de rádio público ou quais são as emissoras nacionais realmente públicas, pelo resgate histórico produzido é que entendemos possível apontar sua construção também ainda como um esboço.

Nossas leituras sobre a trajetória da programação destas rádios, aqui resgatada, foram produzidas com olhares que procuram passados que fizeram presentes e nestes, por sua vez, projeções de futuros. E nestes movimentos para remontar e compreender a história, consideramos que as emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias que se declaram públicas ainda não podem ser caracterizadas como tal. Nem mesmo pelas programações que transmitem de norte a sul do país.

Consideramos, entretanto, que por ser focado na programação – e não na gestão ou no financiamento, outros requisitos também fundamentais para um sistema público e que por vezes até foram aqui tratados por estarem imbricados nas políticas de grade – nosso estudo oferece, além de um histórico organizado e específico, justamente na sua produção, observações essenciais para ao menos serem colocadas no debate tão atual sobre a instituição do rádio público no país. E assim, estimularem suas reivindicadas e necessárias ampliações e aprofundamento ainda maiores.

Isto principalmente porque a pesquisa que acabamos de apresentar permite também considerar que a definição de rádio público no Brasil é ainda uma indefinição, embora seus muitos anos de história.. O amanhã deste segmento da radiodifusão já iniciou, há mais de 70 anos. Mas continua em construção. E ao longo de todo este tempo sempre esteve emaranhada, em especial pelo sombreamento com o rádio estatal.

Assim, a definição do rádio público no Brasil permanece aberta. Está em formulação nos já longos debates e experiências de construção, inclusive de programações de emissoras como as focadas por esta pesquisa. Aqui apresentamos apenas uma parte, mas com certeza essencial e determinante, do que ainda poderá ser – amanhã ou depois de amanhã - o rádio público brasileiro.



## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Moda sem Tempo: sobre o Jazz**. Rio de Janeiro Revista Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. **A Social Critique of Radio Music**. In: STRAUSS, Neil (org.). **Radiotext(e)**. New York: Semiotext(e), 1993.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

ANDI e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Classificação Indicativa: construindo a cidadania na tela da tevê**/ [supervisão editorial Veet Vivarta, coordenação de texto Guilherme Canela] – Brasília: ANDI; Secretaria Nacional da Justiça, 2006.

ARNOLDO FILHO, entrevista na rádio UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Set. 2009. Disponível em < [www.ufma.br/noticias/noticias.php?cod=6821](http://www.ufma.br/noticias/noticias.php?cod=6821) > Acesso em 25 set. 2009.

ARPUB. - **Histórico da Associação das rádios públicas do Brasil. 2004**. Disponível em <<http://www.arpub.org.br/historico>>. Acesso em jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Carta de Princípios de 2004**. Disponível em: <[http://www.arpub.org.br/documentos/cartas de principios](http://www.arpub.org.br/documentos/cartas_de_principios)>. Acesso em dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Mesa Redonda : Rádios Públicas no Brasil - Modelos, Especificidades, Conteúdo e Formas de Gestão. In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. Anotações da autora durante os debates.

AVELAR, Liara. História e Programação das Rádios Públicas, especialmente Rádio MEC RJ. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, ao vivo, por e-mail e telefone, outubro, novembro e dezembro de 2009.

BARBERO, Jesús Martín. **De la comunicación a la filosofía y viceversa: Nuevos mapas, nuevos retos**. In: TOSCANO, Maria Cristina Laverde e REGUILLO, Rossana

(orgs), **Mapas Nocturnos – Diálogos com la obra de Jesús Martín-Barbero**. Santa Fé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Fundación Universidade Central, 1998.

\_\_\_\_\_. **Chaves do Debate: Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção**. In.: RINCON, Omar (org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 41-79.

\_\_\_\_\_. **Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades**. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goular e HERSCHMAN, Micael. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008. p. 237-252.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BLOIS, Marlene, **Florescem as FM Educativas no Brasil. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos**. Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese de Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1996.

\_\_\_\_\_. **Rádio Educativo no Brasil. Uma história em construção**. In: HAUSSEN, Dóris e CUNHA, Magda (Orgs). **Rádio Brasileiro – Episódios e Personagens**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Rádio Educativo: uma escola de vida e de cidadania**. In: BARBOSA FILHO, André, PIOVESAN, Angelo Pedro e BENETON, Rosana (orgs). **Rádio: sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 147-176

\_\_\_\_\_. **Rádio MEC: a mais concretizada expressão da radiodifusão educativa**. In: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007. p.141 - 145

BONAVITA FEDERICO, Maria Elvira. **História da Comunicação – Rádio e TV no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRECHT, Bertold. **Teoria do Rádio (1927-1932)**. In: MEDITSCH, Eduardo (org). **Teorias do Rádio – textos e contextos**. Volume I. Florianópolis: Editora Insular, Intercom e Posjor UFSC, 2005, p.13-14.

CARMONA, Beth, et al. **Rádio e TV como instrumentos da cidadania**. Salvador: IRDEB, 2003.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS DO IPEA/IPLAN. **Rádio Educativo no Brasil: um estudo**. Série Documentos 3, Brasília IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1976.

CRUVINEL, Tereza. A TV Pública no Brasil. In: Congresso Estadual dos Jornalistas, 33, 2008. Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, 2008.

CUNHA, Magda. **Prefácio**. In: MEDITSCH, Eduardo (org). **Teorias do Rádio – textos e contextos**. Volume I. Florianópolis: Editora Insular, Intercom e Posjor UFSC, 2005, pp. 13-14.

CUNHA LIMA, Jorge da. Televisão de qualidade: o papel do público e do privado. In: Colóquio de Mídia e Agenda Social – desafios para a formação de estudantes e profissionais de Comunicação, 1, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

DEL BIANCO, Nélia. O Futuro do Rádio no Cenário da Convergência Frente às Incertezas Quanto aos Modelos de Transmissão Digital. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, GT de Rádio, 2009. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2009.

DEL BIANCO, Nélia; ZUCULOTO, Valci. Memória do GT Rádio: Seis anos de pesquisa em defesa do rádio. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 20, 1997. Santos. **Anais...** Santos: INTERCOM, 1997.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dialética e Qualidade Política.** In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota (org).

**Dialética Hoje.** Petrópolis, RJ: 1990.

DEUS, Sandra de. Rádios das Universidades Federais: função pública e compromisso laboratorial. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., GT de Rádio e Mídia Sonora, 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INTERCOM, PUCMG, 2003. 1CD.

DUARTE, Patrícia. História e Programação da FM Cultura de Porto Alegre e Rádios da EBC. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, ao vivo em Brasília e por e-mail, outubro de 2009.

DI PERNA, Mara Régia. Jornalismo Científico e Divulgação Científica. In: Encontro Nacional Rádio e Ciência, 2., Mesa-Redonda Jornalismo Científico e Divulgação Científica, 2008. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS, 1., 1994. Rio de Janeiro. Documento final... Rio de Janeiro: Rádio MEC, 1994.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Roquette-Pinto e o ensino pelo rádio.** In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (orgs). Teorias do Rádio – Textos e Contextos. Volume II, Florianópolis: Insular, 2008.

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil.** 1994. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/Programa.doc>>. Acesso em: 15 de mai. 2007.

\_\_\_\_\_. **Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil.** 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/arquivos/ContribuicaoFNDC.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Sistema Brasileiro de Rádio Digital tem portaria. Faltam política e solução tecnológica.** 2010.

Disponível em: <[http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont\\_key=517900](http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=517900)>. Acesso em: 10 de abril de 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO. **Projeto de política e grade de programação para a TVE e a FM Cultura.** Porto Alegre: [s.n] Fundação Cultural Piratini-Rádio e Televisão, 1999. Arquivo eletrônico pessoal.

\_\_\_\_\_. Elementos para elaboração de uma proposta de programação 2000-2002. Documento da direção apresentado ao seminário interno da instituição em novembro de 1999. Porto Alegre: [s.n], 1999. Arquivo eletrônico pessoal.

\_\_\_\_\_. **No ar um projeto em construção: uma contribuição à memória da TVE e FM Cultura.** Porto Alegre: Fundação Cultural Piratini-Rádio e Televisão, 2002.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. **Cultura 20 anos.** São Paulo: IMESP, 1989.

\_\_\_\_\_. **Fundação Padre Anchieta Rádio e Televisão Cultura.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta, [1999]. Publicação sobre a história das emissoras da instituição, comemorativa aos seus 30 anos.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo Público-Guia de Princípios.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação – Um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

GARCEZ, José Roberto. **EBC Serviços: uma opção para o financiamento da empresa pública de comunicação.** In: PAULINO, Fernando Oliveira (org.). LUSOCOMUM: Transparência, Governança, Accountability e Comunicação Pública. Brasília: Casa das Musas, 2009.

\_\_\_\_\_. História e Programação das Rádios Públicas, especialmente as ligadas à EBC. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, ao vivo em Brasília e por e-mail, em outubro de 2009.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GOMES, Wilson. **Jornalismo e Esfera Civil: O interesse público como princípio moral no jornalismo**. In: Aula Inaugural do II Curso de Especialização em Estudos de Jornalismo da UFSC, Florianópolis, setembro de 2002.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GUERRINI, Irineu. **História e Programação das Culturas AM e FM de São Paulo**. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, por e-mail, novembro de 2009.

GUIA DO OUVINTE CULTURA FM. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, n. 233, maio 2007. Mensal.

GUILHON, Orlando. Rádios Públicas: missão institucional, gestão democrática e modelo de financiamento. In: Fórum Nacional de Rádios Públicas, 1, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ARPUB, AMARC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Rádios Públicas Brasileiras: Modelo de Gestão**. In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, 2009. Disponível em <[http://www.lapcom.unb.br/files/Apres%20Guilhon %201\(1\).ppt](http://www.lapcom.unb.br/files/Apres%20Guilhon%201(1).ppt)> Acesso em: mar. 2009.

\_\_\_\_\_. História e Programação das Rádios Públicas, especialmente Rádio MEC RJ. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, Rio de Janeiro, agosto de 2009.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e Política – Tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

\_\_\_\_\_. A produção científica sobre o rádio no Brasil: livros, artigos, dissertações e teses (1991-2001). **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 25, dez. 2004. Disponível em <<http://www.pucrs.br/famecos/pesquisa/radiono brasil>>. Acesso em: 23 jun 2008.

HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Ortiz, 1997. 15. ed.

KRIEGER, Edino. **Rádio MEC: um centro de difusão da música clássica**. In: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

KAPLÚN, Mario. **Producción de Programas de Radio. El guión - la realización**. Quito, Ecuador: Ediciones CIESPAL, 1978.

LEAL FILHO, Laurindo. **Televisão de qualidade: o papel do público e do privado**. In: Colóquio de Mídia e Agenda Social – desafios para a formação de estudantes e profissionais de Comunicação, 1, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2007.

\_\_\_\_\_. **A televisão pública brasileira, um vazio histórico**. In.: HAUSSEN, Doris Fagundes; BRITTOS, Valério Cruz. **Economia política, comunicação e cultura: aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 57-72.

LOPES, Saint-Clair da Cunha. **Radiodifusão Hoje**. Rio de Janeiro: Temário, 1970.

MALULY, Luciano. **O Rádio Democrático**. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/e-forum.noticias>> Acesso em: 23 de julho de 2008.

MARTÍ MARTÍ, Josep Maria. **La programación radiofónica**. In: MARTÍNEZ-COSTA, M<sup>a</sup> Pilar y MORENO MORENO, Elsa. **Programación radiofónica – Arte y Técnica del diálogo entre la radio y su audiencia**. Barcelona: Ariel, 2004.

MARTÍNEZ-COSTA, M<sup>a</sup> Pilar (coord.). **Información Radiofónica**. Barcelona: Ariel, 2002.

MARX, Carlos. **El Capital – Crítica de la Economía Política**. Vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

MATTOS, Sérgio. **O papel social do rádio: a mão dupla da comunicação**. In: CARMONA, Beth, et al. **Rádio e TV como instrumentos da cidadania**. Salvador: IRDEB, 2003.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. **A Rádio na era da informação – Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo**. Coimbra: Minerva, 1999.

\_\_\_\_\_. (org). **Teorias do Rádio – Textos e Contextos**. Volume I, Florianópolis: Insular, 2005.

MELLO, Adalberto. **História e Programação da Rádio da Universidade da UFMA**. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, São Luís do Maranhão, por e-mail, novembro de 2009.

MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

\_\_\_\_\_. Televisão de qualidade: o papel do público e do privado. In: Colóquio de Mídia e Agenda Social – desafios para a formação de estudantes e profissionais de Comunicação, 1, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANDI, 2007.

\_\_\_\_\_. História e Programação da FM Cultura de Porto Alegre e da Rádio MEC RJ. Entrevistas concedidas à Valci Regina Mousquer Zuculoto, Rio de Janeiro, ao vivo e por e-mail, 2007 e 2009.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

\_\_\_\_\_. **Rádio em Transição – Tecnologias e Leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.

\_\_\_\_\_. In: GANDRA, Alana. **Rádio pública ainda é uma abstração no Brasil, analisa pesquisador**. 2007. Disponível em: <<http://www.fnrc.org.br/e-Forum/noticias>> Acesso em: 23 de julho de 2008.

\_\_\_\_\_. **Rádios Públicas Brasileiras: conteúdo, desafios, perspectivas**. In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. **Anais...** Brasília, 2009.

MOREIRA, Sônia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia (ORGs). **Desafios do rádio no século XXI**. São Paulo: INTERCOM, Rio de Janeiro, UERJ, 2001.



MURCE, Renato. **Bastidores do Rádio - Fragmentos do Rádio de Ontem e de Hoje.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MURTA, Elida. **História e Programação da Rádio Inconfidência de Minas Gerais.** Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, Belo Horizonte, setembro 2008.

NEUREMBERG, Getulio. **História e Programação da Rádio Inconfidência de Minas Gerais.** Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, Belo Horizonte, setembro 2008

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio - os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os (Des)caminhos do Rádio.** São Paulo, USP, 1990. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990.

OSÓRIO, Pedro Luiz S. **Em defesa da TVE e da FM Cultura.** FNDC – FORUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. 2010. Disponível em <[http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont\\_key=481847](http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=481847) > Acesso em 19 de janeiro de 2010

PEIXOTO, Fernando. **Descobrimo o que já estava descoberto.** In.: SPERBER, George(org.). **Introdução à peça radiofônica.** São Paulo:EPU, 1980

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do Clique. Análise do Programa de Rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República.** São Paulo: Annablume:ECA-USP, 1995.

PERUZZO, CÍCILIA MARIA KROLING. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PIMENTEL, Fábio Prado. **Rádio Educativo no Brasil, uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

PIOVESAN NETO, A.P. **Rádio educativo, avaliando as experiências das décadas de 60/70**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). Comunicação e educação: caminhos cruzados. São Paulo: Loyola INTERCOM, 1986. p.23-60.

PRATA, Nair. A História do Rádio em Minas Gerais. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., GT de Rádio e Mídia Sonora, 2003. Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: Intercom, PUCMG, 2003. 1CD.

\_\_\_\_\_. O rádio mineiro e a cobertura do suicídio de Getúlio Vargas. In.: BAUM, Ana (org.). Vargas, agosto de 54 – a história contada pelas ondas do rádio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 73 – 90.

RÁDIO NACIONAL. Rádio Nacional: 20 anos de liderança a serviço do Brasil, 1936-1956. Publicação comemorativa da emissora. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, [1956].

RÁDIO MEC. **Uma história de ética e pioneirismo**. Rio de Janeiro, 12 abr. 2007. Disponível em: <[www.radiomec.com.br/extos/umahistoriadeeticaepioneirismo](http://www.radiomec.com.br/extos/umahistoriadeeticaepioneirismo)>. Acesso em: 12 de abril 2007.

RÁDIO UNIVERSITÁRIA. A história da Universitária FM. Vitória. 8 dez. 2009. Disponível em <http://www.radiouniversitariafm.com.br/oktiva.net/2213/secao/15873>> Acesso em dez.2009.

RÁDIO UNIVERSITÁRIA DA UFG. Histórico da RU. Goiás. 25 nov. 2009. Disponível em <[http://www.radio.ufg.br/?menu\\_id=19&pos=esq&site\\_id=119](http://www.radio.ufg.br/?menu_id=19&pos=esq&site_id=119)> Acesso em: Nov. 2009.

RÁDIO FM CULTURA. A História da Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão. Porto Alegre. 2 dez. 2009. Disponível em <<http://www.fmcultura.com.br/institucional>> Acesso em: dez. 2009.

RÁDIO UFMA. Nossa história. Maranhão. 5 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.universidadefm.ufma.br>> Acesso em: dez. 2008.

RAMOS, Murilo César ; SANTOS, Suzy dos (Orgs). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

REDE UNIVERSITÁRIA DE RÁDIO. **Manual de Redação e Produção**. 1996, 1997, 1998, 1999, 2002.

\_\_\_\_\_. **Projeto de planejamento e organização da cobertura**. 1999, 2002.

RINCON, Omar (org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

ROCHA, Renato. **Por mares nunca dantes antenados**. In: MILANEZ, Liana (org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

ROCHA, Renato; COELHO, Nely; RIBEIRO, Adriana. **Cadernos Radiofônicos 1 – Programas Educativos e Culturais escritos para a Rádio MEC de 1947 a 2009**. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 2009.

ROMANCINI, Richard. **Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre jornalismo**. Revista PJ:Br – Jornalismo Brasileiro. São Paulo, ECA/USP, v.3, n. 3, 2004. Disponível em <[www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos/ensaios3\\_a.htm](http://www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos/ensaios3_a.htm)>. Acesso em 12 de jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa**. In: CONGRESSO DA INTERCOM, 28. NP Jornalismo. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <[reposcom.portcom.intercom.org/Br/bitstream/1904/17413/1/R0863-1.pdf](http://reposcom.portcom.intercom.org/Br/bitstream/1904/17413/1/R0863-1.pdf)>. Acesso em 12 de julho 2008.

ROLDÃO, Ivete. **História e Programação da Rádio Educativa FM de Campinas**. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, Belo Horizonte, setembro 2009.

ROMÃO, José Eduardo Elias. Por um sistema de regulação adequado à Constituição. ECO-PÓS / UFRJ - Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação - Vol.11, n.1 (2008) - Rio de Janeiro: ECO/UFRJ 2007. p.12-22.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Cinzas de uma fogueira (pelo rádio -1923-1926). In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (orgs.). **Teorias do Rádio – Textos e Contextos.**, Florianópolis: Insular, 2005. 2 v.

SALLES, Regina. **Rádio MEC- 60 anos.** In: ZAREMBA, Lílian e BENTES, Ivana (orgs.). **Rádio Nova – Constelações da radiofonia contemporânea.** Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, Publique, 1996. p. 117-119.

SALOMÃO, Mozahir. **Jornalismo radiofônico e vinculação social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SAMPAIO, Mário Ferraz. **A História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Suzy dos e SILVEIRA, Érico da. **Serviço Público e Interesse Público nas Comunicações.** In: RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy dos (Orgs). Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007. p. 49-82.

SANZ, Luiz Alberto. Recursos para um Sistema Solidário, Pluralista, Comunitário e Igualitário – A Caminho do Sistema Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias. In: Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias, 3, 1995. Goiânia. **Anais...** Goiânia, 1995.

\_\_\_\_\_. **História e Programação da Rádio MEC e Rede Universitária de Rádios.** Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, dezembro de 2009.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional – O Brasil em Sintonia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 3. ed. [ampliada e atualizada].

SAROLDI, Luiz Carlos. Sociedade dos amigos ouvintes radio Mec. Entrevista. Disponível em <http://www.soarmec.com.br/saroldi.htm> acesso em maio 2009.

SARTORELLO, Mário. Rádios Públicas Brasileiras: Modelo de Programação. In: Seminário Nacional de Rádios e Encontro Nacional de Rádios Públicas, 3, 2009. Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.lapcom.unb.br/files/Apres%20Guilhon%202.ppt>> Acesso em nov. 2009.

SCHRÖDER, Celso. **Democratização da Comunicação**. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). *Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. p. 341-346

SCHUDSON, Michael. **Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación**. In.: JENSEN, K.B; JANKOWSKI, N.W.(orgs). **Metodologias cualitativas de investigación em Comunicación de Masas**. Barcelona: Bosch, 1993.

SIGNATES, Luiz. **Política de Programação de Rádio Universitária Educativa: algumas reflexões conceituais**. In: Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias, 3, 1995. Goiânia. **Anais...** Goiânia, 1993.

SOUSA, Marquilandes Borges de. **Rádio e propaganda política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

STRAUSS, Neil (org.). **Radiotext(e)**. New York: Semiotext(e), 1993.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio não contou - Do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo**. São Paulo: Negócio, 1997.

TORINO, Paulo Muccilo. **Rádio Educativo: Relações entre Legislação e Programação – Estudo das Emissoras Educativas da Região Metropolitana de Porto Alegre**. São Leopoldo, Unisinos, 2001. Dissertação de Mestrado em Comunicação apresentada ao Centro de Ciências da Comunicação. São Leopoldo, Universidade do Vale dos Sinos, 2001.

UFMG EDUCATIVA. **Folder de divulgação da emissora e da grade de programação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

UFRGS. **Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – A Primeira Emissora Universitária do Brasil**. Agenda comemorativa dos 50 anos da Rádio da UFRGS. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2008.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público: um manual de mejores prácticas**. San Jose, Costa Rica: Oficina de la UNESCO para América Central, 2006.

VAMPRE, Octávio Augusto. **Raízes e Evolução do Rádio e da Televisão**. Porto Alegre: RBS e Feplam, 1979.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha e KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Comunicação Pública. In: Mídia Com Democracia, **Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. Porto Alegre: FNDC, Jan. de 2009, n. 8, p.13.

ZUCULOTO, Valci. **A notícia no radiojornalismo brasileiro: transformações históricas e técnicas**. Porto Alegre, PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAMECOS. Porto Alegre, PUCRS, 1998.

\_\_\_\_\_. As tendências do rádio na globalização e sob o impacto das novas tecnologias: a experiência da Rede Universitária de Rádio como exemplo de busca de espaço e função. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 19, GT Rádio, 1996. Londrina. **Anais...**Londrina: INTERCOM, 1996.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVELLAR, Liara. Programação cultural, educativa e inclusiva. In: Fórum Nacional de Rádios Públicas, 1, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ARPUB, AMARC, Abraço, Astral, Acerp, Radiobrás, EBC, 2007.

BARBERO, Jesús Martín. **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. México: Gustavo Gili, 1987.

\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BRECHT, Bertold. **The Radio as an Apparatus of Communication**. In.: STRAUSS, Neil (org.). *Radiotext(e)*. New York: Semiotext(e), 1993.

CANCLINI, Nestor Garcia. **La Globalización imaginada**. Barcelona: Paidós, 1999.

\_\_\_\_\_. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**; São Paulo: Paz e Terra, 1999. 1.v.

CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNÇÃO CULTURAL PIRATINI – RÁDIO E TELEVISÃO. **Diretrizes para as Emissoras da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão**. maio de 1999.

DEL BIANCO, Nélia. A Frequência Modulada no Brasil: processo de implantação e desenvolvimento. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 15., GT de Rádio, 1992. São Bernardo do Campo. **Anais...** São Bernardo do Campo: INTERCOM, 1992.

ESCOSTÉGUY, Ana Carolina. **Os Estudos Culturais e a Constituição de sua Identidade**. Porto Alegre: [s.n.] 2000. Fotocópia material de aula.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FERREIRA, Kiko. Programação cultural, educativa e inclusiva. In: Fórum Nacional de Rádios Públicas, 1, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ARPUB, AMARC. 2007.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Sistemas de Comunicação e Identidades na América Latina.** Porto Alegre: Edipucrs/Intercom, 1993.

HAWKRIDGE, David e ROBINSON, John. **Organización de la radidifusión educativa.** Paris: Unesco, 1984.

JAMBEIRO, Othon. **Raízes Históricas da Regulamentação da TV no Brasil.** In.: Textos de Cultura e Comunicação. Salvador, Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, nº 35, julho de 1996.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MALDONADO GOMES DE LA TORRE, Alberto Efendy. **Percursos Metodológicos de Jesús Martín Barbero.** **Revista Fronteiras – estudos midiáticos.** Vol III, nº 1, set 2001, p 97-109.

MANCISIDOR, Alberto D; URRUTIA, Victor. **La Nueva Radio.** Bilbao: Universidad del Pais Vasco, 1986.

MARCOS, Fernando Gómes de. **Radiodifusión Digital.** Espanha: Instituto Oficial de Radio Televisión Española, s. d.

OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação Pública.** São Paulo Editora Alínea, 2004.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1994.



ZAREMBA, Lílian e BENTES, Ivana (orgs.). **Rádio Nova – Constelações da radiofonia contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ, Eco Publique, 1996.

ZAREMBA, Lílian. Fronteiras Invisíveis: Rondon e Roquette-Pinto num sonho de rádio educativo brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., GT de Rádio e Mídia Sonora, 2003. Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: INTERCOM, PUCMG, 2003. 1CD.

ZUCULOTO, Valci. Transformações das programações jornalísticas das emissoras públicas na era da informação: observações sobre a FM Cultura de Porto Alegre. In: Encontro dos Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor , 2, Comunicação Coordenada Radiojornalismo na Era da Informação, 2004. Salvador. **Anais...**, Salvador: UFBA, 2004. 1CD.

## SITES CONSULTADOS

- <http://www.arpub.org.br/>
- <http://www.campinas.sp.gov.br/>
- <http://www.fmcultura.com.br/>
- <http://www.fndc.org.br/>
- <http://www.inconfidencia.com.br/>
- <http://www.radioeducativo.org.br/>
- <http://www.radiomec.com.br/fm/>
- <http://www.radiomec.com.br/am/>
- <http://www.radio.ufg.br/>
- <http://www.soarmec.com.br/>
- <http://www.tvcultura.com.br/radioam/>
- <http://www.tvcultura.com.br/radiofm/>
- <http://www.tve.com.br/>
- <http://www.radiouniversitariafm.com.br/>
- <http://www.ufmg.br/>

## ENTREVISTADOS

**Agostinho Gosson** – há 22 anos jornalista e apresentador da Rádio Universidade 107.9, da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, diretor da emissora de 1996 a 2006. Entrevista concedida em março de 2007.

**Adalberto Mello** – Coordenador de jornalismo da Rádio Universitária da Universidade Federal do Maranhão. Entrevistas concedidas em novembro de 2007 e novembro de 2009.

**Eduardo Weber** – Coordenador de produção da Rádio Cultura Brasil AM e FM de São Paulo. Entrevistas concedidas em abril, agosto e novembro de 2008.

**Élida Murta** – Assessora da presidência da Rádio Inconfidência AM, FM e OC de Minas Gerais. Entrevista concedida em setembro de 2008.

**Fernando Paulino** – ouvidor das rádios da EBC. Entrevista realizada em dezembro de 2009

**Getúlio Neuremberg** – supervisor de jornalismo da Rádio Inconfidência AM, FM e OC de Minas Gerais. Entrevista concedida em setembro de 2008.

**Gioconda Bordon** – Coordenadora geral do Núcleo de Rádio da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da Rádio Cultura AM e FM de São Paulo. Entrevista concedida em novembro de 2008.

**Ivete Cardoso do Carmo Roldão** – diretora da Educativa FM de Campinas, São Paulo, de outubro de 2001 a dezembro de 2004. Entrevista concedida em 2009.

**Irineu Guerrini** – diretor da Rádio Cultura de São Paulo de agosto de 1983 a julho de 1986. Entrevista concedida em dezembro de 2009.

**José Roberto Garcez** – presidente da Fundação Cultural Piratini de 1999 a 2002, diretor de jornalismo da Radiobrás de 2003 a 2008 e atualmente diretor de serviços da EBC. Entrevistas concedidas em 2001, 2002, 2007 e 2009.

**Leovigilda Bezerra** – coordenadora de programação da Rádio Universidade 107.9, da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura. Entrevista concedida em março de 2007.

**Liana Milanez (Baiana)** – atual gerente executiva da Rádio MEC RJ, coordenou o projeto de implantação da FM Cultura de Porto Alegre e foi sua primeira diretora a partir de 1989. Entrevistas concedidas em 2007 e 2009.

**Liara Avelar** – está na Rádio MEC do Rio de Janeiro desde 1983. Já passou pelas funções de estagiária, repórter, redatora, apresentadora, editora, Chefe do Jornalismo, Superintendente de Produção e Programação e Assessora da Gerência Executiva de ambas emissoras da MEC RJ. Atualmente, ocupa o cargo de Líder de Produção e Programação da MEC AM, que é similar ao de Coordenadora. Entrevistas à autora em outubro, novembro e dezembro de 2009.

**Luiz Alberto Sanz** – Diretor do Centro Nacional de Rádio Educativo Roquette-Pinto - rádios MEC do Rio e de Brasília - abril a agosto de 1996; Chefe de Reportagem, Editor de Pauta da Divisão de Jornalismo, Editor e Produtor na Divisão de Educação da MEC RJ, Chefe da Divisão de Jornalismo das Rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro entre 1988 e 1993. Entrevista concedida em dezembro de 2009.

**Orlando Guilhon** – Superintendente de Rádios da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, Presidente da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil e

Diretor geral da Rádio MEC. Entrevista concedida à autora em agosto de 2009.

**Patrícia Duarte** – sub-diretora e coordenadora de programação da FM Cultura de Porto Alegre de 1999 a 2002 e atual coordenadora de produção de rádio da EBC.

## APÊNDICE

### Linha do tempo do rádio público no Brasil

#### 1923

Em 20 de abril de 1923 entra no ar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette-Pinto e considerada a primeira emissora radiofônica do Brasil.

#### 1932

Em março deste ano, o decreto número 21.111, do Presidente Getúlio Vargas, regulamenta a publicidade no rádio. Iniciava-se, então, o sistema que mais se desenvolveu e hegemônizou as ondas radiofônicas no Brasil: o comercial. Ao mesmo tempo, esta legislação acabou provocando o advento do sistema estatal/público em 1936, com a doação da Rádio Sociedade do RJ ao governo federal

#### 1936

Ano determinante para o segmento público, pelo advento de várias emissoras referenciais que, ao longo da história do sistema, marcam profundamente sua construção.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro é doada ao então Ministério da Educação e Saúde – MES, quatro anos após a introdução da publicidade na radiofonia brasileira e 13 anos depois da sua fundação. Roquette-Pinto, fundador e proprietário da emissora, negava-se a veicular publicidade como as demais rádios da época por considerar que tal prática desvirtuaria a Sociedade da sua missão voltada à educação e cultura. Sem condições de sustentação financeira da emissora, resolveu doá-la ao MES, mediante a condição de que mantivesse o perfil educativo-cultural. E assim se iniciou um dos sistemas da radiodifusão brasileira que, por décadas, se organizou sob a denominação de sistema de rádio educativo e hoje se autoproclama rádio público. Após a doação,

Roquette-Pinto ainda continuo dirigindo a emissora por mais quase sete anos. A duas vezes pioneira Rádio Sociedade passou, então, a se chamar Rádio do Ministério da Educação e mais tarde, Rádio MEC. Permanece com esta denominação até hoje, embora já não esteja mais vinculada ao Ministério, sendo, atualmente, ligada à Superintendência de Rádio da EBC – Empresa Brasil de Comunicação.

A Rádio Inconfidência de Minas Gerais também entra no ar em 1936 e desde sua fundação já vinculada ao governo daquele estado. Por isso, também reivindica o título de primeira emissora pública brasileira, embora no seu período inicial, ao contrário da MEC, tenha seguido muito mais o modelo radiofônico comercial do que tentado construir um perfil diferenciado, mais próximo do público.

O programa “A Hora do Fazendeiro” estréia na grade da Rádio Inconfidência AM de Minas Gerais, para cumprir um dos principais objetivos da emissora ao ser fundada, o de integrar capital e interior. É, portanto, o mais antigo programa radiofônico em veiculação ininterrupta na América Latina.

Também neste ano é fundada a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que começou a funcionar como emissora comercial, mas quatro anos mais tarde foi estatizada. Mesmo após se tornar estatal, continuou atuando como emissora comercial.

Outra referência do segmento que entra no ar neste ano de 1936 é a Rádio Cultura de São Paulo. A emissora paulista iniciou comercial, de propriedade da família Fontoura, e se tornou estatal/pública somente em 1969, ao ser vinculada à FPA – Fundação Padre Anchieta, ligada ao governo de São Paulo.

## **1940**

Ano da encampação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro pelo governo Getúlio Vargas. Após ser estatizada, a já potente emissora permaneceu funcionando com modelo comercial. E paradoxalmente, reinou absoluta na Época de Ouro da radiofonia brasileira, transformada na rádio padrão do país. Hoje, a Nacional está de volta ao que

poderia ter sido seu começo natural: integrando a superintendência de rádio da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, é uma das estatais com as quais o governo Lula se propõe a construir o sistema público de radiodifusão.

### **1943**

Roquette-Pinto deixa a direção da Rádio MEC. Em seu lugar assume Tude Souza, também médico e colaborador de Roquette-Pinto nas suas experiências radiofônicas, desde a época da Rádio Sociedade. O novo diretor declaradamente busca manter as mesmas linhas de programação do seu antecessor.

### **1945**

Reino da Alegria, um dos poucos programas destinados ao público infanto-juvenil encontrados na história das programações brasileiras de rádio público, entra no ar pelas ondas da Rádio MEC RJ. Era produzido com textos e músicas que procuravam ensinar sobre temáticas variadas. E distribuía polígrafos elaborados manualmente aos seus ouvintes, para que acompanhassem as edições do programa.

### **1957**

A Rádio da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) é oficialmente inaugurada em 18 de novembro de 1957. Desde 1950 já funcionava como estação radioamadora, graças à “autorização para operação de uma emissora radiotelefônica destinada a ensinamentos [...]” (UFRGS, 2008, p.5-7). A Rádio da Universidade, como é chamada, portanto já começou como emissora voltada ao ensino e temas específicos da educação, principalmente os vinculados à instituição. É considerada a primeira emissora universitária brasileira, embora a Rádio da UFG (Universidade Federal de Goiás), operando oficialmente desde 1965, também reivindique este título.

Estréia na Rádio MEC RJ o programa “Quadrante”, que alcançou extraordinário sucesso nos sete anos em que esteve no ar. Seu apresentador era o ator Paulo Autran, também funcionário da emissora. Foi o primeiro programa de rádio educativo a ter



maior audiência que os programas das rádios comerciais. “Quadrante” era diário e consistia na leitura, por Autran, de crônicas de escritores como Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino, entre outros.

## **1962**

Promulgada a legislação da radiodifusão. Trata-se da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, incluída no Código Brasileiro de Telecomunicações. Para muitos pesquisadores e movimentos pela democratização da comunicação, especialmente pela revisão do sistema de outorgas, esta lei já nasceu problemática e divorciada da realidade brasileira, submetendo o interesse público a que deve estar sujeita a comunicação aos interesses privados. Mesmo assim, até hoje esta legislação não foi atualizada.

Neste mesmo ano de 1962, a Rádio da UFG é instituída por uma resolução – a de número 14 – da reitoria da Universidade Federal de Goiás, mas só passa a operar oficial e regularmente três anos depois.

## **1964**

A nova direção que assume a MEC com o golpe militar de 64 tira do ar o programa “Quadrante”. Foi uma das primeiras medidas da gestão iniciada em 1º de abril de 1964

## **1965**

A Rádio da UFG recebe a outorga já sob o regramento da então nova legislação de radiodifusão, de 1962, onde foram estabelecidos os canais educativos. Antes, as outorgas para funcionamento das emissoras não apresentavam distinções entre as comerciais e as não comerciais. Por isso, a Rádio UFG se proclama a primeira emissora universitária, sob o argumento de que a concessão à Rádio da UFRGS, tida como a pioneira, não é especificamente de canal educativo.

O governo baiano cria o IRDEB – Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, com a finalidade específica de produzir programas instrucionais, estabelecida em convênio entre o MEC e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Ou seja, o IRDEB não se

estabelece como emissora de rádio e sim como um centro de produção de áudio e radiofônica de ensino.

### **1967**

É extinto o convênio entre o MEC e o governo da Bahia que resultou na criação do IRDEB. O Instituto, então, passa a produzir a programação apenas para o governo baiano, que o transforma em Fundação. Somente anos mais tardes o IRDEB terá sua emissora de rádio, a Educadora FM.

### **1969**

A Cultura AM de São Paulo, emissora comercial então propriedade dos Diários Associados, torna-se estatal/pública ao ser transferida para o controle da Fundação Padre Anchieta (FPA), criada pelo governo estadual paulista para a instituição da TV Cultura, em 16 de junho de 1969.

### **1970**

O governo militar instaurado no país em 1964 cria o Projeto Minerva para educação formal e não formal pelas ondas do rádio. A coordenação fica a cargo do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) ao qual a Rádio MEC RJ é ligada. A emissora se transforma no maior centro produtor dos programas do Projeto Minerva e também numa das principais geradoras das produções para todo o país. O Minerva integra linhas políticas da ditadura militar para desenvolvimento das comunicações e da educação a distância via rádio como meio de integração nacional e propagação de sua ideologia.

### **1971**

A Cultura FM de São Paulo, a segunda emissora radiofônica da Fundação Padre Anchieta, inicia suas operações retransmitindo integralmente a mesma programação da Cultura AM.

**1977**

O Ministério das Comunicações publica o Plano de Distribuição de canais educativos e comerciais em FM. Reserva 350 canais para a operação de FMs educativas.

Seis anos após entrar no ar, a Cultura FM paulista passa a transmitir programação própria, segmentada na veiculação de música clássica.

**1978**

Entra em operação a Educadora FM, a rádio do IRDEB – Instituto de Radiodifusão da Bahia. Apesar de entrar no ar com a inspiração de ensino que motivou a criação do Instituto, já de início buscou montar sua grade também voltada à música.

**1980**

O programa Radioteca Infantil, produzido e apresentado por Zé Zuca, estréia na Rádio MEC do Rio de Janeiro. Assim, a emissora volta a investir com força e êxito em uma faixa específica de programação infanto-juvenil, com a qual já tinha experimentado o sucesso nas décadas de 40 e 50 com Reino da Alegria.

**1981**

A Rádio Universitária FM da Universidade Federal do Ceará (UFC) entra no ar em 15 de outubro de 1981 com o objetivo de transmitir programação voltada para a educação não formal e de divulgação da produção cultural daquela instituição cearense. Missão anunciada até hoje pelos seus gestores e produtores bem como nos seus materiais de divulgação.

**1982**

Programa da Rede EPT – Esporte para Todos é produzido de forma descentralizada por mais de uma dezena de emissoras educativas e veiculado nacionalmente por aproximadamente 800 rádios, incluindo estações comerciais. A aproximação das rádios

educativas neste trabalho conjunto leva o segmento a instituir um sistema ainda informal de produção em rede, o Sistema Nacional de Rádio Educativo (SINRED). Nesta experiência, destacam-se as produções “Coisas da Província” e “Meu Brasil brasileiro”.

### **1983**

O Sistema Nacional de Rádio Educativo (SINRED) é instituído oficial e formalmente em 9 de agosto de 1983, pela portaria 344 do Ministério da Educação e Cultura, buscando reunir as rádios e as televisões educativas em um único sistema. Várias emissoras de rádio aderem ao sistema. E passam a receber, via satélite, não só as co-produções, mas também as programações da Rádio MEC, que funciona como uma espécie de coordenação do segmento radiofônico do Sistema. “Perfis Brasileiros” e “Esses Moços” são duas das séries co-produzidas que mais alcançam sucesso, seguindo a linha das duas pioneiras, as “Meu Brasil brasileiro” e “Coisas da Província”.

### **1984**

Apesar de, em 1977, o governo ter reservado 350 canais de FM para emissoras educativas, neste ano apenas 20 rádios haviam sido outorgadas: 14 já operavam e seis ainda estavam em fase de instalação.

### **1986**

A Rádio Universitária FM, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, entra no ar em 15 de outubro de 1981 para transmitir uma programação voltada à educação não formal e divulgação da produção cultural da Universidade.

### **1988**

O SINRED é extinto, mas boa parte das dezenas de emissoras que o integravam continua retransmitindo programações da Rádio MEC RJ e da Cultura paulista.

Promulgada a nova Constituição do Brasil estabelecendo três sistemas para a radiodifusão no país - o privado, o estatal e o público – e sua complementariedade.

**1989**

Em 20 de março deste ano, começa a transmitir oficialmente a FM Cultura de Porto Alegre, emissora de rádio da Fundação Cultural Piratini, vinculada ao governo gaúcho e que desde 68 já operava a TVE – Televisão Educativa. A FM já estava no ar em caráter experimental a partir de 11 de fevereiro de 89.

**1992**

É criada a SOARMEC (Sociedade dos Ouvintes da Rádio MEC do Rio), destinada a apoiar, propor e preservar a produção educativa-cultural da emissora. Funciona até os dias atuais no mesmo prédio da estação, no Rio de Janeiro, e tem se responsabilizado principalmente pela preservação e organização da memória da Rádio MEC como também de parte da história do rádio educativo brasileiro.

**1994**

Nova portaria ministerial tenta retomar o funcionamento do SINRED, colocando a MEC Rio à frente do movimento de reativação e responsável pela coordenação das emissoras, ou seja, mais uma vez como uma espécie de cabeça de rede. A iniciativa não obteve êxito, devido especialmente a resistências das emissoras em continuar trabalhando conjuntamente sob um perfil vertical de rede.

Em março deste ano, a Rádio MEC do Rio de Janeiro promove, naquela capital, o I Encontro Nacional de Rádios Educativas e Universitárias. Participam perto de 30 instituições, entre emissoras e produtoras radiofônicas. Deste total, cerca de dez são ligadas a universidades. Ao final, aprovam a constituição de uma Rede Nacional de Emissoras de Rádio Educativas e Universitárias, para co-produções e retransmissão de programações das integrantes. A MEC fica responsável pela distribuição via satélite e, por isso, por efetuar uma espécie de coordenação. A Rede não saiu do papel, mas permaneceu a disposição das rádios de iniciá-la com pelo menos um programa nacional.

Já em maio do mesmo ano de 1994, o II Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias é realizado pelo Curso de Jornalismo da UFSC, em Florianópolis, Santa Catarina. E deste evento sai a decisão e o início da organização da primeira formação, via satélite, da Rede Universitária de Rádio para, inicialmente, a cobertura da então próxima Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Em julho de 1994, a Rede Universitária de Rádio é formada pela primeira vez para a cobertura radiojornalística da 46ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Vitória, no Espírito Santo. Participam pouco mais de uma dezena de emissoras e produtoras universitárias, estatais, culturais e educativas. Ainda neste ano, ocorre uma segunda formação da Rede, para a cobertura do Plano Decenal de Educação, em Brasília.

## **1995**

A Rede Universitária se forma pela segunda vez. A partir dos estúdios da emissora da UFMA, em São Luís, no Maranhão, cobre a 47ª Reunião Anual da SBPC, em julho. O número de adesões, tanto para a produção quanto para a transmissão, dobre em relação à sua primeira edição. Foi considerada, pela própria SBPC, a maior cobertura jornalística das Reuniões Anuais da entidade.

Neste mesmo ano, sob a euforia do sucesso da cobertura do Maranhão, realiza-se o III Encontro Nacional, em Goiânia. E por proposta dos gestores e profissionais participantes da Rede, é fundada a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio, Televisão e Produtoras Universitárias, em 5 de outubro de 1995. A Associação nunca saiu do papel, nem chegou a ser registrada. Mas a Rede informal continua.

## **1996**

Na sua terceira edição, a Rede cobre a 48ª Reunião Anual da SBPC, em São Paulo, em estúdios montados na PUC paulista, onde se realiza o evento. Participam mais de 40

emissoras. Sua coordenação é ampliada, incluindo várias instituições como a Rádio MEC-Rio, a UFSC, a UnB. E a Rede já começa a contar com financiamento de apoios culturais.

### **1997**

A Rede volta a se formar para 49ª SBPC, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a adesão de aproximadamente 60 emissoras. Nesta edição, inaugura a produção conjunta com TVs educativas e universitárias do país.

### **1998**

Nova edição da Rede para a cobertura da 50ª Reunião da SBPC, em Natal, no Rio Grande do Norte. Mais uma vez em torno de 60 emissoras integram a experiência.

### **1999**

A Rede promove mais uma formação, desta vez em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Mais de 100 emissoras participaram retransmitindo os boletins e programas gerados a partir dos estúdios na PUCRS.

### **2000**

A Educativa FM de Campinas, ligada ao governo daquele município paulista, entra no ar oficialmente em 14 de julho de 2000, embora outorgada em 1993 e operando experimentalmente desde 1999.

A Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a direção de Sandra de Deus, tenta uma rearticulação especialmente das universitárias públicas no sentido de se organizarem independentes do governo. Propõe uma programação que fortaleça a missão educativa, cultural, social e pública do segmento, por meio do uso das emissoras como laboratórios do ensino de jornalismo e para divulgação e extensão da Universidade.

## **2002**

Após dois anos sem conseguir se formar, a Rede volta a se reunir na 54ª SBPC, na Universidade Federal de Goiás. E alcança a marca histórica de quase 200 emissoras retransmitindo a cobertura em rede, inclusive rádios comerciais. O número tão expressivo de estações foi propiciado principalmente pelo uso de diversas tecnologias para a captação dos boletins: satélite, internet e telefone.

## **2004**

É fundada a ARPUB (Associação das Rádios Públicas do Brasil), por um grupo de 10 emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias, entre as quais a Rádio MEC RJ. O diretor da emissora, Orlando Gulihon, assume a presidência da entidade. A Carta de Princípios da ARPUB define como missão institucional de uma rádio pública difundir, irradiar e produzir cultura, educação, cidadania, entretenimento, informação e prestação de serviços, buscando atingir um público cada vez mais amplo da sociedade.

A Rádio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é inaugurada já com vinculação à Radiobrás. Em seguida passará a ser ligada à EBC, que após sua criação em 2007, incorpora a Radiobrás, tornando-se a concessionária das outorgas de novas emissoras às instituições públicas de ensino superior federais e também das renovadas. Portanto, a UFMG Educativa é uma das primeiras a se juntar às demais emissoras da Empresa para constituir o sistema público que sua Superintendência de Rádio começa a planejar em 2008.

## **2007**

Para instituir a TV Brasil, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é criada pela Lei 11.652, oriunda da MP 398, e defendida pelo governo federal como uma das suas contribuições para a construção da radiodifusão pública.

Especialmente sob o comando da ARPUB e da Radiobrás, em novembro de 2007, é realizado o I Fórum Nacional de Rádios Públicas. No evento, o governo Lula apresenta sua proposta de constituição de um “Sistema de Rádio Público”.



Emissoras associadas à ARPUB realizam a primeira cobertura conjunta com a coordenação da entidade: a VII Feira de Música de Fortaleza, no Ceará. O evento é transmitido para as rádios filiadas com apoio da Rádio Nacional de Brasília.

## **2008**

Na EBC, é instituída a Superintendência de Rádio. E para comandá-la é nomeado o diretor da Rádio MEC do Rio de Janeiro e presidente da ARPUB, Orlando Guilhon.

## **2009**

A partir de uma proposta da ARPUB, rádios públicas realizam cobertura em rede do Fórum Social Mundial, em Belém, Pará.

A ARPUB e a UnB, com apoio da EBC, promovem o Seminário e III Encontro Nacional de Rádios Públicas, onde os modelos de gestão, financiamento e programação das emissoras predominam nos debates. O evento, realizado em outubro, em Brasília, reúne cerca de 100 participantes e também inclui uma plenária dos representantes das rádios para a aprovação de teses da ARPUB à I Confecom – Conferência Nacional de Comunicação.

Em dezembro deste ano, é realizada a histórica I Confecom. Dezenas de emissoras ligadas à ARPUB participam e promovem uma cobertura em rede.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.